

RUTE MARTINS VALENTIM

**PROTAGONISMOS ANTIRRACISTAS: HISTÓRIAS
INSPIRADORAS DE VIDA DE MATO GROSSO DO SUL**



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Campo Grande – MS

2023

RUTE MARTINS VALENTIM

**PROTAGONISMOS ANTIRRACISTAS: HISTÓRIAS
INSPIRADORAS DE VIDA DE MATO GROSSO DO SUL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. José Licínio Backes

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Campo Grande – MS

2023

V155p Valentim, Rute Martins
 Protagonismos antirracistas: histórias inspiradoras
 de vida de Mato Grosso do Sul/ Rute Martins Valentim
 sob orientação do Prof. Dr. José Licínio Backes.--
 Campo Grande, MS : 2023.
 246 p.: il.

 Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica
 Dom Bosco, Campo Grande- MS, 2023
 Bibliografia: p. 14- 23

 1. Desigualdades. 2. Racismo. 3. Protagonismo. 4.
 Movimento negro I.Backes, José Licínio. II. Título.

CDD: 981.71

**PROTAGONISMOS ANTIRRACISTAS: HISTÓRIAS
INSPIRADORAS DE VIDA DE MATO GROSSO DO SUL**

RUTE MARTINS VALENTIM

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Licínio Backes (PPGE/UCDB) Orientador e presidente da banca José Licínio Backes
Prof.^a. Dr.^a. Bartolina Ramalho Catanante (UEMS/PROFEDUC) Examinadora Externa José Licínio Backes
Prof. Dr. Losandro Antônio Tedeschi (PPGH/UFGD) Examinador Externo José Licínio Backes
Prof.^a. Dr.^a. Adir Casaro Nascimento (PPGE/UCDB) Examinadora Interna Adir Casaro Nascimento
Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros (PPGE/UCDB) Examinador Interno Heitor Queiroz de Medeiros

Campo Grande, 17 de fevereiro de 2023

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO E DOUTORADO**

Afirmamos a necessidade de refundar a História a partir da matriz africana. [...]. Não vejo por que razão os primeiros humanos, que inventaram a posição ereta, a palavra, a arte, a religião, o fogo, os primeiros utensílios, os primeiros habitats, as primeiras culturas, deviam ficar fora da história! [...]. Onde quer que haja humanos, há história, com ou sem escrita! Você vê que havia coisas a endireitar. De qualquer modo, reconstruímos a História sobre bases que, embora não sendo especificamente africanas, são essencialmente africanas.

Ki-Zerbo (2009, p.15)

Sua história é o que você tem, o que sempre terá. É algo para se orgulhar.

Michelle Obama (2018, p. 14).

Há uma história de privilégios, escravatura e colonialismo expressa de maneira muito forte na realidade cotidiana. E é espantoso ver a naturalidade com que os brasileiros conseguem lidar com isso.

Grada Kilomba, (2017, p. 2)

Dedico este trabalho à memória das minhas avós Izabel Maria da Conceição e Minervina Valentim, cujas faces e histórias não conheci nem mesmo por fotografias, contudo, as heranças da ancestralidade expressam-se no presente e fortalecem quem hoje sou.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço às divindades todas, na expressão do mais intenso respeito pela religiosidade compreendida na diversidade humana, como um princípio de fé e proteção de nossa existência.

Como haveria de ser, a escrita desta tese de doutorado consistiu em muitas horas de um trabalho solitário, contudo, produzido em contexto interativo e dialógico. Assim, quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram durante o processo em que estive pesquisando, lendo e escrevendo. Obrigada!

Aos meus estimados participantes da pesquisa, Dra. Raimunda, Dr. João e Dr. Aleixo, amigos e inspiração para toda a vida, agradecimentos especiais pela paciência, acompanhada de entusiasmo ao abraçarem de forma tão generosa este estudo, trazendo tantas reflexões em suas inspiradoras histórias de vida, que se entrelaçam no tempo e na diáspora africana. Sabedores da importância de pesquisar e escrever cada vez mais sobre a participação protagonista de homens e mulheres negros, que dimensionam seus sentimentos de pertencimento e suas vozes na luta ancestral antirracista, valeram-se de suas memórias, apresentando, na contemporaneidade de seus pensamentos e ações, subsídios que me permitiram fazer a pesquisa, a análise e a escrita estabelecidas na presente tese.

Tudo isso possibilitou narrativas significativas, as quais eu jamais conseguiria registrar sozinha; por isso, meus abertos agradecimentos, na compreensão de que esse é um caminho possível para ressignificação do nosso passado, que nos possibilita acreditar em uma sociedade antirracista que se oponha às estruturas excludentes, para que os negros brasileiros possam seguir em frente com a força de sua ancestralidade, tendo suas vozes ouvidas em um contexto social de visibilidade, efetiva representatividade e profundo respeito pela diversidade.

Ressalto a minha imensa alegria em oferecer escuta a essas vozes, que contam suas histórias em primeira pessoa, trazendo suas percepções e reflexões necessárias para a valorização da população negra, a fim de contribuir com um futuro de igualdade e justiça social em nosso país multiétnico. Certamente, é preciso promover a amplificação das vozes que vieram antes e das que ainda virão, em alto e bom som, para protagonizar com autonomia cidadã a transformação social.

Especialmente, agradeço ao Prof. Dr. José Licínio Backes, orientador desta tese, por conduzir-me com sua dedicada atenção e apoio intelectual, acompanhando de perto a presente pesquisa e escrita, e incentivando-me com desafios e questionamentos ao longo desse período.

É com muita admiração e carinho que faço particulares agradecimentos a todos os professores e professoras que tive o prazer de conhecer e com quem tive o privilégio de conviver no decorrer desta pesquisa, aqui representados na pessoa da Prof^a. Adir Casaro Nascimento. Agradeço também aos professores da Banca Examinadora, por suas essenciais contribuições dispensadas a este estudo.

Meus agradecimentos à Luciana de Azevedo, assistente administrativa do PPGE/UCDB, que sempre se mostrou muito atenciosa e disposta a ajudar.

Quero agradecer, ainda, aos meus colegas, pelo apoio recebido e pelas valiosas conversas, dizendo que serão sempre lembrados os nossos momentos do cafezinho.

Agradeço à minha família, incentivadora constante para que eu continuasse na caminhada acadêmica, com a alegria de saber que não sou a única e que outros familiares também seguem na trilha da educação. Essencialmente, agradeço à minha amada mãe, Francisca, com quem a cada dia aprendo mais sobre os valores essenciais da vida, a superar as adversidades e a continuar caminhando com passos firmes ao longo do caminho.

Para encerrar, agradeço em especial às minhas amadas filhas, Nealla e Têmise, por todo apoio e motivação durante a elaboração deste trabalho, ressaltando carinhosamente que a infinitude do amor por elas enche de felicidade a minha vida!

VALENTIM, Rute Martins. Protagonismos antirracistas: histórias inspiradoras de vida de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2023. 246 p. Tese (Doutorado). Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Esta tese vincula-se à linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Traz como foco a escuta atenta de três histórias de vida com relevância social na sociedade sul-mato-grossense, demonstrada por suas atuações individualizadas e, principalmente, pelas coletivizadas do Movimento Negro. O objetivo geral da presente pesquisa consiste em escutar, para escrever e analisar, três histórias de vida de pessoas negras com protagonismo social na luta antirracista no estado de Mato Grosso do Sul, na consideração de que elas contribuíram para a construção social igualitária por meio da recusa terminante do racismo, ainda denotado na sociedade brasileira. Como procedimento metodológico de pesquisa científica, utilizou-se o aporte da história oral para escrever as histórias de vida dos sujeitos pesquisados, nas alusões diretas ao tempo passado e presente, privilegiando as vias da história oral de vida dessas personalidades sociais, que detêm muitos conhecimentos, os quais não haviam sido registrados até então. A história oral é uma metodologia qualitativa de pesquisa, capaz de expandir as dimensões analisadas das histórias de vida e revelar diferentes aspectos e fatores históricos silenciados. Recorreu-se ao avivamento das lembranças dos colaboradores pesquisados, por meio de entrevistas livres, não estruturadas; após transcrição e análise das entrevistas, realizou-se a análise dos relatos gravados. A decisão de usar os nomes reais ou fictícios coube aos sujeitos participantes da pesquisa, que autorizaram o uso dos seus nomes verdadeiros, tendo em vista a metodologia de pesquisa de história oral de vida, que demonstra ser importante não deixar os nomes no anonimato, por se tratar de pessoas que desempenham ou desempenharam funções publicizadas nas mídias sociais. Os resultados obtidos evidenciaram que o protagonismo antirracista está presente nas histórias de vida dos sujeitos participantes da presente tese e que estes tomaram iniciativas próprias e coletivas para combater o racismo e elevar a autoestima da população negra, promovendo a valorização das diferenças, na compreensão de que estas jamais podem ser vistas como sinônimo de desigualdades.

Palavras-chave: história de vida – protagonismo – desigualdades – Movimento Negro

VALENTIM, Rute Martins. Anti-racist protagonisms: inspiring life stories of Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2023. 246 p. Thesis (Doctorate). Dom Bosco Catholic University.

ABSTRACT

This work is linked to the research line Cultural Diversity and Indigenous Education of the Postgraduate Program in Education of the Dom Bosco Catholic University and focuses on listening carefully to three life stories with social relevance in the society of Mato Grosso do Sul, demonstrated by individualized and, especially, collective actions of the Black Movement in the state. The general objective of this research is to listen, describe and analyze three life stories of black people who played a leading role in the anti-racist struggle in Mato Grosso do Sul state. Considering that they contributed to the construction of an equal society through the strict refusal of racism that still persists in Brazil's society. As a methodological procedure of scientific research, we used the contribution of oral history to write the life history of the researched subjects, in direct allusions to past and present time, privileging the ways of the oral history of life of these social personalities that hold a lot of knowledge, which had not been registered until then. Oral history is a qualitative research methodology, capable of expanding the analyzed dimensions of life stories and revealing different aspects and historical factors that have been silenced. We resorted to reviving the memories of the subjects participating in the research, by means of free, non-structured interviews. After transcribing and analyzing the interviews, the recorded accounts were analyzed. The decision to use real or fictitious names was up to the subjects who authorized the use of their real names. The results obtained in the analysis of this research demonstrated that anti-racist protagonism is present in the life stories of the subjects participating in the research in the state and that they have taken their own and collective initiatives to combat racism, to raise the self-esteem of black people and to value differences, understanding that these can never be seen as synonymous with inequality.

Key words: life stories – protagonism – inequalities – Black Movement

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Fotografia: Dra. Raimunda	85
Figura 2 Fotografia: Turma do curso de Direito.....	98
Figura 3 Fotografia: Dra. Raimunda (Coordenadora da CPPIR-MS)	106
Figura 4 Fotografia: Raimunda (Formatura de Direito)	107
Figura 5 Fotografia: Dr. João Batista dos Santos	129
Figura 6 Fotografia: João com sua esposa, Sra. Valdenir, e suas irmãs, Lázara e Antônia. ..	146
Figura 7 Fotografia: João (Formatura de Direito)	146
Figura 8 Reportagens: Atuação do deputado João em políticas públicas.....	168
Figura 9 Fotografia: João.....	168
Figura 10 Fotografia: Dr. Aleixo.....	169
Figura 11 Fotografia: O menino Aleixo e ele na atualidade.....	179
Figura 12 Fotografia: Dr. Aleixo (Formatura em Direito)	180
Figura 13 Fotografia: Aleixo com sua esposa, Maria.....	181
Figura 14 Fotografia: Dr. Aleixo.....	182
Figura 15 Fotografia: João e sua esposa Sr ^a Valdenir	240
Figura 16 Fotografia: Raimunda e sua colega no Congresso do Serviço Social da Saúde.....	241
Figura 17- Fotografia: Dra. Raimunda (Comemoração dos seus 84 anos)	241
Figura 18 Fotografia: Dr. Aleixo.....	242
Figura 19 Fotografia: Dr. Aleixo (Inauguração da Escola Estadual Zumbi dos Palmares em Furnas do Dionísio - Jaraguari/MS.....	242
Figura 20 Fotografia: Dra. Raimunda e Dr. Aleixo (Aniversário do Instituto Luther King)..	243
Figura 21 Fotografia: E. E Antonio Delfino Pereira	243
Figura 22 Reportagens: Atuação em políticas públicas no MS - Dr. Aleixo.....	244
Figura 23 Fotografia: Dr. Aleixo (Mural do Instituto Luther King) Obra do artista plástico Sullivan Oliveira.....	244
Figura 24 Reportagens: Promoção da educação e igualdade racial - Dr. Aleixo	245
Figura 25 Fotografia: Dr. Aleixo e sua esposa Sra. Maria.....	246

SUMÁRIO

1 UM POUCO DA EXPERIÊNCIA DE VIDA DE QUEM ESCREVE AS HISTÓRIAS DE VIDA: A TECITURA DE UMA INTRODUÇÃO.....	14
1.1 O FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DE MATO GROSSO DO SUL	18
1.2 A INCURSÃO NO CAMINHO DA ESCRITA.....	20
2 CAPÍTULO I – RAZÕES PARA ESCREVER AS HISTÓRIAS DE VIDA COM PROTAGONISMOS ANTIRRACISTAS.....	24
2.1 Os sujeitos protagonistas da pesquisa.....	26
2.1.1 A problematização e os objetivos da tese.....	29
2.1.2 Os procedimentos teórico-metodológicos da história oral de vida.....	41
2.1.3 O convite aos participantes e a articulação da pesquisa.....	41
2.1.4 O cenário das pesquisas articulado à temática focalizada.....	46
2.1.5 A estruturação da tese.....	50
3 CAPÍTULO II – O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NO ATIVO ESFORÇO PARA ALCANÇAR A IGUALDADE.....	54
3.1 O Movimento Negro brasileiro, resistindo e existindo.....	60
3.1.1 O Movimento Negro no Brasil e o seu iniciar em Mato Grosso do Sul.....	62
3.1.2 O racismo na sociedade brasileira ainda na atualidade.....	64
3.1.3 A resistência dos quilombos e a decolonização.....	66
3.1.4 Raça, identidade, diferença e o mito da democracia racial no Brasil.....	72
3.1.5 A presença da Lei n.º 10.639/03 no espaço escolar.....	77
3.1.6 O período da pandemia: uma breve reflexão.....	78
4 CAPÍTULO III – O PASSADO E O PRESENTE NA MEMÓRIA DOS PROTAGONISTAS DO ANTIRRACISMO EM MATO GROSSO DO SUL.....	83
4.1 A EXITOSA HISTÓRIA DE VIDA DE RAIMUNDA LUZIA DE BRITO.....	85
4.1.1 As recordações marcantes da infância.....	89
4.1.2 A relevância da educação, as boas recordações do tempo da escola, as lembranças do pai e do avô ferroviários e as dificuldades superadas.....	93
4.1.3 Tristes lembranças de discriminação e racismo na escola e outros espaços sociais.....	98
4.1.4 A aspiração para cursar o ensino superior em duas graduações, a pós-graduação e a atuação na docência universitária e como assistente social.....	101

4.1.5	As lembranças do avô, incentivador da leitura, a conciliação com o seu pai, e a religiosidade umbandista.....	110
4.1.6	As bonecas pretas na representatividade étnico-racial das crianças, a importância das referências raciais positivas e o protagonismo antirracista do Movimento Negro.....	117
4.2	..A EXITOSA HISTÓRIA DE VIDA DE JOÃO BATISTA DOS SANTOS.....	129
4.2.1	As lembranças da infância, da escola e dos brinquedos natalinos.....	132
4.2.2	As singulares lembranças da família, a percepção do racismo, a relevância da educação escolar e as recordações do tempo estudantil.....	138
4.2.3	As boas recordações da escola, a aspiração para graduar-se em dois cursos superiores e pós-graduar-se.....	147
4.2.4	João é também um poeta, e suas recordações tornam-se poemas.....	150
4.2.5	O trajeto profissional em áreas diversas, a atuação como parlamentar e a promoção do protagonismo rural das comunidades negras/quilombolas.....	156
4.2.6	A invisibilidade do racismo estrutural, o protagonismo antirracista do Movimento Negro e a importância das referências raciais positivas.....	159
4.3	..A EXITOSA HISTÓRIA DE VIDA DE ALEIXO PARAGUASSÚ NETTO.....	169
4.3.1	As recordações das brincadeiras na infância, as tristes lembranças do abandono do pai e da falta de afeto familiar.....	171
4.3.2	A relevância da educação escolar e as lembranças boas e ruins do tempo da escola	177
4.3.3	A manifestação do racismo na escola, no trabalho e outros espaços sociais.....	
4.3.4	A aspiração para cursar o ensino superior, graduar-se em Direito e tornar-se juiz.....	197
4.3.5	O juiz de Direito, a importância das referências raciais positivas e o combate ao racismo.....	202
4.3.6	O Movimento Negro e o protagonismo antirracista.....	205
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
	REFERÊNCIAS.....	225
	ANEXO1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)...	239
	ANEXO 2 – FOTOGRAFIAS E RECORTES DE REPORTAGENS.....	240

1 UM POUCO DA EXPERIÊNCIA DE VIDA DE QUEM ESCREVE AS HISTÓRIAS DE VIDA: A TECITURA DE UMA INTRODUÇÃO

*Se alguém colhe um grande ramalhete de narrativas orais, tem pouca coisa nas mãos.
Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta, como
coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu.*

Ecléa Bosi (2003, p. 69)

O início da escrita deste trabalho traz-me lembranças de vivências muito significativas, em especial, nos contextos educacional e profissional. Como mulher negra, professora, pesquisadora e sujeito social-político que sou, começo escrevendo sucintamente a respeito de minha experiência de vida, para em seguida escrever sobre as histórias de vida dos sujeitos da presente pesquisa, trazendo à tona suas memórias, no reconhecimento da importância dos seus protagonistas na luta social contra a opressão racial.

Ao longo desta pesquisa, veremos que essa questão é particularmente relevante quando se trata de retirar as raízes históricas das desigualdades, tendo em vista a transformação da nossa sociedade. O Estado, requerido a agir, cumpre um papel muito importante em prol da implementação de medidas que assegurem o pleno exercício dos direitos humanos para a população negra em todos os âmbitos, indo além do reconhecimento da igualdade formal. Isso significa igualdade em sua dimensão abrangente, materializada entre todas as pessoas, na compreensão da ação universalizada da ampla cidadania como caminho imprescindível para que se construam lócus sociais sem discriminação de qualquer espécie.

Na minha trajetória de vida, não posso deixar de mencionar que conheci pessoas inspiradoras, cujos papéis fundamentais no combate à desigualdade racial, contribuem com a superação das barreiras do preconceito e a solidificação de uma sociedade igualitária.

Eu sou sul-mato-grossense de nascimento e, como haveria de ser, amo o lugar que constitui minha cultura e identidade. Gosto da interação social com boas conversas e muitas risadas, sem deixar de valorizar os momentos de solidão. No entanto, algo que me surpreende é o fato de não cultivar o hábito de tomar tereré, tão característico do nosso estado, embora eu tenha apreço pela socialização formada na roda do tereré, em que familiares e amigos costumam se

reunir para apreciar esta refrescante bebida de origem indígena¹ e paraguaia, tomada com um canudo metálico especial chamado bomba ou bombilha.

Tenho duas admiráveis filhas, sou divorciada e gosto muito de animais, especialmente de gatos. Há pouco tempo, algo entristeceu profundamente a mim e às minhas meninas: a morte da nossa gatinha chamada Mia. Ela era muito animada, companheira, amável, e conviveu conosco por quase 20 anos. Nossa querida *pet* sempre esteve próxima de mim quando escrevi a dissertação de mestrado e durante a escrita deste trabalho; sendo assim, não há como não mencionar as lembranças e o especial carinho por ela.

Entendo que seja relevante trazer parte de minha experiência de vida, pois a vejo como constitutiva desta tese. Descrevo, brevemente, minha trajetória acadêmica e profissional, para falar da motivação e de como me percebo na temática étnico-racial, tratada nos estudos de mestrado e, agora, no doutorado em Educação.

Vejo-me como uma professora e pesquisadora com uma escrita militante antirracismo, afirmada em uma educação antirracista como relevante processo de transformação de nossa sociedade. Compreendo que se faz necessário reconhecer a importância e a legitimidade do protagonismo social das pessoas negras e evidenciar seu papel na construção de uma sociedade efetivamente democrática, ou seja, que promove a igualdade social/racial e a inclusão dos grupos humanos socialmente minorizados.

O caminho percorrido para cursar o doutorado em Educação, na linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena, resulta dos estudos do mestrado em Educação nesta linha, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Esses conhecimentos ampliaram minha reflexão sobre a etnicidade negra, os desdobramentos do racismo na contemporaneidade e suas consequências, circunstanciadas historicamente desde o início da colonização e da escravização dos negros no Brasil.

A minha graduação foi em Pedagogia concluída há mais de 30 anos, entretanto, ingressei na faculdade para cursar Serviço Social e embora gostasse muito, após dois semestres cursados, solicitei a troca do curso. Era uma época em que o estudo da diferença, ainda não fazia parte da formação de professores; tampouco a questão étnico-racial e a desigualdade, faziam parte das discussões no processo de formação dos educadores. Logo, não recebiam a devida importância nos currículos de ensino das universidades do nosso país.

¹ “Nos estados mais quentes do Brasil, como o antigo sul de Mato Grosso, a erva-mate foi adotada pelos índios desde tempos imemoriais e depois também pelos não índios (que aprenderam com eles) no formato tereré, tipo de mate gelado, tomado com equipamentos semelhantes aos do chimarrão, mas aceitando tipos menos elaborados e com peneiração mais grossa”. (FERNANDES, 2019, p. 231, 232).

Após graduar-me, prestei concurso público e fui aprovada para o cargo de supervisora escolar na rede pública estadual de ensino em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Trabalhando na escola, presenciei problemas sociais que, por vezes, são refletidos nesse espaço, como: a exclusão, o racismo, o preconceito e a discriminação racial. Diante do contexto educacional no qual preconceitos implícitos e arraigados despontam, somos instados a pensar a educação como possibilidade de refutá-los e de impedir que persistam. Não podemos deixar de recorrer repetidas vezes à compreensão de que é possível traçar caminhos para a desconstrução de toda ideia ou atitude preconceituosa e excludente, como forma terminante de repeli-las. A propósito, cabe mencionar aqui o pensamento de hooks (2019, p. 315), ao afirmar que “nomeamos o impacto do racismo e ajudamos a romper com o seu domínio. Descolonizamos nossas mentes e nossas imaginações”.

O racismo e os efeitos a que me refiro nesta tese são os de pessoas brancas, exercidos sobre pessoas negras, denotados de forma pessoal ou sistêmica, direta ou indireta, sob a ótica da negação de sua existência ou do subterfúgio de sua dissimulação no cotidiano da sociedade brasileira. A abordagem central feita aqui prescinde de argumentações sobre o racismo e a discriminação dirigidos a outras nacionalidades e distintos grupos étnico-raciais, sem com isso, em nenhum momento, desconsiderar a compreensão de que não deve haver preconceito ou discriminação de qualquer espécie.

No que se refere ao preconceito racial na sociabilidade brasileira, é significativa a reflexão oferecida por Albuquerque Júnior (2007, p. 10, 11); mesmo que o autor não esteja se referindo especificamente às estruturas sociais preconceituosas presentes no cotidiano das pessoas negras, suas palavras são muito elucidativas:

O preconceito, como a própria palavra deixa entrever, é um conceito prévio, um conceito sobre algo ou alguém que se estabelece antes que qualquer relação de conhecimento ou de análise se estabeleça. É um conceito apressado, uma opinião, uma descrição, uma explicação, uma caracterização, que vem antes de qualquer esforço verdadeiro no sentido de se entender o outro, o diferente, o estrangeiro, o estranho, em sua diferença e alteridade. **O preconceito quase sempre fala mais de quem o emite do que daquele contra o qual é assacado, pois o preconceito fala dos conceitos da sociedade ou do grupo humano que o utiliza.** (grifo meu)

Refletindo sobre essa concepção de ideias negativas socialmente projetadas, assinala-se a natureza da discriminação racial que se evidencia por meio do tratamento desfavorável à pessoa negra, o que significa dizer que este se demonstra na medida em que o racismo e o preconceito se manifestam.

Continuando com o relato de minhas experiências de vida, gostaria de mencionar que, em 2003, recebi o convite para compor a equipe técnica pedagógica da Secretaria de Estado de Educação SED/MS, onde trabalhei por quase duas décadas como gestora técnica na Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação, Gestão de Educação para Igualdade Racial (COPEED/SED/MS), na Coordenadoria de Planejamento e Avaliação (COPLAN/SED/MS) e, ainda, na Coordenadoria de Gestão Escolar (COGES/SED/MS).

Esse trajeto profissional propiciou-me grande aprendizado, levando-me a participar de reuniões, encontros, seminários e congressos educacionais. Em especial, tive a grata satisfação de me aproximar ainda mais do Movimento Negro sul-mato-grossense, presenciando, além das teorias, a dinamicidade das suas discussões, a recusa do racismo e as ações políticas para combatê-lo na sociedade brasileira, em todos os âmbitos do poder público, como também em outras esferas sociais. Compreendi que o Movimento Negro demonstra sua imprescindibilidade como um setor organizado e, portanto, precisa ser apoiado e incentivado, tendo em vista a participação social da população negra como um fundamento essencial da garantia do pleno exercício de cidadania, democracia e promoção da igualdade. A duradoura convivência com os amigos da militância e das comunidades quilombolas oportunizou uma valiosa contribuição, despertando em mim muitas reflexões, que aumentaram meu interesse em continuar pesquisando questões relativas à temática étnico-racial.

Ao trabalhar na Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação, acompanhei as ações e projetos em atendimento às especificidades da educação escolar nas comunidades quilombolas. Igualmente, participei das atividades de implementação da Lei n.º 10.639/03, nas unidades escolares da rede estadual de ensino, destacando a sua importância pedagógica nas práticas educativas de desconstrução do racismo, preconceito e discriminação racial.

A mencionada lei, alterou a Lei n. 9.394/96 que institui as diretrizes e bases da educação nacional, colocando no currículo oficial da rede de ensino de todo o país, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. A lei 10.639/03 por meio da educação, representa a recusa e o combate aos estereótipos raciais negativos de nossa sociedade.

1.1 O FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DE MATO GROSSO DO SUL

Por certo, o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial (FORPEDER/MS) constitui-se em um espaço garantidor da discussão entre o governo e os movimentos sociais, em busca de caminhos para o desenvolvimento de ações e políticas destinadas ao enfrentamento da discriminação e à promoção da igualdade. Essa mediação construída entre o Estado e a sociedade fortalece a nossa democracia e, desse modo, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituído nas escolas por meio da Lei 10.639/03, a qual preconiza o reconhecimento e a valorização em igualdade da ascendência e descendência africana e brasileira, ao lado das origens indígenas, asiáticas e europeias, o que se constituiu como uma das metas do Fórum, na articulação para combater o racismo e a exclusão.

Para articular as demandas da igualdade racial, o apoio e as iniciativas do Movimento Negro local na luta social foram fundamentais para que eu coordenasse o FORPEDER/MS² por três gestões. Esse período muito contribuiu para o meu aprendizado ao proporcionar a aproximação com outros órgãos públicos, universidades e demais representantes da sociedade civil que fazem interface com a área educacional. Nesta tarefa, o referido Fórum mostrou-se empenhado na viabilização de uma pesquisa para acompanhar a implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e assim contribuir para que a educação exercesse seu papel na ação de prevenção do racismo, da intolerância e da exclusão.

Enquanto coordenadora do Fórum e técnica pedagógica da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), participei ativamente das discussões e do envio de questionário para as 362 unidades escolares, nos 79 municípios do estado. Contudo, nem todas as unidades escolares deram uma devolutiva, e, ao final do processo, contabilizou-se um total de 572 pessoas respondentes. Esta ação, realizada em 2012, contou com a anuência e o apoio técnico da referida Secretaria.

² Reativação do Fórum: Ata n.17, 29/05/2008. Regimento Interno. Resolução/SED/MS n.º 2.330, 01/03/2010. Diário Oficial n.º 7.655, 03/03/2010.

A Prof.^a Dr.^a Eugenia Portela de Siqueira Marques, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), membro do FORPEDR/MS, empenhou-se na compilação e análise dos dados colhidos, para tornar públicos os resultados³ da pesquisa. Encontramos em Silva e Marques (2016, p. 7) a seguinte apresentação do contexto citado:

Tendo como referência as duas Leis da temática étnico-racial, a pesquisa foi concebida como parte de um projeto em execução pelo Grupo de Pesquisa Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-raciais e Formação de Professores (GE-PRAFE/UFGD) e contou com o apoio técnico do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de MS (FORPEDER/MS). [...] Contatamos todas as escolas públicas estaduais com cadastro ativo na Secretaria Estadual de Educação (SED/MS), e destas tivemos, até a escrita deste artigo, a participação de 572 (quinhentos e setenta e dois) profissionais da educação.

A aplicação da pesquisa nas escolas estaduais foi feita por meio de questionários auto-aplicáveis e acessados pela ferramenta de formulários Google, utilizada em pesquisas *online* na plataforma do Google Docs. A Secretaria de Estado de Educação acompanhou o processo, enviando comunicados internos aos diretores escolares (C.I) e reafirmando a relevância da pesquisa e a importância da participação de todas as escolas.

O aproveitamento desta ferramenta tecnológica possibilitou que os dados da pesquisa fossem coletados de forma organizada e que as informações fossem facilitadas no decorrer de todo o processo de preenchimento e devolução dos questionários. Por meio destes suportes da tecnologia, as informações foram coletadas para posteriormente serem analisadas, e os resultados sinalizaram, em grande parte das respostas, a incipiência das práticas didático-pedagógicas, conforme podemos vê-las descritas no trabalho de Silva e Marques (2016).

Ao trabalhar na Secretaria de Estado de Educação, participei do Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE/MS) como conselheira titular por duas gestões, quando acompanhei diversas deliberações referentes a ações e programas de comunidades quilombolas e da população negra do estado. Também participei do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso do Sul (CEDM-MS) como conselheira, representando o órgão governamental da Secretaria de Estado de Educação, e como conselheira suplente no Conselho Estadual de Assistência Social de Mato Grosso do Sul (CEAS/MS).

No desenvolvimento deste escrito acerca de minha trajetória acadêmica e atuação profissional, cabe dizer que, após dois anos trabalhando na Secretaria de Educação, ingressei no

³ Resultados da pesquisa citada, no artigo: “Descolonizando o ensino: reflexões sobre a prática docente a partir das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08” (SILVA; MARQUES, 2016).

mestrado em Educação; o título de minha dissertação defendida em 2007 é “*O ensino da História da África e a atualidade da questão na escola: entre a existência da Lei n.º 10639/03 e o fazer pedagógico do educador*”.

1.2 A INCURSÃO NO CAMINHO DA ESCRITA

No decorrer do curso de mestrado em Educação, ampliei minha prática de leitura e escrita. Após a conclusão desta pós-graduação *stricto sensu*, escrevi um capítulo em coautoria com o prof. Dr. José Licínio Backes: “A discriminação racial no espaço da sala de aula e o papel central do educador para a sua discussão”, publicado no livro *Políticas Públicas Educacionais – Novos contextos e diferentes desafios para a educação no Brasil*, cuja organizadora foi a Prof.^a Dr.^a Eugenia Portela de Siqueira Marques.

Escrevi também, o artigo “Inter/multiculturalidade na articulação com as vozes negras”, publicado no livro *Aprendendo a pesquisar no campo da educação: diferentes sujeitos pesquisando a diferença*, organizado pelo Prof. Dr. José Licínio Backes em 2020.

Outro texto foi “O discurso das mulheres e os desafios dos novos tempos”, escrito em coautoria com o Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), publicado no livro *Linguagem e questões afrodescendentes*, em 2010. Os organizadores são: o Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues e Prof. Me. Antônio Carlos Santana de Souza.

Em minha participação no II COPENE Sul – Congresso dos Pesquisadores Negros da Região Sul – Saberes Negros do Sul do Brasil; Pensamento Afro-brasileiro; Pensamento Africano e da Diáspora, realizado em Curitiba, Paraná, em julho de 2015, apresentei o trabalho intitulado *Educação para as relações étnico-raciais e a descolonização curricular pós Lei 10.639/2003: os desafios da docência frente à diversidade permanecem*, escrito em coautoria com outros dois autores e publicado nos anais do evento.

Para continuar ampliando minha formação e prática docente, participei do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia e Sociologia da Educação (GEPASE/UFMS) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/FAED), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por um duradouro e gratificante período, no qual foram realizados estudos de livros, como: *Família, escola e juventude – Olhares cruzados Brasil-Portugal*, de Dayrell *et al.* (2012); *A distinção – Crítica social do julgamento*, de Pierre Bourdieu (2011); *Contrafogos –*

Táticas para enfrentar a invasão neoliberal e Contrafogos 2 – Por um movimento social europeu, de Bourdieu (1998), entre outros.

Vinculada ao mencionado grupo, fiz parte do projeto de pesquisa “Estratégias familiares na escolha de estabelecimentos escolares: as relações entre famílias e escolas na produção do sucesso escolar em Campo Grande/MS”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Jacira Helena do Valle Pereira, em 2014.

No período de novembro de 2012 a novembro de 2013, pude participar do Projeto de Extensão “Equidade na pós-graduação: o acesso de populações sub-representadas”, realizado pela Unidade Universitária de Dourados/MS (UEMS) e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Beatriz dos Santos Landa.

Em 2018, apresentei a comunicação oral “Escolarização quilombola: contornos de uma educação diferenciada?” no VIII Seminário Internacional Fronteiras Étnico-Culturais e Fronteiras da Exclusão: Outros Currículos e Outras Epistemologias São Possíveis, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e coordenado pelo Prof. Dr. José Licínio Backes.

Percebo que, em todos esses espaços e, sobretudo, na ambiência da escola, se fez em mim a vontade de pesquisar e analisar as questões da negritude e da luta contra a opressão racial.

Neste trabalho, a incorporação dessas questões emerge configurada pela compreensão da negritude⁴ como uma identidade que, em sua totalidade, luta para ultrapassar as fronteiras das injustiças raciais. É válido ressaltar as histórias e memórias de lutas sociais protagonizadas por pessoas negras no cotidiano de suas vidas, na compreensão de que esses sujeitos têm como pauta a desconstrução estrutural do racismo, requerendo importantes ações políticas para o enfrentamento das desigualdades que se apresentam. Considerando-se a realidade social em que há muito por fazer pela igualdade e inclusão da população negra, é necessário que a sociedade reflita sobre a complexidade das consequências do racismo em nosso país.

É a partir das perspectivas emancipatórias de cidadania que se demonstra a reivindicação por direito à educação e às políticas sociais, no que signifique a plena igualdade com direito à diferença. Trata-se de uma afirmação identitária que não se constitui em tão somente legar

⁴ “O termo negritude foi cunhado por Aimé Césaire em 1939 no livro *Caderno de um retorno ao país natal*. Segundo o autor, [...] tratava-se de uma ‘tomada de consciência’ da especificidade do ser negro. Todavia, para ele, a consciência dessa especificidade não era um enclausuramento, mas uma abertura para o universal e para a valorização da humanidade. Tratava-se da assunção de uma particularidade que carregava uma dimensão revolucionária, ao afirmar a presença de uma parte antes ignorada da humanidade”. (BARBOSA, 2020, p. 33).

algo, mas em inscrever-se e estar no mundo interagindo como sujeito não subjugado pelas hierarquias das opressões sociais racistas.

Tomando por base a contribuição de Hall (2004), para quem a identidade que não se constitui em sua fixidez nem em essencialismos, portanto, é sempre provisória, importa compreender a construção das identidades como processos imprescindíveis da humanidade que se formam e se transformam interpostos por representações culturais. Nessa perspectiva, o reconhecimento e a valorização da diferença são essenciais aos sujeitos e às suas identidades, que são únicas e em tempo algum estarão prontas ou finalizadas.

O país, caracterizado pelo embranquecimento, não reconhece a diferença negra, e “quase nunca se fala da herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas”. (BENTO, 2022, p.23). De acordo com a autora, o legado da escravidão inscreveu-se na subjetividade coletiva social brasileira, assegurando privilégios para os sujeitos brancos, sob a justificativa de uma hierarquia racista.

Contudo, manifestando-se na temporalidade histórica, mediante disposições sociais voltadas para a valorização negra, em especial na expressão do Movimento Negro brasileiro organizado, a população negra tem resistido, subsistido e se posicionado contra a opressão, a exploração e a dominação, reveladas em seus diversos aspectos. Percebe-se que os modos hegemônicos de ver, pensar e ser representado por noções errôneas de uma suposta superioridade racial branca, imaginária na sociedade, necessitam ser fortemente questionados.

No que se refere à minha trajetória profissional, engajada com a temática de pesquisa, busco compreender a importância da articulação e do reconhecimento da luta dos sujeitos sociais que se fazem presentes na contestação das injustiças e desigualdades raciais. Na ampliação da compreensão desse processo social, trago o pensamento de Santos (2018):

Situar a resistência e a luta no centro das comunidades epistemológicas emergentes de modo nenhum implica que os grupos sociais oprimidos sejam considerados apenas e quando lutarem e resistirem. Isto significaria um reducionismo modernista inaceitável. As pessoas fazem muitas outras coisas além de resistir e lutar. Deleitam-se com a vida, por mais precárias que sejam as condições, celebram e valorizam a amizade e a cooperação; e, às vezes, também decidem não resistir e amolecer ou abandonar as lutas. Além disso, as relações de dominação sempre implicam outras relações além daquelas de dominação. As lições que devem aprender das suas vidas levam tudo isso em consideração. Centrar-se na resistência e na luta tem como objetivo ampliar as possibilidades para esse novo e tão necessário conhecimento de confrontação. A experiência das lutas pela liberdade enriquecerá a perspectiva global sobre lutas atuais e futuras. (SANTOS, 2018, p.310).

Por seu turno, sobressai o compromisso da educação em consagrar a igualdade com a diversidade e a diferença humana, sem o qual os princípios educativos de autonomia, emancipação e integral desenvolvimento dos sujeitos perdem suas funções. É necessário considerar o sistema educacional como parâmetro fundamental de transformação social, compreendido por uma educação antirracista.

Desse modo, descrevo sucintamente neste trabalho o percurso das minhas experiências, em especial da vivência profissional, que me impulsionaram na direção do doutorado em Educação para pesquisar a temática étnico-racial. Sigo apresentando as reflexões e análises no decorrer do processo de construção desta tese, enfocando as dimensões dos protagonismos⁵ antirracistas de pessoas que, em suas histórias de vida contribuíram desempenhando papéis de liderança, na ação proativa da luta social para superação das injustiças e desigualdades sociorraciais, tanto em suas demandas individuais quanto coletivas na militância do Movimento Negro em Mato Grosso do Sul.

⁵ “Para compreender bem o termo protagonismo, vale buscar compreender outros dois parecidos, usados comumente como sinônimos: militante e líder. Cada um desses termos tem uma origem diferente. Protagonismo vem do grego, militante vem do latim e líder do inglês. [...] Militante é um termo mais usado fora do mundo militar do que dentro. Foi apropriado pela Igreja e pelos movimentos políticos e sociais para significar a pessoa engajada, comprometida, defensora, missionária das ideias de uma Igreja, de um partido, de um movimento”. (MOURA, 2017, p. 24).

2 CAPÍTULO I – RAZÕES PARA ESCREVER AS HISTÓRIAS DE VIDA COM PROTAGONISMOS ANTIRRACISTAS

*Por que escrevo?
Porque eu preciso.
Porque minha voz,
[...] foi silenciada por muito tempo.⁶
Jacob Sam-La Rose*

Por que optei por pesquisar e escrever sobre histórias de vida com ativismo antirracista? Compreendo que minha vontade de pesquisar essas histórias pode ser esboçada em conformidade com a epígrafe acima, onde Kilomba (2019) alude a como o racismo se configura e predetermina os silenciamentos das vozes negras afro-americanas, a partir do colonialismo escravagista.

Há necessidade de tomar como base a naturalização da igualdade humana, opondo-se à naturalização da diferença como marca de inferioridade. É preciso ressaltar que o cenário brasileiro é repleto da participação de pessoas negras protagonistas, vivenciando situações cotidianas e em importantes lutas em diferentes momentos do nosso país, com atuações na política, na economia e na sociedade em geral.

Nas palavras da autora, “escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor ‘validada/o’ e ‘legitimada/o’, [...] nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada”. (KILOMBA, 2019, p. 28).

Trago de início parte do pensamento expresso na epígrafe para enfatizar a importância de visibilizar histórias e narrativas outras de sujeitos historicamente excluídos. A intenção é contribuir com a desestabilização e derrota do preconceito e da discriminação racial em nossa sociedade.

De acordo com as reflexões do pensador decolonial Aníbal Quijano (2005), o poder global engendrado na colonialidade ressurgiu do colonialismo e age com suas fortes bases na estruturação mental dos sujeitos desde o início de sua colonização. A América Latina continua

⁶ Traduzido do inglês. “Why do I write? Cause I have to. Cause my voice, [...] Has been silent too long”. SAM-LA ROSE, Jacob. Poesia. Citado por Kilomba (2019, p.27).

se deparando com o emaranhado da colonialidade escravista e do arcabouço social desde o início do seu “descobrimento”, ou seja, as forças dessa ação colonialista atuam na contemporaneidade com suas formas intersubjetivas de relações de poder, dominação e subalternização, visto que “o colonialismo é a concepção do outro como objeto e, conseqüentemente, o não reconhecimento do outro como sujeito”. (SANTOS, 1999, p. 205). Logo, o racismo direcionado aos negros pretende que a cultura, a identidade e a corporeidade negra sejam subestimadas, na intenção de inferiorizá-los. Em concordância com ambos os autores, compreendo que a discursividade colonialista coexiste no presente, projetando a reprodução das subjetividades racistas no imaginário social.

Com Ribeiro (2017, p. 26), ao discorrer sobre o lugar de fala e alertar para a necessidade de “demarcar possibilidades de transcendência da norma colonizadora”, pode-se entender essa implicação epistemológica sob a condição do reconhecimento de que os sujeitos subalternizados, embora sejam muitas vezes invisibilizados em suas ações, se organizam intelectual e politicamente para enfrentar os silenciamentos de suas vozes socialmente. Esta afirmação, depreendida do texto de Ribeiro (2017), além de embasar o posicionamento da discussão política e dos conceitos do feminismo negro, muito contribui com a desconstrução do racismo e da heteronormatividade do processo colonizador; ao mesmo tempo, pode promover a construção de narrativas capazes de fazer ecoar as vozes silenciadas e subalternizadas.

A partir de então, é significativo promover urgentes esforços para que sejam desconstruídas as disfunções sociais revestidas de racismo, por meio do combate as injustiças e desigualdades raciais e sociais. É nesse contexto que também se insere a valiosa contribuição da questão racial por meio das histórias de vida rememoradas, que trazem consigo os signos constitutivos de etnicidade, inscritos na ancestralidade negra, no movimento da memória individual e coletiva protagonizada por seus sujeitos.

Na abordagem dessa temática, que traz elementos necessários ao enfrentamento do racismo, Carneiro (2020) fala de uma “escrivência insurgente”, ressaltando que, diante da transformação social,

[...] o que nos move a denunciar, o que nos move a lutar, a escrever, é a indignação diante da injustiça e da opressão, são as vivências cruéis que pessoas negras experimentam nessa sociedade e contra as quais têm que estar sempre alerta, em legítima defesa. E é essa indignação que reafirma a nossa humanidade e é esse o combustível da nossa resistência. (CARNEIRO, 2020, p.3).

As palavras de Carneiro expressam, em seu significado mais profundo, dada a temporalidade social, que a população negra tem resistido, posicionando-se contra a opressão, a exploração e a dominação, em especial por intermédio da expressão do Movimento Negro brasileiro, organizado como uma força de reflexão e valorização dos sujeitos negros. Na reflexão necessária sobre o fato de que temos vivido e assistido ao predomínio de tentativas de imposição de saberes e conhecimentos hegemônicos brancos, compete desnaturalizar essas representações fixadas de hierarquização, a partir de perspectivas emancipatórias de cidadania, legitimadas pela plena igualdade com direito à diferença.

Eu pretendia ouvir quatro histórias de vida e proceder às suas análises. Cheguei a fazer o convite para uma quarta pessoa, que, embora tenha aceitado participar, em razão de situações pessoais e da gravidade do período vivenciado por todos nós no enfrentamento da pandemia de COVID-19, acabou por não tomar parte na pesquisa.

Esse grave período pandêmico em nosso país fez com que aguardássemos até o ano de 2022 para poder realizar as entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa, considerando, naquele momento, os cuidados redobrados com a saúde das pessoas com mais de 60 anos de idade, como foi o caso dos convidados da pesquisa em foco. Contudo, três pessoas confirmaram a participação na pesquisa, e assim me mantive incentivada e em diálogo com elas pelo celular.

Por tratar-se de uma pesquisa de história de vida, a metodologia de história oral apresenta-se em sua centralidade, e de início previa-se realizar mais de uma entrevista com cada um dos sujeitos participantes da pesquisa. No entanto, não sendo possível, fizeram-se necessários alguns contatos por WhatsApp, telefone e *e-mails* para elucidar as dúvidas.

2.1 Os sujeitos protagonistas da pesquisa

Para convidar os participantes da presente pesquisa, considerei, em especial, seu reconhecimento social local e nacional em relação ao antirracismo, como ativistas incansáveis do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul, ao desenvolverem projetos e outras atividades que incursionam a aplicabilidade da Lei n.º 10.639/2003, referente ao ensino da História da África, História Afro-brasileira e História Indígena no espaço escolar.

Os três participantes da pesquisa, ainda na atualidade, são importantes interlocutores das questões étnico-raciais, em defesa dos direitos humanos, igualdade, valorização e respeito pelas diferenças. Por se tratar de pessoas com vida pública profissional e atuação ativista, consultei as mídias sociais para a obtenção inicial de algumas informações que fossem de domínio

público, na compreensão de que os sujeitos participantes, protagonistas desta pesquisa, são considerados personalidades sul-mato-grossenses. Ainda que dois desses personagens ilustres tenham nascido em diferentes estados brasileiros (São Paulo e Minas Gerais), eles se reconhecem como cidadãos do estado de Mato Grosso do Sul, considerando as suas atuações profissionais e trajetórias de vida aqui vivenciadas por muitas décadas.

É possível afirmar que os protagonismos antirracistas dessas lideranças, contribuem na luta social e na defesa dos princípios de igualdade, valorização da cultura e diferença negra. A partir disso, entende-se que essas pessoas, ao longo de suas vidas, não silenciaram diante do arraigado racismo e da desigualdade racial que se revelam em nossa sociedade⁷. Dessa perspectiva, infere-se que as histórias de vida analisadas nesta pesquisa são inspiradoras e incentivadoras de princípios democráticos, emancipatórios e igualitários.

A seguir, serão apresentados os sujeitos participantes da pesquisa na presente tese. Informo que conversei com eles sobre como gostariam de ser mencionados na escrita deste trabalho, e todos disseram que não viam problema em ser denominados apenas pelo primeiro nome, mas também não se opuseram à sua menção como doutores. No caso do João, entendi que ele preferia ser mencionado somente por seu nome. Assim, considerando que Raimunda e Aleixo são mais conhecidos como “doutores”, vou referir-me a eles, em muitos momentos, usando esta palavra. Embora João tenha preferido ser tratado pelo nome, ressalto que ele, como os outros dois participantes da pesquisa, é advogado e considera que, por vezes, se exige o uso dessa convenção, sobretudo, na linguagem escrita.⁸ É significativo notar que o entendimento social instituído no Brasil passado, coexiste no presente com o nosso costume de intitular médicos e advogados de doutores, mesmo aqueles que não têm doutorado.

⁷ “O Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Metade da população tem acesso a 10% do total da renda familiar enquanto a outra metade tem acesso a 90%. Graves desigualdades continuam a colocar mulheres, minorias raciais e jovens em desvantagem. Trabalhadores homens recebem 50% mais do que as mulheres, uma diferença 10% maior do que na média dos países da OCDE. As mulheres também estão mais propensas a desempenhar trabalho informal. A pobreza é alta entre as crianças e o desemprego entre os jovens é mais do que o dobro da média geral. Essas desigualdades tendem a potencializar umas às outras, limitando consideravelmente a capacidade de parte da população de realizar seu potencial produtivo e melhorar de vida”. (OECD, 2018, p. 6).

⁸ Considerando o usual modo de tratamento pessoal, a jornalista Claudia Wallin traz para o debate público a questão ao discorrer sobre uma particularidade da Suécia, “um povo que trata seus governantes e representantes como cidadãos normais, e vice-versa. Um país sem Excelências. [...] A lógica relação de horizontalidade entre os cidadãos suecos e os políticos que os representam. Não pela aversão dos suecos ao uso de pronomes formais de tratamento na interlocução com autoridades, mas pelo simbolismo do fato: o senso de igualdade marcante que vigora entre os cidadãos, seja governante ou governado. [...] Uma sociedade que aboliu os pronomes formais nos anos 1960, e onde todos se tratam por você. [...] O rei já perdeu todos os poderes nesta nação extrema e progressista, que se tornou referência na promoção dos ideais de igualdade, justiça e solidariedade social”. (WALLIN, 2014, p. 12, 13).

Raimunda Luzia de Brito

A Dra. Raimunda é uma pessoa comunicativa e costuma ser vista assim por todos aqueles que a conhecem. Ela nasceu em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, no dia 27 de janeiro de 1939. Tem 84 anos e reside em Campo Grande desde a sua infância. Ela optou por não se casar e não teve filhos; as sobrinhas queridas, Ana Cristina e Denise, ao lado de sua sobrinha-neta Taynara, entre outros sobrinhos, são grandes alegrias da vida dela.

Raimunda é assistente social, advogada e professora. Foi coordenadora de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (CPPIR-MS) entre 2007 e 2014, além de exercer outros cargos no governo estadual em defesa dos grupos socialmente minorizados. É mestra em Serviço Social e cursou o doutorado em Educação. Trabalhou durante 29 anos como professora da Universidade Católica Dom Bosco. Ela é militante do Movimento Negro sul-mato-grossense e ativista em defesa dos direitos humanos, sobretudo da população negra e das mulheres. Raimunda é fundadora do Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul, que depois passou a chamar-se Coletivo de Mulheres Negras Raimunda Luzia de Brito.

João Batista dos Santos

João é advogado e professor. Lecionou na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, foi funcionário de dois grandes bancos e posteriormente exerceu o cargo de presidente do Sindicato dos Bancários no município de Dourados. Além disso, desempenhou mandatos parlamentares como deputado federal e estadual, representando o estado de Mato Grosso do Sul. Ele é militante do Movimento Negro sul-mato-grossense em defesa dos direitos humanos e, em especial, da população negra. Atualmente, João é o diretor jurídico do Sindicato dos Bancários em Dourados e oferece atendimento para toda a região estadual.

O participante da presente pesquisa é mais conhecido como João Grandão. Ele tem 63 anos, é paulista nascido em Rinópolis, São Paulo, no dia 26 de dezembro de 1959; no entanto, mora em Mato Grosso do Sul há muitos anos e se reconhece como um douradense e sul-mato-grossense de coração. João é casado há 38 anos e reside na cidade de Dourados (MS) com sua esposa, Sr.^a Valdenir Nunes dos Santos, seus dois filhos e quatro amados netos.

Aleixo Paraguassú Netto

O Dr. Aleixo nasceu em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no dia 5 de março de 1937. Ele tem 85 anos e reside com sua família em Campo Grande há mais de cinco décadas, portanto, entende ser pertinente considerar-se um sul-mato-grossense. É casado há 67 anos com Maria da Conceição Ribeiro Paraguassú, e o casal tem filhos, netos e encantadores bisnetos.

Reconhecido nas mídias sociais, Dr. Aleixo é mencionado como o primeiro homem negro a assumir o cargo de juiz de direito no estado de Mato Grosso do Sul. É muito significativa a sua representatividade, principalmente para as pessoas negras. Para que isso deixe de fazer parte da exceção, tornando-se algo comum para os negros, ele, em sua posição militante do Movimento Negro de combate ao racismo, representa a importância da consciência negra, defendendo, ao longo dos anos, políticas em prol da promoção de ações afirmativas para a igualdade racial em que os negros sejam de fato incluídos e possam ter seus percursos de vida bem-sucedidos na sociedade.

A fim de contribuir com essa referência pessoal, apresento aqui uma citação de Santos (2010, p. 394), que em sua tese de doutoramento em Antropologia Social, defendida na Universidade de Brasília, evidencia a atuação profissional e o ativismo de Aleixo Paraguassú Netto em nosso estado:

Juiz de Direito aposentado, foi delegado de polícia no Distrito Federal, secretário de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul [...] (1987-1991) e, posteriormente, foi secretário de Estado de Segurança Pública nesse Estado. É uma das mais importantes lideranças do Movimento Negro desse Estado. (SANTOS, 2010, p. 394)

O próximo item traz a problematização e os objetivos da presente tese. Logo após, na metodologia, apresentam-se os procedimentos referentes à história oral, e descrevem-se os caminhos traçados desde o início da pesquisa até a sua conclusão.

2.1.1 A problematização e os objetivos da tese

A busca do interdito, do que não é expresso de forma oficial, de invenções ilógicas ou subjetivas, é o fundamento das tradições orais.
Meihy; Seawright (2020, p. 81).

Meu interesse em pesquisar as histórias de vida por meio da história oral, emerge da necessidade de enfatizar as importantes contribuições do protagonismo negro no combate à exclusão social e ao racismo, considerando a contextualização social de reivindicações por melhores condições de vida, educacionais e políticas para a população negra sul-mato-grossense. Compreendo que as histórias de vida dos sujeitos participantes da pesquisa, podem apresentar aspectos e significações que carecem de análises críticas teóricas por parte dos pesquisadores em seus estudos acadêmicos, em face da metodologia de história oral, o que poderá identificar um campo vasto a ser pesquisado por meio dessas fontes.

Como destacam Meihy e Holanda (2017), para pensar a história oral de vida em seus conceitos e compromissos, é necessário considerar a percepção memorialística, na compreensão de que, no coletivo, também temos uma memória refletida na expressão da memória cultural e memória social. A memória interiorizada é, pois, contrastada com a memória exteriorizada, e a partir disso passa a ser definida a diferença entre memória escrita e memória oral. Em geral, há uma compreensão errônea com relação à forma escrita e a desconsideração ou mesmo dispensa da oralidade. Precisamente diante disso, há uma provocação memorialística e da história oral, demonstrando que a documentação escrita carrega também as marcas das subjetividades, atribuídas desde sempre à história oral.

Segundo Pollack (1992, p. 207), os mecanismos da oralidade e da escrita oferecem significativas reflexões:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.

A partir dessas considerações, pode-se perceber a importância da história oral como um metódico meio de pesquisa científica. Dentro dele, encontra-se a expressão da memória oral como indispensável objeto de estudo, propiciador da aproximação entre as questões analisadas, o pesquisador e as distintas reminiscências das pessoas pesquisadas.

Para Meihy e Holanda (2017), há grupos silenciados que têm relevantes histórias para contar. São histórias guardadas nas suas memórias, que, não sendo contadas e documentadas de forma escrita, são vítimas do processo de exclusão que se faz pela valorização única da escrita. Por isso mesmo, no caso de pessoas e grupos sociais historicamente desconsiderados, não cabe aqui guardar apenas na memória as suas narrativas.

Podemos compreender a necessidade do fortalecimento das posições discursivas dos sujeitos desconsiderados na sociedade brasileira ao longo do processo histórico. Ressalta-se que, além da inclusão do ensino de história africana, instituído pela Lei n.º 10.639/03, são necessários novos pressupostos para visibilizar e valorizar socialmente os desqualificados. Como afirma Costa (2010, p. 16):

Exigem, portanto, como suporte, concepções e compromisso social e ético docente na tarefa de derrotar o racismo, mediante a igual valorização, na prática educativa escolar, dos diferentes povos, suas histórias e culturas nos mais diversos aspectos, como, por exemplo: linguísticos, religiosos, estéticos, artísticos e pertinentes à corporeidade, de modo a superar a visão etnocêntrica que coloca a Europa e tudo que lhe diz respeito como o centro absoluto de referência da humanidade.

Philippe Joutard (2000, p. 33) ressalta a autoridade da história oral para “dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos, [...] que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história”. É relevante pensar sobre as possibilidades oferecidas pelas enunciações orais em conexão com a escrita, entendendo-se que os registros escritos não representem o esquecimento, o fim da memorização, ou seja, a ação da desmemorização, uma vez que a finalidade não é desconsiderar a oralidade, mas possibilitar que as tessituras organizacionais escritas acessem a valorização das memórias e demonstrar a imprescindibilidade das narrativas da oralidade.

É nesta dimensão que a presente tese pretende contribuir ao abordar histórias de vida de sujeitos negros representados por seus protagonismos no estado de Mato Grosso do Sul, recorrendo ao dinamismo da história oral nas suas interlocuções com os sujeitos, por meio do resurgimento das memórias contextualizadas a partir da reflexão da disparidade das relações sociais de poder e da ressignificação do passado rememorado no presente.

A história oral de vida possibilita uma grande contribuição na produção de informações e conhecimentos, seguida por várias disciplinas nas Ciências Humanas, como: História, Antropologia, Sociologia, Psicologia e Literatura. Ela permite o recolhimento ativo de dados, elementos, documentos biográficos e autobiográficos, e, de modo especial, entrevistas orais livres, tanto no campo individual quanto no coletivo, em memórias que se revelam nas palavras e expressam as experiências vividas. (MEIHY; HOLANDA, 2017)

De acordo com (HALBWACHS, 2006), a imprescindibilidade da memória é a de desvelar, na atualidade, os conhecimentos do passado. As lembranças constituem-se em narrativas históricas e na preservação de nossas memórias. A história oral de vida oferece possibilidades

de reconstituir as experiências vivenciadas, as impressões individuais e coletivas, e os lugares de onde os sujeitos falam.

Como mencionado na introdução desta tese, a ideia de trazer a história de vida de pessoas negras e pôr em destaque os seus protagonismos despontou a partir dos estudos de mestrado em Educação, em que pesquisei o fazer pedagógico dos educadores no cumprimento da Lei n.º 10639/03. A realização desse estudo, posteriormente, levou-me a pesquisar as histórias de vida de pessoas singulares que se dedicaram individualmente e coletivamente ao combate do racismo e da discriminação racial em Mato Grosso do Sul.

No que se refere ao protagonismo de luta social antirracista dos negros na sociedade brasileira, são elucidativas as palavras de Nascimento (2003, p. 222, 223) ao evidenciar o processo de contestação e terminante recusa dos discursos racistas:

O Movimento Negro surge no início do século XX como herdeiro e continuação de uma luta já em movimento desde os primórdios da constituição do Brasil. A luta quilombola atravessa todo o período colonial e o do Império, sacudindo até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata. [...] O registro documental dos movimentos negros da primeira metade do século que se seguiu a abolição da escravatura é bastante precário. Escassos livros, folhetos, jornais e documentos relativos às organizações e às atividades coletivas da comunidade afro-brasileira nesse século estão na maioria esgotados, guardados em arquivos particulares, perdidos ou de algum modo inacessíveis. Essa precariedade do registro decorre, em grande parte, da trajetória de uma comunidade destituída de poder econômico e político, e de um movimento composto de entidades perenemente sujeitas a instabilidade e falta de recursos, infraestrutura, espaço físico e apoio de outros setores da sociedade civil. Como consequência da parca documentação e pesquisa sobre o tema surgem o reforço e a reprodução do discurso escamoteador do processo histórico afro-brasileiro. Prevalece a imagem de uma comunidade negra com pouca tradição de luta antirracista tanto entre os partidários da tese da democracia racial, para quem não haveria motivo para tal luta, quanto no meio intelectual.

Diante deste contexto social em que o racismo apresenta engendramentos estruturais e marca as relações e as desigualdades no Brasil, há de se começar a encarar a discussão antirracista não só com quem se defronta com o racismo, tendo em conta a insuficiência do tratamento desta grave questão. Compreende-se, portanto, a necessidade de ir além, em contraposição à ambivalências, a relações de poder hegemônicas e a malefícios decorrentes da exclusão social.

A desconstrução do racismo, em seus aspectos objetivos e subjetivos, é indispensável para que os sujeitos usufruam na totalidade do direito à igualdade e as pessoas possam legitimamente obter o reconhecimento e a valorização das suas diferenças⁹. Compreende-se, pois,

⁹ “Pensar a diferença é mais do que explicitar que homens e mulheres, negros e brancos, distinguem-se entre si; é, antes, entender que, ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão”. (GOMES, 2003, p. 161).

que o efetivo respeito pelo diferente requer a construção de relações étnico-raciais asseguradas pelo enaltecimento da igualdade humana, a promoção da cidadania e a consideração de todos, sem que suas diferenças sejam transfiguradas em desigualdades, tendo em mente que as diferenças não desigualam os seres humanos; portanto, a diferença negra, em nenhuma circunstância, pode ser caracterizada como sinônimo de desigualdade.

Ribeiro (2017), faz críticas contundentes à discursividade racista brasileira que em particular, demonstra não compreender que as procedências históricas de racismo e exclusão da população negra, precisam ser removidas para que possamos essencialmente obter os princípios básicos de uma sociedade democrática. Em seu livro *O que é lugar de fala*,¹⁰ a autora chama atenção para aspectos estruturantes e essencializantes que de forma hegemônica se vinculam a categorizações de raça, de gênero e de classe social, na consideração fundamental de reconhecer e apoiar a organização social, a participação dos grupos oprimidos, subalternizados, silenciados propositalmente na história pública e política do país, como um caminho garantidor do pleno exercício da nossa democracia. (RIBEIRO, 2017, p.31), em referência a tal princípio, prossegue: “grupos que sempre estiveram no poder passam a se incomodar com o avanço de discursos de grupos minoritários em termos de direitos.”

Conforme a autora alerta, aquelas vozes que foram silenciadas insurgem-se, com o propósito de desfazer os silenciamentos a elas colocados, enfrentando os desafios para que sejam ouvidas. Assim, precisam continuar se fazendo presentes diante da situação de exclusão e desigualdade:

Friso que, mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que, muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas justamente por lutarem contra a violência do silêncio imposto. O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falso simétrica causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente. (RIBEIRO, 2017, p. 48).

Maldonado-Torres (2020, p. 28) afirma “que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da inde-

¹⁰ A autora afirma: “não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor a origem do termo é imprecisa, [...] surge a partir da tradição de discussão sobre [...] ponto de vista feminista – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. As reflexões e trabalhos gerados nessas perspectivas, consequentemente, foram sendo moldados no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva”. (RIBEIRO, 2017, p. 32).

pendência econômica e política”. O desafio de repensar e refletir de forma crítica sobre a descolonização de mentalidades racistas é inegável e exige confrontar o sistema de pensamento hegemônico e suas estruturas dominantes, ainda muito presentes na atualidade.

De maneira fundamental, neste estudo, infere-se que as narrativas orais das histórias de vida analisadas podem contribuir com o processo sócio-histórico de valorização e fortalecimento da etnicidade negra. Além disso, a análise das questões apresentadas a partir dos ecos dessas memórias pode ampliar a visibilização dos sujeitos protagonistas do antirracismo, ao lado do Movimento Negro em Mato Grosso do Sul.

As considerações imbricadas na evocação da memória oral poderão levar à análise da história de vida desencadeada no protagonismo e ativismo social dos sujeitos negros da pesquisa. Tenta-se compreender de que modo a participação dessas pessoas, entrelaçadas por suas convicções, se inscreveu no espaço particular, público, político e, sobretudo, educativo, em sua atuação como agentes posicionados em favor da educação escolar e da igualdade, interessados no desfazer do preconceito, da discriminação racial, da exclusão social e do racismo estrutural que se apresenta em nossa sociedade.

Tantas batalhas, insurgências¹¹ e organizações de quilombos foram formas de questionar e não aceitar a sociedade escravista durante o passado colonialista e pós-abolicionista, na expressão terminante de recusa à opressão racista. Importantes instituições foram fundadas, como a Imprensa Negra Brasileira em 1931, o Teatro Experimental do Negro em 1944, o Movimento Negro Unificado em 1978 e a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, entre muitas outras. O protagonismo dos negros brasileiros foi sempre muito significativo, com ações impulsionadoras da transformação social no país, em busca de condições igualitárias e de democracia.

Uma das proposições desta pesquisa acadêmica é oferecer a possibilidade de um singelo preenchimento de presumíveis lacunas na bibliografia histórica, que ainda conta com poucos estudos sobre o protagonismo antirracista dos negros na sociedade brasileira. Este estudo parte da história oral e consiste em pesquisar três histórias de vida com protagonismo social antirracista em Mato Grosso do Sul, considerando os questionamentos, os lugares de onde os sujeitos falam e como se contrapõem ao silenciamento das vozes das pessoas negras na sociedade.

¹¹ Um exemplo disso foi João Cândido – “Filho de ex-escravos, nasceu no Rio Grande do Sul em 1880 e ingressou aos 13 anos na Escola de Aprendizes-Marinheiros. Em 1910, liderou a Revolta da Chibata, que lutava pela abolição dos castigos corporais na Marinha. Depois disso, foi expulso e internado como louco. Quando liberado, começou a trabalhar com descarga de peixes no Rio de Janeiro, onde morreu em 1969”. (LOPES, 2008, p. 43).

A relevância das questões do negro brasileiro pode ser evidenciada nas palavras de Gomes (2020, p. 225):

Se olharmos para a sociedade brasileira, **encontraremos o protagonismo negro denunciando esse mesmo colonialismo e sua colonialidade**. Ele está no clamor das negras e dos negros cujas vozes ecoaram contra a escravidão e no corpo dos que lutaram e ainda lutam pela nossa humanidade contra o racismo, as ditaduras, a pobreza, a violência racial e de gênero, a LGBTfobia, a violência religiosa, contra a hegemonia do padrão estético branco-europeu e o conhecimento eurocentrado. [...] Não bastam apenas o reconhecimento e a vontade política para descolonizar a mente, a política, a cultura, os currículos e o conhecimento. Essa descolonização tem de ser acompanhada por uma ruptura epistemológica, política e social que se realiza também pela presença negra nos espaços de poder e decisão. (Grifo meu).

Entende-se que as formas de resistência e as proposições que levaram os sujeitos pesquisados à conquista de novos espaços e à realização bem-sucedida de ações em prol de uma educação antirracista e de igualdade racial, seguramente, se fizeram correlacionadas ao Movimento Negro regional e nacional na elaboração de estratégias e condução de esforços desestabilizadores do estruturado racismo da sociedade brasileira. Evidentemente, a legitimidade de suas insurgências contra o estabelecimento de hierarquias raciais contribui com necessários debates e muitas reflexões nos campos da intelectualidade e da política, tendo em vista desestabilizar as relações de poder hegemônicas e impedir que a diferença negra seja transformada em desigualdade.

É importante compreender os anseios e interesses desses sujeitos, a partir de suas histórias de vida, ao contextualizar os malefícios da discriminação racial sociopolítica e econômica na nossa sociedade. Trata-se de articular a análise das memórias na compreensão de que a ação protagonista dos sujeitos pesquisados pode contribuir com o combate ao racismo. É sob essa perspectiva de análise que se constitui a centralidade desta tese.

Tendo o antirracismo em foco, Francine Saillant (2016), uma antropóloga canadense e pesquisadora da memória dos direitos humanos, expressa o compromisso com as reivindicações comunitárias em Quebec e com os grupos minorizados de negros brasileiros. Suas pesquisas têm ainda como pontos centrais a discriminação racial, entre outros fatores discriminatórios baseados em diferenças socialmente construídas, as discursividades, os aspectos culturais e a arte, considerando a individualidade e a coletividade no Canadá, na França, no Haiti e no Brasil. De acordo com a autora,

[...] o reconhecimento de grupos minoritários e minorizados é uma questão importante nas sociedades contemporâneas. A partir do momento em que as sociedades se veem como sendo compostas de diversos grupos, que elas se mostram como heterogêneas, elas também argumentam sobre a inclusão relativa destes grupos em seus universos.

A questão do reconhecimento encontra-se no centro das sociedades fundadas sobre o direito e abertamente pluralistas. A ideia do reconhecimento não é unicamente reconhecer as identidades de uns e de outros num ambiente plural. Ela também reconhece as feridas de grupos minoritários e minorizados. Para alguns, as feridas (e os sofrimentos) podem ser uma realidade vivida e reproduzida durante várias gerações. Elas também são o resultado do que se poderia chamar injustiça histórica. Reconhecer, por exemplo, grupos como Indígenas ou Afrodescendentes nas Américas é tocar no passado da colonização e da escravidão, por excelência, duas situações que podem ser injustiças históricas e, evidentemente, suas consequências. Assim, o reconhecimento só pode englobar os vínculos entre identidade, experiência da minorização, injustiça histórica e, finalmente, reparações de tal injustiça. [...] Através do exame da história da injustiça (ou do mal inscrito no passado) e dos pedidos de reparações de um grupo específico, o Movimento Negro no Brasil, considerando o passado da escravidão e de suas consequências; e, finalmente, através das respostas, leis, políticas e ações da sociedade civil de natureza diversa dadas aos pedidos de reparação. (SAILLANT, 2016, p. 17-18).

A dialogicidade contida nos grupos organizados em sociedade implica resoluções e liberações para o enfrentamento da discriminação e dos problemas sociais vivenciados no cotidiano dos sujeitos excluídos. Na afirmação de Santos (2010, p. 312), “a gestão controlada das desigualdades e da exclusão não foi, em nenhum momento, uma iniciativa ou uma concessão autônoma do Estado capitalista. Foi antes o produto de lutas sociais”, em prol da promoção da igualdade na contemporaneidade.

Diante desse cenário, é possível notar a inegável necessidade de estudo do objeto desta pesquisa e igualmente a indispensável continuidade da pesquisa de outras histórias de vida assemelhadas às pesquisadas nesta tese, privilegiando-se o campo metodológico de história oral, como forma de contribuir com a construção de uma política genuína de promoção da igualdade. Assim, compreende-se que na história oral de vida de sujeitos negros que protagonizaram ações no âmbito regional sul mato-grossense se identifica um escopo ainda vasto a ser pesquisado na região, na confirmação da relevante necessidade de estudos e análises acerca do objeto aqui proposto. Isso exige abrangentes indagações no sentido prático de pesquisar, observando-se com atenção as informações e, da mesma forma, as interrogações, indispensáveis ao questionamento do obscurantismo e dos obtusos silenciamentos das vozes negras, que têm sido invisibilizadas pelo racismo. Conforme anotado por Cunha Junior (2005, p. 265), nessa trilha da pesquisa:

É necessário que cada estado, cada município, cada bairro, escrevam as histórias dos afrodescendentes locais. Cada parte do País tem as suas marcas localizadas de africanidades. Mesmo em locais em que na atualidade não haja uma população afrodescendente significativa, pode-se ver, a partir de uma boa pesquisa, que no passado ficaram formas da memória histórica de afrodescendentes. Temos que lembrar que os afrodescendentes sempre estiveram associados à expansão das fronteiras econômicas e que foram substituídos por outras populações depois de consolidados os territórios.

No sentido de vitalização do protagonismo positivo das pessoas negras, é necessário proporcionar visibilidade a essas vozes, a fim de assegurar que sejam escutadas em suas histórias de vida, para potencialmente protagonizarem juntas e para que a transcendência desse protagonismo possa ser garantidora de autonomia e empoderamento. Vale lembrar a observação feita por Cruz (2005, p. 23) de que a falta de historicização afirmativa da população negra brasileira “revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação”. Para Meihy e Holanda (2017), reportar a memória implica recorrer à compreensão de quem somos, a qual/quais lugares pertencemos ou falamos, na tentativa de encontrar respostas para as nossas concretudes existenciais humanas.

Aqui, é relevante pensar a memória como construção social (HALBWACHS, 2006), que pode ser fortalecida ou debilitada, ou ainda, ser deixada na obscuridade, a depender das relações de poder exercidas para delimitar quem são os coadjuvantes ou os protagonistas. Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva e histórica é produzida no meio social, e o sujeito isolado dos grupos sociais não é capaz de construir experiências e manter as lembranças do passado, visto que todo o contexto social no qual o sujeito se encontra inserido contribui para a reconstrução dos vestígios e impressões de um determinado momento. Halbwachs (2006, p. 91) afirma: “[...] a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada”.

Entende-se que os enunciados dos sujeitos não falam somente por si mesmos, por estarem representados em seu próprio discurso, já que os testemunhos, deduções e reconstruções não são mera repetição das vivências do passado, mas são responsáveis por resgatar os acontecimentos a partir de interesses e preocupações atuais dos sujeitos. Com base nestas afirmações de reconhecimento da seletividade da memória, compreende-se que isso em nada enfraquece a importância desta pesquisa, pois, por meio da memória, pode-se recuperar justamente o que os sujeitos pesquisados consideram importante em suas vidas, ainda que possam ocorrer esquecimentos em razão da própria singularidade do processo reconstitutivo das memórias, quando estas são exteriorizadas por seus sujeitos para o pesquisador/entrevistador. Pollak (1992) aponta a seletividade da memória, considerando que nem todas as lembranças podem permanecer guardadas e que a memória se revela a todo o tempo transformada, mutável e flutuante.

Portanto, podemos observar, tanto em Pollak (1992) quanto em Halbwachs (2006), que a identidade social é ativamente construída em articulação com a produção da memória enquanto uma construção coletiva. Com efeito, “[...] a construção da identidade é um fenômeno

que se produz em referência aos outros, em alusão aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, que se faz por meio da negociação direta com os outros” (POLLAK, 1992, p. 204). De acordo com Halbwachs (2006, p. 3), as recordações permanecem na coletividade e, desse modo, são lembradas pelos outros, pois, “[...] em realidade nunca estamos sós, [...] é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças, se não tomarmos como ponto de aplicação, os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos de memória”.

Como vimos, sendo a memória expressa tanto na individualidade quanto na coletividade, ela é aberta as consonâncias e dissonâncias das conjecturas sociais delineadas do passado e presente de cada um dos sujeitos.

As palavras de Jean Duvignaud, ao prefaciар o livro: *A memória coletiva* de Maurice Halbwachs, contribuem para nos dizer como isso se traduz:

[...] a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. Assim, a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem vazia, nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica. Isto explica talvez por que razão, nos períodos de calma ou de rigidez momentânea das "estruturas" sociais, a lembrança coletiva tem menos importância do que dentro dos períodos de tensão ou de crise – e lá, às vezes, ela torna-se “mito”. (DUVIGNAUD, 1990 apud HALBWACHS, 1990, p. 14)

Nesse sentido, a memória individual apresenta-se correlacionada com a memória coletiva, assim como o esquecimento, que é intrínseco a essas representações. A memória se produz permeada pelo contexto social, mesmo as individuais produzidas fora dos grupos sociais.

A memória individual articula-se com as percepções da memória produzida por outros sujeitos nos grupos sociais. De modo que, a memória coletiva torna-se também propulsora das lembranças individuais, conectando as ocorrências e circunstâncias de fatos do passado com as apresentadas no presente.

É fundamental reconhecer e pôr em relevo a importância da memória e da história oral como constitutivas da valorização ativa das fontes orais, tanto na coletividade quanto na individualidade dos sujeitos. Discorrendo sobre os desafios da história oral do século XXI, (JOUTARD, 2000, p.33, 34) ressalta:

Não se pode esquecer que, mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o "indescritível", toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas "muito insignificantes" - é o mundo da cotidianidade - ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional.

Foi por essas razões que optei pela história oral em minha tese, como meio de mostrar o protagonismo de sujeitos negros em Mato Grosso do Sul, centrada também na exigência de pensar a cultura pós-colonial ocidental (BHABHA, 2005), marcada por estereótipos, que são estratégias discursivas na identificação e na desqualificação dos grupos socialmente inferiorizados. Para o autor,

O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais. (BHABHA, 2005, p.117).

Como se pode depreender, as análises e as considerações sobre as questões definidas nesta tese vão além de trazer as memórias. Na dimensão da história oral de vida, os sujeitos pesquisados podem mais do que delimitar ou expressar suas posições, pensamentos e processos contraditórios. Nesse sentido, focalizam-se as possibilidades de perceber como esses sujeitos organizaram e constituíram subjetivamente suas identidades, modos de vida, suas relações e intersubjetividades no processo de tornarem-se protagonistas sociais na representatividade individualizada e coletivizada de seus grupos.

Se a etnicidade negra se encontra fragmentada, isto se dá em consequência do racismo enfrentado ainda na atualidade, que apresenta, em seus desdobramentos, a subalternização, o silenciamento e a invisibilização dos negros. É dessa perspectiva que se vê a necessidade de esses sujeitos colocarem a descoberto, em seus relatos de história de vida, suas memórias individuais e coletivas como importantes subsídios de fortalecimento da identidade negra. A memória é constituída por movimentos mutáveis e, portanto, distingue-se em sua dinamicidade e mantém-se viva no cerne do seu *lócus*. Em sua exteriorização, as fontes orais trazem consigo a valorização de memórias protagonistas dos narradores em suas próprias histórias.

Cumpra, assim, assinalar que as vozes até então silenciadas de grupos desconsiderados em sua história, negados em sua humanidade, vistos apenas como diferentes, e não como iguais,

sejam reconhecidas no expressivo direito da igualdade humana e na condição protagonista de atuação social.

A história oral assume lugar e sentido, levando-nos a refletir a respeito do delimitado espaço reservado à diferença negra. De acordo com Tedeschi (2014, p. 11,12.), é necessário evocar a história oral mediante uma escuta atenta, compreendendo que:

[...] a racionalidade hegemônica, o pensamento único, patriarcal, colonizador, o consenso fabricado sobre os campos de significados produzidos acerca da sociedade, a ciência, a cultura, a política, entre outros, apagou a memória desses grupos, negando o passado e reificando o presente, levando mulheres, negros e indígenas a lutar pela desnaturalização desses discursos. [...] Transcorridos muitos anos, as narrativas dos “novos protagonistas” da história ainda se fazem alheias. É nesse momento que se adquire o sentido da história oral. [...] A atualidade exige que a teoria histórica seja debatida de acordo com as necessidades do presente. A sociedade muda rapidamente. Um documento, uma fonte oficial, nunca poderão transmitir os sentimentos, as dúvidas, as contradições em jogo de um determinado contexto, seja numa revolução, numa rua, numa mobilização social ou em qualquer situação em que intervenham homens e mulheres.

Nesse caminho de investigação e análise a partir da história oral, pesquisei três histórias de vida de pessoas negras com protagonismo antirracista, privilegiando essas fontes orais em suas lembranças e memórias. Assim, esta tese é guiada pelo seguinte objetivo geral: escutar, para escrever e analisar, três histórias de vida de pessoas negras com protagonismo social na luta antirracista no estado de Mato Grosso do Sul, na consideração de que elas contribuíram para a construção de uma sociedade igualitária por meio da terminante recusa ao racismo ainda denotado na sociedade brasileira.

A partir deste objetivo geral, apontam-se como objetivos específicos: a) Ressaltar a relevância dos protagonismos antirracistas das três pessoas negras da presente pesquisa na construção de uma sociedade não racista e não excludente; b) Registrar e oportunizar a visibilidade das histórias de vida das três pessoas negras participantes da pesquisa; c) Identificar o processo de construção das identidades dos três sujeitos negros da pesquisa e a constituição de suas autoimagens, por meio da escuta e análise de suas histórias de vida; d) Identificar a trajetória educacional dos três sujeitos negros e as estratégias por eles utilizadas, considerando as lembranças e as memórias destas pessoas por meio de suas histórias de vida.

Com esses objetivos, pretendo defender a tese de que, ao trazer as histórias de vida de sujeitos negros protagonistas da luta antirracista e analisá-las com as teorias decoloniais e dos estudos étnico-raciais, contribui-se para desfazer o silenciamento e o apagamento da história da população negra, tendo em mente a construção de uma sociedade justa e igualitária.

2.1.2 Os procedimentos teórico-metodológicos da história oral de vida

“As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações”

Zygmunt Bauman (2003, p. 7).

Estas palavras de (BAUMAN, 2003) suscitam muitas reflexões, dentre as quais, pode-se destacar a necessidade de expressar de modo mais profundo o sentido de pesquisar histórias de vida caracterizadas de forma singular por narrativas memorialísticas das fontes orais, referentes a vivências, sentimentos e experiências marcantes do passado.

Vale observar que a metodologia de história oral atua com os pressupostos ativadores da memória e das reminiscências dos sujeitos no decorrer do processo investigativo da pesquisa, para privilegiar a escuta atenciosa dos sujeitos pesquisados, particularmente nos momentos das entrevistas. É uma metodologia qualitativa de pesquisa, capaz de proporcionar particulares contribuições no instante da captação e análise das narrativas. Por meio dela, há possibilidades de enxergar múltiplos aspectos de acontecimentos que ficaram silenciados e que podem vir à tona ao recorrer-se as lembranças por um tempo esquecidas.

De início, é muito importante ressaltar a necessidade de ampliar o conhecimento sobre os conceitos fundamentais que guiam a elaboração desta pesquisa, ancorada, de modo essencial, em autores dos Estudos Culturais e dos Estudos da Decolonialidade, em especial, do grupo de autores da Modernidade/Colonialidade. Além disso, para corresponder aos objetivos da tese, ela se ampara em autores do campo das relações étnico-raciais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, o percurso metodológico estabeleceu-se de acordo com os objetivos gerais e específicos propostos para analisar a história de vida de três pessoas negras, com idade acima dos 60 anos, com experiências e narrativas de vida protagonizadas em sua trajetória pessoal, profissional e social.

2.1.3 O convite aos participantes e a articulação da pesquisa

Os primeiros contatos com os sujeitos participantes da pesquisa foram realizados por telefone e WhatsApp em dezembro de 2019, para falar do projeto de pesquisa inicial da tese, sobre histórias de vida de pessoas negras com ativismo, militância antirracista e protagonismo

social no estado de Mato Grosso do Sul. Penso que estas pessoas possam ter contribuído com a promoção dos princípios da igualdade, compreendida pela valorização da diferença, de modo a não desqualificar nem excluir.

Após este contato inicial, continuei conversando com as três pessoas convidadas, de forma não presencial, em consequência da pandemia de Covid-19, que se agravava em nosso país. Nessas conversas, apresentei o estudo e seu título ainda provisório, tratando da temática de histórias de vida e do protagonismo no combate ao racismo em Mato Grosso do Sul.

Depois de proceder à escuta atenta dos relatos orais dos entrevistados, realizei a transcrição das entrevistas de cada um dos sujeitos participantes da pesquisa e, na sequência, enviei-lhes o texto transcrito para que eles fizessem a leitura e as observações que considerassem necessárias. Os três fizeram a leitura, com algumas observações sobre datas e a grafia de nomes, e, em seguida, deram-me retorno.

Conforme previsto na metodologia, cada participante da pesquisa seria entrevistado duas vezes, e, ao final, haveria seis entrevistas. Contudo, foram realizadas cinco entrevistas, o que em nada afetou a análise e a escrita da tese, considerando-se que as insuficiências e as dúvidas apontadas no processo de realização da pesquisa foram sanadas via mensagens de WhatsApp, conversas telefônicas e *e-mails*.

Após a transcrição e a análise das primeiras entrevistas, realizei a segunda entrevista com João e Aleixo; depois, olhamos as fotografias que foram gentilmente selecionadas por eles, escolhendo juntos algumas fotos para serem colocadas na tese. Este segundo momento de realização das entrevistas orais foi pensado com a finalidade de abordar assuntos que não tivessem sido mencionados ou algum tópico que os participantes da pesquisa ainda quisessem acrescentar aos seus relatos.

Quanto ao uso dos nomes reais ou fictícios, caberia aos sujeitos participantes da pesquisa a decisão de utilizar ou não os seus legítimos nomes. Por sua vez, a perspectiva apresentada na metodologia de pesquisa demonstrava que seria importante não deixar seus nomes no anonimato, por tratar-se de uma pesquisa de histórias de vida com protagonismo social. Tornou-se necessário, portanto, citar os nomes no presente trabalho. A finalidade de trazer a história de vida de pessoas detentoras de cargos públicos no passado ou mesmo na atualidade, com notoriedade nas mídias sociais por suas ações em prol da equidade e igualdade racial, indica que é melhor utilizar os nomes verdadeiros, com a devida autorização e anuência de todos os participantes.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com as normas em vigência, foi por mim elaborado e apresentado aos três sujeitos participantes da pesquisa, que

dele tomaram ciência e permitiram a declaração dos seus nomes completos nesta pesquisa de história de vida. Quanto a este aspecto nesta pesquisa, Fonseca (2008, p. 45) argumenta:

Todos nós reconhecemos que o uso de nomes fictícios não garante o anonimato aos informantes. Justamente porque a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais – tanto do local, quanto do indivíduo – não é difícil para qualquer pessoa próxima aos nossos sites etnográficos reconhecer cada personagem, quer seja nomeado ou não.

De acordo com Harres (2009, p.100), a potencialidade da história oral como princípio de pesquisa é marca primordial e, portanto, indispensável na análise de história de vida a partir da fonte oral, conforme vemos em suas palavras:

O trabalho com fontes orais permite uma nova ênfase na experiência individual, possibilitando atentarmos para a forma como vem sendo realizado o ideal de autonomia, tão caro à civilização moderna, mas, ao mesmo tempo, tão difícil de vivenciar, já que estamos marcados por dependências e múltiplos constrangimentos, que muitas vezes são reconhecidos e explicitados no exercício da rememoração, quando são repensadas e revistas decisões e ações. Outro aspecto que a fonte oral documenta com muita propriedade refere-se às emoções.

É notório que, na atualidade, essa metodologia ganha maior força com a tecnologia, que a cada dia torna-se mais avançada, alterando as formas de gravação e transcrição das entrevistas. As conversas gravadas com as pessoas idosas mostram-se reveladoras de valiosas memórias e ricas fontes para consultas posteriores.

Em vinculação direta com as intersubjetividades processadas a serviço dos múltiplos interesses da economia, da política e do controle social pelo sistema mercadológico, convém levar em consideração a organização de processos e negociações para dar visibilidade a narrativas da memória e da intelectualidade de pessoas negras na atualidade. Alberti e Pereira (2008, p. 88) apontam que:

[...] a metodologia da história oral tem essa característica especialmente interessante: a de permitir o conhecimento de realidades sociais através da narrativa de histórias que condensam determinados significados sobre o passado. **São momentos especiais de uma entrevista, breves narrativas inseridas na grande narrativa de história de vida, que encerram uma riqueza tal que se tornam especialmente “citáveis” para dar conta de determinadas experiências.** (Grifo meu).

Nessa perspectiva, assenta-se a história oral como uma metodologia de pesquisa utilizada para escrever as histórias de vida no momento presente. É um meio de consideração e registro das histórias de vida dos sujeitos, como atores sociais detentores de conhecimentos que de modo oficial, ainda não foram registradas. (MEIHY, 2017).

Na estruturação da pesquisa, prioriza-se a aplicação de entrevistas livres. Conforme explica Meihy (2017, p. 35, “em história oral de vida, na medida do possível, deve-se trabalhar com o que se convencionou chamar de entrevistas livres”.

Nesse enfoque, enfatiza-se a função social da memória partilhada (BOSI, 1994), partindo-se da reconstituição das lembranças, do modo como se situam na representação do passado e na compreensão do presente, questionando a recorrência das estruturas sociais de desigualdades de grupos humanos minorizados no mundo contemporâneo.

A história oral privilegia grupos sociais deslocados – migrantes e imigrantes –, parcelas minoritárias excluídas, marginalizadas, se vale de suas narrativas para propor uma “outra história”, ou história “vista de baixo”, de ângulo incomum, sobre determinada realidade em contraposição ao silenciamento ou à visão “majoritária” e institucionalizada, assumida como aquela que devemos reconhecer como “versão oficial”. Por lógico, a visão dos grupos de poder interessa, mas como contraponto para o diálogo com os desvalidos. (MEIHY; HOLANDA, 2017, p. 52).

Conforme Meihy (2017) pondera, é também importante notar que o procedimento de história oral, além de uma metodologia de pesquisa científica capaz de fazer interlocuções com alusões diretas ao passado, consiste em uma forma privilegiada de demonstrar o protagonismo dos sujeitos historicamente invisibilizados.

A história oral de vida proporciona a projeção dos sentidos presentes na oralidade, e as narrativas de vida dos sujeitos pesquisados transformam-se em documentos. Na análise em profundidade por meio desta metodologia de pesquisa, não se desconsideram as subjetividades contidas nas vozes dos entrevistados, compreendendo-se que, nas narrativas de suas histórias de vida, eles podem não querer falar sobre algo que esteja fora do balizamento do meio social. Portanto, escutá-los atentamente constitui-se em um ato político, de resistência, de ética e de ressignificação, fazendo emergir questionamentos e jogos de poder.

Seguindo os pressupostos metodológicos da história oral, Meihy e Holanda (2017) apresentam-na em três categorias:¹² história oral de vida, história oral temática e tradição oral.

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, tomo por base perspectivas epistemológicas que considerem a produção de conhecimento como um processo histórico e social amparado, sobretudo, na expressão das memórias e narrativas orais que se fizerem perceptíveis pelos

¹² História Oral de Vida – É distinta por ser desprendida de uma égide comprobatória, em particular, é resguardada por narrativas das memórias de história de vida dos entrevistados narradas por eles próprios. História Oral temática – É realizada em geral com um grupo de pessoas entrevistadas no qual existe um foco central em que todos os sujeitos se encontram contextualizados. Tradição Oral – É caracterizada pelos componentes da memória coletiva, transmitida oralmente para outras gerações. É um gênero da história oral que não se organiza nos pilares de entrevistas, mas, essencialmente, nos sustentáculos da observação. (MEIHY; HOLANDA, 2017).

sujeitos da pesquisa em suas experiências individuais e coletivas. De acordo com Candau (2019, p. 101),

[...] uma história de vida consiste em dar uma fisionomia aos acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista de sua identidade. Quando opera a memória, o acontecimento rememorado está sempre em relação estreita com o presente do narrador, quer dizer, com o tempo de instância da palavra, enquanto na enunciação histórica é o acontecimento que constitui o marco temporal pelo sujeito da enunciação (quer dizer, o historiador).

Neste momento, cabe explicar que memórias orais são aqui compreendidas em suas significações e sentidos de produções sociais, elencadas como meio de evidenciar a história oral de vida, mencionada na fundamentação desta pesquisa.

Tomando por embasamento a indagação de Alberti e Pereira (2008, p. 92), citada a seguir, em referência à obtenção de informação fundamentada no que foi experienciado e percebido no contexto social, compreendo que é possível recorrer à atualização do passado na interpretação do presente, por meio da metodologia selecionada e aplicada nesta pesquisa. Vejamos a afirmação dos autores:

A história oral proporciona acesso a informações empíricas? Sim, por meio dessas “histórias dentro da história”, que, a nosso ver, são mais do que simples ilustrações da realidade. Elas permitem que ampliemos nosso conhecimento sobre o passado. Como são fontes importantes para o estudo da história contemporânea do Brasil, precisam ser adequadamente guardadas e cuidadosamente disseminadas.

Para Meihy e Seawright (2020, p. 63), “não se deve pensar em história oral de vida com entrevistas curtas, [...] encontros repetidos têm possibilidades de resoluções mais completas”. Deve-se notar o potencial investigativo que a história oral de vida traz com seus elementos importantes de escuta, diálogo e reflexão, para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Meihy e Seawright (2020, p. 50) argumentam:

Trabalhos que escolhem procedimentos que valorizam sobremaneira as entrevistas – gravadas ou filmadas – remetem, com frequência, à aplicação da história oral como metodologia, pois os encaminhamentos visam dar realce às ações no campo da memória de expressão oral. [...] **O que mais interessa é a constituição de um discurso que carregue o debate em manifestações percebidas pelos colaboradores.** (Grifo meu).

Vejo a história oral, em minha pesquisa, como meio de compreender e registrar por escrito as histórias de vida dos sujeitos, ressaltando seus protagonismos na sociedade, na compreensão de que essa metodologia de análise oferece um espaço para a desnaturalização da invisibilidade social e histórica do protagonismo de pessoas negras.

2.1.4 O cenário das pesquisas articulado à temática focalizada

No que se refere ao estado do conhecimento da produção científica no conjunto dos temas relacionados à minha pesquisa, a averiguação dos trabalhos escritos e publicados foi conduzida pela observação da síntese de publicações dos estudos, priorizando as teses de doutoramento e as dissertações de mestrado. Observou-se, de maneira especial, a área de conhecimento e de programas de Educação no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em suas duas bases: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações, plataformas integrantes dos sistemas de catalogação de teses e dissertações existentes nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Portanto, fez-se necessária a síntese da produção de pesquisas já realizadas, para identificar prováveis ênfases, lacunas e possíveis interlocuções com a presente pesquisa.

Considerando-se os estudos examinados, houve também a necessidade de observar os trabalhos que fossem delimitados pelo referencial teórico dos Estudos Culturais e Decoloniais que tratassem de histórias de vida. A partir daí, em agosto de 2020, realizei a busca de pesquisas que focalizassem a história oral de vida, o protagonismo social de pessoas negras e a atuação do Movimento Negro em Mato Grosso do Sul.

Para organizar a busca dessas pesquisas, a princípio, delimito um período de cinco anos. Porém, após ler os resumos dos trabalhos localizados, foram incluídos estudos anteriores a esse momento por se enquadrarem no contexto que esta pesquisa objetiva analisar, compreendendo que esses estudos podem oferecer contribuições em função de suas especificidades investigativas.

No decorrer dessa verificação, deparei-me com uma imensa quantidade de pesquisas desenvolvidas em âmbito nacional no que se refere à generalização de diversos outros assuntos correlacionados com a questão étnico-racial. Contudo, direcionei a busca aos estudos com demonstração de estratégias de atuação e análises que procuravam acabar com o silenciamento das vozes dos excluídos, considerando a utilização metodológica de memórias orais, de narrativas autobiográficas e de história oral de vida.

Iniciando a busca por estudos relativos à “história de vida de professoras negras”, antes mesmo de usar o refinamento de resultados, encontrei a dissertação de mestrado de Larissa Martins Costa, de 2015, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, cujo título é *A trajetória de Wilma Rodrigues de Souza: formação e identidade de uma professora negra no sul de Mato Grosso*. A autora, interessada na compreensão da formação e identidade de professoras negras que atuavam no sul de Mato Grosso durante a segunda fase do Movimento Negro, entre os anos de 1945 e 1964, analisou a trajetória de vida da professora aposentada Wilma Rodrigues de Souza. Os estudos da memória foram conduzidos pelo aporte metodológico da história oral.

Ao procurar na base BDTD, consultando apenas os estudos de doutorado e refinando os resultados com os descritores "história de vida de pessoas negras", encontrei somente a tese *Educação, identidade e história de vida de pessoas negras doutoras do Brasil*, de Maria da Conceição dos Reis, defendida em 2012 na Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

A consulta com a utilização dos descritores "história de vida de professoras negras" resultou em três trabalhos de mestrado e nenhum de doutorado. Ao continuar buscando as teses relacionadas à “memória de mulheres negras”, encontrei um único trabalho, defendido em 2018: *Nós também fazemos parte desta história: memória de mulheres negras em Brasília*, de Elna Dias Cardoso, no doutorado em Sociologia da Universidade Federal De Goiás. Neste estudo, procedeu-se à análise sociológica da memória e de intersecções entre gênero e raça/cor, fazendo-se análise documental de dez histórias de vida.

Na busca com as palavras “narrativas de expressões orais”, encontrei um estudo realizado em 2016 por Rodrigo Casali: *Guias e Orixás: Narrativas de expressões orais sobre os candomblés do MS*, no doutorado em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades, da Universidade de São Paulo. O autor aborda a história do candomblé em Mato Grosso do Sul, analisando histórias de vida de pais e mães-de-santo a partir de narrativas orais, no campo da história oral.

Ao consultar a BDTD com os descritores “memória e história de vida de professores negros”, encontrei o estudo *Memória dos professores negros e negras da UNILAB: tecendo saberes e práxis antirracistas*, na área da Educação, realizado por Maria Lucia da Silva na Universidade Nove de Julho, São Paulo, em 2016.

Na dissertação intitulada *O programa estudante-convênio de graduação e histórias de vidas de estudantes negros, africanos e com histórico de carência de recursos econômicos*, defendida em 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Arestides Joaquim Macamo analisou a história de vida de dois estudantes negros, sendo um masculino e

outro feminino, ambos financeiramente carentes e participantes do Programa Estudante - Convênio de Graduação (PEC-G). Ele realizou entrevistas empregando a técnica de escuta ativa e analisou documentos oficiais disponibilizados na internet, nas páginas do MEC, entre outros órgãos educacionais. A pesquisa mencionada demonstrou que os sujeitos pesquisados, ao fazerem intercâmbio como estudantes no Brasil, sofreram acentuado racismo, foram impactados de forma negativa em seus desempenhos acadêmicos, a ponto de pensarem em desistir do curso, e acabaram acometidos por uma intensa depressão, que os levou à tentativa de suicídio.

Como evidenciado na investigação e análise da tese defendida por Macamo em 2017, sobre histórias de vida de estudantes negros africanos na universidade, penso que há uma correlação entre seu trabalho e o meu, respeitadas as diferentes dimensões e particularidades, caracterizadas por conflitos, tensões e exclusão, que se refletem em desigualdades para o grupo social dos negros.

Mais tarde, examinei em mais detalhes as possíveis contribuições, ampliando os diálogos entre os referidos trabalhos e fortalecendo novas questões teóricas e metodológicas colocadas em meu trabalho de pesquisa.

Ao continuar a verificação dos estudos já realizados, desta vez utilizando as palavras “Movimento Negro”, foram encontradas 121 pesquisas de doutorado nas áreas de Educação, Sociologia e História, entre outras. Diante disso, após fazer uma breve leitura dos resumos, foi possível destacar oito teses de doutoramento com referências à memória, à história oral de vida e ao Movimento Negro, na representação de alguma particularidade com minha pesquisa de doutorado. Apresento a seguir os estudos já realizados:

Luta por reconhecimento ou luta por redistribuição? O MNU e os dilemas do antirracismo no Brasil contemporâneo. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, em 2016. Marcio Henrique Casimiro Lopes Silva Santos.

Memórias de estudantes kalunga que ingressaram no ensino superior: Licenciatura em Educação do Campo. (LEDOCUNB). Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Universidade de Brasília, em 2016. Raquel Koyanagi.

Dentro e fora de outros gramados: histórias orais de vida de futebolistas brasileiros negros no continente europeu. Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, em 2016. Marcel Diego Tonini.

Nas constituições dos discursos sobre afro-brasileiros: uma análise histórica da ação de militantes negros e dos documentos oficiais voltados à promoção do negro brasileiro (1978 a 2010). Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em 2017. Mirian Cristina de Moura Garrido.

Movimento Negro e mudança institucional no Brasil: políticas municipais de promoção da igualdade racial em perspectiva comparada (1995-2015). Doutorado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, em 2018. Carlos Augusto Sant Anna Guimarães.

Trajetória de graduados negros que ingressaram na UFF em 2004. Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, em 2018. Deise Guilhermina da Conceição.

Racismo, instrumentos legislativos e antirracismo: uma história da trajetória de parlamentares negros no Congresso Nacional (1983 – 1991). Doutorado em História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2018. Carlos Augusto Alves Santana.

O papel das representações sociais na relação entre a percepção de eficácia do Movimento Negro e o preconceito racial. Doutorado em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, em 2019. Eldo Leite Lima.

Ao digitar o descritor "Movimento Negro brasileiro" e solicitar o refinamento dos resultados, 10 estudos foram demonstrados; dentre eles, estava a tese *O descentramento e a desracialização do nacional: Estado, relações étnico-raciais e ações afirmativas no Brasil*, defendida em 2014 por Priscila Martins Medeiros, no Programa de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Resguardadas as especificidades da tese de Medeiros, percebi que a análise das relações étnico-raciais, das ações afirmativas, da atuação do Movimento Negro brasileiro, da academia e do Estado, circunstanciados por tensões, articulações e desarticulações, apresentou contribuições para a temática tratada em minha pesquisa.

O assunto mencionado permeia também todo o trabalho de pesquisa de doutorado realizado por Gustavo Henrique Araújo Forde, na tese *“Vozes negras” na história da educação: racismo, educação e Movimento Negro no Espírito Santo (1978-2002)*, defendida em 2016 na Universidade Federal do Espírito Santo.

Na verificação dos estudos de doutorado já concluídos, utilizei também as palavras “Movimento Negro no Brasil”, e foram exibidos três resultados, dos quais apenas uma tese estava relacionada com minha temática de pesquisa: *Representação política e movimentos sociais negros no Brasil: um estudo sobre as experiências de comunicação online de ativistas e entidades*, com defesa em 2017, sendo a autora Alicianne Gonçalves de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais. Esta pesquisa baseou-se em discussões atuais sobre o papel dos movimentos sociais na expansão de processos democráticos.

Após focalizar esses pontos nessas pesquisas, direciono agora o olhar para as produções acadêmicas encontradas em numa busca ainda mais específica, com a finalidade de estreitar os estudos realizados até então sobre o assunto de minha tese.

Utilizando o descritor ou palavra-chave “Movimento Negro sul mato-grossense”, foram exibidos apenas dois estudos de mestrado e nenhum estudo de doutorado. Ainda que os estudos de mestrado não fossem prioridade nessa procura de pesquisas, chamou minha atenção a dissertação em Ciências Sociais intitulada *O Movimento Negro no Mato Grosso do Sul: políticas de identidade*, defendida em 2013 na Universidade Estadual de Londrina, Paraná, por Bruno de Oliveira Ribeiro.

A finalidade desse estudo consistiu em analisar o Movimento Negro de Mato Grosso do Sul e suas interconexões com as esferas estaduais dirigidas à promoção de políticas públicas em prol da igualdade racial. O trabalho também reconstruiu a expressão da história do Movimento e observou como decorreu seu envolvimento no processo construtivo das políticas referidas.

Outro relevante estudo foi realizado por Reinaldo Antonio Valentim em seu mestrado em Educação na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul: *Movimentos Sociais e Educação: análise histórica sobre o processo de implantação da Lei 10.639/03 em MS- 1996/2006*, dissertação defendida em 2012. Apresenta uma análise contextual da história dos movimentos sociais, tendo como foco o Mato Grosso do Sul e a implantação da Lei Federal n.º 10.639/03.

Essa grande variedade de pesquisas exigiu a filtragem de descritores para conferir os resultados que se aproximassem da análise em minha tese. Nessa averiguação, uma questão apresentada é a necessidade de novas pesquisas sobre as relações étnico-raciais brasileiras, a problemática da desigualdade racial e o racismo. Da mesma forma, é possível verificar que os resultados demonstrados nas teses e dissertações consultadas, com relação à análise de histórias de vida de pessoas negras com protagonismo e ativismo social no estado de Mato Grosso do Sul, indicam que não há ainda trabalhos iguais ou com temática semelhante à da presente tese.

2.1.5 A estruturação da tese

A tese inicia-se pela escrita da Introdução, intitulada: “Um pouco da experiência de vida de quem escreve sobre as histórias de vida”. Nesta parte, está presente a síntese de meu percurso pessoal no processo de aquisição do conhecimento educacional, destacando a importância de minha formação acadêmica e profissional. Seguem-se três capítulos, com uma subdivisão em cada um deles.

No Capítulo 1, sob o título “Razões para escrever sobre histórias de vida com protagonismos antirracistas”, apresento minhas motivações e as reflexões que sustentam a realização desta pesquisa. Na sequência, aponto como os três sujeitos participantes da pesquisa foram por mim contatados. Neste capítulo, apresento ainda os objetivos da tese e sua relevância, situando-a no contexto das pesquisas já realizadas, por meio do estado do conhecimento. Além disso, descrevo os procedimentos teórico-metodológicos, apontando a pertinência de recorrer à metodologia de história oral para trazer e escrever a história de vida de Raimunda Luzia de Brito, João Batista dos Santos e Aleixo Paraguassú Netto, admiráveis pessoas que são referência em Mato Grosso do Sul. Para finalizar este capítulo, é apresentada a estruturação da tese.

O segundo capítulo, “O Movimento Negro brasileiro no ativo esforço para alcançar a igualdade”, contextualiza este importante movimento, mostrando sua presença de forma decisiva em todas as lutas e conquistas do povo negro brasileiro. É de se observar que ele foi e continua sendo de grande relevância na história de vida dos sujeitos participantes da pesquisa. Na continuidade da primeira parte do capítulo, no item “O Movimento Negro brasileiro, resistindo e existindo”, apresento aspectos históricos desse movimento, ressaltando que este sempre resistiu e existiu para defender a igualdade entre os seres humanos e os direitos do povo negro, com destaque para a educação escolar.

A segunda parte expõe “O racismo na sociedade brasileira ainda na atualidade”, ressaltando a necessidade de recusar de forma radical as representações racistas e, ao mesmo tempo, guiar-se todos os dias e em todos os momentos por atitudes antirracistas.

A terceira parte, sobre “A resistência dos quilombos e a decolonização”, enfatiza a luta social de combate ao escravismo e ao racismo, instituídos de forma sistemática no plano socioeconômico brasileiro, no qual a população negra foi forçada a inserir-se por intermináveis 400 anos. O enfoque desse item está na força e nos componentes de organização que os negros usaram para resistir e exigir a decolonização de um país, cuja conformação se revelou no fenômeno social do racismo estrutural em suas muitas formas de opressão, destituição de direitos e exclusão das pessoas negras.

A quarta parte faz referência às conceituações de “Raça, identidade, diferença e o mito da democracia racial”, evidenciando o quanto esses conceitos foram socialmente alterados para desqualificar e oprimir as pessoas negras. Contudo, a luta social do Movimento Negro tem discutido e repudiado, com obstinação, as diversas estruturas racistas que afetam os negros o tempo inteiro, tanto em sua individualidade quanto em sua coletividade. Consta, ainda neste capítulo, a análise do falacioso mito da democracia racial, propalado há muitas décadas na nossa sociedade, na intenção de negar a desigualdade social entre brancos e negros. Contextualiza-se

a centralidade desta questão no campo sociopolítico, colocando a descoberto a necessidade de políticas de ações afirmativas e da recusa terminante do racismo no Brasil.

A quinta parte, “A presença da Lei n.º 10.639/03 no espaço escolar”, tem como finalidade ressaltar a importância e a compreensão dessa lei no contexto social de militância, na luta histórica do Movimento Negro em nosso país, vendo-a como uma conquista muito significativa desse movimento. Menciona o quanto o Movimento Negro tem lutado para desfazer a representação das imagens estereotipadas e de subalternização dos povos negros, que foram construídas no contexto da colonização e perduram até os dias de hoje.

O terceiro capítulo tem por título “O passado e o presente na memória dos protagonistas sociais do antirracismo em Mato Grosso do Sul”, trazendo à tona as memórias de histórias de vida que nos possibilitam a análise e a compreensão dos contextos vivenciados em momentos passados e também presentes dos sujeitos participantes da pesquisa. Compreende-se a ação memorialística como algo que carrega consigo elementos de seletividade, de esquecimento ou de omissão, o que é inerente a todos os seres humanos.

O capítulo traz a história de vida da Dra. Raimunda Luzia de Brito, que tem formação acadêmica em Direito e se graduou também em Serviço Social; ela tem mestrado nesta mesma área e cursou o doutorado na área da Educação. No mesmo capítulo, apresenta-se a história de vida de João Batista dos Santos, graduado em Direito e aprovado pela Ordem dos Advogados do Brasil, tendo graduação também em História e especialização em História da América Latina. O capítulo ainda traz a história de vida do Dr. Aleixo Paraguassú Netto; com graduação em Direito, um dos pontos centrais de sua vida, Dr. Aleixo dedicou-se à Magistratura ao tornar-se juiz de direito e o primeiro homem negro a exercer esse cargo no estado de Mato Grosso do Sul.

Na observação e análise das histórias de vida dos sujeitos pesquisados, foi possível identificar a recorrência de atitudes de discriminação e preconceito racial. Contudo, a articulação protagonista antirracista desses sujeitos, demonstra a ressignificação dos parâmetros impeditivos da mobilidade social e do desenvolvimento de plena cidadania, por meio da expressão de posturas democráticas e antirracistas tendo em vista, a construção de uma sociedade igualitária, portanto, decidida a combater as desigualdades raciais.

A análise dessas histórias de vida permitiu dimensionar aspectos de fundamental importância, em especial, do Movimento Negro ao atuar na promoção da escolarização para a população negra nos níveis de educação básica, técnica e superior. Focalizado nas perspectivas normativas e formais de educação, persiste na superação dos obstáculos impostos pelo racismo estrutural, almejando o sucesso pessoal e coletivo da população negra brasileira.

As considerações finais apresentam a síntese das três histórias de vida com protagonistas antirracistas, apontando similaridades e diferenças entre elas. A partir das análises, evidencia-se como demandam escolhas de projetos pessoais e carreiras profissionais, o que pôde revelar semelhanças marcantes do ponto de vista das estratégias utilizadas na recusa do preconceito racial e na luta contra a discriminação e as desigualdades. Além disso, a centralidade da negritude contida na história individual transpõe-se para o interior da história coletiva da população negra. À luz dessas reflexões, essas histórias conectam-se umas às outras por meio de pensamentos críticos coletivizados que reverberam na participação protagonista e crítica, bem como no empoderamento individual e coletivo.

Ao final, na delimitação organizacional deste trabalho, apresento as Referências e os Anexos, nos quais se encontram: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, fotografias e recortes de reportagens de jornais ilustrativos das narrativas de histórias de vida que são descritas e analisadas na presente tese.

No próximo capítulo, apresentarei a trajetória do Movimento Negro brasileiro no enfrentamento do racismo e em defesa de políticas de redução das desigualdades.

3 CAPÍTULO II – O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NO ATIVO ESFORÇO PARA ALCANÇAR A IGUALDADE

*Januário Garcia*¹³.

“Nossa revolução poderá não ser televisionada, mas nossos livros estarão aí para contá-la!” (GARCIA, 2008, p .22).

Cumprе lembrar, nas palavras de Florestan Fernandes (1989, p. 7), que, “excetuando-se alguns raros autores, a imagem autêntica da realidade histórica passou a circular graças à imprensa negra, aos movimentos sociais no meio negro e ao teatro experimental do negro”.

A década de 1930 assiste ao surgimento oficial, na cidade de São Paulo, da chamada Frente Negra Brasileira, identificada como um forte movimento de militância e ativismo negro do país. A partir desse momento, a afirmação e a defesa social da população negra são também tomadas pelas bases dos ensinamentos partilhados em meio a lutas dos negros contra os efeitos da escravização infligida aos seus antepassados. Iniciada com o colonialismo europeu no Brasil e perdurando por mais de três séculos, a escravização, além de suscitar imenso sofrimento com os infundáveis sequestros das pessoas negras no continente africano, provocou o genocídio¹⁴ de populações negras no decorrer desses séculos.

O processo de criação da Frente Negra Brasileira é vinculado à total participação de Abdias do Nascimento, juntamente com a iniciação de sua importante militância política. Na companhia de um grupo de pensadores brasileiros e artistas negros, na década de 1940, no Rio de Janeiro, este conceituado intelectual e ativista inaugura o Teatro Experimental do Negro (TEN), para visibilizar e mostrar a importância artística, cultural e social do teatro e, ao mesmo tempo, promover a inclusão dos artistas negros no cenário teatral brasileiro. Neste considerável

¹³ Januário Garcia, fotógrafo profissional, realizou várias exposições no Brasil e no exterior, além de numerosos ensaios fotográficos sobre o negro brasileiro. Em sua trajetória pessoal e profissional, Januário tem priorizado a construção da memória visual do Movimento Negro brasileiro. (Contracapa do livro: 25 anos 1980-2005: Movimento Negro no Brasil). (GARCIA, 2008, p .22).

¹⁴ “O termo genocídio é recente. Etimologicamente, ele combina o grego *genos* (grupo, tribo) com o latim *cidire* (matar)”. A Convenção das Nações Unidas sobre o Genocídio (United Nations Convention on Genocide, UNCG), em 1948, refere-se à trágica questão como “um dos atos abaixo, cometidos com a intenção de destruir total ou parcialmente um grupo nacional, étnico, racial ou religioso como tal: (a) Matar membros do grupo; (b). Causar sérios danos físicos ou mentais a membros do grupo; (c) Intervir de maneira deliberada nas condições de vida do grupo para calculadamente produzir sua destruição física, parcial ou total; (d). Impor medidas com a intenção de evitar nascimentos dentro do grupo; (e). Transferir, à força, crianças de um grupo para outro.” (CASHMORE, 2000, p. 230, 231).

grupo, promoviam-se também cursos de formação de novos artistas, ao lado de cursos de alfabetização, para a comunidade negra e os seus colaboradores. Entretanto,

Devido a perseguição política, em 1968, Abdias Nascimento parte para um exílio, que dura 13 anos. Com a dissolução do TEN, deixa de atuar e dirigir no teatro, e sua militância ganha outras direções. Fora do Brasil, atua como conferencista e professor universitário, publica uma série de livros denunciando a discriminação racial, dedica-se à pintura e pesquisa visualidades relacionadas à cultura religiosa afro-brasileira. Na volta ao país, investe na carreira política, assume cargo de deputado federal e senador da República pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sempre reivindicando um lugar para a cultura negra na sociedade. (NASCIMENTO, Abdias. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021).

Na década de 1970, ocorrem novas investidas do Movimento Negro no país. Ainda que o Brasil estivesse sob o execrável regime de um governo ditatorial, caracterizado por uma ditadura militar, o Movimento Negro retoma a discussão pública das questões étnico-raciais e, sem perder de vista as demandas em prol da inclusão e da igualdade, mediante questões denunciatórias da exclusão social dos negros, focaliza a crucial necessidade de promoção do antirracismo e, associadamente, de estabelecimento da redemocratização da sociedade brasileira.

Empenhado em combater com firmeza o racismo, a discriminação e a exclusão racial, o Movimento Negro tem assegurado, ao longo da história, com seus atos de resistência, engajamento político e insurgência em ações coletivizadas, os caminhos para uma educação antirracista e uma sociedade amplamente democrática. Estas importantes manifestações de luta social fundam os requisitos da cidadania em sua plenitude, considerando as condições sociais de acesso pelo grupo dos excluídos.

Como afirma Santos (2008, p. 17), “o Movimento Negro abriga os derradeiros subversivos do Brasil. Sim – subversivos, no sentido de subverter (quebrar/alterar) o que esse país socialmente indecente sempre foi”. Como explica o autor, vivemos em tempos de perplexidades, em que é necessário apontar referências significativas, pois, configuradas as lutas de resistência de povos negros que foram subordinados no processo histórico, estes se redefinem em defesa de suas existências como sujeitos singulares no reordenamento social, tendo em vista a obtenção da igualdade.

Ainda de acordo com Santos (2008), a violência continua a ter um papel crítico na sustentação do racismo, sendo usada em vários níveis para manter os processos de discriminação e de exclusão baseados em critérios de raça ou cor:

Nenhum segmento sente mais de perto a guerra social que o Brasil vive do que a população negra. Os negros são as vítimas ativas dessa guerra. Os não negros quando

sofrem nessa guerra o fazem, na maioria das vezes, de forma passiva. Sofrem-na porque vivem no Brasil, mas não sentem em sua pele os seus desdobramentos letais. Inquietam-se e sofrem riscos, mas são cidadãos de primeira classe num país definitivamente racista. Estudos efetuados por instituições diferentes confirmam que a chance que uma pessoa negra tem de morrer de forma violenta é bem maior do que a de uma pessoa branca – às vezes o dobro. Para aqueles que ainda ousam afirmar que a cor/raça não é um fator relevante no Brasil, essas pesquisas desmentem, dizendo o seguinte: ser negro ou branco aqui pode significar estar vivo ou morto. Convenhamos, não se trata de uma diferença qualquer. (SANTOS, 2008, p. 17).

Frente a essas considerações, é imprescindível a reflexão sobre a estruturação racista que dá materialidade à subjetividade das dinâmicas preconceituosas e discriminatórias, causando malefícios aos vitimados e afetando a vida em sociedade. Esse grave problema social originado no colonialismo escravista, permanece arraigado na formação psíquica da sociedade brasileira e revela-se tanto nos espaços individualizados quanto nos institucionalizados. (CARONE; BENTO, 2016). Diante desse contexto das relações humanas, consiste tarefa de todos construir novas configurações dimensionadas por parâmetros antirracistas capazes de promover o enfrentamento do racismo presente na contemporaneidade.

A consolidação do processo de conquista da igualdade social/racial, necessariamente exige a desnaturalização e refutação do quadro social materializado do racismo. É essencial corrigir a fragilidade apresentada em nossa democracia, que não demonstra uma segregação legalizada dos negros, porém, apresenta uma percepção histórica racista que reproduz preconceitos, estereótipos negativos e exclusões na sociedade, que se vê polarizada entre os que sofrem carências e aqueles que detêm privilégios em razão de serem brancos.

Essas configurações no campo das relações sociais têm alocado grandes desafios para uma sociedade que se quer igualitária e afirmada em efetivos princípios democráticos. Diante disso, o Movimento Negro tem um inegável papel, em função da superação das desigualdades, do repúdio e eliminação do racismo, na evidenciação de que os negros não querem ser excluídos, tampouco querem excluir – querem, sim, dispor e usufruir de novos assentos, de modo visível e articulado, ao lado dos não negros.

Ainda contextualizando a atuação histórica do Movimento Negro brasileiro, temos presente que a ação ativista e de militância desse importante movimento continuou a consolidar-se nas décadas de 1970 e 1980, com as iniciativas e a criação de diversas organizações políticas e de pesquisas nas universidades, entre outras instituições. No ano de 1978, destaca-se o início da formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Mais tarde, esta sigla foi modificada e passou a ser MNU, de Movimento Negro Unificado, que, durante a década de 1980, contou com a ampliação de muitos de seus núcleos em todo o país.

O ano de 1988 marca a promulgação da Constituição Federal Brasileira, na caracterização da aplicação de princípios reconhecedores da diversidade étnica e cultural do povo brasileiro e na determinação de combater as manifestações racistas e discriminatórias. No mesmo ano, evidenciou-se o Centenário da Abolição da Escravidão, no entanto, até então marcado como um falso fato, no sentido de que representa uma abolição incompleta para os brasileiros negros, que ainda vivenciam, em grande parte, as mazelas da exclusão na sociedade.

A partir desses referenciais, novos caminhos foram abertos na luta para que se reconhecesse a existência de uma profunda desigualdade racial produzida no Brasil, configurada em grave violação dos direitos de igualdade de condições das pessoas negras, principalmente nos setores sociais e econômicos. Além disso, visibilizou-se o essencial o reconhecimento da promoção da igualdade racial, com a proposição de políticas públicas de Estado, sem com isso deixar de lado a valorização de todas as dimensões humanas, igualmente importantes. Desse modo, buscava-se redimensionar o reconhecimento do Estado brasileiro em seu caráter multirracial e a articulação com a garantia efetiva do respeito pelas diferenças.

Essas considerações põem a descoberto os sentidos que as palavras “desigualdade racial” podem sugerir. Logo, cabe sua elucidação, conforme o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei n.º 12.228, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata, que, em seu parágrafo único, assim considera como desigualdade racial: “[...] toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.”

Do mesmo modo, o Estatuto reconhece como discriminação racial ou étnico-racial

[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (BRASIL, 2014, p.15).

Especialmente na década de 1980, constata-se o apoio de organizações internacionais que, afirmadas em bases jurídicas, cooperavam para a denúncia do racismo e operavam na luta antirracista no Brasil. Com a adesão a essas normas de direito internacional, o país torna-se signatário da carta de intenções no plano de ações antidiscriminatórias.

No ano de 1995, realizou-se em Brasília a grande Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Para que ocorresse, houve intensa articulação política e organização, em especial do Movimento Negro brasileiro, para o desencadeamento de ações e

a formulação de políticas públicas que atendessem aos anseios reivindicatórios da população negra brasileira.

Outro grande evento foi a Conferência de Durban, ou Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, e promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A conferência teve a participação de representantes do mundo todo, contando especialmente com o ativismo e a militância do Movimento Negro, que expressou preocupações com as graves questões sociais correlacionadas com a pobreza e a exclusão.

Desse modo, uma vanguarda de ativistas muito questionou, no sentido de quebrar o silenciamento sustentado pelo mito da democracia racial. Essas intervenções focalizadas mobilizaram poderosos passos em direção à aniquilação do racismo, resultando em incontáveis conquistas, pautadas na agenda do milênio rumo à inclusão, com a igualdade racial/social dos seres humanos, independentemente de suas singularidades e diferenças.

Na Conferência de Durban, demarca-se, ainda, a presença das mulheres negras como grupo com força política na alavancagem das discussões acerca do racismo e seus efeitos, a partir do pronunciamento conjunto sobre questões de gênero, machismo e sexismo. Essas perspectivas são compreendidas nas lutas feministas no decorrer de sua história e, sobretudo, no “enegrecimento do feminismo”, para usar o termo defendido por Carneiro (2008, p. 55) em seu artigo intitulado “Enegrecendo o Feminismo”¹⁵, no qual a autora afirma:

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes. O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (principalmente as primeiras) pudessem e possam ecoar de forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão.

A partir de 2003, a tendência de avanço mais acirrado do Movimento Negro contra as desigualdades também encontrou amplo apoio na criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). A Secretaria vinculava-se ao Poder Executivo do Governo Federal, sendo constituída na gestão governamental do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Este importante órgão fomentou políticas de promoção afirmativa, tendo em vista os benefícios do desenvolvimento social e humano igualitário.

¹⁵ Este artigo é reprodução parcial de “Mulheres em Movimento”, in *Revista Estudos Avançados* – USP n.º 49, v. 17, set/dez 2003. (CARNEIRO, 2008).

No ano de 2010, ocupa posição central na política das relações raciais a Lei n.º 12.288/2010, ao instituir o Estatuto da Igualdade Racial, que afirma, nesse processo de luta social, mais uma conquista necessária. Avista-se a concretização de uma normatização proativa, intencionando a promoção da igualdade racial em nosso país. Além de rechaçar o preconceito e a discriminação, aos poderes públicos, cabe a responsabilidade de suscitar ações afirmativas em caráter de políticas públicas, visando à promoção de efetiva igualdade para a maior população negra da diáspora africana existente na sociedade brasileira.

O Estatuto da Igualdade Racial é uma questão de maior relevância na expressão das demandas legitimadas pela população negra brasileira e, ao lado dos esforços do Movimento Negro, ganhou, além do encadeamento político, o empenho pessoal de Paulo Paim (PT-RS) no Congresso Nacional. Como senador atuante nas causas das desigualdades, ele foi o autor do projeto que deu origem à lei, enfrentando muitas lutas para que o documento fosse aprovado, em um árduo processo, com dez anos em tramitação até a aprovação.

É importante registrar que o Estatuto da Igualdade Racial resistiu às forças políticas conservadoras e ao autoritarismo brasileiro, que em nada são novos, como querem acreditar alguns analistas socioeconômicos. É possível perceber que relações sociais fundadas no não reconhecimento dos direitos e da cidadania, ainda na atualidade, são traduzidas em subordinação e desigualdades, de forma similar ao que se fez ao longo de séculos.

Assim, compreende-se que, tanto no debate quanto na construção e na implantação do Estatuto da Igualdade Racial, foram e continuam sendo protagonistas os sujeitos coletivos negros, para fazer valer a legalidade das ações expressas na elaboração deste importante instrumento jurídico, social e político. Em seu artigo 1º, o Estatuto diz:

Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade racial de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL 2014, p.14).

Visto que as desigualdades raciais devem ser dirimidas por meio da necessária intervenção das esferas governamentais, permanece atual a luta do Movimento Negro brasileiro. Embora tenha os seus limites por vezes ofuscados nestes tempos de regulação neoliberal, que toma por opção a carência de argumentos favoráveis à partilha e à coletivização humana, apostando na subestimação e na exclusão das diferenças como projeto de sociedade, continuam fortes as formas de expressão e articulação dessa organização social, com o firme propósito de subverter a lógica da exclusão, do preconceito e da discriminação racial.

Vale assinalar que, na sociedade brasileira, os movimentos sociais, em especial no final da década de 1980, ampliaram a organização sistemática na requisição dos direitos civis e políticos por meio de mobilizações dos movimentos negros e de aliados defensores da questão racial negra.

3.1 O Movimento Negro brasileiro, resistindo e existindo

O Movimento Negro tem na cultura um importante elemento de resistência e de formação de núcleos do capital simbólico da consciência negra.

João Jorge Santos Rodrigues (2008, p. 93).

O Movimento Negro apresenta-se no contexto educador, como bem anuncia Gomes (2017), no clamor para ser ouvido, principalmente, no que diz respeito à escolarização, que ainda requer atenção quanto ao acesso e à permanência das crianças na escola, sobretudo, as mais empobrecidas. Em paralelo com esta reivindicação educacional, é também importante a luta social pelo fortalecimento da identidade negra de ascendência africana, que, por um processo histórico colonizador e racista, segue sendo apresentada de forma desvalorizada em um país como o Brasil, constituído, em sua maioria, de pessoas negras.

Ao longo de sua existência, o Movimento Negro tem alertado sobre estas questões, compreendendo que promover a superação do racismo que há em nosso país é uma necessidade premente para que as diferenças possam viver com dignidade, construindo uma coletividade justa. Ao lado disso, o Movimento Negro brasileiro teve e ainda tem o papel fundamental de valorizar o protagonismo da população negra em toda a nossa história.

Mesmo com a horrenda escravização que marcou a sociedade brasileira durante séculos e cujas heranças ainda hoje estão presentes em nosso cotidiano, inúmeros sujeitos negros ousaram quebrar barreiras. Apesar de toda as injustiças sociais vivenciadas, fizeram com que suas vozes fossem ouvidas a favor da educação e do direito à libertação do escravismo.

Para os escravizados, lidar com a vil escravidão foi sempre lutar e resistir, de todas as formas, às tentativas de reduzi-los ao *status* de objetos ou de meras máquinas de produção. Eles foram sempre sujeitos ativos, que deram passos significativos na luta pela esperada liberdade. Embora fossem impedidos de consegui-la no tempo em que a tinham desejado, sentiram toda a força ao articular meios para obter o direito de participação, com a garantia de dinâmicas que os tirassem da realidade da escravidão desde o início.

A articulação da luta para aniquilar o sistema escravista também se fazia mediante amplas alianças e com focos diversos, desde as senzalas até os grupos abolicionistas, que se tornaram ativos na produção de saberes emancipatórios e na sistematização do enfrentamento do preconceito e da discriminação racial. A afirmação de Gomes (2017, p. 18,19) traz a essência do princípio dinâmico dessa formação coletivizada:

[...] articulados às práticas e intervenções do Movimento Negro e sendo reeducados de forma direta ou indireta por ele é possível encontrar, também no Brasil, **vozes e corpos negros anônimos que atuaram e ainda atuam na superação do racismo e na afirmação da identidade, dos valores, do trabalho, da cultura e da vida da população negra, presentes no cotidiano da sociedade brasileira. [...] cidadãos e cidadãos que possuem uma consciência racial afirmativa e lutam contra o racismo e pela democracia, mas não atuam necessariamente numa entidade ou organização específica.** Todos são, de alguma forma, herdeiros dos ensinamentos do Movimento Negro, o qual, por conseguinte, é herdeiro de uma sabedoria ancestral. Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização, com todas as tensões, os desafios e os limites, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, numa perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (Grifo meu).

É na incorporação desses princípios que a educação é pensada pelo Movimento Negro brasileiro, com a finalidade de modificar a inserção desvantajosa da maioria da população negra no espaço escolar, que, de fato, se apresentou e se apresenta ainda como um dos pontos centrais na agenda reivindicatória deste grande e relevante movimento. Com sua perseverança, seu ativismo e sua militância política, o Movimento denuncia para toda a sociedade a invisibilização e a exclusão da população negra do percurso de escolarização, do acesso e da ascensão no mercado de trabalho e no cenário político, entre outros.

O racismo, em quaisquer dos seus níveis, tem causado deformações educacionais e desigualdade de renda em uma imensa parte da diáspora africana,¹⁶ ainda que convivamos com uma aparente cordialidade, convencionada socialmente no Brasil desde o início do século XX. Sempre oprimindo, o estabelecimento de desigualdades sociais e raciais entre as pessoas e grupos pauta-se em uma articulação hierárquica racista e conduz a dinâmica social brasileira em contínua tensão. Portanto, o racismo, para cristalizar-se de forma sistêmica na sociedade, é constantemente produzido e recriado, em uma relação paradoxal nas práticas cotidianas.

¹⁶ “Derivada dos termos gregos *dia* (através, por meio de) e *speirō* (dispersão, disseminar ou dispersar), a palavra ‘diáspora’ tem sido usada com frequência para descrever qualquer comunidade transnacional, ou seja, uma comunidade cujas redes sociais, econômicas e políticas atravessam as fronteiras das nações-estado. Numa alusão direta à noção de ‘dupla consciência’ de W. E. Du Bois, o termo ‘diáspora’ refere-se aqui à consciência individual de uma extensão de conexões descentralizadas e multilocalizadas, de estar simultaneamente ‘em casa e longe de casa’ ou ‘aqui e lá’”. (CASHMORE, ELLIS, 2000, p.169, 170).

Nesse espaço sociocultural de relações desiguais e conflitantes, configura-se uma longa luta política e social de resistência, principalmente, dos sujeitos subalternizados, em favor da legitimidade de seus direitos como pessoas. As suas vozes insurgentes têm aumentado de maneira significativa a oposição às conotações negativas existentes e o combate à exclusão, estendendo a contínua luta social do Movimento Negro brasileiro.

As palavras de Gomes (2020, p.369) expressam, em seu significado mais profundo, como o Movimento Negro e seus protagonistas traduzem, na atualidade de nossa sociedade, a resistência representada contra a opressão racial no Brasil.

O Movimento Negro, na sua configuração complexa e dinâmica, é desafiado a produzir novos conhecimentos e fronteiras de resistência em tempos de incertezas e de golpe. Em tempos de incertezas, é preciso construir uma resistência democrática antirracista radical e novas fronteiras de conhecimento. É preciso ampliar a nossa capacidade de indignação, aumentar a solidariedade, diminuir disputas e superar a arrogância de quem sabe melhor analisar a situação em que vivemos e apontar a melhor saída. Aos intelectuais, é o momento de provar que é possível produzir conhecimento junto com e não sobre as pessoas, sociedade e a vida, sobretudo, aquelas e aqueles que mais sofrem. Somos chamados a produzir uma outra forma de conhecimento. (GOMES, 2020, p.369).

Note-se, pois, que é preciso identificar e confrontar este contexto social de insegurança individual e coletiva vivenciado na atualidade, por intermédio do encargo compromissado de imprescindíveis sujeitos, legitimados social e politicamente na coletividade negra, no intuito de avançar na reivindicação de políticas públicas de combate ao racismo e de uma educação antirracista, como expressa a Lei n.º 10.639/03, que será focalizada mais adiante.

3.1.1 O Movimento Negro no Brasil e o seu início em Mato Grosso do Sul

Santos (2010) menciona, em sua pesquisa de doutorado, que o início do Movimento Negro em Mato Grosso do Sul se deu na década de 1980, em Campo Grande, capital do estado, com a instauração de um grupo de estudos denominado Trabalhos e Estudos Zumbi dos Palmares (TEZ). Esse grupo surgiu da iniciativa protagonista de jovens negros acadêmicos e, de início, concentrava a atenção em questões raciais dos negros urbanizados, não havendo ainda, nos primeiros momentos, articulações com a população negra ruralizada.

Estes jovens estudantes eram vinculados à Universidade Católica Dom Bosco e colocaram-se a combater o racismo de forma ativa, incorporando os princípios de igualdade. Promoveram encontros e reuniões para estudar e tornar visível o protagonismo da herança africana na

sociedade brasileira. Da mesma maneira, para o fortalecimento da autoestima da negritude, fazia-se presente a denúncia do racismo e das estruturas de dominação geradoras das desigualdades raciais.

Sobre o percurso do Movimento Negro em nosso estado na década de 1980, é preciso lembrar que o país estava ainda no período de transição democrática, batalhando para sair de uma governança autoritária e violenta, conjecturada por imensa precariedade das condições de vida da população brasileira, o que mais incidia sobre a população negra. Contudo, percebe-se que a esperançosa confiança na democracia como um pilar essencial da nossa sociedade se manteve forte e que aquela entidade social, composta por jovens acadêmicos interessados em garantir a pauta da defesa dos direitos humanos, da igualdade e da diversidade, trouxe à tona o debate, por vezes considerado irrelevante e desnecessário, e impulsionou a discussão acerca da necessidade de eliminação do racismo, da discriminação e do preconceito racial.

A estas considerações, junta-se a contribuição de Santos (2021) quando distingue a perspectiva fundacional do Grupo TEZ:

O grupo Trabalho Estudos Zumbi é uma entidade sem fins lucrativos, fundada no dia 18 de março de 1985. É o embrião dos outros movimentos negros no Estado de Mato Grosso do Sul. A ideia para a formação do grupo nasce de uma palestra realizada por Fernando Gabeira num dia de trote da UFMS e pela UCDB. Jorge Manhães, que foi professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e Dorothy Rocha, também professora naquela universidade, reuniram-se com alguns alunos do curso de Direito da UCDB: Paulo Roberto Paraguassú, Eurídio Ben-Hur Ferreira e Jaceguara Dantas da Silva Passos. [...] Quando o grupo se constituiu, tinha a finalidade de ser um espaço de estudo do racismo e da questão negra. Seus encontros sempre foram formativos. (SANTOS, 2021, p. 46, 47).

A propósito, vale assinalar que essa importante iniciativa acadêmica juvenil ecoou mais tarde como uma indispensável contribuição para o despertar da criação, na esfera estadual, de outros grupos de estudos em diversos municípios.

Como é de se observar, a nomenclatura “Movimento Negro”¹⁷ é unânime em todo o Brasil. O Movimento tem por base o panorama organizacional ativista dos negros contra a discriminação racial em todas as dimensões dos setores sociais, consistindo em pensamentos e ações articuladas em favor da dignidade e igualdade humana, desde o período escravista.

¹⁷ “Nome genérico dado no Brasil ao conjunto de entidades privadas integradas por afrodescendentes e empenhadas na luta pelos seus direitos de cidadania. Numa visão mais restrita, a expressão diz respeito às organizações nascidas a partir do final da década de 1960 que se incluem dentro dessa denominação. As diferenças entre estas e as organizações anteriores seriam, entre outras, sua continuidade temporal e o fato de compartilharem uma agenda internacional, graças hoje, à população das viagens aéreas e do progresso dos meios de comunicação, particularmente da Internet”. (LOPES, 2004, p. 455).

Outro aspecto a ser ressaltado é que a movimentação desencadeada no estado de Mato Grosso do Sul, em virtude do protagonismo do Grupo TEZ, fez surgir toda uma motivação, levando à criação de diversos grupos, que se reuniam em diferentes municípios, formando uma rede para enfrentamento e combate ao racismo. Ao lado dessas compreensões, a militância e o ativismo do Movimento Negro despendem esforços para a consolidação de uma democracia plena, a ser ainda efetivada na sociedade brasileira.

Na finalização deste subtítulo, salienta-se que a aprovação e implementação da Lei 10.639/03 nos currículos escolares não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva, encampada pelo Movimento Negro, em continuidade à luta social antirracista.

No enlace de tal cenário de esforços individuais e coletivos, cabe aqui lembrar a atuação de dois atores sociais: Eurídio Ben-Hur Ferreira, representando o estado de Mato Grosso do Sul, e Esther Pillar Grossi, representando o Rio Grande do Sul. Ambos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT), fizeram a defesa do Projeto de Lei n.º 259 em Brasília, no ano de 1999, dispondo sobre a obrigatoriedade da inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino, com as outras providências devidas.

Nessa significativa transcorrência, em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi sancionada a Lei n.º 10.639/03 como mais uma das extraordinárias conquistas na área educacional, que certamente continuará contribuindo para que nosso contexto social possa tornar-se mais justo e igualitário e cotidianamente repudie o racismo e todas as formas de malefícios gerados pela construção social subjetiva das diferenças raciais.

3.1.2 O racismo na sociedade brasileira ainda na atualidade

Se os debates entre especialistas continuam a ser vivos e os combates quase sempre encarniçados, veem-se já aparecer, sob traços precisos e num continente notavelmente aberto, as primeiras sociedades humanas e civilizações que podemos qualificar como sendo “africanas”.

Elikia M' Bokolo (2009, p.18)

O passado de escravização padecido pelos negros no Brasil imprime, ainda hoje, imagens com estigmas e ideias de inferiorização desses sujeitos em nossa sociedade. A produção

discursiva de valorização da pessoa branca e de desvalorização da pessoa negra baseia-se nos pressupostos de opressão das diferenças e da inferiorização das identidades dos negros, discriminados por seus fenótipos. Na consideração da história, da cultura e do legado africano, resalta-se a importância de requerer a desconstrução dos estereótipos e o combate ao preconceito racial, à desigualdade e à exclusão, ao lado da exigência de que seja promovida a efetiva representatividade positiva e o protagonismo social da população negra na sociedade brasileira.

Pode-se notar o caráter altamente segregador e discriminatório de nossa sociedade na constatação histórica e social de que as pessoas negras, em grande proporção, se encontram sub-representadas nos lugares e nas profissões mais desconsideradas em todo o Brasil. Faz-se necessária a reflexão acerca das causas e dos meios que, ainda atualmente e de forma tão chamativa, excluem esta grande parte populacional dos espaços socialmente valorizados.

O que se pode perceber é que a realidade social do Brasil se revela, no contexto sócio-histórico, permeada por práticas racistas, que hegemonicamente produziram e continuam a causar a opressão, o silenciamento e o apagamento das diferenças negras. A partir destas percepções, as representações da ameaça, da criminalidade e da violência são dirigidas contra os negros, com a determinação e aceitação generalizada de que estes seriam, por tendência natural, degenerados e perigosos (MUNANGA; GOMES, 2006).

Essas são ideias propagadas na sociedade, e o racismo é reproduzido em seu caráter estrutural, sistêmico e institucional. É correto o alerta de que o racismo contra os negros manifesta particularidade na produção simultânea de expressões materiais, simbólicas e subjetivas, justificadas na falaciosa crença da superioridade de um grupo humano sobre outro, a fim de subjugar-lo em função de sua condição de etnicidade, cor da pele ou outros critérios fenotípicos.

Sobre os artifícios do racismo, recorro ao antropólogo congolês Kabengele Munanga quando este afirma que a eficiência “do sistema racial brasileiro é capaz de manter uma estrutura racista sem hostilidades fortemente abertas”. (MUNANGA, 1999, p. 122). Na sociedade brasileira, devem-se compreender e questionar as relações de poder mantidas no terreno do tratamento das diferenças humanas com base na interação estruturada por hierarquias raciais e de exclusão social.

De acordo com Munanga (2004), quanto ao racismo, é espantoso verificar que:

Estamos entrando no terceiro milênio carregando o saldo negativo de um racismo elaborado no fim dos séculos XVIII aos meados do século XIX. A consciência política reivindicativa das vítimas do racismo nas sociedades contemporâneas está cada vez mais crescente, o que comprova que as práticas racistas ainda não recuaram. (MUNANGA, 2004, p. 11).

É necessário enfatizar que as dimensões desiguais e o modo como se produzem as desigualdades sociais são determinantes dos lugares ocupados pelos diferentes, por questões culturais, religiosas, de gênero ou de cor; para gerar o bem-estar social geral, torna-se necessário que a sociedade contemporânea subverta isso de algum jeito. No caso da população negra brasileira, é indispensável a compreensão de que os problemas sociais produzidos em função da diferença negra não são somente de responsabilidade dos negros, mas igualmente da sociedade como um todo e, em particular, daqueles que têm a intenção de reduzir a complexidade dos fatos, desconsiderando as questões étnico-raciais, de exclusão e de desigualdade.

3.1.3 A resistência dos quilombos e a decolonização

Uma total inconsistência repercutida no meio social é o pensamento de que os escravizados foram sujeitos que aceitaram sem rejeições a situação que lhes fora imposta no cativeiro durante todo o período colonial. Essa ideia enganosa faz com que não sejam percebidas e consideradas as resistências africanas, que se fizeram de diversas formas, desde a resistência cultural e religiosa até as muitas fugas para as comunidades negras denominadas de quilombos.

A própria formação dos quilombos consistiu em uma forte demonstração de resistência negra. Moura (2008) afirma que os povos negros escravizados no país se opuseram ininterruptamente ao sistema escravista, embora fossem obrigados a adaptar-se como forma de sobrevivência. Continuamente, as pessoas negras escravizadas resistiram, e muitas delas conseguiram estabelecer comunidades quilombolas, construídas em lugares de difícil acesso, para se protegerem dos constantes ataques dos escravizadores.

Por meio da organização dos escravizados, objetivava-se fazer a arrecadação de fundos econômicos, com a intenção de compra de alforrias e de divulgação das causas abolicionistas. A isso, somavam-se esforços pessoais para a obtenção de um pedaço de terra para cultivo próprio e suas famílias, entre muitas outras estratégias utilizadas como sinônimos de numerosas batalhas e resistências dos negros africanos e seus descendentes ao longo do execrável processo escravista no Brasil.

De acordo com Carneiro (2005, p. 245, 246), as revoltas dos escravizados em busca de libertação perduraram naquele doloroso período.

A reação do homem negro contra a escravidão, na América portuguesa, teve três aspectos principais: (a) a revolta organizada, pela tomada do poder, que encontrou a sua expressão nos levantes de negros malês (mulçumanos), na Bahia, entre 1807 e 1835;

(b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; e (c) a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificados no de Palmares. [...] A singularidade de Palmares, entre os muitos quilombos do Brasil, está em ter vivido 65 anos (1630-1695), não obstante as dezenas de expedições que os brancos, a partir de 1644, enviaram para reduzi-lo.

Merece necessária e profunda reflexão a condição escravista imposta aos povos negros do continente africano durante séculos e mesmo após a tardia obtenção da liberdade no Brasil. Constata-se que continuou existindo uma situação opressora na qual homens, mulheres e crianças negras foram deixados à própria sorte após a escravidão. Na contemporaneidade, é ainda necessário que os seres humanos de fato possam compreender a necessidade de eliminação do racismo e da discriminação racial, de modo a assegurar que jamais se incorra no risco de repetir tão horrendo fato na história humana.

Moura (2008, p.333) sublinha a condição da não submissão à escravização em sua obra *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX*: “[...] os trabalhadores escravizados não aceitavam a servidão, mas adaptaram-se a ela para sobreviver. Entretanto, quando encontravam uma brecha, ou disposição, embrenhavam-se nas matas e formavam núcleos de convivência e resistência”. Davis (2000, p. 24 e 25) igualmente aponta a insubmissão dos africanos escravizados, caracterizada de vários modos: “[...] da resistência religiosa e cultural à sabotagem das plantações e fuga para quilombos. [...] Muitos africanos foram capazes de comprar sua liberdade, mas em decorrência da falta de mobilidade e acesso a outras formas de sobrevivência, ainda ficavam à mercê do senhor”.

Na abordagem desse contexto originado do colonialismo escravizador, é preciso fazer referência a categorizações de racismo que já se encontram manifestas ou podem vir a revelar-se de diferentes maneiras em nossa sociedade. É forçoso reconhecer que os negros, no Brasil, continuam sendo oprimidos pelos estigmas do passado, que representa subserviência, humilhação e exclusão.

Assim, o desafio colocado para desfazer essa visão social preconceituosa e racista é o de promover constantes discussões com toda a sociedade, para que se valorize a africanidade na contemporaneidade. É preciso, pois, favorecer a afirmação da identidade étnico-histórico-cultural negra, tendo em vista a superação do preconceito racial nas relações humanas.

Acerca das africanidades brasileiras, Silva (2001, p. 152, 153) ressalta que:

[...] vêm sendo elaboradas há quase cinco séculos, na medida em que os africanos escravizados e seus descendentes, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências e, ao mesmo

tempo, recebem e incorporam as daqueles. Portanto, estudar as africanidades brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos os descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil e de situar tais produções na construção da nação brasileira.

No entanto, a depender dos discursos hegemônicos produzidos, pode-se observar a prevalência de estereótipos negativos em nossa cotidianidade, nas performances midiáticas que reforçam a descontextualização e desvalorização da diversidade e multiculturalidade étnico-racial brasileira. Isso demonstra que importantes canais de comunicação não têm se preocupado com a efetiva representatividade da diversidade étnica do nosso país. Em outras palavras, as concepções racistas não se dissipam, nem mesmo se assentam de forma inocente; ao contrário, situam-se ainda como um racismo estrutural, institucional e sistêmico, sendo aceitas nos argumentos sociais, que empurram para as margens a grande parte da população negra.

Para entender o racismo estrutural, é preciso focalizar os brandos e, por vezes, imperceptíveis discursos assentados mediante dissimulações, em um conjunto de atuações refletidas nas relações interpessoais do cotidiano e na significação da discursividade colonialista, que persiste e estrategicamente caracteriza o não reconhecimento do racismo como um forte elemento estruturante das relações sociais. Isso mostra que está colocada a ideia de desmerecimento das pessoas negras e de enaltecimento das pessoas brancas até os dias de hoje. É espantoso verificar que o pensamento colonialista estruturado no passado permanece.

Aqui, convém ter presente Bhabha (2005, p.138), ao afirmar que “a pele negra se divide sob o olhar racista, deslocada em signos de bestialidade, de genitália, do grotesco, que revelam o mito fóbico do corpo branco inteiro, não diferenciado”. Compreende-se, com Bhabha (2005), a identificação estereotipada das pessoas negras, interposta pela ambivalência da representação do feio, do que não é desejável, em contraposição à representação da beleza branca, nomeada pela hegemonia e normalidade do ser branco, do ser bonito e do ser desejável. Ao dimensionar a representação estereotípica e a ambivalência inscrita na prática do discurso colonial, Bhabha (2005), discorrendo com Frantz Fanon, faz o alerta: “os olhos do homem branco destroçam o corpo do homem negro e nesse ato de violência epistemológica seu próprio quadro de referência é transgredido, e seu campo de visão, perturbado” (BHABHA, 2005, p. 73). De acordo com Bhabha (2005), observa-se que o discurso do colonizador fortemente arraigado pelo racismo, leva à reprodução de ideias de degeneração e objetificação dos negros na sucessão das suas gerações, ficando demonstradas as desvantagens e exclusões sistêmicas até os dias de hoje.

Com efeito, para verificar a enunciação do racismo institucional, podemos refletir sobre a realização do trabalho por pessoas negras e o recebimento de menor remuneração salarial, conforme mostram as estatísticas censitárias do IBGE do ano de 2016, na comparação com os trabalhos realizados por pessoas brancas. Ao lado desta disparidade, deparamo-nos ainda com um índice menor de escolaridade da população negra brasileira, quando comparado ao da população branca. Assim, compreende-se que as artimanhas do racismo podem ser denotadas “[...] por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros”. (GUIMARÃES, 2005, p. 59). A problemática resultante exige, dos dispositivos constitucionais, mecanismos que propiciem a promoção da igualdade, considerando-se as recorrentes classificações de instabilidade da população negra, sobretudo, quanto à escolarização e à distribuição de renda, quando correlacionada ao grupo da população branca.

Dentro do contexto educacional, podemos refletir sobre essa situação a partir da compreensão de (DOURADO, 2013), no que se refere à necessidade de efetivação das políticas de Estado relativas a questões educacionais, à implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) e ao real avanço do cumprimento de suas metas, associado à efetiva participação social e política de toda a sociedade para reivindicar educação inclusiva para todos.

É nesse processo de transformação que parte das instituições está processando uma autocrítica quanto às experiências de inclusão. Porém, outra grande parte afirma-se em procedimentos que não levam em consideração as necessidades das diferenças. À vista disso, o que está em jogo é a necessidade de transformação da história construída pelo projeto colonial e racista, para que seja possível exterminar com a lógica do racismo e do preconceito, que gera discriminação racial.

Por outro lado, o cenário observado evidencia focos de intolerância generalizada na sociedade, entrelaçados pela herança do racismo. Exemplos disso, por vezes, mostram-se nas abordagens policiais truculentas com as pessoas negras, notadamente nas favelas e periferias das grandes cidades, onde há registros de pessoas negras assassinadas, sem que portassem armas ou participassem de alguma ocorrência criminal.

Examinando a questão do racismo institucional, Santos (2013, p. 27) afirma:

O racismo institucional é revelado através de mecanismos e estratégias presentes nas instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam a presença dos negros nesses espaços. O acesso é dificultado, não por normas e regras escritas e visíveis, mas por obstáculos formais presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais e públicos. A ação é sempre violenta, na medida em que atinge a dignidade humana. O conceito foi incorporado pelos movimentos negros na América Latina, em

especial no Brasil, o que ajuda a explicar a permanência dos negros numa situação de inferioridade por mecanismos não percebidos socialmente. [...] Há racismo institucional quando um órgão, entidade, organização ou estrutura social cria um fato social hierárquico – estigma visível, espaços sociais reservados –, mas não reconhece as implicações raciais do processo.

Para entender as convenções construídas pela sociedade que marcam as questões da raça, do preconceito e da discriminação racial, cito Appiah (1997, p.67), ao trazer a reflexão a partir da qual questiona criticamente o racismo internalizado. “O desaparecimento da difundida crença no negro como categoria biológica não deixaria nenhum traço diante do qual os racistas pudessem ter uma atitude. Mas não ofereceria, por si só, uma garantia de que os africanos escapassem ao estigma de séculos”.

A proposição de Aníbal Quijano (2005) muito contribui aqui para a pensarmos sobre as estruturas discursivas de raça na atualidade na América Latina, conformadas no processo de globalização e amplamente vinculadas à colonialidade do poder na contemporaneidade. Tomando-se por base o binarismo da superioridade e inferioridade humana como expressão da continuidade do domínio de uns sobre outros, o conceito de raça articula-se para estabelecer a dominação nos níveis econômicos e políticos e em todos os demais âmbitos das relações sociais. Acerca dessa questão, Quijano (2005, p. 229, 230) ressalta:

A ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...] Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. [...] Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder.

Pode-se observar que, mesmo após comprovada pela ciência a inexistência de várias raças humanas, o imaginário social colonialista eurocêntrico não cessou de fornecer os elementos para a representação subalternizada dos grupos historicamente discriminados, de modo que a concepção de raça incorporada à “estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial”. (QUIJANO, 2005, p. 267).

É possível notar que as consequências do processo histórico de exclusão social, discriminação e preconceito racial sofrido por pessoas negras na sociedade ainda não são compreendidas em seu todo na contemporaneidade. Mesmo que exista uma contextualização social, as piores condições de vida atingem de forma mais intensa as pessoas negras. À sombra da colonização do passado e sob os comandos das vozes hegemônicas, é de se observar que, na atualidade, embora a discriminação e o preconceito racial por vezes sejam direcionados a questões sociais e econômicas, e não voltados abertamente ao ataque da etnicidade racial negra, ambos

têm por base “a desigualdade e a exclusão como dois sistemas de pertença hierarquizada, e assim, [...] o sistema da exclusão assenta no essencialismo da diferença”. (SANTOS, 2010, p. 280 e 281).

Questionáveis podem ser as respostas ao se considerar da mesma forma a ocupação dos espaços sociais por pessoas negras e brancas. É visível, na sociedade brasileira, que os brancos detêm o privilégio de ocupar, em sua maioria, os cargos considerados de prestígio social, em detrimento das pessoas negras.

Cabe ressaltar que todas as pessoas, independentemente de seus fenótipos, têm os mesmos direitos garantidos diante da lei; porém, no dia a dia, a grande maioria dos negros fica excluída, notadamente quando se observa a vaga para empregos e cargos de comando considerados socialmente mais elevados. Diante disso, há de se questionar a falta de representatividade dos negros nos postos de trabalho valorizados pela sociedade, sendo necessário dizer que nem sempre essas situações são percebidas.

Ao longo de séculos, observa-se a existência da naturalização e do silenciamento de processos de exclusão que não permitem a ascensão social da população negra em nossa sociedade, ao lado da discursividade que desvaloriza as tradicionais heranças culturais africanas. É necessário questionar os porquês e quais são as forças hegemônicas interessadas na manutenção de certas relações de poder. Da mesma forma, há de se promover a função compensatória da sociedade com relação às diferenças para que os negros sejam vistos como sujeitos ativos na construção histórica e social.

Podemos compreender, com Silva (2004), que a reconstrução crítica do pensamento acerca do racismo necessita avançar para além dos processos discursivos, significando, com isso, ter especial atenção aos processos institucionais, econômicos e estruturais que se revelam nas condições opressoras e desiguais com base nas diferenças. Para o autor, não basta que haja o respeito e a tolerância com a diferença; é necessário focalizar substancialmente as disparidades hierárquicas das relações de poder e a crescente reprodução das desigualdades. De fato, evidencia-se a necessidade de outra agenda, pautada na decolonialidade do poder, do saber e do ser, para compreender e avançar nas discussões sobre a representação social afirmativa negra brasileira, com base em outros paradigmas, reelaborados de forma crítica e reflexiva, que sejam contrários ao sistema discriminatório e de exclusão étnico-racial construído pela noção colonial de raças.

3.1.4 Raça, identidade, diferença e o mito da democracia racial no Brasil

Considero as contribuições teóricas de Silva (2004) sobre a ideia de raça. Para ele, a categorização de grupos populacionais na espécie humana a partir do século XIX e início do XX teve a finalidade de justificar amplamente a dominação de um ser humano sobre o outro, neste caso, a dominação europeia sobre o continente africano. Ainda segundo o autor, raça e etnia estão sujeitas a um constante processo de mudança e transformação, e a diversidade cultural resulta de processos relacionais, históricos e discursivos de construção da diferença, sendo que a conceituação cultural e discursiva de ambos os termos não os torna menos reais nos âmbitos sociais e culturais.

Enunciada não sem complexidades, a ideia de raça difundida na contemporaneidade não implica apenas ser retirada do contexto social e histórico, pois a construção das noções de raça, etnia e racismo entrelaça as subalternidades de um lado e os privilégios de outro, necessitando ser questionada o tempo inteiro. É neste contexto que a construção social dos conceitos de raça, racismo e identidade racial se encontra vinculada à cor e à etnicidade das pessoas para cumprir a função de reprodução cultural hegemônica branca.

A esta compreensão, associa-se a significação simbólica do ser negro e do ser branco no campo do imaginário, que se reflete na realidade. É sabido que uma pessoa negra e uma pessoa branca têm diferentes tratamentos, ainda mais quando se trata de ascensão e sucesso no mercado de trabalho.

De acordo com Munanga e Gomes (2006), podemos elucidar a compreensão a respeito do termo “raça” e de suas múltiplas questões e concepções, reconstruídas a partir de relações de poder hierarquizantes e da colonialidade, assentada na mentalidade da sociedade brasileira. Munanga e Gomes (2006, p. 176) afirmam:

A identificação de raças é uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas nossas relações sociais mais amplas. O problema é que, em vários contextos, também vamos aprendendo a tratar as ditas diferenças de forma desigual. [...] Vivemos num país com uma estrutura racista que precisa ser superada. [...] o histórico da escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e inserção social dos descendentes de africanos em nosso país.

Assim como Munanga e Gomes (2006), com Arroyo (2012), podemos compreender a configuração dos interesses hegemônicos colocados com uma finalidade sistêmica de inferiorização das identidades raciais, no não reconhecimento emancipatório das diferenças e no não reconhecimento dos iguais direitos sociais. Cabe ressaltar, pois, com os autores, que a construção social passa a ter consequências nefastas e geradoras de desigualdades, pela recusa e exclusão das diferenças, ou seja, as instâncias sociais, principalmente as políticas e econômicas, ainda não estabeleceram elaborações afirmativas das diferenças, sem gerar opressão e condições desiguais para a população negra brasileira.

Logo, envolta por tal cenário e marcada por contrassensos, evoca-se a participação dos atores sociais da diferença para a mobilização social na reivindicação e promoção de ações políticas que se mostrem capazes de ressignificar de forma positiva as diferentes identidades étnicas e raciais. Contudo, os deslocamentos e práticas sociais contestadores das diferenças, que são transformadas em desigualdades sociais, não advêm de uma linearidade automática, nem estão ausentes dos processos de pressão das organizações e movimentos sociais, tampouco das relações de poder hegemonicamente estabelecidas na atual sociedade.

Outro autor que nos leva a pensar com senso crítico, fugindo da compreensão linear centrada no modelo colonialista ao tratar das questões da identidade aqui colocadas, é o filósofo e historiador camaronês Joseph-Achille Mbembe (2001), que faz uma crítica aos essencialismos e explica da seguinte maneira a construção identitária em foco:

Não há nenhuma identidade africana que possa ser designada por um único termo, ou que possa ser nomeada por uma única palavra; ou que possa ser subsumida a uma única categoria. A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída, de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as práticas do self. [...] Tampouco as formas desta identidade e seus idiomas são sempre idênticos. E tais formas e idiomas são móveis, reversíveis e instáveis. Isto posto, elas não podem ser reduzidas a uma ordem puramente biológica baseada no sangue, na raça ou na geografia. Nem podem se reduzir a tradição, na medida em que o significado desta última está constantemente mudando. (MBEMBE, 2001, p. 198, 199).

Convém compreender o pensamento de Mbembe (2001) acerca do imaginário do continente africano na extensão dimensionada por Hall (2004), considerando que a construção das identidades se constitui em grande complexidade. Importa perceber as relações de poder engendradas, para compreender as ambiguidades, os descentramentos, os deslocamentos, as contradições, a fluidez e as fragmentações ocorridas na formação identitária dos sujeitos.

De acordo com Hall (2004, p. 8), o entendimento de “identidade é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”. No mundo moderno, as nações todas estão

hibridizadas do ponto de vista cultural; assim, a representação da identidade como elemento deslizante escapa à fixidez, dependendo dos lugares em que se encontram os sujeitos, das situações por eles vivenciadas e das articulações das relações sociais e de poder construídas.

Pensando na descentralidade dos sujeitos e em seus processos, mecanismos, intenções e efeitos na produção e reprodução da identidade, Hall (2004, p. 38) anuncia:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

Outra importante argumentação sobre a questão aqui tratada encontrei em Silva (2004), para quem raça e etnia não podem ser consideradas como construtos culturais fixos e estabelecidos, por dependerem de um procedimento histórico e discursivo de construção, assim como a diferença.

Na problematização das relações raciais, essas considerações põem à mostra os enganosos argumentos do mito de democracia racial brasileira. As interrogações podem ser respondidas levando-se em conta o real panorama da desigualdade e da exclusão socioeconômica vivenciadas em grande parte por pessoas negras, que não escapam ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial erigidos no cotidiano. Além do mais, os problemas que vivemos em nossa sociedade, marcada por desigualdades refletidas na inferiorização das diferenças, não podem ser reduzidos à negação do racismo, que se vê resguardado pelo mito da democracia racial ao longo do tempo, negando os fatos discriminatórios, preconceituosos e excludentes existentes no Brasil.

No que se refere ao mito de democracia racial, Bento (2012), com todo acerto, diz que, ao receber interpretações de homogeneidade racial branca, a sociedade é dominada pelo não reconhecimento da existência das segregações e exclusões das pessoas negras e outras etnias não brancas, pois aparentemente a democracia racial impediria que isso acontecesse.

Gomes (2005) alerta-nos para a intencionalidade demonstrada na democracia racial, materializada na desvalorização da estética da pessoa negra. Em contraposição, valoriza-se e superestima-se a beleza da pessoa branca: o “mito da democracia racial na sociedade brasileira, esse tão falado mito nos leva a pensar que vivemos num paraíso racial.” (GOMES, 2005, p. 148). Em outras palavras, o cenário criado em nossa sociedade contemporânea por meio dos discursos da hegemonia dominante nos faz acreditar nos fracassos sociais das pessoas negras como resultantes de suas próprias inabilidades ou por insuficientes esforços. Essas questões

devem ser centrais nas preocupações da sociedade, pois há de se evitar, de todas as formas, o que seriam abordagens preconceituosas da identidade étnico-racial negra, para que sejam produzidos movimentos de afirmação positiva dessas identidades e, enfim, enfrentados os mecanismos essencialistas de homogeneização identitária.

É necessário lembrar que muito do legado dos povos africanos negros aqui escravizados não aparece em livros de história, monumentos e estátuas em nossas cidades. Isso demonstra que não se compreende ainda que essa história é o Brasil e que, por mais que as marcas tenham sido apagadas e por vezes até mesmo negadas, as gerações futuras são guardiãs da cultura, memória e reminiscência da ancestralidade africana, das mãos negras que trabalharam muito e tudo fizeram. É preciso pensar esta narrativa centrada na resiliência de nossos ancestrais, que foram obrigados a morrer trabalhando para sustentar o país com suas mãos por longos séculos, alimentando-o.

Convém sublinhar que, ao tratar-se da escravização dos negros africanos no Brasil, surge um sentimento que constrange, entristece e traz lágrimas ao rosto. Nenhuma pesquisa acadêmica é capaz de nos fazer sentir e compreender o quão difícil foi cada passo dado durante as inúmeras travessias dos oceanos, rumo aos países dos escravizadores. As abomináveis viagens e os detalhes horripilantes dessas jornadas, perante tantas lágrimas e sangue derramados lá e aqui, por vezes foram intencionalmente encobertos pelos entraves postos pelas próprias contradições que atravessam o capitalismo e as relações de poder e os interesses hegemônicos.

Tal atitude, calcada por algo tão vil e institucionalmente formalizado na sociedade brasileira por mais de três séculos, implica irmos, todos nós, além do examinar e do repudiar tão somente. “Não falar nada é ser cúmplice das mesmas forças de dominação” (HOOKS, 2019, p. 292), ou seja, a neutralidade e o silenciamento colocam-se a serviço dos opressores e nunca dos oprimidos (vitimados).

O historiador africano e ativista político Joseph Ki-Zerbo expressa bem a dominação opressora e a submissão desumanizante dos colonizadores durante a escravização do continente africano ao afirmar:

No século XVI, começou a invasão vinda do exterior: uma grade intromissão, com as grandes descobertas da África ao sul do Saara e da América Latina. Essas descobertas implicaram, como você sabe, o tráfico dos negros. Depois do genocídio dos índios na América, o tráfico custou a vida de dezenas de milhões de africanos, que foram arrancados a este continente e expedidos, em condições atroz, para além do Oceano Atlântico. **Nenhuma coletividade humana foi mais inferiorizada do que os negros depois do século XV.** Foram encomendados escravos negros aos milhões; utilizaram-se os negros como reprodutores de outros negros, em “coudelarias” constituídas para produzir novos negrinhos para o trabalho nas plantações. Quantas crianças africanas foram jogadas dos navios, ou abandonadas nos mercados de escravos, longe das mães

que eram levadas, porque era preciso muito tempo para alimentá-las até que fossem exploráveis? Os escravos eram comprados às toneladas. Amputava-se e esartejava-se como carne bruta os rebeldes ditos “negros castanhos”. [...] **como se pode conseguir não reconhecer que toda a espécie humana foi inferiorizada, humilhada, crucificada por esse tratamento? O tráfico dos negros foi o ponto de partida de uma desaceleração, um arrastamento, uma paragem da história africana. Não falo da história na África, mas de uma inversão, uma reviravolta da história africana. Se ignorarmos o que se passou com o tráfico dos negros, não compreendemos nada sobre a África.** [...] O colonialismo substituiu inteiramente o sistema africano. Fomos alienados, isto é, substituídos por outros, inclusive no nosso passado. **Os colonizadores prepararam um assalto à nossa história.** (KI-ZERBO, 2009, p. 24, 25) (Grifos meus).

De maneira reiterada, é necessário refletir sobre a luta dos negros em busca de cidadania ao longo da sistematizada escravização no passado, observando que os resquícios do escravismo se impõem, sob distintas formas, ainda na atualidade sobre os descendentes negros, que são discriminados em seu cotidiano e passam por situação de suspeição em razão de seus fenótipos.

O Estado brasileiro alicerçou-se na escravização de povos negros africanos. O país, com sua soberania e estruturas próprias, organizou-se para criar benesses favoráveis aos interesses das classes dominantes, sendo notório que essa estruturação enfraqueceu e desorganizou as lutas dos negros, impedindo sua participação como agentes sociais. Em outras palavras, conduziu a população negra à imobilidade social, e a questão do racismo estrutural do país passou a ser redefinida em grande parte pelas lentes historiográficas de uma escravidão benevolente e equitativa sofrida pelos negros.

Aqui assume grande importância a observação de que a ancestralidade negra africana continuamente criou estratégias para contrapor-se à dominação capitalista escravagista, trazendo consigo, do outro lado do continente, a necessária resiliência e a coragem em vultosas dimensões. Embora fossem acorrentados, surrados, completamente vilipendiados e leiloados para o trabalho escravo em fazendas, casas grandes e senzalas, aqueles sujeitos lutaram com bravura e derramaram seu sangue para atingir o objetivo da sobrevivência, da liberdade, dos direitos e da dignidade humana. Na permanência de seus atos e diálogos insubmissos, esses escravizados resistiram sem cessar e deixaram um legado de imensa contribuição para todo o povo brasileiro, composto por outras etnicidades, porém, de maneira indubitável e em grande parte, pelos descendentes de africanos.

3.1.5 A presença da Lei n.º 10.639/03 no espaço escolar

Uma das extraordinárias conquistas do Movimento Negro nacional, que podemos ver atualmente instituída no ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas de todo o território nacional, é a alteração da mais importante Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a LDB n.º 9394/96, por meio da Lei educacional n.º 10.639/03.¹⁸ Implementada há 20 anos no Brasil, esta lei tem o intuito de assegurar uma atuação política de ação afirmativa, direcionada a práticas pedagógicas escolares de valorização da cultura e ancestralidade africana, de identidade do povo negro brasileiro e de fortalecimento das suas memórias positivas de africanidades.

Nessa dimensão anticolonialista da história, colaboram com nossa discussão as palavras de Lopes (2008, p. 16) ao ressaltar que, no “auge das conquistas humanas em sua era, o Egito faraônico foi uma civilização clássica africana sem rival” e, por todo o período de governança dos faraós, representava os avanços da humanidade, por seu desenvolvimento intelectual e social. Trago essa exemplificação como um importante agenciamento para a sociedade contemporânea, que reluta em reconhecer, reafirmar e transmitir tão grandioso fato histórico. Diante disso, ao abordar a distintiva situação escravizante infligida à civilização africana no passado e sua atual definição social, não se pode ocultar a culpabilidade da “expansão europeia” no “declínio africano”. (LOPES, 2008, p. 29).

A mencionada Lei n.º 10.639, ao incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira, viabilizou, no espaço escolar, processos de ruptura de uma hegemonia de saberes eurocentrados; de igual modo, faz necessária oposição à cultura imposta no passado pelos colonizadores escravagistas. A existência desta lei representa, na ambiência escolar, possibilidades de construção/reconstrução das diferentes identidades, para que estas sejam percebidas sob premissas de respeito, valorização e reconhecimento das singulares diferenças apresentadas pela humanidade. Nesse sentido, Silva (2005), Hernandez (2005), Munanga (2006) e Cavalleiro (2007), entre outros autores, ressaltam a im-

¹⁸ “[...] o sistema educacional recebeu a responsabilidade de promover a valorização da contribuição africana quando, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a aprovação da Lei 10.639 de 2003, tornou-se obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica. Essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política”. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. (KI-ZERBO, 2010)

portância dessas proposições para que sejam desconstruídas as imagens estereotipadas dos negros e da história da África na sala de aula. No entanto, sabemos que, embora seja esta uma lei extraordinária, por si só ela não se tornará eficaz para desvelar e questionar as perspectivas eurocêntricas das relações de poder, pensadas para valorizar as identidades da branquitude e desvalorizar as identidades da negritude em nosso país.

É gigantesca a batalha pela desconstrução dos muros erigidos para impedir os olhares positivos sobre a identidade africana e afro-brasileira. Essa árdua luta da população negra requer ainda ações afirmativas respaldadas na efetividade de políticas governamentais pensadas para além do amistoso relacionamento que a sociedade brasileira oficialmente demonstra oferecer.

É necessário que o povo brasileiro entenda a luta por efetiva cidadania das pessoas negras não como benefício somente delas mesmas, mas de todos os cidadãos e cidadãs que se querem afirmados em virtude do pleno exercício democrático e de igualdade. Nesse sentido, a aprovação e implementação da Lei n.º 10.639/03 foi decisiva no âmbito da educação.

Vale mencionar que o Movimento Negro no Brasil, ao longo do processo histórico, especialmente tem contribuído para a emancipação social dos sujeitos negros, objetivando a consolidação de uma sociedade diversa, igualitária e democrática (GOMES, 2017), premissas essas, fundantes do bem-estar da coletividade. A história do Movimento Negro apresenta profundas reflexões do passado e do tempo presente visando a reconstrução positiva da identidade negra no espaço da escola e fora dela. Evidencia-se, assim, a significação da memória individual e coletiva contida nessa historicidade como valorização da etnicidade.

3.1.6 O período da pandemia: uma breve reflexão

Cabe lembrar aqui, a estarrecedora pandemia da (COVID-19); ocorrida entre 2020 e 2022 que afetou gravemente e vitimou milhões de pessoas no cenário mundial, uma fatalidade sem precedentes cujos impactos provocou o afastamento total ou parcial de estudantes e educadores do espaço escolar exigindo a adoção de medidas de prevenção ao contágio do coronavírus. Esse contexto, trouxe muitas preocupações e impactou profundamente a educação escolar.

Diante da realidade gerada pela pandemia, lamentavelmente veiculou-se nas diversas mídias sociais, o registro de aproximadamente 700 mil mortes de pessoas no país ocorridas sobretudo, em consequência da falta de aquisição de imunizantes (vacina contra COVID -19)

pelo Governo Federal brasileiro que demonstrou naquele momento, em suas declarações aos jornalistas total descrédito quanto à segurança e eficácia das vacinas.

Na ação governamental de gerenciamento do contexto pandêmico, houve uma expressão política de negacionismo da elevada letalidade do vírus, fazendo com que tão grave situação fosse tratada com negligência e muitas pessoas se aglomerassem desrespeitando as medidas de isolamento social, não usassem máscaras e desprotegidas, ficassem mais suscetíveis ao coronavírus. No âmbito da gestão política nacional, essa dolorosa situação foi agravada com a não aquisição de vacinas no prazo necessário para a imunização da população brasileira. Diante da conturbada conjuntura, abriram-se as portas do inesperado, do impensável e do inaceitável retrocesso de conquistas sociais e a sinalização de uma ameaça aos pilares da democracia.

No decorrer desse processo sociopolítico, exteriorizaram-se rumores e mensagens que defendiam a antivacinação e recebia apoio do Presidente da República, através da demonstração de atitudes hostis e negacionistas que influenciavam grande parte da população. Outra questão que requisitou uma reflexão crítica dos brasileiros, foi a infundada manifestação de grupos de pessoas repetidas vezes, pedindo a volta do regime de ditadura militar no país, com a exibição de faixas menosprezando a obtenção das conquistas democráticas duramente conquistadas, depois do agravante período de autoritarismo, – golpe militar em 1964 – que perdurou por 21 anos no Brasil. Durante esse período houve repressão, cassação, censura, restrição de liberdade, tortura e assassinato.

A política dimensionada desse governo, deliberadamente anunciou o negacionismo que se transpareceu no Brasil em toda sua extensão, afetando a saúde pública, a economia social, a segurança e a educação de forma muito acentuada. Em paralelo, estas constatações trouxeram consigo marcas de desesperança, inquietação e incerteza, agravadas pela lentidão do avanço do quadro de vacinação de toda a população naquele período.

Esse conjunto de indicativos levou ao enfraquecimento da estrutura da educação escolar, em decorrência do caráter de desarticulação do sistema político educacional que ao ficar negligenciado, não apresentava infraestrutura adequada para a resolução dos problemas, sobretudo, com relação a mediação da tecnologia com a aprendizagem escolar dos estudantes historicamente vulneráveis.

Da mesma forma, a população brasileira viu-se diante de proposições negacionistas referentes às políticas adotadas com base em uma visão distorcida do contexto pandêmico, como pôde ser visto nas mídias sociais e particularmente em alguns estudos sobre essa problemática. (GOES, RAMOS, FERREIRA, 2020; MATTA *et al.*, 2021).

Por consequência, tais elaborações apresentadas no âmbito político, marcaram uma grande parte do imaginário social, que manifestou receio e não aceitação das vacinas, mesmo diante da disseminação mundial do coronavírus e tudo isso, resultou em maior tempo do fechamento das escolas nos anos de 2020 e 2021, impactando fortemente a educação escolar, com a regressão da aprendizagem de milhões de estudantes.

Nesse lastimável contexto social, o país se viu diante do caráter fragmentário da democracia e da vulnerabilidade das políticas públicas educacionais e, particularmente, das políticas públicas de saúde. Em tão dolorosa situação, é forçoso dizer que, em decorrência da COVID-19 no Brasil¹⁹, o maior número de óbitos foi constatado na população negra, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todavia, após tão grave situação, a promissora dimensão democrática dos brasileiros é articulada, e as organizações coletivas de luta social enunciam as demandas por direitos humanos. Mesmo diante das fragilidades institucionais apresentadas, a via da democracia emerge na compreensão da necessária atuação social e política. Por certo, haverá na sociedade brasileira o gradativo rompimento das graves condições materiais de desigualdade socioeconômica que tanto têm prejudicado uma expressiva parcela populacional, atingindo, maiormente, a população negra, cujas condições de vida ainda são mais precarizadas em relação à maioria da população branca. Diante dos quesitos que atravessam a classe e a raça na configuração das desigualdades e injustiças sociais, há de se constituir um dos maiores desafios a serem enfrentados na contemporaneidade, a construção de sistemas de proteção aos excluídos que visem banir o caráter estrutural do fenômeno do racismo e demais processos sociais excludentes.

À essa questão socialmente posta, as mulheres deparam-se com situações que as atingem de forma diferenciada, porque se veem diante de um sistema discriminatório carregado de tripla opressão, devido à tensão da discriminação por gênero, raça/cor e condição social. As mulheres negras e pobres, em geral, passam por vias discriminatórias produzidas e sustentadas na lógica do sistema do patriarcado²⁰, que ainda emerge na atualidade. É uma lógica vista pelas

¹⁹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020> Acesso em 25 de julho de 2022.

²⁰ “O patriarcado é um sistema social que surgiu na Antiguidade e que persiste até os dias de hoje, assumindo várias formas. Ele existiu em diversos tipos de nações-estados – feudais, capitalistas ou socialistas – sem que as bases essenciais do sistema diferissem significativamente. Em todos os meios patriarcais, o domínio, no que diz respeito ao poder e à autoridade, era centralizado no macho e expresso principalmente por meio do controle e da discriminação econômica do gênero feminino.” (CASHMORE, 2000, p. 405).

lentes do machismo, exclusivismo e racismo, dentre outros processos discriminatórios produzidos e reproduzidos com base em relações unilaterais de poder, englobando divergência de orientação sexual, de classe, profissional, étnica, religiosa, regional e geracional, entre outras. A respeito da discussão dessas importantes questões, destaco aqui as autoras Akotirene (2019), hooks (2018) e Ribeiro (2018).

Como observado, a sociedade ainda está mergulhada na arraigada cultura do enaltecimento unicamente de homens brancos e heterossexuais e os homens negros, são vistos sob a ótica da diferença, não como iguais. Isso, lamentavelmente, prejudica e anula a possibilidade da construção de uma estrutura social baseada na igualdade entre mulheres e homens. À medida que se institui socialmente a seletividade das pessoas em função da diferenciação dos papéis e comportamentos sociais, desconsidera-se a valorização das singularidades e das diferenças, de forma que não se percebe o outro, não se reconhece a alteridade, e o diferente passa a ser identificado como o desigual na lógica da normatividade branca e machista. Assim, a problemática social das desigualdades de gênero e raça, tem afetado de modo grave particularmente as mulheres negras.

A partir dessa patologia social, vê-se subjetivamente a branquitude como detentora de poder e superioridade, usufruindo todas as oportunidades e privilégios, na indicação dos estabelecidos padrões normativos, que têm por função desvalorizar qualquer cor de pele que não tenha igual característica. Aqueles que não a têm, passam a ser os outros, os diferentes, os excluídos. Conforme alerta Bento (2022, p. 62), “branquitude, em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais”.

No cerne dessa questão, indicativa da normatividade branca que vemos colocada na sociedade brasileira, as formas como são encaradas essas práticas, terão necessariamente que ser desnaturalizadas para solidificar novas configurações direcionadas ao enfrentamento dos privilégios sociais, materiais e simbólicos, em usufruição vinculada às pessoas brancas. (branquitude).

Compreende-se que a ótica da inserção dos diferentes, na qual a diferença racial não seja tratada como inferioridade, se mostra como um caminho ímpar a ser seguido nas proposições políticas, econômicas e culturais de nossa organização social. É o que nos oferecerá efetiva capacidade de transformação das desigualdades sociais, mediante o acesso a ambientes socialmente construídos considerando a celebração da democracia em sua plenitude. Sem que se alterem essas questões sociais fundamentais, pouco será feito para todos aqueles que se encontram historicamente submetidos à exclusão social e ao inflexível empobrecimento.

Não seria fora de propósito, retomar aqui, a reflexão sobre discriminação racial e a condição social do negro, para referir que a tão sonhada liberdade conquistada após a lenta abolição, não tornou propícias as condições para que as pessoas negras trabalhassem e ampliassem as possibilidades de êxito no espaço social. Conforme podemos ver na afirmação de Fernandes (1989, p. 21), “o trabalho livre não contou como uma fonte de libertação do homem e da mulher negros: ele os coloca em competição com os imigrantes em condições desiguais”.

Finalizando este capítulo, reitero que a presente pesquisa de histórias de vida, orienta-se na centralidade da história oral, transpondo a oralidade para a fonte escrita como desdobramento e possibilidade outra, de expansão dos saberes inerentes ao tempo passado refletidos no presente.

No capítulo seguinte, me dedicarei a análise das três histórias de vida dos sujeitos participantes da presente pesquisa.

4 CAPÍTULO III – O PASSADO E O PRESENTE NA MEMÓRIA DOS PROTAGONISTAS DO ANTIRRACISMO EM MATO GROSSO DO SUL

Sobre a esperança

Não há acomodação na esperança.

Pelo contrário.

Há muito trabalho e possibilidades.

*Enquanto os desiludidos choram,
os esperançosos traçam suas metas,*

se posicionam

e atacam.

Ter esperança é quase concretizar.

(ASSIS, 2007, p. 95)

Nesta tese, trago três fascinantes e inspiradoras histórias de vida, na intenção de escrever e analisar contextos vivenciados em sua totalidade; contudo, não tenho como objetivo tê-los na centralidade investigativa da pesquisa. Considero analisar as narrativas dos sujeitos participantes desta pesquisa, no esforço de ouvir com atenção as histórias dessas pessoas altruístas, em suas trajetórias e lutas sociais especialmente vitoriosas, contadas a partir de suas representações, memórias e impressões individualizadas e coletivizadas, valorizando os saberes construídos, as referências de identidades e a história pessoal, social e política de cada uma delas.

Nesta pesquisa, as reminiscências do passado, transmutada nas narrativas de história de vida dos sujeitos participantes, constituem-se na escuta atenta dessas vozes protagonistas do antirracismo. Penso que estas têm muito a dizer na luta pela igualdade racial e social em nossa sociedade, almejando o desfazer dos estigmas inferiorizantes assentados nos moldes do pensamento colonialista e da colonialidade, sistematizados nas relações de poder ainda na contemporaneidade.

Diante da lógica de dominação colonial que permanece, Gomes (2006, p. 28) assim aponta para a necessidade de vigilância sobre essa realidade:

A luta contra toda e qualquer forma de naturalização e estigmatização das diferenças tornou-se um dever da humanidade, pois as experiências humanas já vividas e as que assistimos nesse início do século XXI têm-nos revelado que a intolerância, o racismo e a discriminação, ou seja, formas negativas de lidar com as diferenças, poderão nos levar a intensos processos de desumanização.

A respeito da história oral, como já referido, advém o fato de que é sempre contemporânea. Na presente pesquisa, por exemplo, a história oral mostra-se como um recurso bastante eficiente, que nos permite criar fontes sobre períodos passados só registrados nas memórias dos sujeitos participantes da pesquisa. É possível contribuir com a criação de documentos escritos, entendendo-se que, no que os outros nos dizem, com suas formas de ver suas vivências cotidianas, é que fazemos o esforço para enxergar o que está sendo vislumbrado para nós e, de tal modo, somente podemos ver aquilo que compreendemos. Assim, a potencial relevância dos sujeitos participantes desta pesquisa, com suas histórias de vida, reside no protagonismo ativista voltado para a diversidade, inclusão, equidade e pertencimento, a partir das diversas possibilidades oferecidas pela história oral.

Na observação presente de que as singulares memórias não estão separadas de um contexto de coletividade, esses sujeitos individuais constituem-se como sujeitos coletivos ao recordarem seus próprios tempos passados. Compreende-se que há recordações que permanecem tão somente na memória dos sujeitos e que há outras que são guardadas na coletividade; ambas as formas são complementares para os registros escritos de novos documentos.

É na escuta dessas vozes protagonistas que nos permitimos procurar pistas para além das aparências, distinguindo atalhos que se desprendam dos caminhos já conhecidos e que possam revelar o até então para nós desconhecido. É a partir da autonomia e do protagonismo desses sujeitos de conhecimentos muito válidos que analiso suas memórias, sob a perspectiva outra de esperança em um futuro com igualdade de condições sociais para todas as pessoas. Nesse sentido, cabem as advertências de Gomes (2020, p.225):

Se olharmos para a sociedade brasileira, encontraremos o protagonismo negro denunciando esse mesmo colonialismo e sua colonialidade. Ele está no clamor das negras e dos negros cujas vozes ecoaram contra a escravidão e no corpo dos que lutaram e ainda lutam pela nossa humanidade contra o racismo, as ditaduras, a pobreza, a violência racial e de gênero, a LGBTfobia, a violência religiosa, contra a hegemonia do padrão estético branco-europeu e o conhecimento eurocentrado.

As três histórias de vida que apresento na análise da pesquisa representam parte desse protagonismo de pessoas negras na luta social contra o modelo colonialista branco europeu, tomado como o único padrão de cultura, inteligência e beleza no decorrer da historicidade das relações de poder, moldadas pela inadmissível experiência colonial racista.

Figura 1- Fotografia da Dra. Raimunda



Fonte: Arquivo pessoal da Dra. Raimunda

4.1 A EXITOSA HISTÓRIA DE VIDA DE RAIMUNDA LUZIA DE BRITO

A Dra. Raimunda Luzia de Brito nasceu no município de Aquidauana no dia 27 de janeiro de 1939; portanto, atualmente está com 84 anos de vida.

Ela estudou com o intuito de ser professora. Graduou-se no curso de Serviço Social e cursou mestrado nesta área, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Também se graduou em Direito, pela Universidade Federal de Uberlândia, em Minas Gerais, e cursou o doutorado em Educação em um país vizinho.

Esta admirável senhora é assistente social, advogada, professora universitária e ativa militante antirracismo do Movimento Negro. É uma das grandes personalidades sul-mato-gros-

senses, nacionalmente reconhecida por suas atuações em favor da diversidade étnica e de valorização da população negra no estado de Mato Grosso do Sul. Ativista dos Direitos Humanos, tem defendido, sobretudo, as mulheres negras, como fundadora do Coletivo de Mulheres Negras do estado, que mais tarde passou a chamar-se Coletivo de Mulheres Negras Raimunda Luzia de Brito (CMNEGRAS/MS).

Ela viveu a infância em uma família com pouco poder aquisitivo, típica do interior do estado de Mato Grosso dos anos 1930. Seu pai e seu avô trabalhavam na empresa ferroviária em Campo Grande.

Na reflexão inicial sobre a sua história de vida, o que se evidencia com grande intensidade são as situações racistas, discriminatórias e preconceituosas que muito constrangeram e entristeceram Raimunda quando criança e, ainda assim, de algum modo, foram subvertidas e superadas por ela por meio de sua autoconfiança e autoestima elevadas. Pode-se observar que ela reage a tudo isso combatendo as estruturas discriminatórias, racistas e opressoras, nutrindo-se sempre de entusiasmo pela vida, com um engajamento esperançoso prosseguindo na histórica luta antirracista.

Esta mulher preta, como ela mesma costuma dizer, de forma muito lúcida, precisa e franca, tem como premissas o ativismo e a militância social em prol dos direitos humanos ao longo de sua trajetória pessoal. Continuamente engajada em desestabilizar os princípios geradores de desigualdades, ela persiste na esperança de um mundo melhor, para confrontar os padrões antiafirmativos das diferenças, isto é, de todas as pessoas que não correspondem aos valores da “brancura”²¹ em uma sociedade como a brasileira, insistentemente hierarquizada em função da cor. A Dra. Raimunda, como uma protagonista do Movimento Negro, tem argumentado em favor da decolonialidade, mediante amplo debate e denúncia do racismo que se disfarça atrás do propalado mito da democracia racial brasileira. (MUNANGA, 2022; GOMES e RODRIGUES, 2018; ALMEIDA, 2018).

A Dra. Raimunda é reconhecidamente uma pessoa notável na história sul mato-grossense e compõe sua própria história como uma influente militante negra de Mato Grosso do Sul no enfrentamento dos tensos processos impeditivos da afirmação da identidade étnica racial

²¹ “A brancura como categoria inclusiva que abrange um segmento da população não é mais natural do que a negrura. Originou-se na segunda metade do século XVII, como resultado de uma transformação social de colonizadores da América - ingleses, irlandeses, escoceses e outros europeus. [...] Como a brancura significava superioridade e privilégio, sua função era desvalorizar qualquer cor de pele que não tivesse essa qualidade e transformar os seus possuidores nos Outros. [...] Nos dias de hoje, a brancura não significa tanto a superioridade ou pureza, mas o privilégio e o poder; ela confere vantagens e prestígio”. (CASHMORE, 2000, p. 99, 100, 101).

negra. Ela, incansavelmente, com suas falas acuradas, tem expressado a necessidade de obtenção de justiça social, com fortalecimento da identidade racial negra, considerando as prioridades da igualdade e do respeito por essa identidade.

Sobre o racismo retomado em sua abordagem sistêmica e histórica, Fanon (2008, p. 154), em seu livro *Pele negra máscaras brancas*, assim examina a presença negra: “o negro é o símbolo do Mal e o do Feio. Cotidianamente, o branco coloca em ação esta lógica” de alienação colonial racista como um elemento de ampla opressão social sistematizada, para desumanizar e inferiorizar, ou seja, a pretensa superioridade branca impõe uma suposta inferioridade negra, para impedir o reconhecimento deste outro e reproduzir o processo de desumanização.

Diante da rejeição de humanizar-se como negro, o embranquecimento incumbe-se de apresentar, com o racismo, as máscaras brancas, dimensionadas na falaciosa invenção de um ideal civilizatório branco, tomado pelo pensamento social. Por tudo isso, as incoerências do pensamento racista são inculcadas nos sujeitos e nas instituições, conduzindo-se a sua reprodução na sucessão das gerações, no decorrer de todo o período da vida pessoal e social.

Por conseguinte, a materialização positiva da identidade negra exige a anulação dos estereótipos negativos criados pelo colonizador para desumanizar e escravizar. A conjuntura das ideias racistas se caracteriza ainda, pelas estratégias da estereotipia das pessoas negras na dimensão do exotismo, da sensualidade e da musicalidade. A expressão desses estereótipos, muitas vezes é vista como se fosse menos negativa e inofensiva. Assim, a permanência do preconceito e discriminação, sustentam a ideia de que os negros têm capacidades de atuação no âmbito da emoção, mas não no âmbito da razão, supondo uma composição racial negra inferior que tão-somente é movida pela emotividade e os brancos, movidos pela racionalidade. À vista dessa circunstância, manifestam-se a reprodução do discurso de dominação colonial, as imposições de poder e as intenções de fixar o negro no lugar social da subalternização. Daí a necessidade de desconstruir o caráter preconceituoso, rechaçando as imagens negativas criadas.

Como vimos, um dos componentes da narração de histórias de vida reconhece a necessidade de valorizar o vivenciado e o contado pelos próprios protagonistas, tendo em vista transformar em narrativas escritas as suas revelações e lembranças continuamente fluente no campo memorialístico e que se encontrava guardado no espaço de suas memórias em particular.

Percorrer as narrativas da força da memória requisita, especialmente, que os narradores possam reconhecer-se narrados no que queiram relatar publicamente, em consonância com as vivências que os acompanham ao longo de suas trajetórias, em suas idas, vindas, retrocessos e protagonismos. Isso tudo é congregado com o aprofundamento do conhecimento tecido na den-

cidade do tempo, que produz a evocação de fatos vividos, rememorados e, por vezes, esquecidos, compondo o fazer das memórias, registrado na intensidade das lembranças e aflorado como mais valioso a cada um, em sua própria história, para ser proferido como relato.

Assim, a configuração de sujeitos historicizados faz com que o passado seja constantemente atualizado e que o presente seja interpretado em concordância com a tradição oral, manifestada pela memória. Nesse contexto, a Dra. Raimunda reflete a expressão do que é ser mulher e negra na sociedade brasileira, ao falar sobre como se tornou quem ela é e como superou a dor do preconceito e demais obstáculos cotidianamente enfrentados. No que se refere a transformar os infortúnios em símbolos de resistência, superação, força, espiritualidade e alegria, ela protagoniza demonstra o quanto estão profundamente conectadas suas palavras e ações, inspiradas na própria experiência de viver como uma mulher negra do século 21. Com a firmeza de um olhar positivo sobre si e os outros, nossa entrevistada, com sua atuação admirável, ofereceu-nos narrativas com muitas vitórias, que resultam no fortalecimento e na afirmação identitária de sujeitos negros na sua coletividade.

Com uma agilidade própria e repudiando as armadilhas da opressão racista, Raimunda denuncia com lucidez o racismo velado ao jeito brasileiro de cada dia, para marcar, assim, os espaços da autoestima identitária da negritude. Sem silenciar, incansavelmente ousa lutar contra as atrocidades da desigualdade, para realizar transformações e extinguir as exclusões sistemáticas historicamente vivenciadas pelo povo negro. Ao longo de sua jornada de vida, com seu jeito simples, porém, sempre ousado e corajoso, ela tem demandado energia cognitiva e política em oposição aos padrões valorativos únicos da branquitude.

É dessa perspectiva a importância dada ao brincar de crianças com as bonecas pretas, sobretudo, de meninas e meninos negros, no sentido de possibilitar-lhes enxergar as suas características pessoais/raciais positivas. Os pequenos veem-se representados positivamente – é o poder da visibilidade e da afirmação confiante e esperançosa das crianças negras, proporcionado por algo tão simples, como o brinquedo. É o que veremos mais adiante, no decorrer das análises da história de vida de Raimunda, ao discorrer sobre as bonecas pretas como meio de valorização da diversidade étnico-racial das crianças na Comunidade Remanescente de Quilombola Tia Eva.

Para compreender melhor as narrativas dessa mulher negra e de onde vem sua força inspiradora, indaguei acerca de uma sintética obra biográfica de Flavina Maria da Silva, escrita pela equipe pedagógica da E.E. Professora Flavina Maria da Silva, com a qual me deparei. Raimunda, prontamente lembrou-se de sua tia-avó Flavina, dizendo que ela alfabetizou com dedicação as crianças embaixo de uma árvore na localidade onde morava. Perguntei-lhe se eu

poderia mencionar essa parte da história, por entender que também pertence à sua história de vida na tese, e ela prontamente disse que sim²².

A exemplo desse ativismo educacional, a Dra. Raimunda parece fortalecer-se e afirmar-se nas memórias de sua tia-avó Flavina Maria da Silva, nascida em 1918. Flavina cursou o magistério, chamado Normal Rural, lecionou como professora primária e, décadas depois, foi homenageada nomeando uma escola da rede pública estadual de ensino em Campo Grande (MS). A esse respeito, nas Considerações Finais da Biografia²³ de Flavina, constam os agradecimentos e as parabenizações de Raimunda, escritos para a sua tia e demais familiares.

A partir da análise das narrativas dela, evidenciam-se batalhas enfrentadas em oposição ao racismo, machismo, estigmatização dos negros, exclusão e desigualdade social, em específico, das mulheres negras, em sua militância no Movimento Negro e no Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul.

A voz dessa mulher extraordinária, que alguns por vezes quiseram até calar, corajosamente ecoou em seus diálogos insubmissos e em sua postura assertiva, confrontando sempre os silenciamentos impingidos às vozes negras, em especial, às das mulheres negras. Nessa incansável luta social, é interessante refletir que, na história de vida de Raimunda, às vezes ela precisou usar de certa dose de rebeldia para permanecer e ganhar o jogo, de modo a exercer plenamente sua cidadania.

4.1.1 As recordações marcantes da infância

Ao conversar com a Dra. Raimunda e fazer referências às suas recordações infantis, aos eventos que mais a marcaram e às brincadeiras de que mais gostava, suas lembranças exteriorizadas revelaram momentos bons e ruins, nos quais ela enfatizou a importância da educação escolar no seu percurso de vida e as circunstâncias em que ganhou dois casacos que lhe possibilitaram alegria e certo conforto. Na continuidade dos seus relatos, ela não comenta sobre os momentos das brincadeiras durante sua infância. De tal modo, ao não mencionar o hábito de brincar com outras crianças, me chamou atenção o seu comportamento infantil distinto do da maioria das crianças. No entanto, ela pareceu considerar sua rotina infantil feliz ao lado de sua família.

²² Esta entrevista foi concedida por telefone celular e via WhatsApp. Não foi possível nos encontrarmos pessoalmente, por Raimunda não ter passado muito bem de saúde na ocasião da minha solicitação.

²³ E.E. Professora Flavina Maria da Silva. Biografia de Flavina Maria da Silva, Patronesse da escola. Campo Grande, MS. 2014.

Faço essa inferência, considerando que, ao longo dos relatos de suas memórias de história de vida, fica demonstrado a ausência de narrativas referentes a brincadeiras de infância. A partir disso, é possível fazer aqui uma reflexão sobre as crianças negras, que por vezes ficam distanciadas da centralidade imaginativa e sonhadora do mundo infantil ao se depararem com a subjetividade social racista, que as trata desigualmente pela recusa e exclusão, ou seja, é uma faceta do racismo como fenômeno que perpassa as relações sociais entre negros e brancos. Um conjunto de ideias revela-se em comportamentos que reforçam o discurso da discriminação e do preconceito racial. A desvantajosa construção da vivência infantil, da qual Raimunda parece não ter escapado, ocorre em geral nesse distinto grupo étnico-racial, atingido por estereótipos raciais e desqualificações da aparência dos cabelos, cor da pele, formato do nariz, entre outros aspectos de origem racial esteticamente desvalorizados.

Tendo em vista a necessidade da recusa terminante da discriminação racial, torna-se fundamental refletirmos sobre as infundadas concepções de diferenças raciais, que muitas vezes se transformam em desigualdades. É válido ressaltar, com Romão (2001), que é fundamental reconhecer a importância de fortalecer a identidade das crianças dessa etnicidade; é imprescindível o tratamento dessa questão em nossa sociedade. Vejamos a afirmação da autora:

[...] não contextualizar o tema, ou seja, não o introduzir em sua dimensão histórica, por vezes coopera para a construção de um estigma, o qual naturaliza a baixa autoestima da criança negra e remete para a ideia de que nos negros (homens e mulheres, adultos e crianças) a baixa autoestima é inerente à sua personalidade humana e psíquica. Isso é um desacerto! Ninguém nasce com baixa autoestima. Ela é aprendida e resulta das relações sociais e históricas. (ROMÃO, 2001, p. 162).

As narrativas da Dra. Raimunda, demonstram que em oposição aos discursos racistas preconceituosos recorrentes, ela conseguiu, por meio do apoio familiar e de alguns professores, construir uma autoestima positiva.

É necessário notar que, embora a riquíssima história intelectual do continente africano seja uma das mais antigas, o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo ainda requisita, na atualidade, iniciativas voltadas para a garantia da dignidade de todas as pessoas, em contraposição à exclusão social. Em especial, trata-se de oportunizar a visibilidade e a participação social e política da população negra, fortalecendo sua identidade, ainda mais em um país multicultural e multiétnico como o nosso.

Essa consciência e disposição têm de ser socializadas, na legítima intenção da inclusão de todos. Cabe trazer aqui as palavras de Ribeiro (2019, p. 30-31):

Acusar-nos de “aficionados por políticas identitárias” é um argumento falacioso, isto é, quando se quer como dado aquilo que se deseja provar, pois o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros.

Por meio da análise das narrativas da Dra. Raimunda, pode-se perceber que sua infância foi caracterizada por dificuldades financeiras familiares, fragilidade da saúde de sua mãe e reflexos do sistema patriarcal de gênero, perpassado em sua família e reproduzido na postura agressiva do seu pai quando ingeria bebida alcoólica.

Em uma fala – “[...] *um casaco que eu achei e outro que ganhei*” –, Raimunda deixa transparecer certa tristeza ao lembrar-se, durante a entrevista, do fato de não ter um casaco adequado para os dias mais frios, uma vez que sua avó só poderia dar-lhe casaquinhos de tecido flanelado com textura leve, que não a protegiam adequadamente. Contudo, ela se lembra com carinho e alegria da avó confeccionando roupas para ela em sua pequena máquina manual de costura.

Segundo relatou, Raimunda ficou muito feliz ao encontrar por acaso um bom casaco que havia sido descartado na lixeira e ao ganhar outro casaco na festa da igreja. “*Aquele casaco de marinheiro*”. Embora o casaco se encontrasse no lixo, ela não deixou de verificar se este havia sido mesmo descartado e, conforme sua avó lhe ensinou, bateu palmas para perguntar se podia pegá-lo. Vejamos a seguir os relatos de nossa entrevistada:

[...] quando se vai ficando mais velho, começa a lembrar as coisas que passaram, não é? Eu tinha uma percepção das coisas boas, mas eu não tinha casaco, e, quando muito, a minha vó comprava flanela daquela mais barata e, numa maquininha daquelas de mão, ela fazia casaquinhos para mim. [...] Um dia, eu vinha descendo a avenida Mato Grosso, olhei e vi um casaco dentro de uma lata de lixo e, como eu tinha aprendido com a minha avó, bati palmas, veio uma senhora, e então perguntei se aquele casaco havia sido jogado. Era um casaco bom, mas ela me disse que já estava velho e o jogou fora. Perguntei se eu podia pegá-lo para mim, e ela disse que eu poderia. Em seguida, me convidou a entrar em sua casa e perguntou se eu já havia tomado café. Respondi que eu não tomava café. Ela me ofereceu chá, e a filha dela me ofereceu suco, que estava na geladeira. Eu aceitei o suco, que era mais gostoso, e, em seguida, a senhora embrulhou bem o casaco, como se fosse um presente, e me deu. [...] Aquele casaco achado durou 11 anos comigo, porque eu tinha o maior carinho e cuidado com ele, afinal, eu nunca tinha tido um casaco. Depois, eu ganhei outro casaco, numa festa grande na Igreja Santo Antônio. [...] Nós fomos lá, e passou pela gente um menino chorando, ele deveria ter uns cinco anos de idade, assim como eu, que também tinha cinco. Ele chorava e gritava e, ao chegar bem perto de mim, me olhou e tirou aquele casaco de marinheiro, que muito se usou, e o jogou nos meus pés. A minha avó pegou o casaco e foi comigo levar para o padre. Ela lhe contou a história, e ele disse: “O menino jogou nos pés da sua neta, então, o casaco agora é dela. É São José que está

dando para ela. São José, Santo Antônio e Nossa Senhora”, e fez o sinal da Trindade. Assim, eu ganhei mais um casaco, fiquei com dois casacos. Imagina a minha alegria de ter casacos, e não só casacos de flanela! Eu, que não tinha nada, de repente, tinha dois, e isso foi motivo de muita alegria mesmo. Com carinho, eu guardava os dois casacos. Arrumei papel e coleí para fazer tipo um cabide para colocá-los, um que achei e outro que ganhei, e esses são fatos marcantes da minha infância. Eu continuamente visitava o padre, que me deu o segundo casaco – que era um mantô muito bom, comparado ao outro casaco, que era mais velho –, até o seu falecimento.

É possível notar que essas palavras da Dra. Raimunda podem expressar, mais profundamente, a situação de muitas mulheres negras que são avós em cada domicílio no Brasil e que, preocupadas com a sobrevivência de seus netos negros, repassam esse mesmo ensinamento desde o seu nascimento, para sempre se anunciar e jamais pegar nada de ninguém sem a devida permissão. Tomando como referência a atitude de Raimunda, ganha sentido pensarmos que, além da boa educação recebida de sua avó, poderia haver também, na intersubjetividade daquela interrogação, a precaução de não ser acusada de roubo ao usar aquele casaco.

A interpretação desse relato pode revelar uma dinâmica social racista, geradora de um forte abalo emocional nas pessoas negras, que foram e ainda são injustamente acusadas de roubos e criminalidade. Esses discursos e suas práticas continuam sendo manifestados na sociedade brasileira de forma declarada ou ocultada, e, sob essa ótica, os sujeitos sociais negros encontram-se submetidos à deslegitimação de seus direitos como cidadãos.

A permanente tensão do racismo leva ao adoecimento psicológico dos negros, de maneira direta ou indireta. Eles seguem sendo discriminados, marginalizados e segregados, com pré-julgamentos acusatórios perante comportamentos que são aceitáveis, normais, se as pessoas são brancas, mas que se tornam suspeitos quando as pessoas são negras.

A população negra, vivendo o tempo inteiro sob esta capa de estereotipização (BENTO, 2022), é atingida gravemente pelos efeitos psicológicos do racismo, por meio de sua assombração onipresente no cotidiano de suas vidas. Essa situação revela a contradição social brasileira de que vivemos em uma democracia racial (MUNANGA, 2010) e de que não há racismo, quando as representações imaginárias agrupadas definem que ser negro e pobre é sinônimo de delinquência, delineada em sua cor de pele – quanto mais escura, maior será o motivo de suspeita de delitos e crimes aos olhares opressores da sociedade.

É importante dimensionar que a infância e juventude de Raimunda transcorreram em uma época na qual essas ideias racistas eram ainda piores (geração dos negros dos anos 40, 50 e 60). Para ultrapassar essa dinâmica social projetada, é possível termos a compreensão daquela atitude como uma medida antecipada de precaução ao tomar a decisão de anunciar e verificar se podia pegar o casaco por ela avistado na lixeira. Assim é que, devido a tudo isso, mesmo que

Raimunda não tenha apresentado esta percepção em sua fala com relação àquele momento, penso que, escapando a essa sujeição, ela reagia, já em sua infância, para subverter a lógica da colonialidade racista e continuar na luta por dignidade e autoconstrução positiva.

4.1.2 A relevância da educação, as boas recordações do tempo da escola, as lembranças do pai e do avô ferroviários e as dificuldades superadas

As experiências retomadas nas lembranças da Dra. Raimunda, citadas em seus relatos abaixo, foram consideradas por ela como muito boas. Entretanto, é necessário compreender que, embora alguns professores mencionados, de algum modo, tenham ultrapassado a fronteira da estereotipização das crianças negras, há ainda muitos professores que não percebem que as crianças negras são cotidianamente desrespeitadas e agredidas pela violência racista, manifestada de forma simbólica ou não, sem que os educadores a evidenciem, questionem e repudiem, como se confirma nesta narrativa:

Eu fui estudar nesta escola com sete anos, no final da década de 1940, e lá eu era praticamente a princesinha da escola. Embora eu fosse aquela criança negra de quem muitos pais não gostavam, os professores gostavam, porque eu era sempre estudiosa e respeitava muito os professores. Nesta escola, havia uma horta, e alguns pais não deixavam as crianças trabalharem na horta, dizendo que não estavam criando filhos para serem horticultores ou agricultores, mas eu ia; dia sim, dia não, estava sempre lá, trabalhando e trazendo muita verdura para casa, que ganhava e era de dar graças a Deus, porque nós tínhamos pouca coisa para comer em casa naquele período. Havia muita necessidade, eu queria as coisas e nunca podia ter. Nesta escola, a professora disse que seria bom, pois ao menos havia entrado alguém que já sabia ler, escrever e fazer contas e, a partir daquele momento, ela me colocou como sua ajudante. São coisas assim que marcam e que a gente não esquece nunca. Embora eu já soubesse ler, só entrei na escola aos sete anos de idade. Tive que esperar porque só entrava com sete anos na escola, e, nos primeiros desfiles do dia 26 de agosto e 7 de setembro, você precisava ver, eram uns uniformes feios, e a gente não tinha dinheiro para pagar uma costureira. Então, uma senhora se propôs a fazer um vestido para mim, mas não ficou bonito, e fui desfilar com o vestido mesmo. A costureira que fez o vestido colocou mangas compridas, e era para ter feito com mangas curtas, de modo que eu tive que dobrá-las no dia do desfile para poder desfilar, e, como os professores gostavam de mim, me disseram: “Queremos mostrar para a nossa cidade que você é a nossa melhor aluna e não importa o seu vestido”. Então, eu desfilei lá na frente, mesmo com a vestimenta estando fora do contexto [risos]. A minha avó dizia assim: “Você tem que usar o que você tem, e o que você tem hoje vai fazer de você uma mulher boa quando você crescer”. Ela era analfabeta, porém, tinha um conhecimento de vida muito grande. No ano seguinte, eu passei a estudar em outra escola, que era considerada melhor. Era a Escola 26 de Agosto, e lá eu era muito querida também.

As lembranças da infância escolar da Dra. Raimunda projetam imagens vivenciadas no passado, como uma memória afetiva relacionada a algumas de suas professoras, o que se revela

quando ela diz: “São coisas assim que marcam e que a gente não esquece nunca”. Essa sua fala reafirma a importância de professores atentos à valorização da autoimagem positiva das crianças. Quanto a isso, ao longo da entrevista, podemos perceber que a autoestima de Raimunda é uma particularidade que se sobressai na sua conexão com a vida.

Por mais que se vagueie entre uma data ou outra, essas lembranças estão presentes nas memórias da Dra. Raimunda. Ela seleciona recordações que se entrecruzam com as questões de raça e a situação de classe econômica e social desfavorecida que, de alguma forma, ela e sua família buscavam reverter. Ao ser uma “boa aluna”, aquela que já entrou na escola sabendo ler, era sempre a menina estudiosa, trabalhadora, dedicada e participativa nas atividades escolares.

O que se infere das suas narrativas analisadas, é que parece não ser por acaso a incidência do determinante econômico na vida familiar durante a infância dela, somando-se ao fato das suas credenciais negras, em um sistema social que desvaloriza e exclui essa população, ainda mais na década de 1940. Nesta época, a grande maioria das famílias populares e, em especial, as famílias negras não tinham a possibilidade de escolarização, o que as submetia à exclusão social do analfabetismo, como podemos ver na narrativa da entrevistada ao dizer que seus familiares adultos eram analfabetos, com exceção do seu avô.

Para contrapor-se à perspectiva evidenciada na infância da Dra. Raimunda, o Movimento Negro brasileiro, emanado em suas ações coletivas ao longo de todo o seu percurso, além de combater o racismo, apresenta imprescindíveis interlocuções sociopolíticas, culturais e educacionais como prioridades essenciais na vida da população negra (GOMES, 2017). A ação social desse importante movimento tem denunciado as injustiças que acentuam a segregação social dos negros em nosso país. A esse respeito, cabe ressaltar que o preconceito, a discriminação e o racismo contra as pessoas negras têm, no decorrer da nossa história, aprofundado as suas raízes na sociedade, gerando a pobreza e a exclusão, notadamente, desse grande grupo populacional brasileiro.

É interessante notar que a família da nossa entrevistada a apoiava continuamente, compreendendo a relevância da educação escolar. Embora seus pais e sua avó fossem analfabetos e tivessem dificuldades no confronto das desigualdades raciais, tinham visão crítica das suas condições sociais e da necessidade de sua superação. Isso fica evidenciado na fala da Dra. Raimunda ao lembrar-se do seu avô, que sempre lhe levava livros, que às vezes ele encontrava até mesmo no lixo; das conversas incentivadoras com a sua avó; das idas e vindas para a escola com o avô e o seu pai; e de todo o seu núcleo familiar, preocupando-se com o seu sucesso escolar.

Além das lembranças de discriminação vivenciada quando era uma criança, Raimunda comentou sobre o pai e o avô, ambos funcionários da Empresa Ferroviária Noroeste do Brasil. Ela mencionou que seu avô sabia ler e escrever, era branco e ocupava um cargo considerado elevado se comparado ao do seu pai, que era negro e não sabia ler. Merecem reflexão os nomes usados pelas pessoas nas décadas de 1940, 1950 e 1960 referindo-se à ocupação dos empregados na ferrovia. O chefe era chamado de “feitor”²⁴, e o subordinado, de “tatu”, conforme descrito abaixo:

Papai era o único ferroviário preto empregado da Noroeste²⁵ naquela época. Ele tinha um cargo que a gente chamava de tatu, era o último cargo da Noroeste, e o papai, junto com os outros trabalhadores, andava no trole, aquele que passava percorrendo todo o trilho e depois voltava, fazendo vistoria para ver se o trem passageiro poderia passar. Eles tocavam o trilho com os braços, fazendo esta verificação, e havia umas madeiras grandes. O vovô era um cearense e não era preto; ele conheceu a vizinha, que era baixinha, não sei exatamente onde. Eles gostaram um do outro, namoraram e se casaram. O vovô também era empregado da Noroeste e tinha um cargo denominado de feitor, e o papai, que era analfabeto e sem possibilidades, tinha um cargo menos elevado. [...] O vovô era o mais letrado lá em casa, sabia ler e escrever muito bem. Ele era branco e era o padraço da minha mãe. [...] Era um cargo acima dos trabalhadores que vistoriavam os trilhos para não deixar que o trem se descarrilhasse e tombasse, e o vovô era o chefe desse grupo de funcionários.

Ao analisar o relato que a Dra. Raimunda faz sobre o seu avô, lembrando que ele era o mais letrado da família e que seu pai era analfabeto, pode-se perceber a importância da escolarização, que supostamente possibilitaria ao seu pai exercer um trabalho com maior qualificação e remuneração.

É importante observar que a educação não era destinada a todas as pessoas na época da infância, adolescência e juventude do pai de Raimunda. O acesso e principalmente a permanência dos estudantes na escola eram e ainda são desiguais entre negros e brancos em nosso país. São inquestionáveis os valores basilares da educação escolar para a transformação e o enriquecimento intelectual individual e social, e as narrativas de vida de Raimunda demonstram bem isso.

Ao longo de décadas, muitos estudos brasileiros (CAVALLEIRO, 2007; FAZZI, 2006, 2015; ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, 2011; ARAUJO, DIAS, 2019; DIAS, L. R., JANUÁRIO, PEREIRA, N. S.; OLIVEIRA, W. T. F., TRIPODI, Z. F, 2021; SOUZA, JOVINO, 2021; JOVINO, 2014; OLIVEIRA, ABRAMOWICZ, 2017; LAZARIN, ABRAMOWICZ, 2021); têm

24 Capataz; na época da escravidão, empregado responsável, entre outros serviços, pela disciplina entre os escravos de uma fazenda. Segundo observação de Debret, eram em geral portugueses, de tendências sádicas na aplicação de castigos. (LOPES, 2004, p.273).

25 Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) <https://www.campograndenews.com.br/campo-grande-115-anos/com-100-anos-ferrovia-noroeste-ainda-e-orgulho-de-tripulacao>

produzido uma consistente parcela de resultados acerca dos danos causados por racismo, preconceito e discriminação raciais nas crianças brasileiras. Os malefícios do racismo configuram a definição de raça, atuando nos processos social e cultural de racialização dos negros, a começar no início da infância, sendo uma agressão presente o tempo todo.

Nas brincadeiras, as crianças são levadas a repetir o que aprendem no cotidiano das relações sociais. Raimunda, ao deparar-se com a identificação depreciadora da etnicidade negra e de seus fenótipos, obviamente percebeu como as crianças se sentem desconfortáveis, amedrontadas, entristecidas, inseguras.

De maneira lastimável, isso que aconteceu na infância de Raimunda continua acontecendo nos dias de hoje, causando prejuízos que podem ser irreversíveis nas vidas das pessoas negras, particularmente na infância. Por tudo isso, o debate e o questionamento dessas percepções estereotipadas tornam-se indispensáveis, a fim de incorporar de forma positiva as diferenças da diversidade étnico-racial em nosso país.

A narrativa da história de vida da nossa entrevistada é marcada por posicionamentos de antirracismo em especial, a prática pedagógica de valorização da diferença, considerando o fortalecimento da identidade e da autoestima das crianças negras. Andrade (2005, p. 117), atentamente enfoca a importância da “história individual na história coletiva então desprovida, na maioria das vezes, de referências encobertas na memória”. À luz dessa reflexão, reafirma-se a relevância da Lei n.º 10.639/03, em seu aspecto essencial de prever a revisão crítica da historicização do continente africano e dos negros brasileiros nos currículos escolares, tendo em vista extinguir a lógica da colonialidade colocada no imaginário social brasileiro há séculos.

Nos relatos de nossa entrevistada, ficam evidenciadas de forma surpreendente as influências recebidas por ela, em seus processos iniciais de socialização e de inserção no mundo da leitura, quando era ainda bem pequena, aos quatro anos. O seu avô foi o grande incentivador, tanto da leitura quanto da questão da religiosidade professada na família, e fez com que Raimunda desenvolvesse o hábito de leitura. Ao se lembrar da convivência familiar, ela demonstra uma forte identificação com o avô. Ela afirma que, embora gostasse do pai, gostava muito mais do avô, o que é percebido em sua narrativa, ao falar com admiração do seu avô. A Dra. Raimunda, ao recordar a sua infância e a escola, menciona que não tem imagens fotográficas desse período e eu poderia conversar com a sua sobrinha Ana Cristina, para que me mostrasse fotografias suas da fase adulta. Assim fiz, e Ana Cristina mostrou-me duas fotos de sua tia, uma da formatura no curso de Direito e outra de um congresso do Serviço Social da Saúde. Nesta fotografia, a Dra. Raimunda reconheceu a mulher que aparece ao seu lado como uma colega de trabalho.

Voltando a análise da sua narrativa, o trecho a seguir traz reflexões referentes as dificuldades enfrentadas na travessia da ponte para chegar até a escola, sob a ameaça de cair dentro do córrego, uma prática cotidiana difícil na infância de Raimunda. Ela lembra que o seu pai e seu avô, sempre a acompanhavam no retorno para casa:

Naquele tempo, final da década de 1950, eu já morava na vila da Polaca, onde tem a Igreja Santa Terezinha, mas havia o córrego, com uma ponte de dormentes de madeira. Eram três dormentes, e, para eu ir para a escola, teria que passar por esses dormentes e, ao voltar da escola, após o término das aulas, às 22:30 horas, teria que passar outra vez por aquele local. Quando chovia, o córrego enchia, vinha até perto do trilho, enchendo para valer, e as casas, todas de madeira, que estavam mais próximas, naquela região, a enchente carregava mesmo. Lá, quando acabava o muro da Noroeste, a gente virava à direita para cruzar o córrego e, mais acima, cruzar os trilhos e depois aquela ponte de dormentes de madeira, que, nos dias de chuva, escorregava, e por diversas vezes o papai, o vovô e eu quase caímos dentro do córrego. Para ir à escola, eu ia sozinha mais cedo, enquanto ainda era dia, para não atravessar a ponte, desviando por outro caminho. Eu caminhava, passando os trilhos do trem, e seguia até terminar o loteamento no qual a gente morava. Continuava na rua Antônio Maria Coelho, lá na beira do córrego, porque eu tinha um tio que morava na Rua Aquidauana e seguia este caminho, fazendo uma volta longa para não passar na ponte com os dormentes escorregadios. Esses dormentes ficavam tão lisos que parecia até que havia sido passada manteiga neles, e, quando chovia, a gente pisava, escorregava e corria o risco de cair e se machucar. Eu sempre rezava muito para não cair.

Como se percebe, no percurso para a escola, apesar de sentir medo de escorregar daquela ponte, ainda mais nos dias chuvosos, em nenhum momento, nem Raimunda nem sua família pensaram em desistir. Ao contrário, o trajeto mencionado serviu para realçar a forte vontade dela de estudar, o que demonstra que a valorização dos estudos escolares seria sempre reforçada no caminho trilhado, de modo que, no futuro, ela pudesse enfrentar e vencer os desafios para fazer novas descobertas e escolhas no processo de construção do conhecimento. (VIDAL e VIEIRA, 2017; DAMASCENO e NEGREIROS, 2018).

Outra importante dimensão analisada na narrativa de Raimunda é o reconhecimento, por ela e por sua família, da importância da educação escolar como um elemento essencial de interação e possibilidades de construção de novos contratos sociais. A especificidade da escola desempenha papel fundante nas relações individuais e coletivas, notadamente, para os negros, considerando-se a nefasta herança do passado escravista, que privou a população negra do acesso à escola e da ascensão social.

Na narrativa de Raimunda sobre suas estratégias laborais e as da família, ao passar por muitas situações desfavoráveis, observa-se que estas se transformaram em incentivos para a superação dos obstáculos encontrados ao longo de toda a sua escolarização. Ao ouvi-la contar a sua história de vida, lembrando-se das experiências vivenciadas na trajetória educacional, é visível a sua alegria e vivacidade. Sua expressão é sempre de otimismo, porém, traz reflexão

sobre a necessidade da articulação de iniciativas por parte do poder público para garantir a democratização dos saberes e conhecimentos e para a efetivação da participação político-social nesse processo. No decorrer da entrevista, notei que havia um quadro de fotos da turma de formatura na sala de jantar na casa de sua sobrinha, colocada em um lugar de destaque, evidenciando o quanto é importante para ela e sua família o momento fotografado. Vejamos a fotografia:

Figura 2 Fotografia: Turma do curso de Direito



Fonte: Arquivo pessoal da Dr.^a Raimunda

4.1.3 Tristes lembrança de discriminação e racismo na escola e outros espaços sociais

Ninguém nasce a odiar outra pessoa por causa da cor da sua pele, da classe social ou da religião. As pessoas são ensinadas a odiar, mas, se conseguem aprender o ódio, também é possível ensinar-lhes o amor, porque o amor é mais inerente por natureza ao coração humano do que o seu oposto.

Nelson Rolihlahla Mandela²⁶ (2012, p.581).

²⁶ “Político sul-africano nascido em 1918. Pertencente ao grupo étnico dos Xosas, após a morte de seu pai, foi criado e educado por um importante chefe de seu povo. Aos 18 anos, em Fort Hare, ingressa na universidade, sendo expulso por envolver-se em atividades políticas. Muda-se para Johannesburgo, onde se forma em Direito aos 23 anos. Ingressa no Congresso Nacional Africano (CNA) e já em 1952 é presidente do partido na província onde abriu o primeiro escritório de advogados negros do país. Após participar de vários movimentos políticos, é preso em 1962 e condenado à prisão perpétua em 1964, tornando-se o preso político mais famoso do mundo. Em 1990, é libertado e, no ano seguinte, assume a presidência do CNA e, em 1994, é eleito para a presidência da República da África do Sul, governando até 1999. Embora não integre a Diáspora Africana, seu nome e sua figura constituem referência altamente positiva para os afrodescendentes em todo o mundo”. (LOPES, 2004, p. 414).

Não é raro encontrarmos a epígrafe acima, tão grande é a sua importância para os seres humanos do mundo inteiro. Da mesma forma, opto por trazer uma vez mais esta anotação, dado o seu caráter pedagógico para todos nós, diante do notório saber que nos é apresentado na autobiografia de Nelson Mandela.

Na perspectiva dessa citação, retomo a análise da narrativa sobre preconceito e discriminação racial revelados na infância de Raimunda, compreendendo que as crianças não nascem racistas, elas se tornam racistas. Decorre daí, a enorme responsabilidade que os adultos têm de educar para as relações raciais, para que elas tenham atitudes antirracistas na cotidianidade familiar e no meio social delas. O reconhecimento da cultura negra brasileira, da diversidade e da riqueza que a diferença traz para cada identidade é uma necessidade. Conforme podemos ver a seguir, a narrativa de Raimunda prossegue indicando que as crianças, suas coleguinhas de infância, não eram racistas e que deixaram uma festa de aniversário porque ela não fora convidada:

[...] a mãe desta criança aniversariante não me convidou para a festa, e as outras crianças perguntaram por que eu não estava lá, e a resposta foi que ela não queria preto na festa dela, para não sujar sua festa. [...] As crianças ficaram revoltadas e foram embora. Todas elas moravam na Vila Noroeste, e as outras mães brigaram com a mãe do aniversariante, pois não queriam que as crianças crescessem assim, porque não eram racistas. Foi a primeira vez que eu ouvi as palavras “racismo”, “racista”, e eu quis saber o significado disso. [...] Dizer que no nosso país não existe questão racial não é verdade; existe, sim.

Diante dessas lógicas do racismo na infância, o silenciamento dos adultos de forma alguma contribuirá, pois passa a ser mais um meio para a reprodução da prática discriminatória que as crianças negras enfrentam em larga desvantagem na interação social. Nas lembranças de Raimunda, sobrevém a triste narrativa de discriminação na infância, a partir da qual passou a perceber a discriminação da negritude, ou seja, começou a enxergar os absurdos do racismo, como se percebe no relato sobre a festa de aniversário de um dos meninos da sua vizinhança, para a qual ela não foi convidada pelo fato de ser uma menina negra.

As lembranças de Raimunda sobre sua vida escolar foram aparecendo, e ela mencionou as manifestações de racismo ocorridas. Observa-se, em seus relatos, que o preconceito racial se revelava no dia a dia, onde se espera que não aconteça, como em uma sala de aula, por exemplo. Isso evidencia o quanto a vida de uma estudante negra era acompanhada de humilhações em uma sociedade na qual há desvalorização da cosmovisão das matrizes africanas. As suas palavras revelam a existência dos vários aspectos racistas que ela sofreu:

Como eu falei no início da nossa conversa, com quatro anos de idade, eu descobri que o preto era tratado diferente, porque, naquela época, eu já sabia ler e escrever aos quatro anos e ensinava a molecada lá da Vila Noroeste a fazer as tarefas da escola. Eu deveria ter aproximadamente uns 15 aluninhos que estudavam de forma gratuita, não se cobrava nada por isso, pois eu era uma criança igual a todos eles. Eu contei anteriormente a história da mulher que fez a festinha de aniversário do filho dela e não me convidou porque eu era preta, só convidou as outras crianças, que ficaram muito chateadas com o fato ocorrido. Isso tudo me fez parar de ensinar as tarefas para elas, e foi aí que eu descobri que eu era diferente por eu ser preta. Então, desde criança, eu aprendi o que é ser negra, e não foi fácil, para mim, atravessar os anos com essa cor de pele. Eu tive um professor no ginásio, na escola Joaquim Murтинho, que certa vez disse para mim que não sabia o que eu estava fazendo na sala de aula. Por que os negros vieram da escravidão e por que queriam estudar? Como eu sempre tinha respostas a dar, levantei-me e disse assim: “Para ensinar para o senhor que o negro é gente e de modo igual aprende”. E continuei: “Se o senhor me reprovar por estar lhe dando uma resposta, eu vou procurar a justiça”. Naquela época, nos anos 50, meu pai ficou muito preocupado e com medo, pois eu estava com 11 anos e tinha respondido para um professor, mas eu não ficava quieta diante de algo assim, de modo que eu nunca levei desaforos para casa e, na minha vida, eu passei por situações de preconceitos e fui aprendendo a me defender. Sempre que surgia alguma coisa nesse sentido, eu já estava fortalecida e encerrava logo a discussão, argumentando sobre a capacidade de se estar dando aula numa faculdade e formando futuros profissionais, quando não se tem a formação necessária para a desconstrução do racismo. Em seguida, eu saía da sala de aula e me dirigia à sala da direção para fazer o registro do ocorrido.

Na reflexão em questão, incumbe ressaltar que a edificação de uma educação antirracista compete à docência, em especial na sua integralidade educacional, uma vez que é no espaço escolar que os estudantes, os professores e os demais educadores precisam desenvolver o potencial de compreensão de que os seres humanos são todos diferentes e de que essas diferenças não comportam a construção de relações desiguais racistas. É nessa ambiência que as crianças, os jovens e os adultos, todos juntos, têm o compromisso de contribuir com a desconstrução do estigma da desigualdade atribuído às diferenças, na perspectiva de que este é um dever de todas as pessoas, pois a luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação dos negros é uma ação coletiva, e não um problema da ou para a população negra resolver. É certo que, no coletivo, as forças se intensificarão e que o nosso país se beneficiará com uma dimensão não racista defendida por todos.

Não se pode afirmar que o racismo tenha sido mais acentuado no cenário social dos anos 40 e 50, mas é necessário dizer que as manifestações racistas permaneceram em grande evidência na sociedade. Raimunda estava na sua pré-adolescência ao ser desrespeitada e criticada por sua negritude e, assim, sentiu o preconceito e a discriminação no espaço escolar. É inadmissível que o acontecido com ela ainda hoje aconteça com muitas outras crianças negras nas escolas, e a ocorrência dessa depreciação da identidade da criança em formação ensina para a criança branca que ela pode usufruir de superioridade por ser branca.

Os professores têm um papel fundamental na formação de cidadãos capazes de dialogar e conviver com a diversidade étnico-cultural e histórica do nosso país, além de promover a valorização das diferenças, tão presentes nas identidades brasileiras. Porém, ainda hoje, os estudantes negros presenciam situações de discriminação nas salas de aula. (MARTINS, 2020; CHAVEIRO, 2020; GOMES, 2019; ARAÚJO, 2019).

A narrativa de Raimunda refere-se à ocorrência de manifestações racistas em sua trajetória escolar e à maneira como as enfrentou. A entrevistada lembrou-se de que era ainda muito criança, com seus quatro anos de idade, e já começou a perceber que havia um tratamento diferenciado com relação às pessoas negras, conforme ela relata: *“Com quatro anos de idade, eu descobri que o preto era tratado diferente”*.

Ela continuou o seu relato na entrevista, mencionando um fato racista que lhe sobreveio na infância:

Eu contei anteriormente a história da mulher que fez a festinha de aniversário do filho dela e não me convidou porque eu era preta. Foi aí que eu descobri que era diferente por ser preta. Então, desde criança, eu aprendi o que é ser negra, e não foi fácil, para mim, atravessar os anos com essa cor de pele.

Por outro lado, esses fatos racistas foram por ela sempre combatidos. À medida que crescia, ela foi se fortalecendo e, ao deparar-se com alguma difusão de preconceitos, logo questionava a falta de preparação pedagógica e de respeito humano da pessoa que estivesse demonstrando racismo.

4.1.4 A aspiração para cursar o ensino superior em duas graduações, a pós-graduação e a atuação na docência universitária e como assistente social

Na primeira entrevista com Raimunda, foram evitadas as interrupções de minha parte, pois queria escutá-la atentamente, o máximo de tempo possível, compreendendo que a memória busca situar a relação com o passado e escolher os fatos considerados de relevância para serem contados a outra pessoa e espontaneamente, as lembranças consideradas irrelevantes serão logo esquecidas, suprimidas ou não reveladas.

A trajetória de estudos no ensino superior e na pós-graduação de Raimunda pareceu ter tido momentos de muita satisfação, mesmo que tenha havido muitos contratemplos enfrentados por ela e sua família. Enredadas nas histórias de outras pessoas e, em especial, da sua rede de

relações interpessoais, suas memórias são evocadas. O que mais se sobressai é a disposição para estudar, manifestada por ela e por toda a sua família, como ela mesma relatou:

Assim, eu fui crescendo e, para mim, o melhor passeio sempre era ir à escola. Eu frequentava muito o SESC²⁷, Serviço Social do Comércio, que ficava na Rua 15 de Novembro antes de chegar na rua 13 de Maio, e oferecia cursos de cozinheira, doceira, boleira. Eu ia muito lá e, assim, fiz amizades. Nesta ocasião, abriram-se as inscrições para os estudantes concluintes do nível médio fazerem vestibular, e os inscritos teriam passagens de avião para ir a Goiânia. Eu queria me inscrever, embora não soubesse bem o que era o vestibular. Naquele tempo, poucas pessoas sabiam o que era isso, porque não havia faculdade aqui, então, como iriam saber, não é? A diretora da escola alertou que eu precisava de autorização para viajar, então, conversei com a minha avó, para explicar que queria fazer a faculdade. Conversamos, e ela me disse assim: “Não vamos brigar, a gente nem sabe se você vai passar”. Eu disse: “Vó, se eu entrar no avião aqui, eu vou passar”. Cheguei lá e passei em 5º lugar. Gratificante para quem não sabia direito nem o que era aquilo tudo... [risos]. Eu estudava na Universidade Católica de Goiás, por ter sido selecionada pelo SESC, com uma bolsa de estudo, e depois reclamei do valor, que era pouco para eu me manter em Goiânia. Com isso, passei a receber uma suplementação. Inicialmente, eu não sabia o que era o Serviço Social, mas tive apoio total da minha família, sobretudo, porque a minha avó e o vovô não deixavam a peteca cair. Vovó se chamava Cristina Conceição de Oliveira, e o meu avô, Joaquim Bento de Oliveira. Para ele, eu sempre era uma bonequinha. Vovô era cearense e veio morar aqui no Mato Grosso do Sul, que naquele tempo era o Mato Grosso, MT. Eu cursei o mestrado e posteriormente o doutorado lá no Paraguai, e as pessoas costumavam criticar, dizendo que o título não era bom, mas eu nunca liguei para isso, pois o título é igual ao de outras instituições e com a mesma qualidade. Há a inconveniência de não ser ainda credenciado/aceito para fins de prestação de concurso público aqui no Brasil, mas, para mim, vale o que eu aprendi lá, interagindo com os meus professores e colegas, pois eu queria mesmo era estudar, poderia ser na China, na Cochinchina ou em qualquer outro lugar do mundo, entendeu? [Risos]

Na análise da narrativa da Dra. Raimunda, fica evidente a caracterização do compromisso e da necessidade dela de ser sujeito ativo do seu processo de conhecimento e protagonismo de sua história, ampliando seus horizontes educacionais e, logo após, contribuir com os espaços de aprendizagens coletivas.

Em sua entrevista, ela relata como foi o caminho percorrido para graduar-se e pós-graduar-se, reconhecendo em profundidade que a educação escolar imprime uma imensa relevância na sua vida e na de outras pessoas. Sua fala também revela a dedicação e determinação para conseguir estudar, o que se cumpriu, vencendo todos os desafios para alcançar o sucesso almejado e poder auxiliar a sua família.

Após dar ênfase aos estudos conquistados, ela falou sobre o quanto foi amparada e encorajada por seus familiares ao mudar-se de Campo Grande para outra cidade, a fim de cursar

27 SESC - MS Instituição privada, instalada em 1947. Passou a Departamento Regional com a criação da Federação do Comércio no Estado de Mato Grosso - MT, em 1959. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/especial-publicitario/sesc-ms/noticia/2019/07/26/sesc-ms-melhora-a-vida-da-populacao-com-diversas-acoas.ghtml>
<http://www.sescmatogrosso.com.br/sesc-mato-grosso/conteudo,27,0,1,le,historia.html>

a universidade, tendo que se distanciar da companhia de seus pais e demais vínculos familiares por um longo período para cursar o Serviço Social.

A reflexão sobre as estratégias familiares organizadas para que os filhos possam estudar é fundamental na compreensão da situação da população negra brasileira, principalmente nas décadas em que Raimunda fazia seus estudos. Há fortes indícios de que a falta de acesso e de permanência na escola tem agravado a precariedade na educação e, além disso, na saúde. O acesso ao trabalho mais bem remunerado e a condições melhores de moradia, entre outros direitos básicos, são também dificultados de maneira acentuada para aqueles economicamente menos favorecidos. Essa grave questão nos faz lembrar Paulo Freire, na sua obra *Pedagogia da Indignação – Cartas pedagógicas e outros escritos*. Há mais de duas décadas, o autor afirmou: “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 31).

Essa situação inalterada está no bojo da estruturação social ainda na nossa atualidade. É o que gera imensos desafios, em maior parte, à população negra no Brasil, o que se configura como certa extensão social da desigualdade.

É notável o entendimento do núcleo familiar de Raimunda quanto à relevância da educação escolar para a vida dela, e parece ser inegável o papel da família na sua trajetória estudantil. Mesmo que não tivesse escolarização, tampouco condições financeiras favoráveis, sua família valorizava os estudos e a incentivava, na compreensão de que o aprendizado de outros saberes poderia ser conquistado por ela.

Pertencente à camada popular, Raimunda fez o curso de Serviço Social com o subsídio de uma bolsa de estudos ofertada pelo Serviço Social do Comércio. Assim, conseguiu manter-se estudando em outra cidade e concluiu o seu curso no ensino superior na década de 1960, vindo depois a cursar mestrado e doutorado.

Pode-se ver que a determinação dela em estudar foi decisiva e a levou a fazer mais uma graduação em 1976, desta vez, cursando Direito. Ela enfatiza ter sido essa uma trajetória universitária que transcorreu com certa tranquilidade, pois ela já tinha condições financeiras, e isso resultou em uma preocupação a menos. Quanto à sua pós-graduação, cursando mestrado e doutorado, outra vez aparece em sua fala a importância da continuidade dos estudos e da representação significativa de obtenção de conhecimentos no campo educacional, em especial, para grupos sociais como o da população negra.

Para abordar o preconceito e o racismo, articulados a dimensões da diferença de gênero, raça e classe, e seus efeitos de dominação, apresento a seguir uma consideração resultante do estudo de tese de doutoramento realizado por Silva (2013, p. 37), pertinente à discussão sobre

diferenças raciais e de gênero que atingem as mulheres negras no contexto gerador de desigualdades sociais. Como afirma a autora:

As professoras negras em geral vivenciam efeitos do sexismo e do racismo que se manifestam em várias esferas de vida, acumulando experiências negativas como a desvalorização das tradições e costumes africanos e afro-brasileiros, levando-as a criar formas de enfrentamentos no sentido de reverter o desprestígio social, cultural, econômico e político imposto a elas.

Em sua narrativa de vida, a Dra. Raimunda leva-nos a perceber que isso se tornou urgente diante de linhas divisórias a serem sempre cruzadas por ela. Pode-se compreender que esses condicionantes a fizeram vergar, mesmo que minimamente, as barras fixas do conservadorismo elitista, machista, heteronormativo e racista que ainda se apresenta em nosso meio social.

Com muita determinação e dedicação aos seus estudos, ela cursou o ensino superior, graduando-se em Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e em Direito, na Universidade Federal de Uberlândia. Fez o seu mestrado em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e, mais tarde, cursou o doutorado em um país vizinho.

A narrativa da história de vida de Raimunda, evidencia que o seu otimismo em relação à vida não foi deixado de lado em nenhum daqueles momentos difíceis transitados por ela. Diante das circunstâncias vivenciadas, escolheu a esperança, a luta e a resistência em vez do medo. Ainda que as pessoas enxergassem apenas as diferenças coloniais (QUIJANO, 2020), ela assumiu logo uma posição ao empenhar-se em estudar, concentrada em aprender para ensinar. Com essa convicta proposição pessoal, não se acomodou com barreiras discriminatórias e excludentes.

No transcorrer desta pesquisa, pude perceber que a Dra. Raimunda é uma mulher negra autoconfiante, de espírito livre, otimista, com consciência da própria voz e sem receio de usá-la. É alguém com quem você aprende e se inspira, na continuação esperançosa de uma história conectada com a de outras mulheres negras, representando a promessa de novas gerações de liderança que, em conexão, defendam a democracia como inclusão de todos.

Assim, sobrejacente a essas considerações, encontra-se a ampliação de uma contínua luta para conquistar outras vozes negras, que outrora foram silenciadas e precisam ganhar visibilidade no acesso a recursos para fortalecer espaços de autonomia, participação e mobilidade social. É preciso ressaltar que, nas últimas décadas, no Brasil, as mulheres negras concentraram forças para ampliar sua presença no mercado de trabalho em condições de igualdade de renda,

reivindicando também assentos nos lugares de poder e decisão em quantidade semelhante à alcançada por homens em instituições públicas e privadas.

A seguir, apresento o trecho da entrevista da Dra. Raimunda referindo-se à sua segunda graduação universitária, no curso de Direito, e ainda à atuação como docente do curso de Serviço Social:

Foi muito boa, porque eu já tinha o meu salário e, posteriormente, eu fiz o mestrado e depois o doutorado. Eu nunca parei de estudar e continuei lendo. Inicialmente, eu emprestava livros para as pessoas, mas depois eu parei de emprestar, porque muitos não voltavam, as pessoas não devolviam os livros. Os campo-grandenses têm isso, eles levam seus livros e se esquecem de devolver. [Risos...]. Na época, a UCDB estava selecionando professores para a área do curso de Serviço Social. Eu participei como uma das concorrentes e fui selecionada para dar aulas na faculdade, que naquele tempo se chamava FUCMAT. Antes disso, eu já lecionava no SESUP, que depois passou a se chamar UNIDERP. Eu fui trabalhar lá, porque a Terezinha, que era a irmã do Pedro, gostava muito de mim. Nós fomos colegas de ginásio no Colégio Osvaldo Cruz, e então ela me convidou para dar aulas lá, mas eu trabalhei por pouco tempo e depois passei a lecionar nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT), cuja localização era mais próxima da minha casa; caso eu não tivesse o dinheiro para pagar o táxi, poderia ir de carona ou mesmo a pé. Eu subia o viaduto ou pegava a Rua 14 de Julho e ia direto até chegar à faculdade. Ao entrar na UCDB e começar a lecionar, eu já era umbandista. Há as peripécias e os problemas da vida, mas existem também as coisas boas para a gente recordar, rememorar. A UCDB, por exemplo, marcou muito a minha vida. Eu fui uma das primeiras professoras [negras] do curso de Serviço Social e, ao longo dessa caminhada profissional, fiz muitos conhecidos e amigos. Esse período foi muito bom, fiz amizade com os padres, que me querem bem. Eu cheguei a ter uma discussão com o padre José Marinoni em certa ocasião, mas, depois disso, conversamos, e a situação foi resolvida.

A história de vida da Dra. Raimunda, uma mulher negra entusiasta da educação, revela-se como fonte de motivação intelectual e ativismo antirracista. É possível perceber a ampliação do seu protagonismo profissional a partir do momento em que ela principiou na docência como professora universitária em Campo Grande (MS). Conforme o relato de nossa entrevistada: “*Eu fui uma das primeiras professoras do curso de Serviço Social*”. Diante desta afirmação, pode-se inferir que, muito provavelmente, ela tenha sido a primeira professora negra a ministrar aulas no ensino superior aqui em nosso estado. O seu protagonismo influencia, inspirando-nos na luta pela solidificação de políticas específicas e de legislação a favor dos princípios da igualdade de gênero, com igualdade de condições no exercício pleno da cidadania, valorização da cultura e pleno respeito pela diferença negra e não discriminação étnico-racial em nossa sociedade.

Sem perder de vista a exigência da formulação de políticas públicas de Estado, a Dra. Raimunda reflete sobre a situação da população negra diante do conjunto de exclusão e desigualdade ainda em vigência na sociedade. A partir da confrontação das injustiças sociais, ela não fica à espera de uma transformação social espontânea que as elimine. Por essa razão, ela

ressalta a importância da militância e ativismo do Movimento Negro em defesa de uma sociedade igualitária. Sua história de vida evidencia que ela continua utilizando o protagonismo de sua voz para enfrentar os muitos desafios impeditivos do avanço dos direitos básicos. Ela segue no firme propósito de requerer a implementação de políticas específicas que possam reduzir as desigualdades sociais e oportunizar a igualdade à população negra.

A seguir, apresento a fotografia da Dra. Raimunda quando ela esteve à frente da Coordenadoria de Políticas para a Promoção de Igualdade Racial (Cppir/MS), como coordenadora, promovendo ações para combater as desigualdades e os efeitos do processo excludente que recaem nos grupos discriminados.

Figura 3 Fotografia Dra. Raimunda (Coordenadora da CPPIR-MS)



Fonte: <https://www.amambainoticias.com.br/2012/01/13/coordenadoria-racial-afirma-que-cota-para-negros-e-indios-beneficia-populacao/>

Na sequência, apresento a próxima fotografia que mostra a jovem Raimunda, fotografada com sua beca de formatura do curso de Direito aos 37 anos, na cerimônia de colação de

grau em Uberlândia, Minas Gerais, em 1976. Partindo dessas recordações, perguntei-lhe se havia fotografias do seu tempo de infância, e ela respondeu que não. Sua resposta suscitou reflexões sobre a falta de imagens fotográficas das crianças negras da geração da nossa entrevistada.

Figura 4 Fotografia de Raimunda (Formatura de Direito)



Fonte: Arquivo pessoal da Dr.^a Raimunda

Como é possível observar, a Dra. Raimunda não tem nenhuma fotografia da sua infância. Essa circunstância, possibilita refletir sobre a dinâmica das relações raciais e os resquícios da escravização no cenário social do Brasil passado, sobretudo, com relação as famílias negras empobrecidas. É preciso pensar nos efeitos que o escravismo colonial fez com os ancestrais dessas famílias e o que os reflexos da colonialidade ainda fazem com os negros atualmente. Uma dessas decorrências, se reflete na invisibilização causada pela escassez do registro fotográfico de pessoas negras com seus familiares, que marca a ausência dessa representação da memória visual, como demonstrado na vivência infantil de Raimunda.

A infância e a adolescência da Dra. Raimunda foram vivenciadas nas décadas de 1940 e 1950, em uma família com poucos recursos, numa época na qual as fotografias em geral, eram tiradas pela elite econômica, formada por pessoas brancas detentoras desse privilégio. À luz dessa reflexão, é fundamental entender como as hierarquias raciais se refletem na sociedade brasileira e quais são as implicações profundas das desigualdades que marcam os negros. Nesse contexto, destacamos os questionamentos: - quantas senhoras negras, hoje em dia, têm registros fotográficos de suas infâncias? Quantas outras senhoras nem sequer puderam estar em frente a um fotógrafo quando eram crianças?

A seguir, veremos o trecho da entrevista no qual aparece a atuação profissional de Raimunda, iniciada antecipadamente à conclusão do curso de Serviço Social, ao trabalhar no interior de Goiás, como assistente social. A análise da sua narrativa, evidencia que ela foi se inventando e se afirmando como mulher negra que corajosamente enfrentou os desafios, sem nunca se deixar vitimar pelas situações adversas de um contexto social desfavorável, o que deve ter contribuído para a superação dos obstáculos encontrados em sua trajetória de vida.

Os estudos no ensino superior permitiram-lhe crescimento intelectual e ascensão econômica por meio do seu trabalho como assistente social, o que se constituiu em uma relevante forma de autonomia e garantia de sua independência. Como afirma a entrevistada:

Abriram-se as inscrições para selecionar pessoas para trabalhar no Combinado Agrícola²⁸, construído no norte de Goiás, um Centro de Atendimento onde as pessoas necessitadas pudessem ser bem atendidas, com hospital, médicos e dentistas. Eu estava

²⁸ “O Combinado Agro Urbano de Arraias-Goiás, projeto de reforma agrária e colonização, implantado na cidade de Arraias, atualmente município do Tocantins, no período de 1962 -1964, pelo então governador Mauro Borges Teixeira, era uma proposta inovadora que procurou conciliar cidade e campo. Foi inspirado nas sociedades cooperativas rurais de Israel. Contudo, não foi bem-sucedido, sendo totalmente desativado em 1985. Por meio de uma análise do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás e das obras autobiográficas de Mauro Borges Teixeira e de obras relacionadas ao Projeto, foi possível constatar os motivos que levaram ao insucesso: a distância dos mercados consumidores, os entraves econômicos para a implementação do projeto Combinado Agro Urbano de Arraias-Goiás, a questão social no Combinado Agro Urbano de Arraias de Goiás, a expansão capitalista no campo, o poder dos latifundiários e as transformações tecnológicas na agricultura”. (RIESCO, 2018, p. 9).

cursando o 2º ano do Serviço Social e encontrei até onça, ou melhor, a onça que me encontrou. Inicialmente, eu morava numa casa feita de pau-a-pique, junto com outras quatro moças. Uma noite, eu acordei e vi aqueles olhos pelo buraco da parede. [Risos]. Então falei: “Gente, tem um bicho aqui!” E todas nós nos levantamos, mas nenhuma tinha coragem de sair e chamar alguém para nos ajudar naquela situação. Depois, acabaram matando a onça, e eu chorei, não era para matá-la! Ela estava caçando comida no habitat dela, e nós é que estávamos invadindo o seu pedaço. Foi assim, passando por essas situações, que eu terminei meu curso de Serviço Social e me formei. Posteriormente, retornei à Campo Grande, pois eu tinha a mamãe, que era cega e doente, a minha avó, que já estava velhinha, e eu não poderia me formar e ficar longe, e não havia condições de levá-las. Então, eu comecei a trabalhar no SESI, Serviço Social da Indústria, aqui em Campo Grande, numa seleção, na qual fui selecionada. Esta foi outra oportunidade para eu poder continuar trabalhando como assistente social.

Na narrativa da Dra. Raimunda fica evidente que houve momentos difíceis com os quais ela se defrontou ao morar temporariamente em uma casa feita de pau-a-pique no interior de Goiás, onde se deparou até mesmo com onças. Sobre este fato, é muito interessante a narrativa dela, que demonstrou dar atenção aos princípios ecológicos ao expressar compreensão e preocupação com os problemas ambientais, argumentando a favor da sobrevivência da onça em seu *habitat*. O relato referente a essa questão deu-se espontaneamente. Isso deixou transparecer sua percepção muito pessoal sobre a importância de cuidar não apenas daquele animal avistado por ela, mas dos seres vivos em geral para a preservação ambiental.

A discussão sobre a educação escolar, a valorização do trabalho e a afetividade familiar aparece em suas narrativas em diversos momentos. Para ela, os estudos e o trabalho tornaram-se essenciais na garantia da sua independência financeira para poder ajudar economicamente seus familiares. Isso pode ser notado quando ela afirma que, após se formar em Serviço Social, trabalhou por determinado período em outra cidade, porém optou por retornar a Campo Grande, para cuidar e ficar próxima da família dela; então, começou a trabalhar no Serviço Social da Indústria (SESI), em Campo Grande.

Nesse sentido, é possível depreender que as ações mobilizadoras de Raimunda para a obtenção de sua formação educacional foram significativas, garantindo, além do seu suporte intelectual, o aporte financeiro, a valorização pessoal e o fortalecimento de sua autoestima como mulher negra.

Na longa conversa que tivemos durante a entrevista, ela nada relata sobre ter sido a primeira assistente social negra na década de 1960 a trabalhar em Campo Grande (MS), porém, considerando que a trajetória de escolarização em nível superior da população negra ocorria em menor escala quando comparada à da população branca no referido período, há indicativos dessa possibilidade.

4.1.5 As lembranças do avô, incentivador da leitura, a conciliação com o seu pai, e a religiosidade umbandista

A narrativa da história de infância da Dra. Raimunda apresenta a questão de raça e gênero e o quanto afetava de forma diferente meninos e meninas naquela época. Ainda hoje, manifestam-se em nossa sociedade as referências dessa construção social.

Nesse sistema, os meninos não podem chorar, sob o risco de demonstrarem fragilidades; eles precisam esconder suas emoções. Nessa mesma concepção, as meninas não podem ser destemidas e portar-se com firmeza; têm de ser sempre bem-comportadas, atenciosas, sorridentes e calmas, caso contrário, poderão ser consideradas masculinizadas, raivosas e ressentidas.

Em face dessas concepções, ocorrem prejuízos no processo de desenvolvimento integral de ambos, e seus efeitos prolongam-se, deixando subjetivas marcas em suas identidades. O sentimento de empatia, necessário a todas as pessoas, fica fragilizado, impedindo a percepção do que os outros sentem e a capacidade de respeitar suas perspectivas, cultivando as interações sociais com a diversidade e singularidade de pessoas na sociedade.

Na narrativa de Raimunda fica evidenciado que, desde o início da infância, meninos e meninas já começam a sofrer com as expectativas da lógica de legitimação da desigualdade entre mulheres e homens:

O papai era de Coxim. A família dele morava lá, e depois de grande é que fui conhecer alguns familiares por parte de pai. Eu lembro que meu pai bebia todos os dias e me batia muito, e o meu irmão, que não gostava de estudar e ficou pouco tempo na escola, não apanhava, porque papai queria filhos homens, e veio eu, uma filha, e ele não me perdoava por isso, como se eu tivesse culpa de ter nascido mulher. [Risos]. Eu e papai não nos dávamos bem, porque ele me bateu muito e sem motivos. Após ele beber, chegava em casa e já me batia, e não batia no meu irmão, Milton Fernandes de Brito, o pai da Ana Cristina. Ele foi um excelente motorista, as pessoas o queriam como funcionário. Hoje, ele já é falecido. Portanto, eu não gostava do meu pai e o odiava. Eu gostava do vovô, da vozinha e da mamãe, que conversavam comigo, pois nem tudo que eu fazia era a coisa certa, mas a gente sabe hoje que é preciso se sentar com a criança e conversar para ensinar as coisas para ela, pois não é justo que as crianças que estão aprendendo as coisas com sete, oito anos, levem cintadas; não é cheirando a pinga que se educa uma criança. O vovô advertiu o meu pai, dizendo: “Olha, Antônio, a partir de hoje, a Raimunda continuará sendo a sua filha, vai pedir a bênção para você, mas ela é nossa, e eu não vou renunciar a ela e deixá-la ficar apanhando, sem nem mesmo saber o porquê, quando você ingere bebida alcoólica.” O vovô disse isso para o meu pai, e, a partir daí ele perdeu a autoridade para bater em mim, embora, quando o vovô não estava em casa, ele quisesse me bater, e eu acabava sendo mal-educada, fazendo caretas para ele. Quando o vovô chegava em casa, eu contava tudo, e ele então me dizia: “Não vale a pena brigar com pessoas que bebem. Você está aprendendo isso hoje e vai levar para a sua vida”. Minha mãe não enxergava e, ainda assim, era uma dona de casa perfeita. Para varrer a casa, ela ficava descalça e, com o pé, ela ia batendo no chão para ver onde ainda tinha terra. Esses fatos me levaram a ter a força de conseguir as coisas que eu queria obter na vida. Recordando o caminho percorrido para a escola em que eu estudava e a travessia da ponte escorregadia, é que

eu pude reconhecer que o papai também tinha me ajudado, porque o vovô já era mais velho e não iria aguentar fazer este percurso todos os dias. Assim, eles se revezavam, e duas semanas um deles me levava e, na outra semana, era o outro. Na semana que era do papai, ele estava lá, firme e forte, mesmo que fizesse frio ou chuva, sempre estava lá. A partir dessas recordações, passei a gostar do papai, não tanto quanto eu gostava do vovô, mas entendi que ele participou da minha formação e que, se ele não fosse me buscar, muito provavelmente eu não teria terminado a escola normal, lá no Colégio Joaquim Murinho, e não teria estudado para ser uma professora naquele tempo, ao final de 1950. Eu só compreendi que papai tinha me ajudado em meus estudos muito tempo depois. Eu estou com 82 anos, e há uns 30 anos é que passei a valorizar o papai, ao me lembrar de quando eu era estudante.

É de se observar que o conceito de gênero, pensado para desnaturalizar a desigualdade criada entre homens e mulheres, é ainda relativamente novo em nossa sociedade. No entanto, as relações desiguais caracterizadas no espaço social e cultural não podem seguir estruturando as relações sistemáticas desiguais de poder, e o que fica patente é que, apesar de muitos direitos terem sido conquistados no interior das sociedades, essa questão ainda se corporifica para materializar as perspectivas sociais da igualdade. Os estudos sobre gênero e feminismo, antes de tudo por autoras como Bell Hooks (2019), Patricia Hill Collins (2019) e Djamila Ribeiro (2019), assinalam que os pressupostos de raça e gênero são invenções históricas, culturais e sociais.

A relação desfavorável, apresentada no relato de Raimunda, na qual seu irmão não apanhava de seu pai por ser homem, mas ela apanhava por ter nascido mulher, mostra a divisão de gênero. Historicamente, a situação das mulheres negras está vinculada a um contexto social de desigualdades constantemente atualizadas, o que foi tomado por infundadas bases do racismo e do patriarcalismo. Ribeiro (2019, p. 41) traz a necessária argumentação feita ao longo de anos pelas feministas negras: “se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível”. Esta fala constitui-se em oportunidade de abordar um aspecto considerado de extrema importância, particularmente no que se refere à educação de homens e mulheres, bem como de meninos e meninas, ainda na atualidade – uma educação em que permanece a distinção patriarcal e de heteronormatividade. É necessário enfrentar as fronteiras dessa condição existencial de mulheres negras brasileiras em seus núcleos familiares e sociais para ultrapassá-las. Nesse sentido, torna-se importante trazer para discussão a experiência da mulher negra, caracterizada por essa diferenciação de tratamento ao carregar o peso da discriminação de cor, de gênero e de classe social.

Vale assinalar que não se trata de individualizar essas questões da mulher negra, mas de discutir sobre o espaço privado e público pelas vias promotoras da igualdade por meio do diálogo, e não do silenciamento sobre os processos e desdobramentos da desigualdade de gênero na nossa sociedade. De acordo com a renomada socióloga Collins (2019, p. 437), estudiosa do feminismo negro nos Estados Unidos,

O domínio estrutural organiza a opressão, enquanto o disciplinar a administra. O domínio hegemônico justifica a opressão, e o interpessoal influencia a experiência cotidiana e a consciência individual dela decorrente. É importante lembrar que, embora o argumento a seguir seja desenvolvido do ponto de vista das mulheres negras estadunidenses, seu significado é muito maior. Devemos ter em mente que o pensamento feminista negro compreende as lutas das mulheres negras como parte de uma luta mais ampla pela dignidade humana e pela justiça social.

Collins (2019, p.14), ao prefaciá-lo a edição brasileira do seu livro *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, assim observa as situações e condições das mulheres negras: “o racismo, o sexismo, a exploração de classe, o heterossexismo, o nacionalismo e a discriminação contra pessoas com capacidades diferentes e de diferentes idades, etnias e religiões afetam a vida de todos nós”. O racismo e o sexismo afetaram também a vida de Raimunda, logo no início de sua infância, quando ela nos fala da percepção desses traços discriminatórios. Com essa compreensão, necessitamos invocar e questionar subjacentes contextos políticos, sociais e históricos, para situar a desconstrução das barreiras discriminatórias e sexistas pelas quais passam as mulheres, em especial as negras, ao enfrentarem as desigualdades raciais e de gênero, entre outras, o que tem sido a norma ainda na atual sociedade brasileira.

Embora Raimunda tenha sofrido com uma severa discriminação de gênero e passado por agressões físicas, apanhando de seu pai por ser menina, quando ele se encontrava acometido pela doença da embriaguez, chama atenção o fato de ele ter tido a compreensão, em plena década de 1940, de que uma filha precisava estudar, ainda mais do que um filho. Assim, com todos os percalços e dificuldades, ajudou Raimunda no percurso dos estudos.

Como narrou a nossa entrevistada em suas lembranças de infância, o papel exercido por seu pai como responsável por sua educação foi conduzido na perspectiva dos resquícios do patriarcalismo e da colonialidade. Esse é um discurso cuja reprodução no Brasil tem ultrapassado gerações e que, de forma semelhante, permeou o núcleo familiar de Raimunda.

Raimunda e toda a sua família pertenciam às camadas populares, conforme evidenciado nas suas narrativas de história de vida, ela e seus familiares sabiam da necessidade de investir na educação e percebiam que somente por meio do estudo e da leitura ela poderia obter novos saberes, superar as dificuldades e lograr êxitos na sua vida adulta.

Outro aspecto analisado foi o fato de que, nos anos 40, 50 e 60, a maioria dos pais não incentivava a educação dos filhos, fossem meninos ou meninas, e isso não era dimensionado tão somente por carência de recursos econômicos ou de acesso à escola. Havia, ainda nesse tempo, uma “tradição”, especialmente na área rural, da valorização do trabalho muito mais do que dos estudos. Os pais geralmente eram contrários a que os filhos saíssem de casa para estudar

– mais ainda as filhas –, por entenderem que seria melhor que trabalhassem para ajudar financeiramente a família, considerando mais importante ser um bom trabalhador. No entanto, evidencia-se que a família de Raimunda priorizava a educação escolar dela, o que mostra que a resistência também fazia parte do seu contexto familiar.

*Ninguém é tão grande que não possa aprender
nem tão pequeno que não possa ensinar.*
(LAMEIRÃO, 2015, p.77)

A narrativa da Dra. Raimunda demonstra que o incentivo à leitura, lhe foi propiciado por seu avô, que também, apresentou os princípios da espiritualidade kardecista, católica e umbandista, que mais tarde veio a fazer parte da vida familiar dela:

A minha família era analfabeta, a mamãe era cega e muito doente, e o vovô era o mais letrado lá em casa, sabia ler e escrever muito bem e, sempre que ele encontrava um livro no lixo, trazia para mim. Ele me ensinou a limpar os livros quando estavam sujos e me colocava sentada próximo a ele e ficava conversando comigo, me explicando as coisas, e eu aprendi muito com o vovô. O vovô arrumava livros sobre o espiritismo para eu ler e aprendi muito, lendo livros espíritas kardecistas, e não me arrependo disso. [...] Era a quermesse lá na frente da Igreja Santo Antônio, e a minha avó gostava de ir, embora ela não fosse católica. Com quatro anos, eu aprendi a ler, a escrever e a fazer contas, as mais simples, com isso, eu ensinava a tarefa para as crianças da vizinhança. Era interessante, porque com quatro anos eu já ensinava tarefa para as crianças da Vila, que tinham uns sete anos, estavam na escola, mas, em casa, não tinham ninguém para ensiná-las. [...] Desde pequena, eu dizia: “Eu venho de uma família de analfabetos, mas eu não vou ser analfabeta”. Estudei e, graças a Deus, pude ajudar a minha família. Eu queria estudar e estudei por toda a família. Aos quatro anos de idade, eu aprendi a ler, e, naquela época, as crianças tinham muita dificuldade com a leitura.

A recordação do analfabetismo de sua família durante gerações é algo muito marcante na narrativa da Dra. Raimunda, aparecendo diversas vezes. Ela afirma, também mais de uma vez, que o único familiar que sabia ler era o seu avô. A nossa entrevistada ressalta, mais de uma vez, que aprendeu a ler aos quatro anos de idade, mas não especificou como foi o seu processo de aprendizagem de leitura, só mencionou que seu avô a incentivou a ler.

Música: Guerra Santa

Ele diz que tem como abrir o portão do céu, ele promete a salvação.

Ele chuta a imagem da santa, fica louco-pinel, mas não rasga dinheiro, não.

[...]. Promete a mansão no paraíso, contanto que você pague primeiro, que você primeiro pague dinheiro, dê sua doação, e entre no céu levado pelo bom ladrão.

Eu até compreendo os salvadores profissionais, sua feira de ilusões. Só que o bom barraqueiro que quer vender seu peixe em paz deixa o outro vender limões.

Um vende limões, o outro vende o peixe que quer. O nome de Deus pode ser Oxalá, Jeová, Tupã, Jesus, Maomé e tantos mais sons diferentes, sim, para sonhos iguais.

(Gilberto Gil)

A Dra. Raimunda em sua narrativa, comenta brevemente as concepções umbandista. Ela fala da sua afinidade com a umbanda, e destaca que é uma crença com princípios essenciais de amor e beneficência, que se compõe no Brasil em sincretismo com o espiritismo kardecista e as extensões do catolicismo. Ela demonstrou muita tranquilidade ao falar sobre a sua religiosidade.

O trecho da entrevista apresentado a seguir, parece traduzir muito bem como ela fortaleceu sua crença religiosa e combateu o preconceito e a discriminação contra a religião de matriz africana. Ela, nesse momento, sorriu e animadamente assim cantarolou: “a umbanda me chamou, o caboclo veio ver o que é, salve o povo de Aruanda, seja lá o que Deus quiser”.

No prosseguimento de sua narrativa, ela afirma não ter presenciado pessoalmente preconceito por professar a religiosidade da umbanda²⁹. Entretanto, no contexto analisado, é possível inferir que a intolerância religiosa, de alguma forma, tangenciou sua religiosidade. Isso evidencia-se quando ela diz: “não, porque eu já era grande e sabia responder a qualquer ofensa relacionada a essa questão”. Isso é também mencionado por ela, na continuidade de suas narrativas. Raimunda lembrou-se de quando se mudou de Campo Grande para cursar Serviço Social em Goiânia; na ocasião, residindo como estudante universitária no “pensionato das freiras”, ela então se viu diante de pronunciamentos de intolerância à sua religião:

²⁹ “A palavra umbanda, que é derivada de *Ki-mbanda*, merece um registro especial, pois tomou no Brasil o significado geral da própria religião dos negros do Rio de Janeiro. ‘Linha de umbanda’, dizem os negros e mestiços cariocas quando se referem às suas práticas religiosas e mágicas, hoje muito fusionadas com o espiritismo”. (RAMOS, 2005, p. 369)

Na ocasião em que cheguei a Goiânia, fui morar num pensionato das freiras, e não foi muito fácil, porque elas não gostavam do espiritismo e falavam que isso era algo diabólico. A minha mãe era uma médium espetacular, e a minha avó era uma benzedeira que curou muita gente. São coisas assim que ficaram marcadas em mim. O pessoal fala, esquece isso, que sua avó era benzedeira, que sua mãe era espírita. Eu pergunto: por quê? Se foi o meu princípio de vida, que me impulsionou a continuar sobrevivendo, me dando forças para aguentar as pancadas que eu tomava. Eu não vou esquecer nunca. Como eu disse, a minha vizinha era benzedeira e não cobrava para fazer isso, benzia e curava as pessoas; até médico chegou a indicar pacientes dele para a vovó benzer. Eu aprendi muita coisa lendo livros espíritas, e todo ano vinha para Campo Grande uma caravana do Rio de Janeiro da Federação Espírita Brasileira, e eles iam ao nosso terreiro, Os Discípulos de Jesus, que ficava na rua Maracaju. O pessoal da caravana era do Centro de Mesa e visitava o nosso terreiro. Eles me conheciam como umbandista e compreendiam que, para além de ser kardecista ou umbandista, era importante ser humanista. Com o passar do tempo, eu acabei perdendo o contato com esse pessoal, mas foram amizades que valeram muito a pena ter feito.

A Dra. Raimunda apresenta em sua narrativa, recordações sobre a sua mãe, ela evidencia que sua mãe era uma “médium espetacular”, e reafirma a existência dela, como uma mulher negra corajosa, que não se deixava fragilizar por seus problemas de saúde ou por sua deficiência visual. Raimunda faz questão de afirmar que a prática familiar da religiosidade umbandista, está presente em sua vida desde a infância. Nossa entrevistada, enfatiza a religião como princípio de sua vida, o conforto perante os problemas e os preceitos do espiritismo que ela aprendeu ao ler os livros que o seu avô, Joaquim Bento de Oliveira, levava para ela.

Ao falar de sua avó, Cristina Conceição de Oliveira, reaparece também o carinho e a admiração por ela ter ajudado muitas pessoas com as suas rezas e benzeduras. Percebe-se aí, o sincretismo religioso de sua família, associado às religiões católica, espírita e umbandista. Compreendendo as suas influências religiosas familiares nesse processo, Raimunda faz questão de ressaltar a importância de tudo isso em sua vida.

Convém observar que a religiosidade brasileira se apresenta, na manifestação cultural e de fé pessoal de cada um em particular, como expressão do fortalecimento em múltiplos aspectos: social, afetivo, emocional e espiritual da vida humana. Expressa-se em diferentes grupos sociais como um processo balizado na individualidade e igualmente na coletividade.

Com base nas considerações de Lopes (2004), estudioso e admirador das culturas africanas, podemos observar alguns aspectos da religiosidade umbandista:

Umbanda – Religião brasileira de base africana, resultante da assimilação de diversos elementos, a partir de cultos bantos aos ancestrais e da religião dos orixás jeje-iorubanos. Segundo alguns de seus teóricos, é sincrética com o hinduísmo, dele aceitando as leis de carma, evolução e reencarnação; com o cristianismo, dele seguindo principalmente as normas de fraternidade e caridade; além de receber influências da religiosidade ameríndia. Em seus templos são realizadas sessões, em geral semanais, nas quais o transe mediúnico é provocado por cânticos e toques de tambores. [...] Cristianização: Embora tenha como base o culto a orixás e ancestrais africanos, somado à divinização

dos índios (na forma idealizada pela estética do Romantismo brasileiro no século XIX), hoje, sem dúvida, a umbanda é um ramo brasileiro do cristianismo que se transforma incorporando novas influências. [...]. Segundo uma versão histórica, a umbanda teria nascido exatamente no dia 15 de novembro de 1908 em Niterói, RJ. Nesse dia o médium Zélio Fernandino de Moraes (1891-1975) teria incorporado, numa mesa kardecista, a entidade chamada Caboclo das Sete Encruzilhadas, a qual teria se expressado veementemente contra a discriminação de que ali eram objeto os espíritos de negros escravos, índios e crianças, tachados de “atrasados”. Em sua manifestação, a entidade teria resolvido fundar um culto que abrigasse todos esses espíritos discriminados. (LOPES, 2004, p. 662, 663).

Convergindo com as questões tratadas, Batista e Fortunato (2013, p. 289) focalizam a esfera da religiosidade do candomblé na luta antirracista e referem-se ao amalgamar da prática religiosa umbandista: “[...] no Rio de Janeiro, a partir da década de 1920, o espiritismo kardecista, vindo da França, também entrou nos terreiros, propagando uma religiosidade com características bem diferentes, sem limites de classe, raça e cor: a Umbanda”.

Cabe aqui retomar a fala de Raimunda: “não, porque eu já era grande e sabia responder a qualquer ofensa relacionada a essa questão”. Advém que o desrespeito e o desconhecimento de religiões de matriz africana têm gerado, ao longo do tempo, muita intolerância na sociedade brasileira. Práticas religiosas, como a umbanda e o candomblé, entre outras, estão ainda muito distantes da aceitação e respeitabilidade recebidas por outras religiões praticadas no Brasil, como as dispensadas ao catolicismo. Conforme afirmam Silva e Lanza (2013, p.228):

As denominações religiosas que não estiverem dentro da diversidade religiosa predominante no país, no caso de matriz cristã, sofrem maior discriminação e hostilidades, como a perseguição policial ou até mesmo a violência contra os praticantes das religiões afro-brasileiras: candomblé, umbanda, macumba, tambor de mina, entre outras.

Dessa forma, pode-se observar que a umbanda, como religião afro-brasileira, no contexto cultural contemporâneo, se ancora em um sincretismo³⁰ como estratégia de sobrevivência. Compreende-se tal sincretismo como sendo formado a partir das experiências de religiosidade do povo brasileiro, dialogando com um cotidiano beato e místico, na tentativa de esquivar-se

³⁰ “O termo sincretismo tem sido utilizado como uma noção genérica, abrigando resoluções e processos constitutivos às vezes díspares. Sem desejar alçar-me a especialista de tão complexa questão, mas reconhecendo as inúmeras diferenças de efetivação das reelaborações sgnicas e cognitivas derivadas dos cruzamentos das culturas e dos saberes, opto por empregar o termo sincretismo somente como um efeito de fusão de diversas formas, linguagens e sistemas, simbólicos e expressivos, distintos em sua origem, mas aglutinados em novas molduras, entrelaces e modos de cognição. A religião umbandista, por exemplo, seria exemplar desse registro sincrético, fundindo, no seu tecido cognitivo e cosmogônico, os sistemas religiosos nagôs, banto, católico, tupi-guarani, kardecista, todos amalgamados numa mistura singular *sui generis*”. (MARTINS, 2006, p. 66).

do preconceito, da perseguição e da opressão que recaem sobre a cultura e a religião negras ou afro-brasileiras.

4.1.6 As bonecas pretas na representatividade étnico-racial das crianças, a importância das referências raciais positivas e o protagonismo antirracista do Movimento Negro

Retomando a análise da narrativa da Dra. Raimunda, evidencia-se que na sua luta contra o racismo, ela optou por acreditar na educação das crianças como possibilidade de alertar as novas gerações para enfrentar e combater o preconceito e a discriminação racial na escola e fora dela. Desse modo, demonstrou-se engajada nesta luta uma vez mais, ao realizar o projeto pedagógico de valorização da diversidade étnico-racial das crianças, com as bonecas pretas. A consideração de Raimunda, fortalece o contexto da aprendizagem, reafirmando que as crianças precisam aprender, durante a infância, a valorizar a igualdade humana e a respeitar as suas singulares diferenças, na compreensão que todos, independentemente de suas características físicas, condições mentais ou qualquer outra categoria de diferenciação, devem ser respeitados. Fica distinta, nas suas narrativas, a defesa de uma educação antirracista e inclusiva como forma de enfrentar os determinantes de desvantagens colocados aos negros:

Não haveria graça nenhuma eu chegar à Comunidade Negra e presentear as crianças com bonecas loirinhas, não é mesmo? Eu queria que elas se vissem bem representadas nos brinquedos, porque, no meu tempo de infância, eu não me via nos brinquedos. Não existiam bonequinhas pretas, não havia nada que ligasse positivamente a criança à raça negra. Não era possível ter acesso a essas bonecas com essa cor de pele. Eu comprava as bonequinhas pretas e realizava um projeto com práticas pedagógicas voltadas ao fortalecimento da autoestima das crianças negras da Comunidade Negra Tia Eva, e muitas pessoas lá professavam a religião católica, sendo devotos de São Benedito, mas há outras religiões também. Durante o tempo em que lá estive, fui questionada por alguns pais sobre a minha religião umbandista. Eu sempre fui da umbanda, então, foi preciso conversar para explicar isso à Comunidade, pois havia pais que não queriam deixar os filhos participarem do projeto e queriam proibir mesmo. Eu tenho pessoas amigas na Comunidade até hoje – a minha comadre Neusa, que é mãe da Laura Márcia, de quem eu gosto muito; a Sandra, irmã dela, de quem eu gosto também. A Laura é uma estudiosa, moça negra admirável que foi vencendo todas as dificuldades e obteve êxito. Graduiu-se em Direito, eu fui à formatura dela.

Com essa narrativa, refletimos a respeito dessa questão central a ser tratada no decorrer da infância, para que a criança possa ter referências positivas ao ver-se representada em suas brincadeiras, aprendendo a valorizar o pertencimento dos grupos étnicos distintos, como podemos ver na letra da música de Larissa:

Música: Bonecas Pretas

[...] Necessidade de ocupar, invadir as vitrines, lojas principais.

Referências acessíveis é poder para imaginar, mídias virtuais, anúncios constantes, revistas, jornais, trocam estética opressora por identificação transformadora.

Procuram-se bonecas pretas, procura-se representação.

[...]. Eu quero ter uma boneca preta com os olhos pretos, com um cabelo black, com uma roupa prateada igual a mim. Procuram-se bonecas pretas, procuram-se bonecas pretas, procuram-se bonecas pretas. Procuram-se, procuram-se, representação.

(Larissa Luz de Jesus)

É interessante trazer aqui parte da letra da música de uma jovem mulher negra que é cantora, atriz, produtora musical, compositora e diretora criativa da nossa atualidade, para conectar uma das expressões do protagonismo negro na arte brasileira, que não se isenta de falar da representatividade negra, tão necessária às crianças, especialmente, para aquelas que não se veem representadas nas brincadeiras com suas bonecas.

Cabe lembrar que a vivência infantil da Dra. Raimunda ocorreu entre as décadas de 1940 e 1950. Nesse tempo, não havia a diversificação de bonecas no comércio. Durante este período, a discussão étnico-racial não estava ainda presente na história de vida de Raimunda. Na sua infância, deparou-se com um ato discriminatório contra ela e passou a perceber que a cor da sua pele, a tornava vulnerável e era algo com que ela continuamente precisaria lidar, lutando contra as estruturas da discriminação racial no decorrer de toda a sua trajetória de vida, o que reflete a grave questão social brasileira de desvalorização das identidades negras e de subalternização da negritude.

Na narrativa da história de vida apresentada, aparece o extraordinário protagonismo dessa mulher negra na emergência da luta antirracista em Mato Grosso do Sul, tendo em vista a desconstrução dos estigmas da desigualdade que atingem as diferenças. Os relatos da Dra. Raimunda são significativos na compreensão da necessidade dos negros assumirem posições de prestígio acadêmico, político e econômico dentro do quadro social, tendo em vista, a valorização da negritude e a promoção da igualdade racial.

A questão do fortalecimento da negritude aflora nas lembranças de Raimunda como um elemento importante da etnicidade para as crianças negras. Suas narrativas demonstram que silenciar diante da lógica racista da colonialidade implicará sempre aderir a ela; portanto, a

decisão a ser tomada será sempre a de subverter os papéis que fragilizam a identidade negra em consequência do racismo vivido já na infância.

Na compreensão de que “as crianças não brincam de brincar. Brincam de verdade” (QUINTANA, 2005, p. 804), Raimunda demonstra a preocupação em fortalecer, no espaço infantil, as identidades em atuação relacionada com a representatividade das crianças por meio das brincadeiras com suas bonecas pretas, para fortalecer outras meninas negras em suas construções identitárias. Ao lembrar-se do projeto das bonecas pretas, Raimunda explica as razões pelas quais ela comprava esses brinquedos e presenteava as crianças, especialmente as da Comunidade Tia Eva³¹.

Embora tenha havido avanços na sociedade brasileira atual a esse respeito, as nossas crianças negras em geral ainda se deparam com imagens das princesas loiras, na maioria das vezes veiculadas nas mídias sociais. Em vista disso, no seu imaginário, as crianças negras e brancas aprendem que esse é o padrão de beleza, isto é, aquilo que é considerado como belo só pode ser branco, o que se configura em racismo e exclusão social dos negros.

É preocupante que, em pleno século XXI, esta grave situação ainda não seja de todo avistada por grande parte dos brasileiros, ao não compreenderem a completa cidadania, que consiste no direito à igualdade de todas as pessoas, respeitadas as suas singulares diferenças. Portanto, não é possível deixar de evidenciar, mesmo nos dias de hoje, a necessidade de desconstruir o tratamento que vem sendo dispensado ao longo dos séculos ao componente negro populacional que se defronta com uma avaliação positiva apenas das identidades de pessoas brancas. Estas, fortalecidas em sua branquitude, por vezes, se recusam a dispensar a mesma valorização as identidades de pessoas negras.

Vale focalizar uma vez mais aqui, as palavras de Gomes (2010 p. 104), no que se refere à coletividade protagonizada no Movimento Negro, para a eliminar o racismo da nossa conjunção social. “O Movimento Negro, enquanto movimento social, pode ser compreendido como um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro”.

³¹ “A história da comunidade se confunde com a própria história de Tia Eva. Escravizada e nascida em Mineiros, Goiás, foi batizada como Eva Maria de Jesus. Casada por duas vezes, Eva Maria teve três filhas: Joana, Lázara e Sebastiana. Em 1887, aos 49 anos, Tia Eva obteve sua carta de alforria, saiu de Goiás em 1905, chegando a Campos de Vacaria, hoje, Campo Grande, onde trabalhou como lavadeira, parteira, cozinheira, curandeira e benzedeira. Sabia ler e escrever e, sendo procurada por inúmeras pessoas, foi se tornando referência na comunidade, o que lhe rendeu alguns benefícios financeiros. Até que, em 1910, adquiriu uma terra de oito hectares que lhe custou 85 mil réis. Ali residem atualmente seus descendentes”. (OLIVEIRA e MACIEL, 2017, p. 158).

Na narrativa da Dra. Raimunda, por diversas vezes, ela menciona o gosto por livros e pelo estudo, mostrando o quanto isso foi importante na vida dela e na de sua família. Todo aquele esforço dispensado por ela, descobrindo as formas de resistir às adversidades encontradas no caminho, para conseguir chegar ao final e tornar-se uma respeitável personalidade no nosso estado e fora dele.

Um ponto a enfatizar, por ser crucial no processo de formação educacional de Raimunda, é descrito na tese de doutoramento de Maria de Lourdes Silva, cujo título é *Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente*. Nesse trabalho, defendido na Universidade Federal de São Carlos, Silva (2013, p. 94), ressalta a vivência protagonista da professora Raimunda:

Raimunda, por mais de 30 anos, atuou como professora da Educação Superior, uma das mulheres negras pioneiras nesse campo profissional no estado. Depois de aposentada, foi cursar o Doutorado, devendo-se essas iniciativas, entre outras, que a pessoa citada, com seu exemplo, e história de vida, acrescenta valiosas contribuições na estruturação dessa pesquisa que trata de mulheres negras professoras docentes na Educação Superior em Mato Grosso do Sul. Raimunda Luzia de Brito, e suas experiências, sobretudo, nos últimos quatro anos, têm sido enfoque de muitas pesquisas. A título de exemplo, Cercarioli e Paixão (2011) relataram: “Buquê Arlequinal - Cores e Perfumes de Identidades Mutiladas”. Na perspectiva das autoras, **ao modo africano, Raimunda se põe desde a infância a cozer flores multicoloridas**, entendendo-se como criança, depois como adolescente e jovem negra que, prematuramente, enfrenta e resiste às agressões racistas, primeiro na forma de apelidos depreciativos, e, depois, enrijecidos nas dificuldades financeiras, nas exclusões de toda ordem. **Ela, ao modo de Tia Eva, explicita a memória enraizada na história e na história do povo que ela representa, porque exprime experiências de memória de liberdade criadora, estimulando novos pontos de vistas e novas ousadias. Memória, nesse caso, refere-se ao olhar na história, olhar que se faz em direção ao passado, desequilibra o presente, erguendo-se para o futuro** da forma como inferiu Gonçalves Filho (1988), memória que remete a algo realizável, e também memória que não se tranca em si mesma, mas que partilha seus conteúdos, conforme inferiu Bosi (1994). (Grifos meus).

A análise da narrativa da história de vida da Dra. Raimunda, indicam com precisão que as implicações sociopolíticas e culturais da representatividade dos negros se dão quando estes são socialmente bem representados, isto é, quando têm seus protagonismos veiculados em teatros, telas de cinema, televisões, revistas e livros, entre outros veículos de entretenimento, comunicação e educação, e até mesmo nos brinquedos infantis, como, por exemplo, as bonecas pretas.

Suas narrativas analisadas, evidenciam que ela protagoniza a sua história e, além de contá-la para todos nós, traduz a transcorrência de elementos essenciais, dispondo-se a quebrar definitivamente as barreiras do preconceito e da discriminação racial que se alojam no meio social, na compreensão de que são muitos os protagonistas nesta batalha pela representatividade

e potencialização dos negros brasileiros. A Dra. Raimunda destaca-se como agente da etnicidade negra no combate ao racismo no percurso de sua vida com seu protagonismo antirracista, demonstrado em suas iniciativas de educação, sobretudo com as crianças, que a desconstrução do racismo é possível.

A infância e a juventude de Raimunda passaram-se nos anos 40, 50, 60. No decorrer dessas épocas, despontaram situações especialmente críticas em se tratando de arraigada discriminação racial, e seus reflexos trouxeram danos estruturais revelados à luz das desigualdades raciais. Ela viveu tudo isso, enfrentando os desafios daquela realidade ao lado do princípio da resistência e da não submissão. No seu esforço de afirmação da negritude, ela entende que outras mulheres negras não precisam passar por isso.

Cabe a cada um de nós, assim como fez e faz Raimunda, não silenciar diante da injustiça no nosso dia a dia, exigindo a disrupção da identidade racial negativa, inferiorizada e intencionalmente produzida pelo racismo, fenômeno estruturante social do padrão de poder. Em outras palavras, essa é uma premissa básica e essencial na configuração de uma democracia legitimada pela inclusão de todas as pessoas.

Na próxima narrativa, Raimunda possibilita a reflexão sobre a importância das referências raciais positivas para os adultos e para as crianças negras. Ela se recorda de sua amiga negra e ressalta sua negritude, sua inteligência e a ocupação de relevância social respeitada que a amiga ocupava como médica. Lembra-se também do pai dessa sua amiga, que era um professor da Universidade Federal de Goiás.

Uma questão significativa a observar nesses relatos que marcaram a vida da entrevistada é que tais fatos ocorreram entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. Nesse período, a sociedade, no seu imaginário e prática cotidiana, via-se tomada por ideias preconceituosas, racistas, provavelmente ainda muito mais que nos dias de hoje. Nessa lógica racista, que remonta aos séculos de escravismo no Brasil, não havia muitas outras profissionais negras com função semelhante à da amiga em questão. Vejamos a seguir as falas da Raimunda:

Em Goiânia, eu conheci a Dra. Delair, mulher preta inteligente, a primeira que eu via, uma médica parceira [ginecologista obstetra]. Conheci também o pai dela, um professor universitário, e nos tornamos todos amigos. Conheci ainda o Lauro, que era assistente social. Ele era de Belo Horizonte e veio para fazer um concurso em Goiânia, conheceu a Delair, namoraram, se apaixonaram e se casaram, até que a morte os separou. Quando ela ficou noiva do Lauro, eu disse para ela que queria presentear-lá, mas não tinha condição financeira para comprar algo caro, à altura dela, e que, nessa situação, eu mesma faria um presente. Comprei um caderno de capa dura, escrevi várias receitas culinárias, e assim ela foi presenteada e gostou muito desse caderno, que ela guarda ainda hoje. Isso tem mais de 50 anos.

Nessa narrativa, não se pode perder de vista a preocupação central incidida na classificação racista, que continua a associar a médica ou o médico negro a um estagiário, um técnico, um atendente ou qualquer outra colocação. Por vezes, os sujeitos sociais têm se recusado a identificar profissionais negros e negras como médicos e médicas responsáveis pela assistência à saúde em pleno século XXI, e a ocupação de cargos de liderança, com frequência, na área particular ou pública, tem se mostrado restrita às pessoas brancas, ainda hoje.

Por tudo isso, essa situação necessita de rupturas, envolvendo tematização, reflexão e discussão, para ser transformada em novas identificações na convivência social. A construção de identidades infantis deve ser fortalecida, com a elevação da autoestima, principalmente das crianças negras.

É necessário entender que o racismo impede as crianças brancas de ver a existência de distintas formas de beleza e empoderamento social, nomeadamente do sentimento de autoconfiança e do embelezamento físico das crianças negras. Sem isso, o que se ensina para a criança branca é que há nela uma superioridade; ao mesmo tempo, para a criança negra, atribui-se inferioridade. Dessa forma, quando a diferença racial negra é circunscrita na ausência de beleza, as outras crianças acabam por aprender que elas são bonitas porque são brancas, e as outras crianças, diferentes delas, não podem ser belas também. Partindo dessas sobredeterminações do sujeito, o outro, desconhecido, será discriminado.

No próximo tópico, referente ao Movimento Negro e ao protagonismo antirracista, Raimunda volta a citar pessoas como referências positivas em sua vida. Isso mostra o quanto é importante ter voz, visibilidade e representatividade positivada na sociedade.

Música: Sobe Junto

Eu sei que quando caminhamos juntos

O sonho pode ser maior que o mundo (pode ser maior).

[...]

Meu canto nunca foi só meu, vem de longe, papo de séculos.

Eu não carrego o mundo só, mesmo quando é eu e meus cadernos.

[...]

Quem sonha junto, sobe junto. Sonha junto, sobe junto. (por nós)

Quem sonha junto, sobe junto. (é isso) Ninguém sonha sozinho nesse mundo.

[...]

Hip-hop é sobre vencer coletivamente, certo? Se você vencer sozinho, a vitória é do sistema. Quem sonha junto, sobe junto. É isso. Paz!

(Emicida: rapper, cantor, letrista e compositor brasileiro)

Na relação dialógica com a música *Sobe junto*, do Emicida (Leandro Roque de Oliveira), citada na epígrafe, ouvimos, cantamos e nela prestamos atenção, desejando que nossos sonhos possam ganhar novos sentidos, compreendidos por uma coletividade emancipatória, a partir da qual as diferenças não sejam vistas como sinônimos de desigualdades. Essa música passa a mensagem do poder de estarmos juntos, de sermos mais fortes para sonhar, acreditar e realizar ações coletivamente, respeitando e considerando o outro nas suas diferenças, compreendendo que estas significações são muito positivas e constitutivas da igualdade, para garantir ações coletivas e o fortalecimento dos movimentos sociais.

Subverter a lógica da colonialidade e desafiar suas forças na sociedade contemporânea é o objetivo dessa coletividade, que podemos ver representada em “um ator coletivo e político, constituído por um conjunto variado de grupos e entidades políticas (e também culturais) distribuídos nas cinco regiões do país”. (GOMES, 2017, p. 27). A autora refere-se ao Movimento Negro brasileiro, que se destaca por sua importância e protagonismo na luta política para superar o racismo e conquistar a igualdade social para a população negra brasileira. Compreendo que é também nesse sentido que o “vencer coletivamente”, na letra da música citada acima, pode continuar inspirando as pessoas a lutarem por representatividade, protagonismo e empoderamento social.

As narrativas da história de vida da Dra. Raimunda, possibilitam a percepção de que ela é uma mulher negra assumindo falas protagonistas, isto é, em seu protagonismo ativista, ela faz ouvir sempre a sua voz, para que tenha representatividade e visibilidade favoráveis à consolidação da igualdade social entre negros e brancos. Fica também evidenciado que ela não tem permitido que a desesperança e o conformismo a desmobilizem diante dessa luta. Ao contrário, demonstra engajamento e compromisso com a ressignificação e, ao mesmo tempo, com o enaltecimento de nossas africanidades, tendo em vista a emancipação coletiva da população negra. A sua coragem é sempre esperançosa. Silva (2010, p. 5), ao referir-se a Raimunda, faz a seguinte afirmação: “[...] embora demonstre indícios de que possa fraquejar, sente que é preciso

reunir forças, erguer-se novamente, mesmo com apoio dos outros, afinal, a luta pelos processos de libertação não é solitária, é solidária, coletiva”.

Sua voz traz à tona, formas de insurgência aos malefícios de ser discriminada, humilhada e excluída na contemporaneidade da sociedade. Os depoimentos da história de vida da Dra. Raimunda, apresentam, ainda, distintos contextos de suas vivências e de pessoas únicas e singulares, com quem se demonstra irmanada no ativismo no Movimento Negro regional e nacional, seja nas dores advindas durante essa caminhada, seja nas superações e nas tantas vitórias conquistadas na coletividade.

Ao lembrar sua história de vida, ela relata suas memórias de luta e resistência como uma mulher negra protagonista do antirracismo, conforme expressou ao ser entrevistada:

Ao falar do Movimento Negro, me lembro do Dr. Aleixo Paraguassú Netto, a chegada dele a Campo Grande, após aprovado num concurso público para ser juiz de direito. Eu aprendi muito com o Dr. Aleixo e os seus filhos, o Paulinho e o irmão dele, que vieram do Rio de Janeiro e tinham muita sabedoria. Devo muito a eles por terem aumentado o meu nível de conhecimento, especialmente na questão racial. Eu conheci muitas pessoas através do Dr. Aleixo, que dizia sempre que eu era uma estudiosa das questões raciais e que gostava de conversar comigo, de forma que eu aprendi muito com a família dele. O Paulinho era mais ligado a mim do que o Marcus, e ele dizia: “E aí, nega, você quer aprender mais alguma coisa? Eu tenho um livro novo”. Sempre que ele tinha um novo livro, eu recebia para eu poder ler, até devolver. Assim, eu sempre tive essas pessoas que me ajudaram, e, como seres humanos que somos, temos qualidades e defeitos. As nossas conversas foram sempre valiosas, e conversar com o Dr. Aleixo vale a pena. Ele representa um baluarte para nós, aqui no nosso estado. Eu fui adquirindo conhecimentos, lendo continuamente e, sempre que eu viajava, não perdia a oportunidade de conversar com os políticos, explicando sobre os eventos e as políticas étnico-raciais, e principalmente aproveitava para pedir apoio em prol do fortalecimento da causa antirracista. Eu levava sempre comigo os *folders* com a programação e as datas de realização dos seminários e congressos, para fazer a divulgação. Viajava para diversos estados, participando de eventos por vontade própria, no sentido de articular as demandas da igualdade racial. Quando estive na Coordenadoria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial³² (CPPIR/MS), desenvolvi ações para superação do racismo, e havia a articulação para dialogar com as comunidades indígenas em Dourados. A Aliança das Mulheres Indígenas e das Mulheres Negras³³ foi um desses encontros. Na promoção desses encontros, discutiam-se ações que atendessem essas pessoas, em especial, com políticas e ações governamentais. Reuníamos todo mundo para conversarmos, e uma das mulheres indígenas que participavam das

³² Atualmente designada “Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e Cidadania – SUBPIRC. Vinculada à estrutura da Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania (SECC), foi criada pela Lei n.º 4640, de 24 de dezembro de 2014, que reorganiza a estrutura básica do poder executivo do MS”, e institucionalizada a partir de janeiro de 2015. <https://www.secc.ms.gov.br/subsecretaria-de-politicas-publicas-para-a-promocao-da-igualdade-racial-e-cidadania/>

³³ Aliança de Parentesco entre as Mulheres Indígenas e Negras de Mato Grosso do Sul em defesa dos direitos dessas mulheres. Uma iniciativa do Grupo TEZ, em parceria com a Secretaria de Mulheres da CUT e Conselho Nacional de Mulheres Indígenas - CONAMI, Associação de Mulheres Terenas de Campo Grande -MS, Coletivo de Mulheres Negras Raimunda Luzia de Brito e Fórum Permanente Estadual do Movimento Negro de Campo Grande – MS. <https://www.perfilnews.com.br/mulheres-indigenas-e-negras-de-ms-lancam-pacto/>

discussões nas comunidades era a Enir, que já é falecida. Ela contribuía para o fortalecimento do diálogo e foi um dos sustentáculos na comunidade indígena. Havia também a Maria Auxiliadora, mas a Enir era mais próxima a mim.

Como é possível perceber em sua narrativa sobre o Movimento Negro regional, a Dra. Raimunda demonstra grande apreço e admiração por Dr. Aleixo Paraguassú Netto, bem como por sua família. Nota-se que a representatividade da figura dele é de grande relevância, visto que é um admirado ativista de Mato Grosso do Sul, dedicando-se ao enfrentamento do racismo e discriminação por meio da promoção de ações favoráveis à igualdade na sociedade.

Outra reflexão possível nessa fala é com referência à importância do diálogo e da leitura para a aquisição de novos saberes sobre as questões étnico-raciais, reconhecida por Raimunda ao dizer que sempre conseguia emprestado um novo livro para ler.

Raimunda comentou concisamente sobre sua trajetória profissional e referiu-se às estratégias de combate ao racismo na Coordenadoria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (CPPIR-MS), vinculada à governadoria do estado de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2007 e 2014. Além de desempenhar esta importante função de coordenadora, ela exerceu outros cargos em defesa de políticas antirracistas e de valorização da população negra na educação. Contudo, as recordações daquele período específico apareceram de forma abreviada em suas respostas. Ela menciona de modo bem sucinto a realização de ações em prol da superação do racismo, faz referências ao diálogo firmado com as comunidades indígenas de Dourados e cita a realização de um evento entre as mulheres indígenas e negras.

É interessante notar aqui que a história oral de vida, apresenta a oralidade conectada à memória e à identidade dos sujeitos sociais, havendo sempre uma intrínseca associação entre o que é lembrado e a seletividade do que se quer relatar no momento presente. Daí decorre a constatação de que a Dra. Raimunda pode ter considerado desnecessário o intervencionismo de suas lembranças para redimensionar todo o percurso da sua luta por direitos civis, pelas questões indígenas, pela igualdade das mulheres e, especialmente, no combate ao racismo e à opressão racial.

Compreende-se que o protagonismo antirracista de Raimunda ganhou destaque nas mídias sociais, sobretudo, após ela ter exercido funções públicas no estado de Mato Grosso do Sul. Sem pretender aqui apresentar o mesmo tipo de consideração, foram examinados alguns

*sites*³⁴ da internet, tão somente para corroborar elementos da história de vida da participante da presente tese.

Em síntese, foi evidenciado, ao longo da análise, o protagonismo antirracista da entrevistada, e algumas de suas ações sociais foram ressaltadas. Em 2010, Raimunda concorreu à vaga de deputada federal, ficando como suplente. No ano de 2014, tomou posse na Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra, em evento realizado em Brasília, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Com o passar dos anos, esta ativista e militante negra continua na sua luta política contra as desigualdades sociais e raciais, sendo lembrada e homenageada. No ano de 2017, as fotografias dela, junto com o seu perfil, ilustraram a exposição *Mulheres Protagonistas da Nossa História*, realizada na Galeria do Memorial da Cultura e da Cidadania em Campo Grande (MS). Também em 2017, Raimunda foi agraciada com o Prêmio Bertha Lutz³⁵. No mesmo ano, ela usou o espaço da tribuna para destacar os 85 anos do voto feminino no Brasil. Além das homenagens citadas, a participante da presente pesquisa, recebeu ainda outras premiações e condecorações ao longo de sua vida; entretanto, ela não se lembrou de todas ou preferiu não fazer menção a elas.

Na ampliação da compreensão e análise da narrativa da Dra. Raimunda sobre seu protagonismo antirracista, recorro aos escritos de Silva (2010, p.4), ao registrar a prática social de liderança desta mulher negra em Campo Grande, Mato Grosso do Sul:

Ela recebeu vários prêmios por seus feitos em favor da população negra, o mais significativo deles é ter um Coletivo de Mulheres Negras com o seu nome: “**Coletivo de Mulheres Negras – Raimunda Luzia de Brito**”. Sem dúvida, um dos mais expressivos grupos de defesa dos direitos da população negra e, sobretudo, das mulheres negras. Atualmente, a Ray ³⁶é Coordenadora de Políticas para Promoção da Igualdade Racial – CPPIR - MS. (Grifo meu)

No decorrer da entrevista, como dito anteriormente, Raimunda pareceu não fazer questão de recordar – ou preferiu não mencionar – as muitas ações protagonizadas por ela em sua

³⁴ <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/mato-grosso-do-sul-lista-de-candidatos-deputado-federal.html> <https://www.geledes.org.br/advogada-de-ms-e-empossada-na-comissao-nacional-da-verdade-da-escravidao-negra/https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/nos-20-anos-do-diploma-bertha-lutz-defesa-dos-direitos-da-mulher-e-destaque> <https://camara.ms.gov.br/noticias/raimunda-brito-usa-tribuna-para-destacar-os-85-anos-do-voto-feminino-no-brasil/178596https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/mostra-que-sera-aberta-hoje-revela-perfis-e-conquistas-de-mulheres-pioneiras-de-nosso-estado/>

³⁵Reconhecimento dedicado a pessoas que tenham contribuído para a defesa dos direitos da mulher e para as questões do gênero no Brasil, o Diploma Bertha Lutz completa 20 anos em 2022. Fonte: Agência Senado.

³⁶ A Dra. Raimunda é chamada de Ray de maneira afetuosa por seus amigos mais próximos.

longa liderança e militância no Movimento Negro Sul-Mato-Grossense. Embora não seja possível saber suas razões, podemos perceber que ela preferiu enfatizar, naquele momento específico, outros fatos que lhe vieram à memória, como deixa evidenciado no consentimento e no interdito na narrativa de suas lembranças. Refletindo-se sobre essa circunstância, pode-se inferir que a sua relação com o combate ao racismo, à discriminação, ao preconceito e às desigualdades é tão intensa que Raimunda parece não fazer questão de ressaltar as suas muitas ações já realizadas nesse âmbito. Essa sua singularidade não significa que ela não esteja atenta ao contexto histórico, e, conforme apontado por Silva (2010, p. 4), “Raimunda mantém o pé na história e na história do povo que ela representa”.

Silva (2010, p. 6) aponta um admirável costume de Raimunda: “em sua prática social de liderança, ela tem como hábito comprar vários exemplares de obras que julga que a negrada³⁷ deve ler. A líder compra os livros e faz doações aos seus alunos e às pessoas do seu convívio”. Também se referindo a isso, a autora menciona o livro *Racismo, preconceito e intolerância*, de Borges Edson *et al.* (São Paulo: Atual, 2002), dizendo que exemplares dessa publicação foram doados por Raimunda a muitas pessoas. Na proposta educativa de oferecimento de leitura e conhecimento, pode-se depreender o protagonismo dessa mulher negra na ampliação das discussões e reflexões acerca do racismo para enfrentá-lo e combatê-lo.

Analisando-se a trajetória de vida da Dra. Raimunda, evidencia-se, como mais uma das atuações que marcam seu trabalho e sua vida, o ativismo no Movimento de Mulheres, simultaneamente com a liderança no Movimento Negro. Tendo em vista os indicadores da situação de desigualdade das mulheres e a necessidade de discussão dessa questão, ela fundou o Coletivo de Mulheres Negras do Mato Grosso do Sul. Apesar de não ter se lembrado de fazer menção a isso durante a entrevista, compreendo ser esse um movimento que traz contribuições necessárias para a superação do discurso branco eurocentrado.

A síntese da análise dessas narrativas não objetiva esgotar as muitas contribuições de Raimunda em toda a sua história, mas ressaltar algumas das suas recordações e revelações feitas, consideradas por ela de maior relevância. A intenção é não perder de vista seu dinamismo, compreendendo a tecitura das relações humanas e desnaturalizando a subalternidade negra, que sistematicamente tem sido transformada em desigualdade.

É com essa percepção crítica da discursividade que refletimos sobre as suas memórias reveladas, que trazem a descoberto formas de insurgência diante dos danos e infelicidade de ser discriminado. De maneira inequívoca, é possível perceber a atuação da Dra. Raimunda, que nos

³⁷ A autora explica que “este é um termo utilizado por Raimunda”.

instiga a agir e a reagir ativamente aos atos de racismo que ainda afetam a população negra brasileira.

Um desdobramento muito visível ao final da análise da sua narrativa é referente ao presente potencial individual e coletivo do Movimento Negro que, ancorado na sua força educativa e emancipatória, esteve atento aos momentos de grande vulnerabilidade da democracia brasileira, notadamente no período da pandemia de Covid-19.

Finalizando a análise dessa inspiradora história de vida, as forças renovam-se e redobram-se ao presenciarmos as memórias de resistências ancestrais e contemporâneas que se fazem conhecer na história de vida dessa mulher negra protagonista do antirracismo. Sua caminhada foi e é dedicada a entusiasmar outras insurgentes vozes, para que nessa tonalidade, sejam ouvidas e sigam na luta social para banir os índices de desigualdade racial com os quais nos deparamos.

No próximo tópico, apresentarei a história de vida de João com as análises e reflexões que emergiram a partir das suas narrativas.

4.2 A EXITOSA HISTÓRIA DE VIDA DE JOÃO BATISTA DOS SANTOS

Figura 5 Fotografia Dr. João Batista dos Santos



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. João

O Dr. João Batista dos Santos é mais conhecido pelo apelido de João Grandão, ou “Deputado João Grandão”, por ter atuado ativamente na política ao ser eleito vereador no município de Dourados e por sua significativa atuação em seus dois mandatos como deputado federal e deputado estadual, representando o estado de Mato Grosso do Sul.

Ele nasceu em Rinópolis, São Paulo, em 26 de dezembro de 1959; portanto, tem 63 anos. É professor, bancário, advogado e, na atualidade, exerce o cargo de diretor jurídico do Sindicato dos Bancários de Dourados, com atuação no âmbito estadual.

A família dele é de origem rural e não possuía grandes recursos econômicos, nem por parte da ascendência paterna nem da materna, e inicialmente constituiu-se de lavradores, trabalhando sempre na prática agrícola. Assim, a narrativa da história de vida de João é marcada pela

experiência da ruralidade, trabalhando na roça junto aos seus familiares, como meio de sustentabilidade que possibilitou a aquisição de alguns bens materiais e a melhoria das condições básicas da vida em família.

João só deixou de trabalhar no campo com seu núcleo familiar após a adolescência, para poder continuar os seus estudos. Ele enfrentou dificuldades forçadas pelas circunstâncias sociais, as quais muitas crianças e adolescentes ainda se deparam, frente ao descaso político-educacional que se reflete na educação do campo, ao deixar de ser priorizada por meio da implementação efetiva de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência desses estudantes em todos os níveis educacionais, particularmente no que se refere às longas distâncias dos centros urbanos, que, historicamente, têm concentrado as unidades de ensino escolar.

Diante dessa questão, fica evidente a necessidade de se olhar com atenção as desigualdades existentes entre os estudantes brasileiros do meio rural e urbano. É interessante notar, ainda, que o trabalho na zona rural, na década de 1960, era realçado para as famílias como um ideal; todos deveriam dedicar-se ao trabalho, e a educação escolar não era acessível a todas as pessoas.

O nosso entrevistado menciona em seus relatos que embora os afazeres no campo fossem essencialmente necessários para a sobrevivência familiar, seus pais o apoiavam, incentivando-o a estudar em outra cidade, ainda que distante da casa da família, para que ele adquirisse novos conhecimentos e obtivesse um futuro diferente do vivenciado por eles. Nesse sentido, é relevante pensar que, para João ter acesso à escola e nela permanecer, os seus pais criaram estratégias de enfrentamento e superação dos desafios socioeconômicos.

Como podemos ver na narrativa a seguir, o trabalho esteve presente desde a infância de João, ao vivenciar o contexto da agricultura familiar juntamente com seus pais que o apoiaram para que ele estudasse e fizesse escolhas de modo a subverter o empobrecimento e a exclusão social.

Eu sou filho de um pequeno produtor rural de uma família negra e trabalhei na roça até os meus 18 anos de idade. No início, meu pai trabalhava como empregado no campo, mas depois adquiriu com muito esforço uma pequena propriedade de terra. Eu sei o que é trabalhar na roça, inclusive, às vezes, como boia fria, portanto, conheço o sofrimento de pessoas menos favorecidas. A maioria dos trabalhadores rurais, naquele tempo, era negra, e hoje eu compreendo que isso ocorria em função da própria história de falta de estrutura social.

A questão mencionada na narrativa de João suscita reflexões a respeito das implicações sociais na vida da população negra, com a exigência de medidas capazes de beneficiar os grupos sociais excluídos e discriminados devido ao racismo e ao preconceito.

De acordo com Abramo (2021, p. 38), “o legado de exclusão da escravidão durante séculos invisibilizou a contribuição da população negra no desenvolvimento das nações”, ou seja, o feito sociopolítico da abolição impediu os negros de obterem mobilidade social. Dentro de uma delimitação racista, tal imobilização travou as possibilidades econômicas dos sujeitos negros, o que, no campo da subjetividade e da materialização, se traduziu em exclusão da liberdade dos escravizados e de seus descendentes na sociedade. Já aos imigrantes brancos, formularam-se políticas diferenciadas, com o oferecimento de trabalho e remuneração financeira, acompanhados de oportunidades para o desenvolvimento integral de suas famílias na sociedade brasileira. De acordo com Abramo (2021, p. 39),

[...] a população negra sofre maiores privações de acesso a moradias adequadas, água potável, saneamento, eletricidade e internet, em particular nas zonas rurais. Também se registram acentuadas desigualdades na garantia do direito à saúde: a mortalidade infantil, ou seja, a probabilidade de uma criança negra morrer antes de completar um ano de vida é superior à de uma criança branca nos sete países para os quais se conta com informação. A mortalidade materna e a maternidade adolescente também são mais elevadas, assim como a prevalência de deficiências, em especial entre a população idosa.

A propósito da reflexão sobre a situação social dos negros no país, em que a desigualdade atinge mais acentuadamente as pessoas negras, cabe recorrer às disposições constitucionais jurídicas da igualdade e contra o crime de racismo, com a finalidade de reconhecimento da diversidade humana, aceitação dos diferentes, pois são seres iguais, e instituição de efetivos vínculos de solidariedade e inclusão social.

A narrativa de João, evidencia o seu percurso de múltiplo ativismo, principiado no Movimento Negro e, de forma distinta, seguido no movimento sindical dos bancários. Ele, em sua história de vida, vivenciou diferentes experiências de atuação profissional, sobretudo, no cenário político, historicamente naturalizado como um espaço ocupado, em sua maioria, por homens brancos. A esta situação, ele se contrapôs, questionando tal dicotomia no âmbito da política como uma forma de refutar a lógica racista do destino e da trajetória de insucesso do homem negro no Brasil, por meio de suas atuações como vereador, deputado federal e deputado estadual.

Na continuação da escrita da presente tese, trago outras narrativas de João, apresentando a sua história de vida.

4.2.1 As lembranças da infância, da escola e dos brinquedos natalinos

No que se refere ao brincar na infância, a lembrança narrada por João é muito sucinta, rememorando a discursividade de valorização do trabalho e do trabalhador agrícola. Quando perguntei sobre brincadeiras de infância, ele afirmou que brincava, porém, foi possível notar as exterioridades decepcionantes e tristes em presença de um comportamento racista que lhe foi direcionado quando estava brincando com as outras crianças, como podemos observar em seu relato:

Eu me lembro ainda de uma brincadeira chamada “salvar”. Quando eu ia brincar, por ser magrinho e alto, eu salvava com certa facilidade, fazendo rapidamente os movimentos, e havia uma pessoa que falava assim: “Esse carvão não tem jeito mesmo! Não pode pôr ele para brincar!” Então, essas coisas, aparentemente simples, aconteciam, e isso é muito traumático para uma criança. Eu estava com mais ou menos 10 para 11 anos. Outra coisa que também lembro bem e que me magoava foi ser chamado na escola de “cabelos de bosta de rolinha”. Desculpe o termo, professora, mas eu já o mencionei até mesmo na tribuna. Por favor, coloque esse termo entre aspas.

Importa compreender que, no espaço da ludicidade infantil, a manifestação do racismo não surge espontaneamente nas crianças ao brincarem. É uma percepção hostil e racista que elas veem na subjetividade do cotidiano adulto e, a partir disso, aprendem a reproduzir nas suas brincadeiras. Observa-se “que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o ‘Outra/o’, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum”. (KILOMBA, 2019, p. 40).

A responsabilidade de enfrentar o ideário racista não diz respeito unicamente à educação escolarizada; compete também, em especial, aos pais e aos demais responsáveis pelas crianças. Portanto, os adultos não podem ficar em silêncio, e a centralidade dessa questão está na valorização do pertencimento étnico-racial das crianças negras, implicando a problematização dos significados da tolerância e do respeito, além da simples formalidade de cumprimentar as pessoas. Igualmente, os pressupostos da solidariedade e igualdade são ativadores de uma educação antirracista, tendo em vista a construção de uma sociedade solidária, disposta a cumprir o seu papel no combate ao racismo. É importante advertir que a depreciação das crianças negras com nomes pejorativos, como aconteceu na infância de João quando ele participava das brincadeiras, evidencia os danosos efeitos do racismo, atingindo por demais a construção positiva das identidades infantis. Vale mencionar as palavras de Gomes (2019, p. 1024): “é urgente compreender que os negros, em geral, e as crianças negras, em particular, vivenciam historicamente mais do

que situações de desigualdades. Incidem sobre esses sujeitos, de forma cotidiana, injustiças de toda ordem”.

Ao refletir a respeito do processo de construção das identidades das crianças negras, Bento (2012) alerta para a necessidade de afirmar positivamente as suas autoimagens no cotidiano infantil. Isso porque as artimanhas da exclusão, preconceito e discriminação por vezes, ocorrem ainda na infância, e as crianças negras são atacadas por atitudes racistas, que nem sempre são rechaçadas, mesmo ao gerarem situações muito dolorosas para elas, assim como foi para João quando criança.

Como se depreende, a promoção de uma educação antirracista põe em prática a valorização da autoestima das crianças. Igualmente converge para o respeito pelas diferentes identidades, combatendo ativamente toda forma de discriminação e preconceito. De acordo com Bento (2012),

Se as crianças negras receberem mensagens positivas dos adultos e de seus pares acerca de seus atributos físicos e demais potencialidades, aprenderão a se sentir bem consigo. De outro lado, se as crianças brancas aprendem que seus atributos físicos e culturais não são os melhores nem os únicos a ser valorizados, os dois grupos aprenderão a considerar as diferenças como parte da convivência saudável. (BENTO, 2012, p. 29).

A seguir, a narrativa da história de vida de João, evidencia que ele vivenciou uma infância feliz ainda que sua família tenha passado por dificuldades financeiras. Ao mesmo tempo, as lembranças tristes desse período surgem para ele, ao recordar o dia de Natal. Seu relato traz reflexões sobre a celebração dessa data para além da sua importância religiosa, pondo em questão os contrassensos da expansão do capital na sociedade contemporânea, vinculados ao acelerado e intenso ritmo de produção, consumo em excesso e a obtenção de lucros exorbitantes. Com isso, é possível constatar no processo de acumulação do capital econômico, a concentração de riqueza e o agravamento das desigualdades, a partir da expansão da tendência globalizada do consumismo que não condiz com a essência do espírito natalino.

Vejamos abaixo, a narrativa de João com recordações da sua infância e questões essenciais para pensar sobre o significado do Natal:

A minha infância foi boa, embora, com sete anos de idade, eu já estivesse limpando os troncos dos pés de café e tampando as covas que eram abertas para plantar o arroz e o feijão com uma plantadeira chamada matraca, utilizada por meu pai. Eu sempre morei no sítio, e havia muita dificuldade, não tinha luz elétrica; a minha mãe buscava água no vizinho e carregava na cabeça, mas a minha infância foi bem vivida. Eu andava a pé para ir estudar e fazer o primário e quando conseguimos comprar uma bicicleta, eu já estava com mais de 12 anos de idade. Eu tenho algumas lembranças da minha infância que me chocaram, por exemplo, tenho muita dificuldade (desculpe se

eu me emocionar) de falar sobre Papai Noel. É uma das coisas que talvez sejam um trauma na minha vida. Meus pais trabalhavam como empregados num sítio e tinham todas as dificuldades. Quando chegava o dia do Natal, logo de manhã, eu via os filhos do patrão, com seus brinquedos legais, carrinhos feitos de madeira, a filha com uma boneca cara, e nós ganhávamos sempre um pacotinho de biscoito de vento, acompanhado de um carrinho muito simples e frágil, que logo se quebrava. Eu criança, obviamente, não conseguia entender o motivo pelo qual o Papai Noel não nos dava bons presentes também, então, me perguntava: por que será que o Papai Noel não traz esses presentes para nós? Será por sermos pobres e pretos? Os filhos do Sr. Sebastião Hidalgo todos eles ganham presentes, mas o Papai Noel não traz para mim. Eu ficava acordado à noite, esperando e pensando: se o Papai Noel entrar aqui, vou brigar com ele por não me dar presentes iguais aos dos outros meninos, pois falavam que ele descia pela chaminé do fogão. Imagina o que isso significa para uma criança? Estes episódios natalinos, de alguma maneira, geraram em mim uma infundada revolta e me traumatizaram. Digo isso porque percebo, ainda atualmente, que às vezes eu me nego a tirar fotos junto ao Papai Noel com as minhas netas nas ocasiões das celebrações do Natal.

As reflexões que emergem da narrativa de João, nos fazem pensar sobre a lógica do capitalismo que almeja o máximo da lucratividade financeira no decorrer das celebrações natalinas. Nos relatos dele, aparecem indicativos de que essa dimensão mercadológica de algum modo, pode perpassar o imaginário infantil, mesmo ao não compreender a conformação da figura do Papai Noel, aos aspectos comerciais das festividades e das trocas de presentes. Essa questão, parece indicar que as crianças particularmente as de classe social menos favorecida, são capazes de observar que o recebimento dos presentes, ainda que seja considerado importante por seus pais, depende da situação econômica deles, e à vista disso, só podem lhes presentear com brinquedos de menor custo.

Os sentimentos expressados na infância de nosso entrevistado, parecem evidenciar que as crianças podem perceber que algumas delas ganham presentes mais caros no dia do Natal e outras, recebem presentes mais baratos. A narrativa apresentada, aponta indícios desse pensamento a partir da infância, exteriorizando a influente força do sistema capitalista.

Ainda que João fosse uma criança, observa-se em seus relatos, que durante o período natalino, ele notava que os brinquedos que custavam mais, não eram distribuídos para todas as crianças. Contudo, em seu pensamento infantil, ele esperava ganhar tais presentes do Papai Noel e, ao não os receber, questionava se seria em razão de suas características identitárias ou condição financeira desfavorecida de sua família. À vista disso, a contradição resultante de desiguais condições socioeconômicas, de alguma forma, revelou-se para ele ao não receber os mesmos brinquedos de maior custo que outras crianças costumavam ganhar.

A fala de João refere-se ao contexto social em que viviam famílias com menor poder aquisitivo na década de 1960, evidenciando a relevância da comemoração do Natal para as famílias brasileiras, ricas ou pobres. No entanto, não podemos desconsiderar que essa data de

alegria e celebração, tem se vinculado cada vez mais aos interesses da lucratividade financeira do mercado comercial, em sentido contrário a essência natalina compreendida pelos princípios cristãos, que trazem os valores da partilha, solidariedade e fraternidade.

A narrativa de João, evidentemente demonstra que ele na sua infância não tinha a intenção de descobrir o processo mercadológico da comemoração do Natal. Seu relato é interessante, por trazer muitos questionamentos, sobretudo, ao nos fazer refletir a respeito da exagerada aquisição de produtos comprados, tão somente por impulsos crescentes gerados pelo sistema capitalista na contemporaneidade. Nessas condições, é possível notar que o consumismo apresentado quase sempre leva ao endividamento e agrava os problemas financeiros de grande parte da população brasileira.

Retomando a narrativa de João, sobre seu núcleo familiar de classe popular rural, ele demonstra que sua infância foi repleta de proteção e carinho do seu pai e de sua mãe, sendo uma criança que brincava bastante, embora também já ajudasse no trabalho diário no cultivo da lavoura.

No decorrer da entrevista, outros aspectos destacados por ele, além do amor familiar durante sua infância, foram a beleza de sua mãe e a disposição dela para o trabalho. A visão de que a mãe e o pai foram atenciosos e cuidaram dos filhos com amorosidade é mais uma vez reafirmada por João ao recordar-se da convivência com seus pais e ressaltar que sempre havia alimentação à mesa para todos em sua casa.

A seguir, a narrativa de João concentra-se nas lembranças do seu convívio familiar, em especial, com seu pai e sua mãe:

A minha mãe era negra e ela, indignada, contou que teve que trabalhar no almoço de Natal, no dia 25 de dezembro, mesmo se sentindo cansada e constrangida em razão de estar no nono mês de sua gravidez, pois eu nasci no dia 26 de dezembro, e o fato de as pessoas não se importarem em saber como estava o estado de sua saúde, especialmente naquele momento, e ter que trabalhar da mesma forma que os outros trabalhavam, porque, senão, escutava-se as conversas paralelas. São essas coisas acontecidas que tenho como lembranças desagradáveis. [...] Com base nas minhas andanças, eu diria que ser um homem negro é difícil, no entanto, imagina ser uma mulher negra! A forma desrespeitosa como são ainda tratadas as mulheres negras na sociedade é lastimável e inaceitável. Faz 24 anos que o meu pai faleceu, ele está enterrado no município de Ivinhema, e quando eu vou lá na sepultura dele, parece que este fato aconteceu ontem. A minha mãe era uma mulher negra alta, bonita, e faleceu muito jovem, aos 57 anos de idade, aqui em Campo Grande, no Hospital Santa Casa, após fazer uma cirurgia de varizes. Ela foi uma mulher que muito trabalhou, carregou muito peso, subia ladeiras com bacias na cabeça, um trabalho pesado que agravou o problema de saúde dela e afetou as suas veias, causando problemas graves de varizes. Ela precisou fazer duas cirurgias em decorrência disso. Os meus pais me deram todo o apoio para que eu pudesse estudar. Recebi amor da minha família e tive uma infância que considero bastante boa, brinquei muito e joguei muita bola. Mesmo com todas as dificuldades que a minha família passou, eu posso dizer que sempre tivemos comida na nossa mesa, ainda que eu não possa dizer que seria da forma como a gente gostaria que

fosse. Com o passar do tempo, o meu pai adquiriu uma pequena propriedade agrícola, porém, após muitos contratempos enfrentados, precisou vender, e minha família se mudou para a cidade de Ivinhema, onde meu pai foi trabalhar como guarda noturno num clube de recreação e eu, já estava morando fora de casa, havia saído para estudar.

Nos trechos da entrevista de João, há elementos para refletirmos sobre as representações de práticas e discursos normativos de nossa sociedade, produzidos a partir do contexto de uma colonialidade escravista. Em certo momento de sua narrativa, João reflete sobre as dificuldades de serem vencidas por ele como um homem negro, e particularmente, pela mulher negra que sofre a tríplice opressão de classe social, raça e gênero. Ele refere-se à condição das mulheres negras e à forma desrespeitosa pela qual muitas, são tratadas e reduzidas à sujeição da violência e exploração na atualidade. Na compreensão que, embora tenha havido algumas significativas mudanças sociais, há muito a ser feito, constatando-se a necessidade de se fazer frente aos determinantes instalados pela histórica desvantagem das mulheres na sociedade brasileira.

Durante a entrevista, João narra que sua mãe era muito bonita e deixa transparecer um sentimento de imensa tristeza por ela ter trabalhado no dia de Natal ao final dos nove meses de gravidez,³⁸ no ano do seu nascimento, em 1959, e isso não causar incômodo nas outras pessoas, tendo em vista que a histórica norma escravista do passado brasileiro convencionou, no imaginário social, que a mulher negra é sempre muito forte e que, portanto, o trabalho contínuo faz parte do seu cotidiano. João menciona que, se sua mãe não trabalhasse naquele dia, não seria bem-vista, e suas palavras parecem expressar um misto de vergonha e indignação por parte da mãe dele, que sofreria com os comentários de reprovação, caso não trabalhasse naquela ocasião. Concordando com Grada Kilomba (2019, p.108,109), faço uso das suas palavras para afirmar “que mulheres negras são afetadas por múltiplas formas de opressão”, cooptadas pelas engendradas formas do racismo colonial escravista e pelo patriarcado.

As narrativas de João levam-nos a pensar nas bases discursivas referentes às mulheres negras, questionando como foram e ainda são vistas. Embora ele não expresse comentários sobre as condições de saúde da sua mãe ao final da gestação, é possível perceber que naquele momento não foi reconhecida a situação por ela vivenciada.

É importante refletir sobre a construção discursiva dirigida à mulher negra (HOOKS, 2019; COLLINS, 2019), presente na narrativa de João por meio das lembranças de sua mãe no espaço social e familiar. Parece ser um modo de redefinir a luta de resistência de outros sujeitos

³⁸A CLT de 1943 estabeleceu ser proibido o trabalho da mulher grávida no período de seis semanas antes e seis semanas depois do parto. Mais tarde, o Decreto-lei n. 229/1967 alterou essa proibição para o período de quatro semanas antes e oito semanas depois do parto. (PINSKY e PEDRO, 2013, p. 234).

históricos, de maneira específica, das mulheres negras, outrora subordinadas à configuração racista da sociedade brasileira escravocrata. Pinsky e Pedro fazem referência às violentas marcas da escravidão sofrida no passado:

Tanto nos engenhos de açúcar como nas fazendas de café, as escravas grávidas não se livravam dos castigos violentos – como os pontapés na barriga aplicados pelos capatazes, que, muitas vezes, eram responsáveis pela morte do bebê dentro da mãe. Além disso, os senhores sujeitavam suas escravas grávidas ao serviço da roça e às mesmas tarefas que faziam antes de engravidar, chegando algumas a dar à luz no momento em que trabalhavam, **como uma negra que em tempo de parir havia sido assim mesmo mandada colher café. Porém, sentindo muitas dores, acabou retirando-se para casa com o que tinha colhido à cabeça, quando, no caminho, ocorreu o parto, após o qual desmaiou e, ao despertar, os porcos tinham dilacerado a criança.** [...] Diferentemente da África, onde as mulheres se casavam por volta dos dezenove anos, no Brasil, as africanas recém-chegadas se uniam a um companheiro mais cedo, com cerca de quinze anos de idade. Quando engravidavam, corriam sério risco de morrer no primeiro parto, de complicações decorrentes do excesso de trabalho e da má nutrição. (PINSKY E PEDRO, 2013, p. 303, 305). (Grifo meu)

Como vimos, na narrativa sobre sua família, João demonstra grande admiração e carinho por seus pais. Ele não deixa de evidenciar o quanto trabalharam e lutaram para educar os filhos, na contestação dos padrões de ocupação colonialista racista que preconizam a superioridade de um grupo étnico-racial sobre outro.

É necessário alertar que o contexto da diferença e desigualdade entre as pessoas tem sua sistematização estruturada no racismo, que direta ou indiretamente recria a exclusão como uma prática social cotidiana. Desse modo, a desigualdade gerada constitui-se em desvantagens socialmente construídas nas quais a população negra é sistematicamente excluída e as estruturas das desiguais condições materiais de qualidade de vida dos negros, que vivenciam precária situação econômica em sua grande maioria ao longo de séculos, segue sendo naturalizada.

É possível constatar na conjuntura acima, que no enfrentamento do discurso colonial é de fundamental importância requerer do Estado a condução de políticas públicas que promovam a melhoria das condições de vida, tendo em vista interromper a persistente desigualdade social e racial. Há que se definir a adoção de medidas capazes de garantir que os direitos sociais, culturais, políticos, econômicos, individuais e coletivos se façam efetivos e que as necessidades autênticas desse grande grupo populacional possam ser sanadas.

4.2.2 As singulares lembranças da família, a percepção do racismo, a relevância da educação escolar e as recordações do tempo estudantil

A dimensão motivadora e a visão positiva do núcleo familiar marcam as falas de João ao narrar sua vivência de afrodescendência, pertença e interação social com seus pais e demais familiares, que conversavam com palavras de origem africana, guardadas em suas memórias e herdadas de seus ascendentes. Essas apreciações podem demonstrar como recordações se transformam em elementos de africanidade e pertencimento racial, compreendidos na experiência da diáspora africana brasileira.

Por meio dessas referências, ressignificam-se a cultura negra no Brasil, a noção de africanidade e o seu potencial gerador de fortalecimento da multiculturalidade e diversidade étnico-racial, estabelecendo memórias de resistências históricas e contemporâneas, no reconhecimento de sujeitos negros que coletivamente nutrem, em seus núcleos familiares, matizes cambiantes, próprios das rememorações de outras vozes negras. Estas são entoadas em prol da valorização da identidade e cultura africana e afro-brasileira, contrapondo-se às tipificadas identidades marginalizadas e reelaborando afirmativamente as identidades negras, conforme vemos na narrativa de João:

A minha avó materna, chamada Maria Gabriel, tinha o domínio de uma linguagem procedente da África, e ela, em alguns momentos, costumava conversar com a minha mãe, Terezinha Maria dos Santos, e igualmente com os meus tios, usando um vocabulário que hoje eu entendo que era de origem africana. Então, com essa minha ancestralidade, eu os ouvi, ainda criança, conversando num idioma que reportava à África. Por exemplo, nessa linguagem, eles falavam palavras³⁹ como *ingimbe*, significa dinheiro; *injó*: casa; menino: *kamono*; carne: *imberera*; comer: *kuriá*; homem: *macoto*. Eu lembro que haveria um churrasco e que, por causa da dificuldade financeira, não eram todas as pessoas que poderiam ir, e a minha mãe, para não falar diretamente sobre o assunto no meio de todos, dizia assim: “nós hoje vamos *kuriá emberera*, no *injó* do compadre Nestor”. Só depois, eu soube que ela estava dizendo que nós íamos comer um churrasco na casa desse amigo dos meus pais. São coisas peculiares que eu lembro da minha família. Toda essa ambiência familiar posteriormente me orientou na tomada de decisões direcionadas à defesa da igualdade racial, porém, sempre tive o cuidado de não fazer dessas questões holofotes políticos, particularmente em função da minha vida na política.

Esse trecho da narrativa de João é muito revelador; demonstra a potencialidade demarcadora de uma ação sociopolítica e estratégica empreendida na valorização da etnicidade negra no seu contexto familiar e as demandas na construção de suas identidades, representadas na

39 Palavras como: *inzo* – casa – muitas vezes escreve-se *'nzo*; *kudia* ou *kuria* – comer, comida; *Eie kuandelé kudia?* Tu não queres comer? Conforme o dicionário Kimbundu–Português, essas palavras têm origem no kim-bundu, língua falada em Angola, pertencente aos bantu. <https://rmirandas.wixsite.com/identidafrica/dicionarios>

cultura oral e linguagem africana, que muito influenciam e compõem o idioma português brasileiro.

Por essa razão é imprescindível reafirmar a grandiosidade da ancestralidade africana, visto que, parte do pensamento social brasileiro contemporâneo, traz ainda à tona, os resquícios do escravismo no Brasil, na intenção de continuar materializando os estereótipos e a ausência de alteridade, através das visões negativas (inferiorização e subalternização), internalizadas do racismo como uma prática social.

Em face do respeito à identidade, à diferença e à diversidade cultural negra ou afro-brasileira, não se trata de simplesmente tornar aparente a apreciação de outra cultura não branca, para representar o grande grupo dos negros. Segundo Hall (2003, p. 255), “há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular, para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente”.

Não há como negar que a diferença negra cultural, sob esse ponto de vista, está mesmo assentada em arranjos estigmatizantes dos espaços sociais da negritude. Nesse contexto social, político e cultural, importa reconhecer quais são os sentidos de uma visibilidade outorgada por elementos mercantilizados e estereotipados da apropriação cultural, que se concentram nas perspectivas turísticas e comerciais orientadoras de “um sistema de conformação da diferença, em vez de um sinônimo conveniente de obliteração da diferença” (HALL, 2003, p. 59).

A efervescência desse cenário complexo articula-se em meio a uma dinâmica cultural redimensionada por uma multiculturalidade⁴⁰, que tem por base, essencialmente, a comercialização e o consumismo da diversidade cultural. É importante compreender que, neste cenário, “não há nada que o pós-modernismo global mais adore do que um certo tipo de diferença: um toque de etnicidade, um sabor do exótico” (HALL, 2003, p. 337). É de fundamental importância enfatizar aqui as palavras desse autor sobre o negro na cultura negra ao afirmar:

Devemos questionar se as formas de autorização do olhar a que esta proliferação da diferença convida e permite ao mesmo tempo em que rejeita, não seriam realmente [...] um tipo de diferença que não faz diferença alguma. [...] A hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura (não é isso que o termo significa); nunca é um jogo cultural de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações da cultura; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder cultural e não se retirar dele. [...] Já as estratégias culturais capazes de fazer a diferença são o que me interessa – aquelas capazes de efetuar dife-

⁴⁰“Multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos”. (HALL, 2003, p. 53).

renças e de deslocar as disposições de poder. Reconheço que os espaços “conquistados” para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. Acredito que sejam limitados. Sei que eles são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio da espetacularização. Eu sei que o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada. Mas simplesmente menosprezá-la, chamando-a de “o mesmo”, não adianta. Depreciá-la desse modo reflete meramente o modelo específico das políticas culturais ao qual continuamos atados. [...], mas não pode ser só isso, pois não podemos esquecer como a vida cultural, sobretudo, no Ocidente e também em outras partes, tem sido transformada em nossa época pelas vozes das margens. (HALL, 2003, p. 338, 339).

Considerando o princípio enunciativo da diferença e que os enunciados podem transformar-se na performatividade de sua produção, recorro também a Bhabha (2005, p. 20), destacando a contribuição deste autor ao afirmar que “a representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição”. A representação da diferença necessita ser compreendida para além de se levar a cabo a sua fixidez cultural; muito mais do que isso, articula-se na fragmentação cultural e identitária, implicada em seus significantes, sempre flutuantes, cambiantes e ambivalentes, diante dos dispositivos constitutivos da cultura e da exposição do outro, do diferente, que, traduzido, se põe a descoberto.

Esse sentido implica uma reflexão sobre a condição humana terminantemente fora daquela imposta por um sistema racista e opressor, que insiste em inscrever a diversidade cultural africana negra na temporalidade da desesperança e na estarecida condição da diferença como exótica, erótica e demonizada. Trago aqui uma recusa das ingerências implicadas na discursividade social, que por vezes usa de dissimulações racistas em face do consumismo midiático da cultura afrodescendente na sociedade. À vista dessa apreciação consumista da diferença, recorro à afirmação de Cabecinhas, que, em uma entrevista concedida a Backes (2019), alerta sobre quão intensamente tal condição se coloca, pois:

[...] as notícias com que somos confrontados mostram-nos o ódio ao que é pobre, ao que é diferente, mas o diferente de determinada forma. Porque há determinado diferente que se gosta, que se cultiva, mas o diferente não é simplesmente uma questão de diferença, é também uma questão de inferiorização e de hierarquização. No espaço público, na publicidade, por exemplo, está sempre a referir-se a diferença, toda gente quer ser diferente, toda gente quer ser original. Portanto, em termos de consumos culturais, há alguma abertura ao diferente, as pessoas gostam de ouvir música diferente, gostam de ir a um restaurante “étnico”, gostam de ter um vestido com cores com inspiração africana, por exemplo. A diferença que se estigmatiza é uma diferença que é colocada num patamar de inferiorização e, em alguns casos, de desumanização, ou seja, é como se aquela pessoa não fosse realmente uma pessoa, fosse apenas um representante homogêneo de um grupo que supostamente não faz nada para que a sociedade progrida. (CABECINHAS, ENTREVISTA PARA BACKES, 2019, p.11).

Na continuação da narrativa de João, outra questão analisada diz respeito à percepção dos estigmas do racismo, como o preconceito e a discriminação, que se transpuseram na socialização do núcleo de sua família inter-racial.

Com relação à ação de interpretação da realidade, podemos recorrer a Moscovici (2007, p. 35), psicólogo social romeno radicado na França, ao ponderar que “[...] nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. [...] nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado”. Nesse contexto, é necessário compreender que o processo social e institucional do racismo, historicamente, tem se assentado na sociedade brasileira, influenciando também a percepção da configuração racial familiar, ainda que esta seja multirracial e miscigenada.

Assim sendo, a questão referida relaciona-se diretamente ao processo de socialização racial, incorporado na conceituação da miscigenação à custa da depreciação e inferiorização dos negros, forjadas no mito de democracia racial e no ideal de branqueamento. Com essa representação social fantasiosa de harmonia racial, nega-se a existência do racismo, e falaciosamente justifica-se que não há necessidade de combatê-lo.

Munanga (2006) adverte que tal discurso estratégico resultou na moldagem de uma intencionalidade subjetiva da construção do mito da mestiçagem, que não atingiu seu completo êxito biologicamente; porém, subjetivamente, a negritude, em sua corporeidade, foi inserida no contexto social, passando-se a repetir o discurso colonial que desconsidera a marcante presença da diversidade étnico-racial de identidade negra e mestiça da sociedade brasileira. Inscritos nas ambivalências inter-raciais, os sujeitos, ao aderirem ao discurso falso do mito da democracia racial no Brasil, têm a intenção de ocultar a existência do racismo; assim, as questões racistas que sobrevêm à população negra permanecem dissimuladas na estrutura social.

Portanto, não podemos perder de vista que os maléficos processos estruturais referentes a questões raciais, reproduzidos nas estruturas de poder, na política e na sociedade em geral, chegam também às famílias brasileiras. Atento a essas questões, que também permearam sua história de vida, João menciona as representações do racismo manifestadas no meio familiar e fora dele:

Na minha família, a minha mãe era a que tinha a pele mais escura e um comportamento sempre muito reservado. Os demais familiares e parentes, como as noras, tinham a pele branca, e havia algum tipo de gracejo e zombaria a respeito da questão de cor, ainda que não manifestados pessoalmente, e minha mãe tinha esta percepção e falava sobre isso. Na minha infância, indiscutivelmente, havia racismo, mas uma melhor percepção disso me veio à medida que fui crescendo; provavelmente pela ingenuidade de uma criança, eu não conseguia perceber isso. Essas percepções se fizeram para mim após adulto. Hoje em dia, entendo que passei por muitas situações na

minha vida em que havia o racismo não falado, velado. Por exemplo, durante todo o tempo em que trabalhei no banco, que era uma empresa particular, eu vi apenas dois ou três negros ocupando cargos, não havia muitos. Como já mencionei, eu tive oportunidade de ser presidente do Sindicato dos Bancários e depois ser promovido com um cargo no banco, mas como algo ainda muito raro.

Schucman (2018) pesquisou as imbricadas e conflitantes representações racistas que perpassam os microespaços da dinâmica social de famílias inter-raciais. Em seu livro intitulado *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor* (SCHUCMAN, 2018, p. 61, 62), oferece reflexões para a desconstrução do racismo em um contexto familiar ao assegurar a necessidade de se compreender que: “[...] mesmo no convívio diário com a diferença, portanto, é possível negar a alteridade, e isso nos parece uma forma de construção subjetiva bastante complexa, paradoxal e povoada por armadilhas de toda sorte, empíricas, sociológicas e psicológicas”.

Fanon (2008, p. 145) tem alertado, ao longo de décadas, sobre os efeitos do racismo na saúde psíquica, em especial dos negros, ao se depararem com o pensamento racista de que “o negro é o símbolo do Mal e do Feio. Cotidianamente, o branco coloca em ação esta lógica”.

Quando falamos em racismo e discriminação étnico-racial no meio familiar, estamos falando em atitudes discriminatórias, preconceituosas, que envolvem a ampla composição de formação racial. Familiares negros e brancos veem a discriminação racial com olhares díspares – em geral, os sujeitos brancos tendem a relativizar essa questão e a negar a sua existência ao afirmarem, no espaço público, que as pessoas são todas iguais e, portanto, igualmente humanas. Para Schucman e Gonçalves (2017),

[...] é preciso compreender a família como campo de interseção entre a realidade social e a vida psíquica, uma tessitura que, em seu arranjo de parentesco e nos significados que atribuí a cada um dos lugares que a compõem, sofre a determinação de uma história sociocultural na qual se estabelece e que a atravessa, ao mesmo tempo em que é constituída na interação afetiva entre os membros. (SCHUCMAN E GONÇALVES, 2017, p.63).

A contribuição de Bhabha (2005) é primordial para uma reflexão sobre a *ambivalência colonial*, que se inscreve entre a distinção de diversidade cultural e de diferença cultural como um processo próprio de resistência. “É uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural” (BHABHA, 2005, p.107). Assim, as vinculações do colonialismo não emergem somente pela determinação da imposição de uma cultura sobre a outra: “o que precisa ser questionado, entretanto, é o modo de representação da alteridade”. (BHABA, 2005, p. 107).

A seguir apresento mais uma fala de João. O relato emergido de suas recordações é repleto de elementos que trazem reflexão sobre o processo educativo realizado na área rural no decorrer de sua infância, adolescência e juventude. Possibilita a compreensão das fragilidades das condições educacionais vivenciadas pela família dele, conforme apontado em sua narrativa:

O meu pai sempre participava, dentro das possibilidades dele, das atividades na escola, como na Associação de Pais e Mestres; ele colaborava e contribuía, era muito presente, eu me lembro disso. Os meus primeiros anos de estudos, o chamado ginásio e depois o segundo grau, foram numa escola no estado do Paraná, no Distrito Adhemar de Barros, no município de Terra Rica⁴¹. Posteriormente, o meu pai veio com minha família para Mato Grosso do Sul, e fomos morar na cidade de Ivinhema, mas eu saí de lá para continuar a estudar, fazer o cursinho e o vestibular. Eu andava de bicicleta oito quilômetros e depois seguia de Kombi mais 15 quilômetros em estrada de terra para chegar à escola. Na volta, eu chegava na cidade tarde da noite, às 23:00 h, ou às 23:30 h, pegava a minha bicicleta e pedalava até o sítio e, no outro dia, eu tinha que estar de pé às seis horas da manhã, para ir trabalhar. O meu pai precisou pedir até autorização para eu poder estudar à noite. Eu ainda tive sorte de estudar o ginásio com esta distância de sete quilômetros, porque o segundo grau foi um pouco mais longe. Optei por continuar a estudar, e a obtenção do diploma de curso superior é resultante do incentivo do meu pai, que, embora sem muito estudo, não cursou nem o segundo ano primário, tinha uma visão de mundo muito sábia. Eu fiz cursinho em Campinas, cheguei a fazer o vestibular para Agronomia, que era o meu sonho, mas naquele tempo a concorrência era muito maior que hoje, então, por questões financeiras, tive que abrir mão deste curso e prestei vestibular para o curso de História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e fui aprovado. Depois, nesta mesma universidade, fiz especialização em História da América Latina. Após isso, eu trabalhei como professor substituto nesta mesma universidade e, depois disso, cursei Direito; no decorrer dessa minha trajetória, participei ativamente dos movimentos estudantil e sindical.

Além da ênfase na necessidade de seguir o caminho dos estudos, João traz, em suas narrativas, parte das lembranças das situações difíceis que teve de enfrentar em seu percurso estudantil. Ele demonstra a compreensão de que o acesso à educação não era disponibilizado para todas as crianças da sua geração, ou seja, a escolaridade ofertada nas regiões rurais era escassa, quando comparada à dos dias de hoje, e nem sempre havia escolas próximas a essas localidades, o que indica que nem todas as crianças poderiam frequentar a escola.

O trabalho na roça circunstanciava a realidade da maioria das crianças, de modo particular, nessas regiões, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, em que a quantidade de escolas públicas não atendia grande parte dos estudantes no país. Porém, em função da compreensão familiar e da dedicação de João aos estudos, mesmo tendo de percorrer longas distâncias para chegar à

⁴¹ Em outro momento, João retomou a conversa comigo e falou das lembranças que tinha dos amigos e amigas do tempo em que cursava o segundo grau. Ele então os nominou: Carlos, um jovem negro que trabalhava como boia-fria e era o melhor aluno da turma; Minor, João Grilo, Rosa e Hélia. Estas duas amigas formaram-se e são professoras.

escola quando criança e na adolescência, ele não desanimou. Outra dificuldade por ele vivenciada foi ter de ingressar mais cedo no ensino noturno para poder concluir a escolaridade básica e assim enfrentar os muitos desafios até concluir o ensino superior, conciliado com o trabalho para ajudar seus familiares.

João ressalta que a educação formal não lhe fora recusada; ao contrário, seus pais apoiavam-no em tudo nos seus estudos escolares. Ainda que fossem uma família de baixa renda, a formação educacional constituía um aspecto muito relevante para eles. Pode-se entender que a relação estabelecida com a escola era compreendida como possibilidade de aproximação de novas oportunidades, alcançadas concretamente tanto no sentido cognitivo quanto na perspectiva de futuro oportunizada pelas experiências e trajetórias educacionais.

Por fim, é possível perceber que a escolarização de sujeitos jovens originários da população rural empobrecida, pela falta de condições da agricultura familiar, se constituía em um grande desafio de difícil acesso, entre outras questões. Os indicativos da análise da narrativa de João mostram que, dadas as muitas condições adversas, os seus pais se dedicaram para que ele frequentasse a escola e pudesse ascender socioeconomicamente ao prosseguir na trajetória laboral da educação escolarizada. Sinalizam, ainda, que almejavam que seu filho pudesse ter uma vivência diferente daquela que eles tiveram, trabalhando com a agricultura familiar de subsistência, sem acesso à educação escolarizada, como parte da população rural, que pouco ou nunca frequentou a instituição escolar e trabalhou muito durante toda a vida.

No que diz respeito às lembranças fotográficas do período da infância de João, após ele perguntar aos seus familiares se tinham alguma fotografia dele quando criança, não encontrou nenhuma. Mediante a falta de imagens fotográficas, João lembrou que as significativas comemorações dos aniversários dos seus avós nunca puderam ser fotografadas, e essa memória familiar não foi preservada por esse recurso; lembrou também que, na década de 1960, época em que ele era criança, havia o costume de tirar fotos dos alunos na escola no final do ano letivo, mas nem sempre as famílias podiam adquirir as fotografias.

Todavia, diferentemente da década de 1960 e do início da década de 1970, tempo da infância de João, em que eram mais escassas as fotografias nos domicílios desfavorecidos economicamente, nas décadas de 1980 e 1990, quando João vivenciava sua juventude, iniciava-se a ampliação desse acesso, que continua até os dias atuais. A configuração dos elementos virtuais vem incentivar, cada vez mais, o acesso fácil e rápido das novas gerações às imagens, por meio de seus celulares com câmeras fotográficas providas de variados artifícios tecnológicos.

Entre as experiências de vida dos avós de João, pode-se perceber que as lacunas apresentadas pela geração anterior, aos poucos, foram sendo preenchidas, a partir da ressignificação

das novas vivências, reafirmadas na legítima intenção de preservar, visibilizar e partilhar memórias. São registros que podem contribuir para difundir saberes e conhecimentos inscritos em diferentes contextos, em que os sujeitos vivem outras histórias.

É importante mencionar que, no contexto pessoal, os registros fotográficos podem contribuir como a afirmação e representatividade da pessoa negra no meio social, por meio do enaltecimento da sua própria beleza, como forma de eliminar os estereótipos padronizados da hegemonia de pessoas brancas, apresentadas como norma do que significa ser belo.

Com base na análise dos relatos de João, pode-se inferir que a infância de crianças negras teve poucos registros de imagens fotográficas de momentos felizes e de valorização de sua autoestima. Isso leva a inferir que a estética negra inscrita na subjetividade do racismo é desvalorizada e que o pertencimento ao grupo étnico-racial negro é socialmente discriminado, tomando-se por base a branquitude, a fim de torná-la referência única de beleza em nossa sociedade, o que fez com que parte da história dos sujeitos negros ficasse esquecida e na invisibilidade.

Kossoy (2002, p. 7) já comentava a importância da “fotografia enquanto meio de conhecimento da cena passada”. Sublinha-se aqui a notabilidade da imagem fotográfica como um meio de informação, de conhecimento e de recordação dos fatos acontecidos, em especial, para a preservação, tão necessária, da memória pessoal e da coletividade. Assim, a imagem fotográfica constitui-se em um elemento essencial do momento passado, que ganha significação e ressignificação no momento presente. Ainda em conformidade com a argumentação de Kossoy (2002, p. 133), as fotografias “se constituirão em fontes insubstituíveis para a reconstituição histórica dos cenários, das memórias de vida (individuais e coletivas), de fatos do passado centenário como do mais recente”.

Retomando a narrativa sobre o tempo estudantil de João, ele disponibilizou fotografias de sua formatura, quando concluiu a graduação em Direito, no ano de 1993, na cidade de Dourados, MS. Nas fotos, João está com suas duas irmãs: Lázara e Antônia. Ele também está ao lado de sua esposa, Valdenir Nunes dos Santos, com quem é casado há 38 anos. Vejamos abaixo, as fotografias do acervo pessoal de João com a sua família:

Figura 6 Fotografia de João com sua esposa, Valdenir, e suas irmãs, Lázara e Antônia.



Fonte: Arquivo pessoal de João

Figura 7 Fotografia de João (Formatura de Direito)



Fonte: Arquivo pessoal de João

4.2.3 As boas recordações da escola, a aspiração para graduar-se em dois cursos superiores e pós-graduar-se

As impressões positivas da trajetória de escolarização de João evidenciam-se ao fazer questão de mencionar a importância acadêmico-profissional de alguns de seus professores, que foram essenciais na sua formação educacional e profissional.

Ele inicia lembrando os nomes daqueles que foram os seus mestres, desde o ensino primário. Menciona as datas que eram comemoradas na escola e narra as celebrações e episódios mais marcantes. Seus relatos possibilitam perceber que o início do seu percurso na escola foi um período muito importante, marcado por boas lembranças e sentimentos de positividade, revelando a importância não só da escola como instituição formal no desempenho de sua função social, como também, em especial, dos professores, ao dispensarem atenção e dedicação no exercício do seu trabalho docente para a formação educacional integral das crianças. De acordo com a narrativa de João, evidencia-se que essa configuração educacional foi particularmente relevante em sua vivência escolar:

Eu me lembro dos nomes dos meus professores, me lembro de um professor que era conhecido como um linha-dura, o nome dele era Antero. Foi meu professor no primário. Também lembro que eu tinha uma grande admiração pela professora Maria Camargo, que, tempos depois, se casou com o meu primo. Tenho lembranças da minha professora chamada Dona Maria Dona.⁴² Eu já estudava no ginásio Adhemar de Barros, ou melhor, no chamado Grupo Escolar Monteiro Lobato, e depois estudei no Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, e, naquela época, era preciso fazer o exame de admissão para poder entrar. Eu me lembro de vários professores que me trazem boas recordações. Lembro-me do professor Custódio Siriane Fernandes e da professora Alzira Siriane Fernandes. Foram professores incentivadores. Naquela época, eles faziam tipo um teatro e produziam peças teatrais para apresentar aos alunos e aos pais em todas as datas comemorativas, como o Dia das Mães e outras datas festivas, e nós, os alunos menores, ficávamos muito curiosos e aguardando para ver, pois não assistíamos aos ensaios, tudo era feito em segredo, o que despertava o nosso interesse em assistir. Havia ainda o professor Egno, fantástico, me fez gostar de matemática, que eu achava uma coisa louca. O Joaquim, meu primo, também deu aula para mim e muito me incentivou. Hoje ele é aposentado como técnico agrícola.

O papel protagonista dos professores citados por João, ficou evidenciado ao relatar as lembranças afetuosas guardadas em sua memória.

⁴² João lembra-se do nome de cada um dos seus professores e se refere a professora chamada *Dona Maria Dona*. É interessante observar que o seu nome indica a possibilidade de ser uma forma de apelido ou expressão originada para destacar a individualidade dela, sugerindo em especial, que os moradores das cidades pequenas ou das áreas rurais, geram um grande um senso de companheirismo entre seus amigos e familiares.

Na consideração dos seus relatos apresentados e analisados, essas boas lembranças possibilitam inferir que a escola, por meio de seus educadores, imprimiu marcas positivas que permaneceram na sua memória de estudante. Percebe-se, pois, o papel essencial dos professores no processo inicial de formação educacional dos estudantes, o que pode ser determinante na autoestima e sucesso escolar dos estudantes. Daí ser possível afirmar que o cotidiano do exercício profissional docente, indo além do ponto de vista institucional do ensino e da aprendizagem formais, estabelecidos no processo de educação das crianças, é também balizado por valores referendados na ética e respeito ao ser humano em sua plenitude.

A análise das boas recordações do tempo da escola e dos bons professores de João implica ressaltar a necessidade de garantir que os professores sejam comprometidos com os valores, os princípios éticos, a formação intelectual e cidadã de seus alunos, na expressão aberta de diálogos sinceros sobre questões da realidade de cada um, com respeito por seus anseios, necessidades e diferenças. Sem dúvida, essa postura crítica professoral é essencial para o exercício da docência, a fim de contribuir com a formação das identidades fortalecidas dos estudantes, incentivando-os na obtenção de êxitos e na ampliação da rede de solidariedade na sociedade.

No entanto, visto que a sociedade brasileira é atravessada por um contexto racista que se apresenta no imaginário social, é necessário estar atento a deslocamentos e incoerências docentes, uma vez que nem todos os professores são antirracistas. De forma lamentável, as experiências de preconceito e discriminação sofridas por estudantes ocorrem em muitos ambientes educacionais, como veremos a seguir, no recorte de reportagem sobre racismo em uma universidade do estado de Mato Grosso do Sul.

Para reagir contra a discriminação e o preconceito racial, João, em seu mandato parlamentar como deputado federal, enfatizou a necessidade de reconhecer a dor dos oprimidos pelo racismo na ambiência das universidades, questionando de forma crítica as instituições que persistem na narrativa histórica de discriminação dos negros. Dentro desse debate, faz-se urgente a defesa de uma educação capaz de desenvolver consciências críticas em prol do antirracismo, conforme verificamos na citação:

Em 2004, o deputado federal João Grandão (PT-MS) fez um pronunciamento na sessão de terça-feira da Câmara dos Deputados demonstrando a sua preocupação com a denúncia de racismo na unidade de Ivinhema da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). De acordo com ele, é uma das instituições de ensino superior no Brasil, pioneira na implantação do sistema de cotas para negros e índios em seus vestibulares e está passando por um momento *sui generis* onde um estudante do curso de Biologia está processando um professor por crime de racismo. “É justamente um aluno negro que entrou na UEMS pelo sistema de cotas que denuncia estar sendo tratado de forma preconceituosa pelo professor, que utiliza piadas racistas em sala de

aula. A denúncia tornou-se pública e o Diretório Central de Estudantes está acompanhando o caso que foi registrado na delegacia de Polícia Civil de Ivinhema”, disse o parlamentar. Grandão afirmou que a sociedade deve ficar atenta à denúncia para que casos como esse não se repitam não apenas na UEMS, mas em outras universidades brasileiras onde funcionam os sistemas de cotas, que é uma luta de vários anos do Movimento Negro. Como coordenador do Núcleo de Parlamentares Negros (NUPPAN) da Câmara, João Grandão está preocupado com esta questão justamente quando comemoramos a aprovação da Lei que inclui nos currículos escolares a disciplina de História da África.⁴³

Na realidade cotidiana, é lamentável ver que as instituições educacionais, por vezes, em seus quadros comportam professores que estão em contraposição a uma sociedade igualitária e sem racismo. Percebe-se, então, que é necessário ampliar o diálogo e o contato com os vários movimentos sociais nesses espaços, tendo em vista participar dos processos de convivência com a diversidade étnico-racial, política e cultural em defesa dos grupos socialmente discriminados.

Perante a realidade educacional e o seu potencial transformador da realidade social, cabe afirmar que a compreensão da perspectiva da família de João na apropriação das estratégias de escolarização teve uma importância muito grande. A sua relação com a educação mostra-se intensa ao relatar que, mesmo já estando graduado em um curso superior, ele fez outro, graduando-se em Direito e tornando-se advogado.

João narra sua trajetória de educação fazendo emergir sua relação com a agricultura, pois, mesmo durante o período em que morou em outra cidade para cursar a faculdade, em São Paulo, como já relatado, ele não se afastou das suas origens rurais e, sempre que possível, retornava para a roça para auxiliar o seu pai, trabalhando na agricultura.

Diante dessas memórias, João manifesta sua maneira de ler o mundo, na postura de criticidade necessária para a discussão das injustiças sociais e o enfrentamento das desigualdades. Segundo relata, essa sua trajetória foi muito relevante no processo de sua transformação social.

Ao rememorar momentos que considera marcantes em sua trajetória estudantil, João comenta sobre o período de grande relevância para a sua formação pessoal na ambiência da agricultura camponesa familiar. Em sua narrativa, aparecem os momentos bons e difíceis desse percurso:

Eu fiz História, especialização em História da América Latina, e cursei Direito, como já disse, e agradeço a Deus. Também fui aprovado no exame de Ordem dos Advogados do Brasil, OAB. Minha trajetória educacional foi muito estimada por meu pai, e,

⁴³ <https://www.fatimanews.com.br/brasil/grandao-faz-pronunciamento-na-camara-sobre-caso-de-racismo/5371/>

em seu enaltecimento, num determinado momento da minha vida, eu escrevi um poema para ele. Eu posso falar o poema agora? Antes vou dizer que passei por momentos de forte turbulência política, com calúnias que me abalaram psicologicamente e moralmente, mas, ao final, ficou comprovada a minha inocência e fui absolvido. Eu recebi uma ligação telefônica, comunicando o cancelamento da minha agenda com as atividades daquele dia, em que chovia muito na região onde haveria a realização da reunião agendada. Nessa circunstância, eu fiquei no escritório, organizando algumas coisas, e senti a presença do meu pai ali comigo e me veio a inspiração para escrever este poema dedicado a ele.

Compreende-se que é desse lugar de vivências do cotidiano escolar, historicamente constituído de dificuldades para a população negra em geral, que João encontra alternativas pela via da reflexão crítica e da autodeterminação para prosseguir no processo educativo. Enfrentando os desafios encontrados no espaço escolar e na vida, almejou alcançar a emancipação profissional e ultrapassar as desigualdades de condições e de oportunidades a que sistematicamente as pessoas negras têm sido submetidas.

Outra questão importante concerne à criticidade do professor de História, que se imbrica na essencialidade da reflexão social engajada e se traduz na ousadia cotidiana de João. Ele age a favor da transformação social (FREIRE, 1986, 2011), compreendida nos ensinamentos e na disposição de um sujeito histórico que procura olhar para a sociedade de forma questionadora, considerando as relações sociais presumidas por projeções de desigualdades sociais e raciais, que tanto afetam a sociedade contemporânea brasileira.

O pressuposto ativador da educação da população negra conduz à reminiscência de vozes negras que, mesmo subalternizadas, corajosamente demonstraram suas forças emancipatórias e de educação para os direitos humanos. A exemplificar, cita-se a ousadia de Esperança Garcia, no ano de 1770, ao dialogar com os reprodutores da ordem hegemônica escravista, e ainda a presença de Luiz Gama, o filho de Luiza Mahim, que com proeminência se pôs a exigir a abolição da escravidão. (CARNEIRO, 2005).

4.2.4 João é também um poeta, e suas recordações tornam-se poemas

Saudades do meu pai

Quanta calma, quanta história, hoje eu guardo na memória dos tempos que eu convivi com um homem sem defeito, eu posso bater no peito, porque esse eu conheci.

Não tinha boca para nada, não dava muita risada, mas hoje eu posso entender, ele se dava de corpo e alma para os problemas resolver.

Para ele, nunca sobrava, mas eu me lembro que em casa, nas nossas horas mais sagradas, sempre tinha o que comer.

Para mim, ele era um gigante, com a força de um elefante, nunca iria enfraquecer. Mas o tempo foi passando, ele foi envelhecendo, e não fiquei para ver. Mas foi ele quem me liberou, comigo um dia sentou e me disse: “filho, vá crescer. Com o pouco que eu tenho, eu acho que dá para viver, não posso sair da roça, saindo eu vou morrer”.

Eu nunca esqueço essa frase, e então fui para a cidade e com muito esforço estudei. Cursei duas faculdades, virei até autoridade, mas nem tudo ele pôde ver.

A minha triste lembrança foi da primeira façanha do estudo que eu consegui, fui lá na roça levar o convite, e ele me disse: “Não fique triste, mas o pai não pode ir.

Desejo-lhe boa sorte, seja firme e muito forte, porque a minha missão eu cumpri”.

João recitou de memória um poema escrito por ele, como evidência da lembrança que guarda de reelaboração simbólica da dor pela perda e saudade do seu pai. Por meio da recordação pessoal nos versos do poema, o passado orienta a edificação de um conhecimento que é do presente, porém, a serviço de um futuro que possa relacionar a escuta dos sujeitos no espaço individual e social.

Outra lembrança muito triste que marca a fala de João é a do sofrimento com a perda de seu irmão, que faleceu ainda muito jovem. Apesar da imensa tristeza, evidenciou-se a ênfase na força e na harmonia nas relações familiares de João para dar continuidade à vida.

É notório que, alinhando-se no campo do antirracismo, os escritos desse homem negro revelam a sua grande capacidade intelectual e combativa. Em um cenário tão restritivo, os negros lutam para constituir-se como sujeitos e produzir informações e conhecimentos possibilitadores da existência de outros sujeitos negros, intelectualizados e com projeção pública, capazes de influenciar a nossa coletividade social e de fazer frente aos determinantes excludentes estabelecidos pela histórica desvantagem da população negra na sociedade brasileira. Igualmente, é possível refletir a respeito dessa trajetória como uma protagonização difusora de muito mais vozes negras insurgentes e propositivas de conscientização e resistência dos subalternizados contra a discriminação racial e a dominação social inscritas no sistema hegemônico vigente.

Considerando os motivos de ordem familiar e pessoal, é possível perceber que a escolha de uma futura profissão por João, de maneira semelhante à de outros homens negros, consistiu em ultrapassar as fronteiras das dificuldades vivenciadas para alcançar o sucesso educacional.

No poema que João dedicou ao seu pai, ele expressa sua criatividade poética, com criticidade aos contextos socioeconômicos de desigualdade, afirmando a fundamental importância da educação e das políticas setoriais para garantir o bem-estar social dos brasileiros.

Na narrativa a seguir, João traz as memórias marcantes do relacionamento e da interação familiar, fazendo referência ao forte vínculo de convivência e ao total apoio recebido de seu pai para que estudasse e se gradua-se na universidade. Evidencia-se a admiração por seu pai, que o inspirou a protagonizar um processo de atuação político-social, de forma a contribuir com a expansão da agenda das políticas públicas de promoção da igualdade racial:

Eu tive esta inspiração para escrever, lembrando-me de quando o meu pai se sentou comigo e meu irmão para conversarmos, assim que eu terminei o ginásio. Ele disse assim: “Vejam, nós moramos e trabalhamos aqui no nosso sítio, e eu preciso da ajuda de vocês nesse trabalho, mas vocês terminaram o ginásio e precisam continuar os estudos. Foi quando o meu irmão disse que não queria prosseguir estudando, preferia ficar trabalhando na roça com o pai, e, desse modo, papai respeitou e aceitou a decisão do seu outro filho. Infelizmente, nós vivenciamos uma situação demasiadamente dolorosa na nossa família, com a perda desse meu único irmão, que se suicidou. Eu também tenho duas irmãs, uma delas é enfermeira técnica, porém, não cursou a faculdade, e o fato de eu querer estudar era um motivo de alegria para o meu pai, e a minha trajetória de vida caminhou nesse sentido de adquirir conhecimentos, persistindo no processo de escolarização até chegar à universidade. Por isso que eu falo no poema, cursei duas faculdades, virei até autoridade, mas nem tudo ele pôde ver, porque, quando eu fui levar o convite de formatura para ele, do curso de História, ele estava na roça e me disse que não poderia ir. Eu passei por alguns percalços, talvez levado por inexperiências, por acreditar nas pessoas, mas o berço que eu tive foi de muita tranquilidade, confiança, muito respeito, muita ética acima de tudo, de carinho e conforto, considerando tudo o que os meus pais podiam me dar dentro das suas possibilidades.

Observam-se experiências de atuação no campo das políticas públicas que fizeram João seguir no compromisso de caminhar ao lado dos processos participativos e dos espaços de interlocução entre o poder público e a sociedade civil, em especial, nos movimentos sociais, para desestabilizar as desigualdades que se apresentam nos campos da raça/etnia, gênero, territorialidade, deficiência, orientação sexual ou quaisquer outros. Os relatos de João evidenciam que a sua militância no Movimento Negro se iniciou quando ele ingressou na universidade, engajado na luta pelos direitos humanos, com particular atenção às especificidades da população negra, na compreensão da importância da mobilização social em diferentes espaços de participação, tendo em vista pautar politicamente as reivindicações sociais.

Sua narrativa aponta que, na trajetória de seu ativismo e militância política, os desafios por ele enfrentados o tornaram mais forte. Se, por um lado, sobrevém o desfavorecimento dos negros com relação ao atendimento das demandas, intenções e processos efetivos de construção

das políticas públicas de igualdade racial, por outro, ressurgem a força e a esperança, impactadas na dinamização e ampliação da participação popular por meio de diversas organizações coletivas. Há, assim, a compreensão de que será perfeitamente possível superar este enquadramento histórico de exclusão, no sentido de novos rumos conectados ao protagonismo, à autonomia e ao empoderamento da população negra na sociedade brasileira.

O poema a seguir, também escrito por João,⁴⁴ denota a importância da população trabalhadora das áreas rurais, enaltece a sua essência e a necessidade de valorização e reconhecimento dessas pessoas na realidade na qual vivenciam suas experiências e movimentos de luta social contra a exploração no campo.

A vida na cidade

A cidade é coisa estranha, difícil de se acostumar, endoia e confunde a gente, é perigoso pitar. Foi uma colheita malfeita, e o efeito de uma maleita foi quem me trouxe para cá.

Aí, vendi minha roça, vendi burro, vendi carroça por poucos caraminguás, não demorou muito tempo para o meu dinheiro acabar.

Não pude arrumar serviço, pois não pude estudar, então, me aconteceu isso, fui morar num precipício, perto de muito lixo, foi isso que me restou, meus filhos em casa sozinhos, sempre na mão de vizinhos, para a esposa trabalhar.

Ela lá, limpando casa, e nós sem casa para morar. Então, eu fico pensando, por que foi que vim para cá, não podia ter saído da roça, que era o meu lugar, por isso, nas minhas lidas, sempre peço à minha mãe Aparecida, para um dia eu poder voltar.

Os trechos do poema de João permitem a reflexão sobre as desigualdades que assinalam a esfera trabalhista em nosso país, decorrentes de um sistema de produção e econômico socialmente excludente. Consiste em um modelo de economia que não está preocupado com o aumento do processo de exclusão e desconsidera a intensificação das desigualdades socioeconômicas entrelaçadas pela discriminação racial, de gênero, classe, por idade e territorialidade. Ou seja, perdura a cultura da manutenção de privilégios como um vestígio da herança colonial escravista do passado brasileiro.

Nos elementos poéticos do poema de João, expressa-se a compreensão de que o Brasil precisa promover políticas públicas sociais para o desenvolvimento sustentável e incluyente,

⁴⁴ João recitou o poema de memória.

com iniciativas e ações que priorizem a melhoria das condições de vida dos grupos minorizados, tendo em vista ampliar o processo de mobilidade social e socioambiental. Como poeta que é, com leveza, em seu poema de cunho social, João examina as tensões, as precariedades das condições de trabalho enfrentadas por esses grupos populacionais, enfatizando a importância do fortalecimento da agricultura familiar.

Pode-se observar que João trata com seriedade a demanda da população do campo, povos indígenas, ribeirinhos e comunidades quilombolas, considerando os modos de vida, produção social, valores culturais, afirmação de suas identidades, respeito aos conhecimentos e rituais ancestrais que essas culturas trazem consigo, na ancoragem de suas memórias e tradições culturais e reconhecimento das suas capacidades de produção e de geração de renda. O poema declamado por João exterioriza a vivência de inúmeros brasileiros subalternizados, em meio ao processo de luta social e resistência ao sistema de dominação social excludente. Ao mesmo tempo, evidencia que ele não se omite diante das injustiças e desigualdades sociais geradas pela ausência de reformas estruturais no âmbito agrário em nosso país.

Assim, na articulação da sua experiência de vida pessoal e profissional, transparecem suas inquietações, que se estendem coletivamente, mediante sua escrita e voz poética, em defesa dos direitos dos grupos socialmente minorizados, conforme se observa em suas narrativas:

Eu escrevi outro poema para a minha mãe, depois vou enviar para você, porque não estou lembrando dele todo agora. Eu sou apaixonado pela poesia também e tenho poemas que falam sobre a questão da Terra, Agricultura Familiar e Reforma Agrária, inspirados em conhecimentos adquiridos com o trabalho que eu tenho feito ao longo desses anos atuando nas políticas sociais. Eu conversei com um senhor negro, e este me contou que estava arrependido de ter saído da roça e vindo para cidade. Essa conversa serviu de inspiração para eu escrever um poema sobre agricultura familiar. Depois, caso queira, eu enviarei para você, mas posso recitá-lo neste momento.

João havia falado na entrevista, que me enviaria o poema que fez para a sua mãe, expressando o imenso amor maternal dela. O poema escrito por ele, demonstra o sentimento intenso do amor de mãe:

Mãe...

*Quando se fala em mãe,
É um nome abrangente,
Nos deixa muito felizes
Se ela estiver com a gente.*

*A presença de uma mãe
 Pode ter amplo sentido;
 A presença na lembrança
 É o que tenho vivido.
 Da cesta na cabeça,
 Do balde de água na mão,
 Das broncas para tomar banho
 E das fornadas de pão.
 Nunca mostrava cansaço,
 Sempre com disposição.
 Nas madrugadas de frio,
 O cuidado era dobrado.
 Levantava toda noite
 Para arrumar o acolchoado.
 Na hora de ir para a escola,
 Eu me lembro com saudade,
 Sempre arrumava um lanche,
 Quanta criatividade!
 Mas o tempo foi passando,
 A idade foi chegando,
 E ela teve que ir embora,
 Atendendo a um chamado.
 Deus a quis do seu lado.
 Quando lembro, ainda choro.*

A análise das narrativas da história de vida de João, leva-nos a perceber o seu posicionamento no mundo em uma ação política, isto é, o agir, engajar-se, proferir um discurso, movimentar-se para transformar a sociedade por meio da implementação de políticas públicas direcionadas ao atendimento das especificidades de populações rurais, como quilombolas e indígenas, entre outros segmentos sociais específicos. Isso em razão de compreender como imperativos os critérios de autonomia e dignidade na legitimação de direitos como povos culturalmente diferenciados que têm sido caracterizados e acompanhados pelo empobrecimento.

Observa-se, ainda, o potencial protagonismo dos negros na participação e pressão social para exigir políticas que garantam a biodiversidade e o trabalho sustentável no campo, de modo

a produzir e consumir com sustentabilidade, na organização de uma plataforma comum de ação em favor da preservação ambiental do nosso país e, por conseguinte, do nosso planeta.

4.2.5 O trajeto profissional em áreas diversas, a atuação como parlamentar e a promoção do protagonismo rural das comunidades negras/quilombolas

Como podemos ver nos relatos apresentados, a trajetória de vida de João é marcada pela vivência camponesa e pelo trabalho de seus familiares como lavradores. Com grande relevância, vê-se a figura de seu pai, um homem do campo que, em sua simplicidade, estava atento às necessidades de emancipação e transformação social.

A estrutura e a dinâmica do trabalho familiar agrícola, com a participação das crianças e adolescentes, transcendem o incentivo da família. Trata-se de uma atividade produtiva necessária para a subsistência e consumo próprio; trabalhar para ajudar os familiares é um traço que permanece presente nas memórias de João.

Embora estivesse em uma ambiência predominantemente rural, está presente a relevância da educação escolarizada na vida de João, que se esforçou para trilhar o caminho dos estudos, algo que nunca foi de fácil acesso aos jovens do campo e das camadas populares, principalmente no período em que nosso entrevistado vivenciou a sua infância, adolescência e juventude. Fica bastante evidente, na sua narrativa, que, mesmo compelido pela necessidade econômica, tendo de ingressar mais precocemente no mercado de trabalho e enfrentar as dificuldades de acesso por causa das distâncias entre os centros urbanos, que tradicionalmente concentram os estabelecimentos escolares, ele não desistiu de estudar e de batalhar por melhores condições de vida para si próprio e para a sua família.

Evidencia-se a prevalência da perspectiva de que a formação educacional oferece preparação para o futuro dos jovens, como demonstrado no fundamental apoio recebido de seu pai, que não mediu esforços e investimentos ao conversar com ele e seu irmão, dizendo: “você terminaram o ginásio e precisam continuar os estudos”. Nesse processo de construção de si, João aparece como um homem que, mesmo enfrentando muitas dificuldades, esteve sempre próximo de sua família, apoiando-a nas experiências concretas do cotidiano e com ela se fortalecendo.

Não obstante as dificuldades enfrentadas por ele e pela família, João adquiriu autonomia na sua jornada profissional. Ele sempre trabalhou. Primeiro, na lavoura, junto com a família; depois, exercendo vários outros trabalhos, por exemplo, na fabricação de prateleiras em uma empresa, como bancário em dois grandes bancos e em cargo de liderança, como presidente do

Sindicato dos Bancários. Além disso, lecionou como professor universitário e posteriormente atuou na política no estado de Mato Grosso do Sul, onde iniciou como vereador em Dourados (MS), passando a deputado federal e estadual, representando o estado, e ainda exerceu o cargo de delegado federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) nos anos de 2011 a 2014.

Ao analisar sua narrativa, é possível perceber como ele, desde muito jovem, já estava imbuído dos valores de defesa da igualdade, dos direitos humanos e do combate a práticas excludentes e racistas. Com sua postura, buscava não perder de vista os processos estruturais que produzem e reproduzem as estruturas de poder nas políticas do sistema normativo em nossa sociedade.

Em específico, evidencia-se nos relatos feitos por João, a compreensão que os movimentos sociais, além de suas reivindicações políticas, são, em sua diversidade, essencialmente sujeitos coletivos, tal como o Movimento Negro. Este, ao longo da história, tem demarcado com muita força e resistência os processos de elaboração de políticas, questionando a lógica racista e ressaltando a necessidade de garantia dos direitos de igualdade na coletividade humana. Portanto, é necessário intervir para subverter as normas colonialistas estabelecidas e fazer “frente a essas lógicas da modernidade/colonialidade”. (COSTA, TORRES, GROSFOGUEL, 2020, p.9).

Ao analisar as narrativas de João evidencia-se que ao longo de sua vida, ele vêm fazendo frente para extinguir as causas da histórica desvantagem das pessoas negras, em uma sociedade que se percebe legitimada para utilizar as diferenças raciais como determinantes das desigualdades sociais. Dessa perspectiva, o protagonismo antirracista dele, se mostra na centralidade da sua trajetória.

Sua história de vida, demonstra que a pauta dessa necessária questão não poderia de forma alguma estar ausente, pois não faria sentido todo o seu percurso pessoal e profissional. Desse modo, é possível perceber que ele continuamente tem lutado para desfazer a projeção da crescente desigualdade em nossa sociedade que é multirracial e, logo, caracterizada pela diversidade. João dialoga politicamente com os movimentos sociais, compreendendo a importância desse indispensável processo para a transformação social.

Na narrativa de João, aparecem vários elementos ligados ao desenvolvimento de sua carreira profissional e ao trabalho na agricultura familiar, como um traço marcante evidenciado na sua família. Com relação a sua atuação pública como político, relata que teve seu interesse despertado quando ainda trabalhava como bancário. Ele também menciona que trabalhou em outros diferentes espaços, antes de exercer mandatos políticos.

Nos seus relatos, ele demonstra que a política está vinculada diretamente às relações humanas e governança pública, como princípio fundamental para a implementação de ações sociais tomadas pelo Estado. Ao narrar sua história no trecho seguinte da entrevista, João afirma:

Eu sou apaixonado pela agricultura, cheguei a pensar em ser engenheiro agrônomo, mas, na época, para fazer o curso de Agronomia, era difícil, e uma situação marcou minha trajetória. Ao precisar retornar para casa, em Ivinhema, do interior de São Paulo, em Campinas, meus pais haviam se mudado do Paraná, e a minha mãe estava muito doente. Eu tinha que trabalhar na roça, mas, com o passar do tempo, não havia mais como fazer isso, e o meu pai se viu forçado a vender a propriedade. Após estas circunstâncias, eu trabalhei no Banco Financeiro em Ivinhema e, financeiramente, auxiliava a minha família. Porém, mesmo trabalhando e recebendo um salário até razoável, percebia que a situação não era tranquila. Nós morávamos numa pequena cidade interiorana, mas o meu trabalho não oferecia nenhuma segurança de empregabilidade, e eu poderia ser demitido a qualquer momento. Contudo, fiz vestibular, fui aprovado e cursei História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no antigo CEUD - Centro de Universitário de Dourados, e o percurso de ida e volta para a faculdade era bastante fatigante. Às 18 horas, eu pegava carona no carro do malote do banco, para conseguir assistir às aulas. Depois, dormia numa república e, às 5 horas da manhã, acordava e retornava para casa, distante 130 quilômetros. Ao chegar, me preparava para o trabalho no banco. Diante dessas dificuldades, tive que tomar a difícil decisão de solicitar minha demissão. Precisei residir em Dourados e comecei a trabalhar numa empresa de montar prateleiras. Após isso, trabalhei em outro banco, o Bamerindus, e, a partir de então, iniciou-se a minha participação nas reuniões do Sindicato dos Bancários, seguida da minha integração na diretoria. Houve a eleição sindical para a escolha de uma representação política. Eu concorri com outros cinco candidatos para ser o representante dos bancários na Câmara de Vereadores e fui o escolhido. Posteriormente, fui eleito como vereador. Antes disso, eu já estava como presidente do Sindicato dos Bancários de Dourados/MS, função que exerci por dois mandatos consecutivos. Esta experiência foi muito importante; realizei um trabalho escutando os bancários, vendo as necessidades por eles reivindicadas. Eu sou professor de História concursado, aprovado em dois concursos da rede estadual de ensino, nos quais obtive as classificações de 1º e 2º lugares, mas solicitei a desistência de um desses concursos para continuar trabalhando no banco. Como professor, eu poderia ter solicitado a redução de carga horária, e não haveria necessidade de deixar a função, porém, naquele momento, faltou-me esta informação. Em 1998, fui eleito como vereador em Dourados e, dois anos depois, como deputado federal, exercendo a função por dois mandatos consecutivos. Nesta atuação política, eu propus ações em prol da agricultura familiar em nosso estado. Na questão racial, participei da 1ª Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia, na África do Sul, em 2001, como membro da delegação brasileira e representante do núcleo de parlamentares negros do PT na Câmara Federal. Na Câmara dos Deputados, acompanhei a relevante ação de elaboração do Estatuto de Promoção da Igualdade Racial. No processo de aprovação desse Estatuto, houve muitas discussões e embates, e a temática da religiosidade de matriz africana foi uma delas. O deputado do DEM - Partido Democratas, do Estado da Bahia, Reginaldo Germano, estava como relator e, embora negro, se posicionava contrariamente ao Estatuto. Tive que questioná-lo muito fortemente, diante da sua total falta de compromisso com a causa negra. Coordenei ainda o Núcleo de Parlamentares Negros - Nupan, na Câmara, por dois anos. Participei do primeiro encontro de parlamentares negros da América e do Caribe, aqui no Brasil e na Colômbia, e apresentei propostas políticas de igualdade e inclusão social. Um fato muito significativo foi o sancionamento da Lei 10.639 em 2003, no governo do presidente Lula, instituindo a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura da África na escola. Esta lei nasceu de um projeto retomado pela deputada Ester Pillar Grossi, do Rio Grande do Sul, apresentado pelo deputado federal, à época, do PT, o Eurídio Ben-Hur Ferreira, que

recuperou esse projeto e articulou esforços para a sua aprovação. No sentido de apoiar e fortalecer a questão racial no ambiente escolar, posteriormente, eu apresentei Emenda Parlamentar para capacitar os professores em Educação Étnico-Racial e Cultura Afro-brasileira e Africana em nosso estado. A Câmara aprovou, e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul realizou as capacitações.

Na análise das narrativas de João, fica evidente que ele tem se dedicado as discussões das relações étnico-raciais, focalizando o encaminhamento das demandas da população negra contra a discriminação racial, tendo em vista a efetivação de políticas públicas de promoção social desse segmento populacional. A partir dessa compreensão, é evidenciada a aquisição de sua singular experiência no campo político, destacando-se a participação dele no Núcleo de Parlamentares Negros, coordenado por ele durante dois anos na Câmara Federal; a Emenda Parlamentar para capacitar professores em educação étnico-racial e cultura afro-brasileira e africana no estado de Mato Grosso do Sul; programas direcionados ao atendimento da agricultura familiar, entre muitos outros.

No cenário internacional, ele também cumpriu papel importante ao participar como parlamentar da 1ª Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia, na África do Sul, em 2001, espaço onde se reuniram representantes de diversos governos, entre outras muitas representações mobilizadas no período, resultando na aprovação das resoluções políticas dos anos 2000 em diante. Contudo, João alerta que a referida agenda política implementada, foi interrompida, houve retrocessos, pois, não foram desenvolvidas políticas públicas visando o enfrentamento das desigualdades, particularmente na gestão governamental de janeiro de 2019 a dezembro de 2022).

4.2.6 A invisibilidade do racismo estrutural, o protagonismo antirracista do Movimento Negro e a importância das referências raciais positivas

O que está pautado nos relatos feitos por João, traz reflexões sobre as experiências por ele vivenciadas que embora tenham sido difíceis, foram bem-sucedidas, por meio de sua atuação política nos diversos setores públicos, colocando em prática, políticas públicas de fortalecimento da identidade da população negra, redução das desigualdades e de consolidação da democracia.

Pertencente à camada popular, como já mencionado, João demonstra atenção à população do campo, em especial, da agricultura familiar, tendo em vista a particular situação dos

povos e comunidades tradicionais e das pequenas propriedades rurais, cultivada por grupos de famílias.

João, ao descrever o processo de plantio dos pequenos produtores rurais, uma forma de trabalho muito presente no país, aponta os desafios da intervenção política por meio da institucionalização de políticas públicas favoráveis à preservação das sementes selecionadas:

A minha atuação [política] se fez no sentido de garantir que as chamadas sementes crioulas fossem selecionadas e as melhores sementes, preservadas para um novo plantio. Na roça, fazíamos isso no cultivo da semente do milho; retirávamos a ponta da frente e de trás das espigas e reservávamos apenas as sementes da parte do meio, as mais bonitas, que seriam plantadas no ano seguinte.

Com um olhar voltado para a resolução dos problemas agrários, João, como parlamentar, atuou politicamente na análise da situação dos municípios e do estado sul-mato-grossense, em suas distintas dimensões – social, econômica, ambiental e territorial. As finalidades eram a inserção na área do trabalho, a transferência de renda e outros mecanismos de inclusão com potenciais condições de promover a igualdade social dos segmentos populacionais em situações de desigualdade socioeconômica e territorial. Desafiado a compreender e a enfrentar os obstáculos, João aponta a necessidade de efetiva discussão sobre as políticas ambientais a serem cuidadosamente abraçadas, com relação as questões agrícolas e políticas de equidade.

Evidencia-se em seus relatos a importância do avanço político alcançado durante o período de 2003 a 2015, por intermédio da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003. Ele menciona as ações implementadas para potencializar conexões com outras Secretarias e demais instituições, no acompanhamento de experiências de ações afirmativas e na aplicação da lei do sistema educacional brasileiro n.º 10.639/03, assim como de outras legislações antirracistas.

Em suas narrativas, João faz questão de mencionar que sempre preferiu não ficar embaixo dos holofotes, na compreensão de que a atuação política e profissional é que deve estar em evidência, e não a pessoa em si. Contudo, ele não deixa de assumir centralidade nas discussões sobre a desigualdade que afeta a população negra na sociedade brasileira, conforme relatado na entrevista:

Eu sou filiado há 34 anos ao Partido dos Trabalhadores, nunca tive outra filiação partidária. Me elegi vereador, deputado federal por duas vezes, fiquei como primeiro suplente de deputado federal e fui também eleito deputado estadual por uma legislatura sempre neste partido. Exerci a função de delegado federal no Ministério do Desenvolvimento Agrário do Mato Grosso do Sul no período da minha suplência. Como parlamentar, acompanhei as dificuldades que passavam e ainda passam os pequenos pro-

dutores da agricultura familiar, dos assentamentos agrários e, sobretudo, dos quilombolas. Viabilizei a diferenciação de recursos do orçamento destinado ao atendimento de comunidades quilombolas, em articulação com a Fundação Cultural Palmares, tendo em vista o reconhecimento e a regularização das terras de quilombos. Isso é fundamentalmente importante, e não se pode confundir essas terras com a Reforma Agrária. A Bancada Ruralista pretendia que o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, passasse a cuidar desse assunto. Eu me empenhei em exercer um mandato político longe dos holofotes com relação às minhas ações realizadas, talvez, posso até ter errado nisso, porque muitas pessoas aqui do nosso estado nem sabem dessa minha participação. Há uma periferia, constituída em sua maioria pela população negra, que necessita ser atendida, e procurei oportunizar melhores condições de trabalho e de inclusão para esse segmento. Com o apoio do partido e dos movimentos sociais, contribuí na articulação e aprovação da Lei 10.696/2003. Viabilizamos o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar para permitir a venda de produtos alimentícios desse cultivo. O governo da inclusão avançou com a exigência de que no mínimo 30% da merenda escolar fossem comprados pelo poder público, com o uso de verba da educação destinada para essa finalidade. Os produtos dessa agricultura proporcionam, especialmente para as comunidades quilombolas, a possibilidade de vender suas produções agrícolas. Através desse processo institucionalizado, uma dessas comunidades, no município de Maracaju, foi premiada ao participar deste programa, com a qualidade de seus produtos cultivados. Compreendo que esta ação política propiciou a inclusão social, principalmente nos lugares com maior carência, como, por exemplo, no nordeste brasileiro. Uma lei para garantir a comercialização da produção agrícola familiar – sem isso, provavelmente esses agricultores enfrentariam dificuldades para vender seus produtos. Este projeto atualmente está sendo politicamente menosprezado e esquecido. O NUPAN se reuniu e trouxe experiências exitosas de alguns quilombos e comunidades negras que cultivavam o feijão fava e guardavam as suas sementes, entre outros cultivos que também foram apresentados. Eu participei da alteração da lei dos Fundos Constitucionais. Há os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste; antes de 2003, estes só atendiam a grande produção rural. Como deputado, entrei com uma intervenção, e o governo compreendeu a necessidade dessa alteração para democratizar esses recursos, ficando 51% destinados para os pequenos e médios produtores rurais, juntamente com a garantia de investimentos urbanos, que antes não havia. Essas ações políticas me dão a tranquilidade de dizer que minha atenção se direcionava ao trabalhador rural e, em especial, às comunidades negras. Acompanhei a Comissão de Agricultura em suas várias reuniões. No México, por duas vezes, participei da Reunião da Organização Mundial do Comércio, OMC, na delegação do Brasil em Cancun, para discutir a importância da agricultura familiar e as reivindicações dos movimentos sociais em defesa da terra, do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em Costa Rica, país da América Central, pude observar, naquele contexto, os modos de produção agrícola familiar. No Núcleo Agrário, na Câmara Federal, defendi as causas sociais na interlocução com a Seppir - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para a realização de diversas ações em prol da igualdade racial. A ministra Matilde Ribeiro muito contribuiu, dialogando com o Núcleo de Parlamentares Negros. É lamentável que os governos eleitos posteriormente tenham desvalorizado as questões conquistadas. Fiz parte do primeiro encontro de parlamentares negros da América e do Caribe, realizado no Brasil e na Colômbia, onde me inteirei dos debates. Em Durban, África do Sul, na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, uma questão central discutida foi a reparação da população negra brasileira, mas os Estados Unidos, entre outros países, não aceitaram esta proposta. Houve uma longa discussão, porém, a necessidade de reconhecimento e de reparação aos negros foi desconsiderada, acatando-se somente as políticas de Ações Afirmativas. A Seppir, com seu status de Ministério, desenvolveu políticas públicas, por demais importantes, e a inserção de cotas para estudantes negros foi uma delas. Em função dessa Secretaria, houve avanços significativos e promissores.

Na entrevista com João, é possível observar que, mediante sua representação na Câmara dos Deputados, ele contribuiu com a implementação e o acompanhamento de diversas ações empreendidas em benefício da população negra, em especial, nas áreas rurais. Sua trajetória é delineada com referenciais importantes conectados à demanda populacional negra em seus projetos políticos, quando exerceu os mandatos de vereador e deputado federal e estadual. Em sua narrativa, está presente o compromisso com a ampliação do diálogo no campo das políticas públicas voltadas à inclusão dos sujeitos negros, considerando suas identidades, representações sociais e experiências de desigualdade e discriminação racial, decorrentes da colonialidade do poder. (QUIJANO, 2005).

É de se notar, ainda, que esses desafios sociopolíticos inseridos na nossa sociedade carecem de interpretação da realidade, na dimensão social, política e cultural. Na análise atenta das narrativas de João, mostram-se os avanços das questões tematizadas, sobretudo, anteriormente, no mandato do governo Lula, com a elaboração de políticas para redução das desigualdades e combate ao racismo. Entretanto, João adverte sobre o atual cenário de retrocesso em relação às problemáticas sociais do Brasil e destaca que as questões de transformação social exigem debate aprofundado, tendo em conta as distintas especificidades da população brasileira desassistida.

A referência a essas perspectivas é constantemente atualizada pelos movimentos sociais organizados, em específico, o Movimento Negro, dadas as prementes necessidades geradas pelas condições sociais de empobrecimento da população referida. Tem sido fomentado, em âmbito nacional, o debate contra a exclusão social e racista ao longo de anos, demandando-se aos governantes a implementação de políticas públicas que visem à redução das desigualdades. De acordo com Gomes (2017, p. 50), o Movimento Negro deslocou-se “da fase da denúncia para o momento de cobrança, intervenção no estado e a construção de políticas públicas de igualdade racial”.

João, ao trazer suas memórias referentes às diversas formas do racismo, relatou alguns fatos ocorridos em seu cotidiano social. Em suas narrativas, vê-se a importância de sua autoestima negra fortalecida para combater a discriminação racial. Ao falar sobre manifestação racista, João mostrou uma forte disposição para questionar e combater o racismo, seja do ponto de vista social e político, seja a partir do contexto histórico, considerando como o passado colonizador produziu as estruturas racistas que continuam presentes nos dias de hoje, delineando comportamentos preconceituosos na nossa sociedade pós-colonial.

O contexto sócio-histórico do imaginário, fictício, entrou no jogo quando se tratou de alicerçar as estruturas sociais da discriminação e preconceito racial como forma de forjar o

apagamento da identidade da população negra brasileira e conduzi-la à exclusão. Nesse sentido, contribui aqui a compreensão de Almeida (2018) ao afirmar: “[...] o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais – Estado, escola etc.” (ALMEIDA, 2018, p. 32).

A seguir, João relata alguns episódios racistas que ocorreram em sua trajetória profissional, ressaltando a necessidade de não despolitizar essas ocorrências no cotidiano das pessoas negras. Isso significa jamais optar por relativizá-las, retirando-lhes o carácter político ofensivo, discriminatório e preconceituoso, para não se incorrer no risco de se considerar a atitude racista como um simples fato descritivo, e não intencional.

Apresento sua narrativa sobre as representações do racismo assentado na herança do passado colonial escravista brasileiro e ainda presente nos dias de hoje:

Vendo e sentindo o racismo na pele, eu não poderia deixar de tratar muito seriamente dessas questões como um parlamentar negro. Houve ocasiões, em determinados locais, em que eram chamados todos os senhores deputados e, ao me aproximar, a funcionária ou funcionário sempre indagava: “O Sr. é o quê?”, questionando se eu era um deputado, e, para todos os outros não negros, a pergunta nunca era feita. Eu passei por isso e consegui expor para a sociedade que o racismo é muito grave e frequentemente patrocinado por aqueles que não querem que o negro seja participativo e tenha vez e voz. É através da luta social que nós conseguimos nos impor. O tratamento racista anteriormente mencionado não me ocorreu no parlamento, mas na vivência como parlamentar. No parlamento, a tratativa é formalizada sempre como deputado. Vou citar um exemplo. Eu fui a uma audiência num determinado Ministério e, ao chegar à sala, acompanhado da prefeita, encontrei o assessor dela. A secretária veio nos receber e disse: o Ministro já está esperando, vocês podem entrar. Ela olhou para o outro rapaz, que era o assessor da prefeita, e pediu que ele entrasse, dizendo: “Pode entrar, deputado”, e não se referiu a mim. Ela se dirigiu à prefeita e para aquele rapaz, que detinham as características que a sociedade diz que é o belo, o branco e, portanto, devem ocupar determinados cargos. A prefeita ficou constrangida quando essa moça perguntou para mim se eu ia aguardar a audiência ali mesmo, dizendo para eu ficar à vontade. Nesse momento, a prefeita explicou para ela que o deputado era eu. Esta secretária, de forma descarada, argumentou não ter como saber que eu era deputado, porque eu não estava usando o distintivo, um broche que em geral é usado. Então, eu falei para esta secretária: “O broche que você enxergou em quem você chamou de deputado é a cor da pele, porque ele também não está usando o broche. Eu tenho que dizer a você que o negro pode ser um deputado, e eu sou um deputado; pode ser um professor, e eu sou um professor; pode ser um advogado, e eu também sou advogado; e o negro pode ser mal-educado, mas isso eu não sou. Eu entendo que você está passando por uma situação muito constrangedora, ao assimilar pensamentos racistas colocados na sociedade, de que o negro é inferior e não pode participar igualmente”. Dito isso, entramos na sala da audiência. Então, são situações como essas que geram muitos constrangimentos e desrespeitos para as pessoas negras. Outro momento me chamou atenção ao observar como o racismo encontra-se inserido nas pessoas. Em certa ocasião, eu estava me dirigindo ao plenário, quando entrei num elevador reservado aos parlamentares. O ascensorista olhou para mim e falou que o elevador era somente para uso dos parlamentares, e eu disse: “Pois então, eu tenho que ir ao andar tal”. E o funcionário insistia, dizendo que aquele elevador era apenas para o uso dos parlamentares, ignorando a minha informação e solicitação, embora eu continuasse insistindo para ir ao andar mencionado. Até que eu disse a ele: “O Sr. me perguntou se eu sou um parlamentar?” Ele argumentava, dizendo que não via a identificação parlamentar em mim. E eu disse: “Pois é, eu sou negro e sou parlamentar”. Nesse momento, ele

tentou se desculpar, mas esse pedido de desculpa não resolve, uma vez que atitudes assim ferem a alma e a identidade daqueles que passam por esses constrangimentos. O racismo está institucionalizado e se apresenta em diversos momentos na vida das pessoas negras. Com base nas minhas andanças, eu diria que ser um homem negro é difícil e que só através da luta antirracista é que iremos vencer as dificuldades.

As questões que aparecem no relato de João, levam-nos a refletir sobre o processo de subjetivação do racismo alastrado em todas as suas particularidades, como uma prática sistêmica e estrutural de exclusão social, em que se constatam atitudes de hostilidade e desrespeito de pessoas brancas com as pessoas negras e, por vezes, torna-se comum negar a existência desses comportamentos e atribuí-los aos negros. Que na maior parte dos casos, são vistos como os hostilizadores e não como os hostilizados. Com isso, a tendência a ignorar, a silenciar e a não ter atitudes antirracistas, faz-se recorrente no imaginário social ainda que, muitas pessoas não admitam. Para além de entender que essa postura em nada contribui com os princípios de uma sociedade democrática e igualitária, é fundamental reconhecer a problemática racista que maleficia a população negra e, de modo geral, todo o conjunto social.

É significativo ressaltar o protagonismo demonstrado por João em defesa da promoção da igualdade e repúdio aos estigmas e malefícios racistas manifestados ao longo de sua vida pessoal e profissional. Como vimos anteriormente, sua narrativa evidencia uma trajetória de ativismo e militância no Movimento Negro, iniciada com o ingresso na universidade em São Paulo – Campinas, onde potencializou conhecimentos de transformação social no exercício de sua cidadania. A militância de João, reflete-se não apenas no estar presente, mas também no interagir com outros sujeitos na crítica à insuficiência de igualdade formal de direitos, ao observar as condições desfavoráveis da população negra, acentuada pelo racismo sistematizado e estruturado na sociedade brasileira.

No decorrer das narrativas de João, ele reitera a ideia de evitar a vinculação dos holofotes midiáticos em sua atuação política e social. Na função parlamentar, sempre procurou não ficar sob os holofotes, como uma regra de sua conduta pessoal, na compreensão de que esta via tende a mostrar a pessoa em si, e não a necessidade e importância das ações e projetos realizados. No exercício de suas funções como político, João apresentou e defendeu propostas e emendas referentes a questões raciais na tribuna, em seus discursos políticos e debates parlamentares, propondo medidas para dirimir as desigualdades e a exclusão dos negros na sociedade brasileira.

A análise de sua narrativa, afirma que ele tem acionado a discussão das relações étnico-raciais no seu contexto de vida política. Seu protagonismo social apresenta-se por meio da ide-

alização de iniciativas e realização de projetos que visam desfazer o racismo e superar as desigualdades raciais. Esse seu compromisso foi evidenciado em 2019, quando a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, concedeu ao João o diploma de Honra ao Mérito Legislativo, em reconhecimento ao seu trabalho com a finalidade de garantir uma sociedade justa.

No próximo trecho da entrevista, João demonstra parte do seu ativismo antirracista ao defender a inserção da capoeira nas escolas, quando exerceu seu mandato como deputado estadual. Ele retomou a capoeira para o espaço escolar, tendo em vista a necessidade da sua valorização no contexto histórico, social e cultural, compreendendo essa prática como forma única de sociabilidade, respeito aos mais velhos, saber ouvir e esperar a vez de falar, em conexão com os saberes ancestrais e a musicalidade, congraçada na formação das cantigas de roda e na interação e respeito entre os jogadores. Entretanto, com o racismo, tudo isso foi cerceado no cotidiano da sociedade brasileira por longo tempo, e a aversão à prática e à cultura da capoeira foi asseverada com a sua criminalização e determinação de prisão dos seus praticantes. Visto que os resquícios do passado ainda se refletem no presente, faz-se necessário questionar as concepções preconceituosas reproduzidas em torno da cultura da capoeira e do direito à sua prática que ainda delineiam o pensamento hegemônico da sociedade.

Contudo, a propriedade de reelaboração da ancestralidade africana afirmou-se na capoeira como símbolo da cultura afro-brasileira e de resistência perante a histórica perseguição a essa vivência cultural do povo negro. A capoeira foi um dos componentes significativos que a população negra escravizada erigiu como uma forma de fortalecimento coletivo e até mesmo de defesa pessoal, que não era esperada e pouco conhecida por seus opressores.

No transcorrer da narrativa de João, aparece também a significativa importância do Movimento Negro regional para a sociedade sul-mato-grossense, quando João menciona o Grupo TEZ e faz referências ao Dr. Aleixo e à Dra. Raimunda, pessoas muito representativas do protagonismo negro:

O Movimento Negro me possibilitou participar das discussões e ampliou os meus conhecimentos. Eu nunca quis estar na direção, mas sempre participei e estive próximo. As primeiras reuniões de que eu participei foram quando eu estava fazendo o cursinho em Campinas, e lá havia as reuniões do Movimento Negro Unificado, era um movimento muito forte. Eu deveria ter 19 ou 20 anos de idade e gostava de participar dessas reuniões. No entanto, percebi que havia também uma melindrada situação a se passar no nosso Movimento Negro, presenciada por disputas, no sentido de desempenho das ações, algo que é muito ruim e nos impede de crescer. Isso acabou gerando em mim certa insatisfação, porém, continuei a participar. Aqui no Mato Grosso do Sul, até em função da minha vida política para lá e para cá, eu participei mais, por meio das minhas interlocuções em viagens a Brasília, do que efetivamente nas reuniões locais;

contudo, eu sempre estive presente. Quando eu exerci o mandato de deputado estadual, apresentei uma lei que nem sei como consegui que fosse aprovada, porém, esta não foi implementada; esta lei consistia na inserção da capoeira⁴⁵ nas escolas. A capoeira é uma tradição cultural, e, nesse sentido, promovi discussões e reflexões na realização de seminários e outros eventos. Em uma audiência pública, de modo a valorizar essa importante questão, o mestre Bimba de capoeira foi homenageado. Um importante e antigo Movimento Negro daqui da cidade é o Grupo TEZ, e um dos seus protagonistas é o Dr. Aleixo. Aqui no estado, eu participei de muitos debates e propus várias ações, com muito cuidado para as pessoas não confundirem e acharem que eu estava fazendo disso um trampolim político. Tenho tranquilidade em dizer que acompanhei a história do Movimento Negro aqui no Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, há outras pessoas com o histórico de participação importante. Já mencionei o Doutor Aleixo, menciono ainda a professora Raimunda, o Ben-Hur e outros que tiveram uma trajetória nesse sentido. Dentro do meu partido político, há também muitas pessoas que participam destas questões. Eu sempre fiz parte do Movimento Negro, apresentei as emendas das questões raciais na tribuna, porém, tomando os cuidados necessários para evitar os holofotes e não implicar a causa social negra, politicamente, em autopromoção. Em Dourados, na Picadinha, há um espaço para realização das reuniões do Setorial Negro do partido, construído através de uma emenda que eu encaminhei. Em Maracaju, também há um espaço semelhante, construído através de minha atuação política. Em Pedro Gomes, na comunidade negra, também há um lugar para que os moradores possam se reunir. Uma das minhas primeiras ações foi viabilizar para que a comunidade negra de Terenos conseguisse um trator e um caminhão e pudesse trabalhar. Além disso, propicie a viabilização de recursos dispensados para a realização de cursos e capacitações nesta localidade. Eu continuamente trabalhei para atender as comunidades negras e quilombolas, porém, tinha o cuidado para que isso não fosse interpretado como trampolim na minha trajetória política. No momento, me lembrei de uma conversa que eu tive com o admirável ator negro Milton Gonçalves⁴⁶, na ocasião em que eu estava em viagem para a África do Sul. Ele me falava da escassa participação de atores negros nas novelas brasileiras e dos imutáveis papéis de sub-representação dos atores negros nas atuações caracterizadas tão somente pela servidão e subalternização. Até hoje, ainda se pode ver nas novelas que isso efetivamente não mudou, e quem atua nos papéis de doutor, pessoas de destaque social, não são atores negros. Esses atores representam unicamente os papéis de motoristas, empregadas domésticas, e o papel de malandro, na maioria das vezes, são os negros que fazem. Isso é uma demonstração de um racismo encrustado, enraizado e muito forte ainda.

Lado a lado com o protagonismo do Movimento Negro brasileiro no processo de combate ao racismo, há de se reconhecer a atuação coparticipativa de muitos parceiros políticos, intelectuais negros e não negros, na enunciação de uma luta política contra o racismo, a discriminação e o preconceito racial (GOMES, 2010).

Ao narrar sua história de vida, em especial quando se refere à sua carreira política, João demonstra que buscou cumprir um papel importante na erradicação do racismo, relacionando a

⁴⁵ “A capoeira é um fenômeno sociocultural complexo. Atualmente, é reconhecida mundialmente como patrimônio cultural da humanidade, mas já houve tempos em que era uma prática criminalizada e, por definição do Código Penal, seus praticantes eram perseguidos e presos. A trajetória da capoeira é marcada por polêmicas, controvérsias e dissensões que exigem compreender sua construção cultural na dinâmica das relações sociais e políticas”. (BRASIL, 2014, p.85).

⁴⁶ O ator Milton Gonçalves faleceu aos 88 anos, no Rio de Janeiro, no dia 30 de maio de 2022. Participou de mais de 40 novelas da TV Globo, sendo conhecido por seus papéis em *O bem-amado* (1973), *Pecado capital* (1975), *Irmãos coragem* (1970), *A grande família* (1972), *Escrava Isaura* (1976), *Carga pesada* (1979) e, mais recentemente, *O tempo não para* (2018). Por sua atuação na novela *Sinhá Moça* (2006), foi indicado ao prêmio de Melhor Ator no Emmy Internacional. Fonte: <https://exame.com/pop/ator-milton-goncalves-morre-aos-88-anos/>

sua escuta do individual com o social na coletivização dos sujeitos e interrogando as evidências racistas e de exclusão das diferenças, a fim de desestabilizar o que ainda se encontra cristalizado na sociedade, de forma a exigir políticas públicas para resolução dos problemas suscitados. Arroyo (2010, p.115) argumenta que “é um dever do Estado, através de políticas de Estado, garantir o direito a cultura, identidade, diversidade dos coletivos étnico-raciais. É dever do Estado eliminar toda forma de racismos instituídos”.

Sobre essa extenuante situação à qual estão submetidos os negros, Cashmore (2000, p. 190) traz a seguinte afirmação: “o racismo estigmatizou as sucessivas gerações dos que haviam sido escravizados anteriormente”, relacionando a racialização e as características negativas a determinados grupos de pessoas. Percebe-se a problemática das relações raciais no Brasil como uma questão precípua que deve ser discutida especificamente no cenário político, dada a realidade social preconceituosa, discriminatória e geradora de uma sistemática exclusão ao lado de sucessivas desigualdades sociais.

Uma contribuição importante é oferecida por Almeida (2018, p. 40) quando alerta que “a mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias vazias ou repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas.” Assim, pode-se compreender o enfrentamento dessas questões que persistem no mundo contemporâneo e, em específico, no nosso país como um imenso desafio da modernidade que requer perseverança pessoal de cada um de nós, exigindo disposição redobrada na prática da argumentação, além de políticas pensadas para efetivar o direito à diversidade e à diferença. É significativo relembrar aqui as palavras de Geraldi (2007, p. 50): “diferença não é sinônimo de desigualdade. Com diferenças muitas vezes escondemos desigualdades. Diferenças só são percebidas nas familiaridades compartilhadas; desigualdades são recusas de partilha”.

No decorrer da presente pesquisa, João concedeu duas riquíssimas entrevistas gravadas sobre a sua história de vida, sendo que, na segunda, ele contextualizou suas narrativas anteriores, mencionando que há crianças que não têm suas necessidades prementes atendidas, pois, em muitos momentos, ficam sem alimentação à mesa e não recebem a visita do “Papai Noel,” referindo-se no sentido figurado ao conhecido personagem, para ressaltar a necessidade de enfrentamento das desigualdades no contexto social contemporâneo, em que milhares de crianças são expostas à condição de excessiva pobreza. Ele reafirma que a única e urgente solução possível é a superação de tão grave problema para que nossa sociedade seja de fato democrática, com igualdade social para todas as pessoas.

Ao final da entrevista, João ressaltou que a população negra precisa continuar acreditando na sua potencialidade e demonstrar o seu protagonismo, seguindo no caminho da luta

social por uma sociedade igualitária. Em sua fala, reforçou a relevância das funções sociais da escola, a importância do caráter plural e inclusivo no processo educativo e o seu potencial transformador. Reiterou suas reflexões sobre os desafios a serem enfrentados para se extinguir o racismo estrutural contra os negros, que se veem em minoria nos espaços de poder, e a necessidade de potencializar cada vez mais os jovens, notadamente os negros, para o exercício da cidadania, configurada na convivência igualitária, em que a presença de pessoas negras em funções de destaque, tanto no serviço público quanto no privado, seja uma realidade em todas as carreiras profissionais e espaços sociais.

Figura 8 Reportagens - atuação do deputado João em políticas públicas



Fonte: Arquivo pessoal de João

Figura 9 Fotografia de João



Fonte: Arquivo pessoal de João

4.3 A EXITOSA HISTÓRIA DE VIDA DE ALEIXO PARAGUASSÚ NETTO

Figura 10 Fotografia do Dr. Aleixo



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo

A história de vida do Dr. Aleixo tem início no dia 5 de março de 1937 em Minas Gerais, na capital Belo Horizonte, quando nasceu o menino Aleixo, o terceiro filho da Sra. Nair Torres Paraguassú e do Sr. José Pedro de Alcântara. Este menino viria a tornar-se um desses homens especiais que se fazem essenciais às sociedades.

A chegada do Dr. Aleixo a Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ocorreu quando já adulto, na década de 1970. Assim, há mais de cinco décadas, ele escolheu essa cidade para morar, acompanhado por sua esposa, Sra. Maria da Conceição Ribeiro Paraguassú, e seus filhos, após aprovação em primeiro lugar em concurso público realizado em Cuiabá (MT), no ano de 1973. A partir de então, ele iniciou sua atuação na carreira da Magistratura, conforme

veremos ao longo de suas narrativas, concedidas com a finalidade de contribuir com este trabalho de pesquisa.

O tempo passou, nasceram seus queridos netos e bisnetos em Campo Grande, e tudo isso o tornou também um campo-grandense de coração. É preciso mencionar que a sua chegada ocorreu antes de 1977, ano em que o estado foi dividido em dois: Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS).

A presença do Dr. Aleixo em Campo Grande singularmente protagoniza a diversidade étnico-racial nesse espaço social, transpondo idiosincrasias sociais históricas ao tornar-se o primeiro homem negro a exercer a carreira jurisdicional como juiz de direito, integrando uma estrutura de elevada competência e relevância para a sociedade, com dinamismo, retidão e equanimidade. Dessa forma, sobretudo no domínio da significação simbólica, o protagonismo do Dr. Aleixo é importante e representativo para as pessoas negras. Ao mesmo tempo, leva à necessária reflexão sobre a arbitrariedade do Brasil em manter-se, ainda na atualidade, como um dos países mais desiguais do mundo, onde os negros são minoria nos cargos de liderança.

De origem familiar da camada popular, o Dr. Aleixo ultrapassou os limites impostos por uma condição de desamparo, ao não ter os necessários cuidados familiares; ainda assim, tornou positiva a sua trajetória pessoal. Por intermédio da metodologia da história oral, as narrativas de sua inspiradora história de vida foram analisadas, considerando as suas memórias e lembranças trazidas à tona em entrevistas orais gravadas.

Na análise das narrativas discursivas da história de vida de Aleixo, é possível compreender que suas atitudes se fizeram em oposição à estigmatização racial e aos muitos desafios surgidos. Assim, com determinação, esforço e dedicação, ele seguiu seu processo de escolarização para apropriar-se dos saberes educacionais e opor-se ao conjunto de fatores que levam ao fracasso escolar, ainda tão presente na vida de muitos estudantes de famílias mais empobrecidas.

Fica evidenciado na compreensão do nosso entrevistado, a ação da educação escolar como elemento precípuo possibilitador de mudanças significativas nas sociedades. Esta análise tem em consideração a sua relação com a escolaridade, associada à superação dos obstáculos que se apresentam no conjunto das desigualdades sociais e raciais. Aleixo alterou a inconcebível lógica da exclusão para poder contribuir de forma muito positiva com o processo da vida social, tanto em sua vivência individual, quanto na ambiência da coletividade.

Nos seus relatos evidencia-se seu protagonismo no combate ao racismo e na atitude proativa pelos direitos humanos, tendo em vista a transformação da nossa realidade social. Isso na representação de uma das mais expressivas lideranças do Movimento Negro no estado, que

prosegue inspirando novos líderes e contribuindo para neutralizar a discriminação racial que tem impactado o cotidiano das pessoas negras em todas as dimensões de suas vidas.

É evidente que o cenário avistado das práticas e consequências do preconceito e discriminação racial, precisa de indispensável reflexão sobre a lógica das relações de dominação imposta pelo racismo estrutural, pois, conforme afirma Almeida (2018, p. 36), “o racismo transcende o âmbito da ação individual” dentro da sociedade, para recriar-se de distintas maneiras e, embora seja proibido por uma legislação específica, revela-se tanto no âmbito do individual quanto nos grupos das pessoas nas instituições.

O racismo institucional sutilmente trava a dinâmica de transformação social, na condição demarcada por relações de poder inerentes à ordem institucionalizada e colocada de modo tácito em funcionamento nas instituições. Almeida (2018, p. 38, 39) comenta como o racismo estrutural se manifesta na ordem social vigente:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

A seguir, apresento a história de vida de Aleixo, iniciada ao final da década de 1930. Ele teve sua infância atravessada por uma história muito triste e difícil; passou a viver longe de sua família e ficou sem os cuidados e o carinho de seus pais já em seus primeiros anos de vida.

4.3.1 As recordações das brincadeiras na infância, as tristes lembranças do abandono do pai e da falta de afeto familiar

A narrativa do Dr. Aleixo ao recordar-se das suas brincadeiras de infância evidencia que ele foi um menino solitário, ao viver longe dos seus pais e experienciar o desamparo e o abandono emocional. Em face dessa circunstância, sentimentos dolorosos surgiram principalmente, naquele momento de sua vida. Contudo, a ressignificação da situação vivenciada por Aleixo é demonstrada por sua motivação em buscar cotidianamente a positividade da vida. Os trechos

da entrevista citados a seguir, leva-nos a considerar o enfrentamento da problemática do abandono infantil e traz reflexões sobre tantas outras crianças que igualmente, se defrontam com situações de vulnerabilidade que as impedem de crescer de forma saudável e segura.

As relações sociais que rodeiam as crianças necessitam cumprir as funções de proteção e de garantia dos espaços onde elas possam viver sentindo-se livres para expressar suas emoções e gastar suas energias em brincadeiras mediatizadas especialmente por diálogos familiares, abrangidos pelos processos educativos formal e informal, considerando as suas formações futuras como sujeitos plenos de seus direitos e participação cidadã. Assim, a criança, ao entrar em contato com o espaço da ludicidade, passa a experienciar e a interagir, desenvolvendo as formas de sociabilidade, essenciais para despertar a criatividade e novas aprendizagens infantis.

As recordações apresentadas por Aleixo levam-nos a inferir que, nascido em uma família cujo núcleo familiar era conflituoso e desarmônico, ele precisou criar formas de divertimento dentro do contexto de separação e distanciamento dos seus pais, para reinventar em sua imaginação infantil as brincadeiras ao brincar sozinho na sua infância. Isso fica evidenciado em suas palavras:

Eu devia ter cinco para seis anos. Recordo que eu estava brincando no arvoredor, não sei se era uma goiabeira ou qualquer coisa assim. Eu tive uma infância muito anormal, me lembro de estar sempre sozinho, muito isolado, brincando. Tenho lembranças furtivas, eu debaixo de um abacateiro numa sombra enorme, brincando com ossos de rabo de boi, os ossos mais grossos, para mim, eles se assemelhavam a aviões, e eu brincava construindo campo de aviação, e os ossos de rabo de boi eram os aviões. É curioso, eu me lembro disso, de sempre brincar sozinho.

De acordo com a entrevista, as primeiras referências do brincar remetem as lembranças da infância de Aleixo no período em que residiu em Belo Horizonte (MG), refletidas pelas emoções e tensões vivenciadas na sua contextualização familiar. A narrativa de infância do nosso entrevistado revela que ficou guardada em sua memória a vontade de ter convivido com a sua família e compartilhado momentos únicos. Refere-se a uma infância caracterizada pela ausência de diálogo e de afeto familiar, como podemos perceber em suas palavras:

Professora Rute, eu, sem querer dramatizar, costumo brincar dizendo que sou um sobrevivente, porque eu nasci num lar desajustado pela incompatibilidade que existia entre meu pai e minha mãe e, quando eu tinha cerca de dois anos de idade, não sei precisar isso, e minha irmã tinha alguns meses de nascida, meus pais se separaram, e foi uma separação muito tumultuada. Nós fomos entregues para famílias diferentes. Eu fui entregue a uma senhora cujo nome era Maria, ela me acolheu como se filho fosse. Um pormenor, ela era loira, ruiva, com sardas, e me acolheu de forma muito afetuosamente, e o detalhe que eu menciono sobre as características dela é porque ela saía comigo em Belo Horizonte, onde nasci em cinco de março de 1937. Nós morávamos no Barro Preto, era uma cidade satélite de Belo Horizonte, hoje talvez seja bairro. Ela

saía comigo e cuidava muito bem de mim, e aquilo despertava curiosidade, e as pessoas perguntavam o que eu era dela, e ela ficava muito zangada e me abraçava e dizia: “Esse é meu filho”. Então, o amor e o aconchego de mãe que eu lembro é o dela. Ela me tratava com muito carinho, é o colo afetuoso e quente do qual eu me lembro. Eu morei na casa dessa senhora até cerca de cinco anos de idade, quando meu pai, de forma abrupta, me tirou da companhia dela. Eu recordo depois, das consequências, porque eu entendo que foi à revelia. Depois, ela me reencontrou em Uberlândia, onde meu pai era delegado de polícia. Ela chegou no portão da minha casa chorando, desesperada, querendo que eu a acompanhasse. Sobre a minha irmã, depois, quando eu tinha talvez uns sete anos de idade, eu a visitei, ela devia ter uns cinco para seis anos, e foi a única vez que eu vi a minha irmã. Depois disso, nunca mais soube dela, a despeito de ter feito tentativas para localizá-la posteriormente, inclusive mencionando o sobrenome da família que a acolheu, porém, eu não consegui.

É possível perceber que, embora tenha sido muito difícil para Aleixo ficar sem o afeto e o cuidado familiar, sua narrativa é configurada por sentimentos e palavras de esperança, amorosidade e solidariedade, tomando a construção que ele fez de si como base para o seu fortalecimento, e também de outros sujeitos, na disposição do bem-estar social. A narrativa de Aleixo demonstra que permanece em sua memória como única representação de acolhimento e de amor materno por ele vivenciado, a lembrança de uma senhora chamada Maria, que o acolheu como um filho por um período na infância.

Outra situação que marca de modo muito triste a relação conflituosa da família dele é o fato de ter sido separado de sua irmã quando ela ainda era um bebê e, tempos depois, ter perdido por completo o contato com ela.

Ao referir-se à “violência doméstica ou intrafamiliar contra crianças e adolescentes”, Ferreira (2002, p 28) considera que,

[...] em nossa sociedade, esse problema também é antigo, instalando-se desde o tempo da Colônia. Quando o colonizador aqui chegou, ele encontrou uma população nativa vivendo de modo absolutamente diferente do seu, e que não aplicava castigos físicos em suas crianças nem abusava delas, mas estabelecia uma relação de acolhimento e proteção. [...]. Ao mesmo tempo, as primeiras famílias brasileiras iam se formando com configurações diferentes de acordo com a região em que viviam, mas tendo, em comum, características como: o homem e pai ser o senhor absoluto a quem todos deviam cega obediência, e a submissão e subordinação das mulheres, dos filhos, dos escravos e de quem mais convivesse com a família. Assim, a base das relações familiares foi a rigorosa disciplina mantida com castigos físicos, muitas vezes cruéis, com a aprovação da Igreja. E essa forma de educar, de exercer o poder, ultrapassou todos os modelos políticos brasileiros, mantendo-se até a atualidade. (FERREIRA, 2002, p.28).

Na cotidianidade, os sujeitos aprendem reinterpretando os significados da cultura, mediante os contínuos processos de aprendizagens correlacionados com as relações de poder que ainda se moldam na visão patriarcal, de acordo com um conjunto de normas, representações e

comportamentos sociais. A partir dessa configuração, a negligência, os maus-tratos e o abandono familiar refletem uma prática social muitas vezes presente em nossa cultura contemporânea, que não renuncia ao pensamento da colonialidade e atua em uma lógica de dominação, desigualdade e exclusão.

Por consequência, os aspectos de uma sociedade violenta mostram-se fixados na arbitrariedade social. No que se refere à violência contra as mulheres, Baptista (2002, p. 203, 204) diz, ao analisar a prática da violência doméstica:

Para as mulheres, o lar não tem sido um local revitalizador e, o que é pior, não tem sido um lugar seguro, nem para elas nem para seus filhos. Uma em cada quatro mulheres apanha de seu marido, e estimam-se em quatrocentos mil casos de incestos anuais dos quais, 97% são cometidos pelos homens. Esses dados estarrecedores são considerados muito abaixo da incidência real, sendo também igualmente muito difícil calcular outros atos de violência doméstica, tais como o estupro conjugal e o espancamento de filhos. Os dados reais tornam impossível sustentar a ideia reconfortante de que homens que insultam e maltratam constituem uma pequena minoria. Nossa cultura não somente permitiu aos homens a crença de que exercem poder sobre suas esposas e filhos como também criou a ideia de sua posição de domínio e a reforça.

Não obstante a centralidade da família em propiciar cuidado parental, afeto, confiança e desenvolvimento socioemocional a crianças, adolescentes e jovens, é possível constatar ambientes familiares de violência em todo o mundo. Mesmo que a instituição familiar não seja a única instância social de reprodução da violência infantil, juntamente com a praticada contra as mulheres, ela acaba por reforçá-la e exercê-la de modo direto, conforme apontado por Baptista (2002, p. 229) em sua análise da violência doméstica e da necessidade de rediscussão dessa grave questão social. A autora chama atenção para a “magnitude do problema da violência doméstica, em que quase 70% dos casos ocorrem no lar, esse dado demonstra que o lar nem sempre é um local de conforto e lamentavelmente pode se tornar um local de agressão e confronto”.

Voltando a narrativa de Aleixo, a análise dos seus relatos evidencia que embora possa parecer que o seu pai inicialmente tenha demonstrado compreensão da importância da educação escolar ao matriculá-lo em uma escola para obter formação educacional e exercer ativamente sua cidadania no mundo, isso não se confirmou. Como podemos ver no trecho a seguir, seu pai não o acompanhou nesse percurso, provendo os cuidados necessários; ao contrário, distanciou-se, deixando o filho desamparado. Em outro momento da entrevista, Aleixo menciona que precisou trabalhar e morar sozinho em São Paulo, com seus 11 para 12 anos de idade, como veremos adiante.

Eu e minha irmã fomos deixados em companhia do meu pai depois que minha mãe se separou dele e foi embora para Ouro Preto, em Minas Gerais, e não nos viu mais.

Tenho certeza de que a minha irmã, ela nunca mais viu. Quando eu tinha 17 anos, fui ver a minha mãe, conhecê-la, porque, quando eu saí da companhia dela, tinha menos de dois anos de idade, então, eu não guardava suas lembranças em minhas memórias nessa época. Eu morava numa pensão, como já mencionei, e uma das pensionistas, uma moça que me admirava muito – por causa do meu comportamento, por ser religioso, ir à igreja, trabalhava, era um jovem atípico, digamos, porque não era dado às brincadeiras jovens, eu era introvertido por força da minha criação –, essa moça se dispôs a me ajudar a encontrar o meu avô, que eu supunha ser meu avô, que tinha sido deputado federal em Minas Gerais e se chamava Aleixo Paraguassú. Ele tinha sido constituinte de 1946 e está na relação dos parlamentares que promulgaram, digamos assim, a Constituição de 1946. Eu não sabia o endereço dele, e essa jovem disse que era fácil encontrar no posto da companhia telefônica, que tinha as listas telefônicas de todas as cidades principais do Brasil. Procuramos Belo Horizonte e achamos de fato o nome dele, o endereço, a Rua Rio Novo, n.º 45, no Bairro da Lagoinha. Escrevemos uma carta para ele, que respondeu dizendo que a minha mãe estava viva. Aos 17 anos, fui saber por carta, daquele que eu supunha ser o meu avô, que a minha mãe estava viva, então, foi uma surpresa que produziu em mim um grande regozijo. Eu viajei para Belo Horizonte a duras penas, de trem, por ser a condução mais barata naquela época, para conversar com ele, que me revelou que não era o meu avô, era meu padrinho, porque a minha mãe era filha adotiva dele. Eu disse: “Mas os documentos dizem que o senhor é meu avô”, e ele respondeu para mim: “Eu já tomei providências a respeito disso”, e ele não disse quais as providências. Hoje eu percebo que as providências devem ter sido a retificação judicial dos registros; eu não fui atrás para constatar isso, porque não me interessava. Por fim, ele disse: “Você volta para São Paulo, eu vou escrever para sua mãe e não vou dizer para você onde ela está, é ela quem vai escrever para você e vai dizer se acha conveniente dar o endereço ou não, porque nós estamos achando que isso pode ser uma jogada do seu pai para localizá-la”. Eu disse para ele: “Ora, quer dizer que o senhor não está acreditando que eu não tenho mais nada a ver com o meu pai? Até trouxe para o senhor cartas de vários pensionistas, lá da pensão onde eu moro, declarando que eu vivo sozinho e que não tenho a menor ligação com o meu pai. Estão aí as cartas”. Ele me recebeu na sala da casa dele, uma casa muito chique, um pequeno palacete, fez com que eu me sentasse perto da janela, junto com ele, conversando, porém, não me serviu um copo d'água ou um café, não perguntou se eu estava com fome, não me apresentou o restante da família, achei aquilo uma coisa muito estranha. Ele se despediu de mim e, antes, botou a mão na carteira e disse que queria me dar algum dinheiro. Eu não tinha dinheiro nenhum e, chorando, ainda muito contrafeito com aquela situação toda, me senti muito mal, pois uma pessoa que eu fui encontrar, achando que fosse o meu avô, me diz que não é, diz que é padrinho e me recebeu com frieza e indiferença. Eu estava com 16 para 17 anos e retornei para São Paulo. Bom, esse relato é para explicar a relação com a minha mãe. Depois, ela escreveu para mim, disse que morava no Rio de Janeiro, e eu fui ao encontro dela.

A história de vida de Aleixo é desafiadora e surpreendente, diante de uma situação social desprovida de amor maternal, paternal ou de parentes próximos durante a infância, adolescência e juventude. Fica evidente nos seus relatos, o desafio de conciliar trabalho e estudos no decorrer da sua formação educacional e assim, suprir suas necessidades, prover o sustento de sua família (esposa e filhos) e ao mesmo tempo, auxiliar financeiramente sua mãe, após tê-la reencontrado alguns anos depois.

Aleixo apropriou-se de estratégias estudantis para garantir o sucesso de sua aprendizagem escolar, juntamente com a intensificação do seu esforço para inserir-se no mercado de trabalho. Assim, é possível aferir, nos seus relatos, os desdobramentos de seu comprometimento

peçoal na conquista que logrou, subseqüentemente, ao tornar-se um notório juiz de direito no estado de Mato Grosso do Sul:

Sobre o meu pai, aos 11 para 12 anos, eu o encontrei em São Paulo. Eu havia saído de casa porque não suportava os maus-tratos que ele me impunha, a troco de nada, porque eu trabalhava, saía cedo para trabalhar, voltava à noite, entregava meu salário em casa e, com 11 anos, eu já estava registrado com carteira assinada. Trabalhava numa empresa chamada Heliográfica Queiroz, na Rua Direita, n.º 36, em São Paulo, me lembro até hoje. Não suportando, saí de casa, fui embora e, passados uns três anos, eu o encontrei na porta de um cinema na Avenida Domingos de Moraes. Ele conversava com um amigo, me deparei com ele de repente e, lógico que eu tremi, não achei nada agradável encontrar aquele homem. Ele até muito educadamente disse para o rapaz que conversava com ele: “Esse aqui é meu filho”. É engraçado isso, o filho que saía de casa aos 12 anos e que ele não via porque não queria, pois sabia onde eu trabalhava. Então, ele, com a simplicidade de quem acende um cigarro ou toma um cafezinho, dizendo para o amigo dele: “Olha, esse aqui é meu filho”! Eu estendi a mão para o rapaz, cumprimentei-o e imediatamente eu disse: “Dá licença, estou indo aqui ao cinema, vou ver esse filme”. Entrei no cinema para ver o filme, não vi o filme direito, fiquei preocupado que ele (meu pai) pudesse entrar no cinema, mas ele não entrou, porque não estava nem um pouco preocupado comigo. Terminado o filme, eu fui embora e nunca mais eu o vi, nunca mais. Então, isso é para dizer para você o seguinte: que, mesmo morando com a minha mãe depois, por razões que não vêm ao caso agora relatar, ela nunca demonstrou preocupação com a minha formação profissional, o meu futuro. E essa questão da minha inspiração em ser juiz é muito provável, quase certo, que nasceu das injustiças das quais fui alvo durante a vida. Eu brinquei quando respondi a sua primeira pergunta, dizendo mais ou menos que eu fui um sobrevivente. Então, eu passei por muitos percalços, e você imagina uma criança que vive em colégio interno num colégio destinado a pessoas carentes, depois se vê sozinho em São Paulo, morando em pensão e trabalhando. A sorte é que eu não me desviei para um caminho de drogas, que não era tão comum naquela época, e nem para um caminho de delinquência. Eu penso que a igreja exerceu um papel salvador, misturado com a minha índole de introspectivo, muito quieto, que era fruto também dos dissabores que eu tinha passado por toda a vida. Foi então que daí surgiu a vontade de ser julgador, porque, na minha visão, pode-se chamar até um pouco romântica, achava que, se me formasse em Direito e me tornasse um julgador, eu iria fazer a justiça que eu não mereci ao longo da minha vida e poderia corrigir episódios de injustiça. Eu penso que é por aí, só isso explica, porque ninguém, absolutamente ninguém me estimulou para que eu escolhesse essa carreira.

Ao analisar as lembranças tristes da infância de Aleixo com relação aos maus-tratos do pai e ao abandono familiar, foi possível chegar a algumas conclusões importantes na pesquisa de sua história de vida. O que chama bastante atenção é o fato de que, embora tenha sido arremessado para dentro de um emaranhado desarticulador da sua coletividade familiar, com base nas suas experiências, ele se propôs a desconstruir o caráter de inferiorização dirigido aos negros, vencendo os estereótipos negativos e o processo de estigmatização que se configura na trajetória das crianças negras brasileiras⁴⁷ em geral, para assegurar o direito de colocar-se como sujeito ativo do seu discurso e cidadania.

⁴⁷ Estudos e pesquisas realizadas sobre o drama racial vivenciado pelas crianças brasileiras no processo de socialização. (FAZZI, 2006; BENTO 2012).

Seu compromisso com a justiça social aparece refletido na sua postura não apenas perante as questões do combate ao racismo, mas também diante de toda e qualquer forma de discriminação e sujeição humana. Ele tem exercido seu ativismo empreendendo ações voltadas para um público amplo, consistindo em alternativas de informações e conhecimentos capazes de esvaecer as desigualdades raciais e os obstáculos que inviabilizam o pleno funcionamento da coletividade com igualdade social em nosso estado.

A seguir, a reflexão e análise darão ênfase à narrativa do Dr. Aleixo sobre a importância da educação, na intenção de identificar os desdobramentos em sua trajetória pessoal e profissional que o levaram a desenvolver suas potencialidades e participar ativamente da vida em sociedade.

4.3.2 A relevância da educação escolar e as lembranças boas e ruins do tempo de escola

Apesar da negligência e das agressões paternas vivenciadas por Aleixo, como mencionado anteriormente, coube ao seu pai matriculá-lo na escola como uma decisão final de sua atenção, conforme podemos ver na narrativa ao lembrar-se do distanciamento, omissão afetiva e falta de convivência com o pai. Apesar de aflorarem as tristes lembranças de como viveu, Aleixo retoma uma perspectiva de felicidade, mesmo com a ausência familiar por muito tempo em sua vida, a saudade que sentia e o fato de ter ficado em um colégio em regime de internato como sua única opção diante do abandono paterno.

Portanto, na narrativa de Aleixo, evidencia-se o apreço por estudar; de certa maneira, mesmo sendo criança, ele já parecia compreender o grande valor da escola, como se pode depreender no trecho a seguir, que traz marcantes lembranças do início de sua escolarização:

O meu pai, depois de me tirar da companhia da Sra. Maria, me levou a uma escola, situada em Belo Horizonte, no Bairro da Gameleira, chamada Granja Escola João Pinheiro. Hoje, salvo engano, é o Instituto João Pinheiro, não é mais um colégio interno. Naquela época, início da década de 1940, era um colégio interno enorme que atendia 800 alunos. Havia cerca de seis ou sete pavilhões, que albergavam estudantes carentes e oriundos de famílias de baixa renda. Era um colégio imenso, que a gente não poderia ter a noção dele num simples olhar. Eu vi os alunos trabalhando nas hortas, me lembro dessa cena, e ele me perguntou, praticamente me convencendo, se eu gostaria de ser interno ali, e eu respondi que sim. Eu devo agregar a observação de que eu respondi sim porque a companhia dele, para mim, nunca foi boa. Ele era um homem muito violento, um pai espancador por qualquer motivo, o mais banal que fosse. Então, qualquer oportunidade que me oferecesse naquela época para viver longe dele constituía um atrativo. Na verdade, eu também achei interessante aquelas outras crianças se movimentando naquele espaço, eu imaginava que pudesse ter contato com elas e concordei em ser internado naquele colégio, onde fiquei por cerca de cinco anos.

Como podemos ver na narrativa, o pai de Aleixo espancava-o, o que nos leva a inferir que as agressões físicas aos filhos, supostamente vistas como disciplinadoras para educá-los, nas décadas de 1930, 1940, 1950, provavelmente ocorressem com certa frequência entre outras famílias no cenário brasileiro, como resultado de um histórico culturalmente arraigado de violência doméstica contra crianças e adolescentes. As declarações contidas e expressas nos relatos de Aleixo fazem-nos pensar na violência⁴⁸ infantil intrafamiliar e na importância de se combater a infância negligenciada ainda atualmente.

No que se refere à escolaridade do seu pai e sua mãe, nosso entrevistado não comentou, portanto, considerando o contexto do sistema educacional brasileiro, que não disponibilizava amplamente o acesso à escola para todas as crianças e jovens, sobretudo, no período da infância dos pais de Aleixo, é possível inferir que sua mãe tivesse um nível de instrução educacional pouco elevado e a escolaridade do pai dele que era delegado de polícia, provavelmente não fosse tão escassa.

É importante pensar como Aleixo enfrentou os desafios e as dificuldades encontradas para positivar o seu gosto pela escola quando esteve em regime de internato, sem ver sua família durante anos. Recorro a Gadotti (2007, p. 11) ao afirmar que a escola é “lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social, ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social”.

Nos relatos de história de vida, Aleixo narra sua trajetória sempre por uma perspectiva de positividade, optando por não enfatizar em excesso os conflitos que a vida lhe trouxe. São recorrentes, em suas narrativas, a valorização e a dedicação às questões educacionais, em especial às pertinentes à inclusão dos grupos socialmente minorizados. Como mencionado, sua narrativa traz ainda questões significativas para pensarmos as contradições que permearam a escolarização e o trabalho infantil nas décadas de 1940 e 1950, períodos em que o Aleixo vivenciou a sua infância e adolescência.

No que se infere da análise de seus relatos, é possível afirmar que, sob a força das circunstâncias, o menino Aleixo precisou aceitar a inevitabilidade do trabalho, de modo a garantir a própria sobrevivência, mesmo sendo criança e, em seguida, um adolescente que preferia passar mais horas estudando e interagindo com outros estudantes. Diante dessa situação, podemos refletir que, assim como ele, possivelmente muitos outros meninos tenham passado e continuem

⁴⁸ “A violência é um fenômeno que se desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder que não faz parte da natureza humana, mas que é da ordem da cultura e perpassa todas as camadas sociais de uma forma tão profunda que, para o senso comum, passa a ser concebida e aceita como natural a existência de um mais forte dominando um mais fraco.” (FERREIRA, 2002, p.19).

passando por situações semelhantes; portanto, é necessário assegurar políticas públicas destinadas à erradicação do trabalho infantil no Brasil ainda na atualidade.

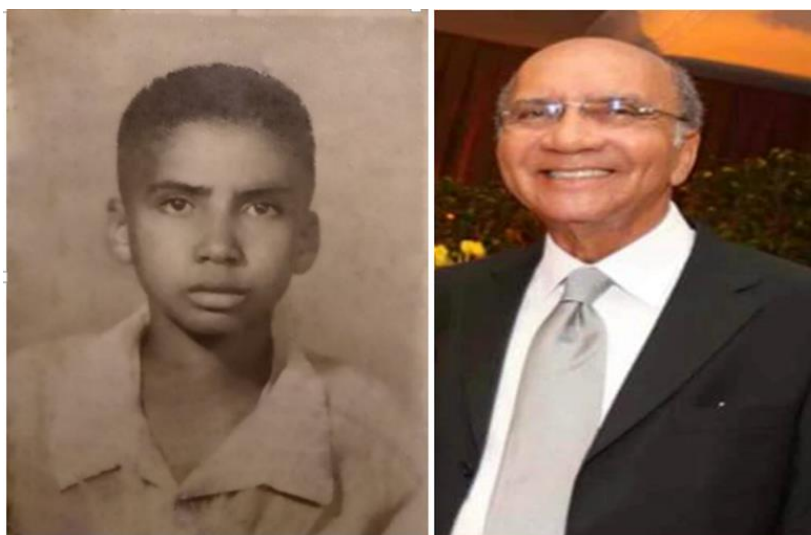
As considerações sobre a trajetória da educação escolar de Aleixo dão conta de que, para ele conseguir reverter a lógica do recorrente destino de insucesso dos estudantes negros que não têm a permanência e o pleno desenvolvimento no sistema educacional assegurados, se impuseram sobre ele a inserção precoce no trabalho e o enfrentamento de múltiplas condições adversas.

Nesse sentido, particularmente na esfera do esforço pessoal, cabe registrar que este deu ensejo a formas de resistência centradas na ação de reafirmação e representação do sucesso, sendo possível mais uma vez notabilizar a relevância do contexto escolar no cotidiano das crianças. Dito isso, é necessário pensar sobre a questão e seus desdobramentos, considerando a representatividade social de Aleixo, ainda caracterizada como uma exceção, e as exceções não são tomadas como regras.

A seguir, apresento fotografias do Dr. Aleixo, enfatizando que não podemos perder de vista, sua narrativa com representações de fatos ocorridos no passado que nos levam a refletir sobre a preocupante realidade do trabalho infantil na sociedade brasileira e a urgente necessidade de combatê-lo ainda no atual contexto social.

O nosso entrevistado relata que a fotografia 3X4, foi tirada para ser colocada na sua Carteira de Trabalho quando estava com 11 para 12 anos. Ao olharmos o seu acervo de fotografias, não encontramos nenhuma outra, referente ao período em ele era criança, apontando situação semelhante à de Raimunda e à de João, que não têm fotografias de suas infâncias.

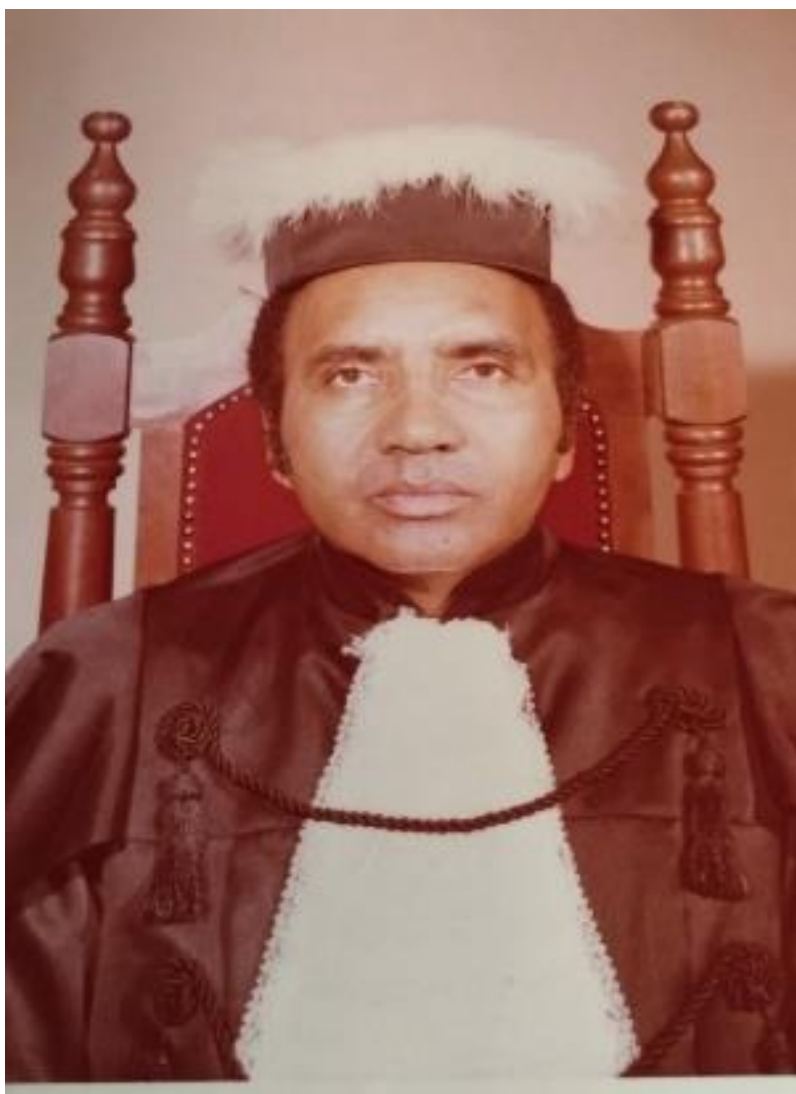
Figura 11 Fotografia do menino Aleixo e ele na atualidade



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo

Alguns anos depois, em 1969, Aleixo foi fotografado com sua beca de formatura do curso de Direito. Uma imagem fotográfica que retrata um momento muito significativo em sua vida, no qual um menino, que vivenciou a falta da convivência e proteção familiar, se graduou em Direito, para posteriormente tornar-se um juiz com notória admiração e respeitabilidade pública.

Figura 12 Fotografia Dr. Aleixo (Formatura em Direito)



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo

Figura 13 Fotografias: Aleixo com sua esposa, Maria



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo

Ao relembrar a celebração matrimonial do jovem casal, Dr. Aleixo mostrou-me as belas fotografias que vemos aqui ilustrando as recordações às quais fez referências em sua entrevista. As fotografias guardam lembranças de momentos únicos na vida de Aleixo aos 22 anos, quando se casou com Maria. São fotografias tiradas no centro do Rio de Janeiro, um dia após o casamento civil deles. Entusiasmado, Aleixo diz ter completado 66 anos de um feliz casamento e atribui o sucesso dessa experiência à sua esposa, Sra. Maria da Conceição Ribeiro Paraguassú. Aleixo não deixa de demonstrar a felicidade que sente por ter conhecido sua sábia e bonita esposa.

Anos depois, em outra foto, vemos Dr. Aleixo em sua residência, na biblioteca onde ele fica por algumas horas do dia, aos seus 85 anos, para preservar o hábito da leitura e do estudo, avivando cognitivamente o seu cérebro, conforme afirmou ao receber-me de forma muito afetiva, juntamente com sua esposa. Nesse dia, durante nossa conversa, olhamos o álbum de fotos de sua família, e eu escutava com atenção os relatos dele ao rever as fotografias. Ao final de nossa conversa, ele mencionou que atualmente está estudando alemão, dispondo-se a exercitar a sua memória e a concentração, e que o interesse em aprender o idioma surgiu após uma viagem que fez para a Alemanha.

Figura 14 Fotografia do Dr. Aleixo



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo

Como dito anteriormente, a história de vida do Dr. Aleixo é marcada pela triste experiência de ter ficado longe dos seus pais e sem a atenção dos demais familiares. Esta circunstância vivida, evidencia-se ao longo dos seus relatos e traz à tona a realidade de crianças em situação de abandono, levando-nos a refletir sobre a necessidade de atendimento a tão grave condição social, ainda presente na atualidade brasileira.

O cerne familiar e o espaço da escola são ambientes imprescindíveis de aprendizagem das formas de sociabilidade para o pleno desenvolvimento das crianças. Contudo, como é possível ver nas narrativas de Aleixo, esses referenciais foram negligenciados, principalmente, durante sua infância e adolescência.

No que se refere a regras escolares e educação, podemos observar que a escola, por vezes, pode ser carregada de ambivalências e atuar como um espaço de exclusão a partir da

lógica da omissão, quando deveria ser um lugar de referência de cidadania no cumprimento do caráter social educativo. Os relatos do Dr. Aleixo levam-nos à reflexão sobre a atuação de alguns educadores que tratavam de maneira agressiva os estudantes, exigindo o trabalho infantil na instituição escolar, onde as crianças tinham que trabalhar na lavoura, ajoelhadas ou agachadas, arrancando com as raízes os pés de tiririca (uma espécie de capim); ao final do dia, alguns alunos eram humilhados e castigados.

Na análise dos relatos de Aleixo, ressalta-se o funcionamento interno da escola pública no período de sua infância e adolescência. A questão do trabalho infantil, que permeava a instituição escolar nem sempre de forma declarada, não fazia parte das discussões pedagógicas com os pais para refletir sobre as condições e os limites de validade dessa proposição. Portanto, pode-se observar, nas décadas de 1940-1950, época em que Aleixo era criança, uma lógica em que a escola assumia a reprodução e validação dos desiguais quadros sociais preexistentes. É necessário destacar, que ao abordar aqui o processo de escolarização e as contradições que marcam o interior da escola, em tempo algum se perde de vista a sua imprescindibilidade.

Como podemos ver nos relatos de Aleixo, ele se recorda com carinho da professora Iracema, na evidenciação de que a ambiência escolar seguramente se constitui de fundamental importância para a formação e o desenvolvimento de cada indivíduo. Contudo, os efeitos mais visíveis analisados nos seus relatos fazem emergir necessárias reflexões acerca do cenário escolar durante a sua infância:

Lembro-me de uma professora nessa escola, que se chamava Iracema, ela tratava com carinho as crianças e de modo muito adequado incentivava a aprendizagem dos alunos. Marcou muito a minha existência e talvez tenha marcado a existência de outras crianças. É curioso que havia vários professores, e eu me lembro dela, a professora Iracema, pela sua bondade e dedicação, uma marca positiva. Nessa escola, Granja João Pinheiro, nós tínhamos três expedientes naquela época. Tínhamos um horário de manhã, preferencialmente para os meninos mais novos, eu devia estar com cinco para seis anos de idade, e era o horário da escola precisamente. Era o conhecido primário, como se denominava à época, em 1944. Depois, nós tínhamos um expediente nas oficinas. Eu trabalhava na oficina de lanternagem, onde se aprendia a fazer regador, caneca etc. Tinha oficina de cartonagem, que trabalhava com material gráfico para fazer caixas, cartões etc. Enfim, tinha várias oficinas, e um terceiro expediente, que eu assim chamo, para trabalhar na lavoura. Era quando os menores catavam tiririca nos canteiros. A gente tinha que trabalhar ajoelhado ou agachado, com uma estaca de madeira, cutucando, digamos assim, ao lado do pé da tiririca, bem profundamente, abalando a terra para sair a tiririca com a raiz, e cada um trabalhava do lado de um canteiro. O canteiro era dividido ao meio, e a gente, quando bem pequeno, trabalhava assim, e, à medida que íamos crescendo, me falta uma melhor expressão no momento, éramos promovidos, digamos assim, uma promoção muito estranha, a gente começava a pegar enxadas, xaxins, pás, depois padiolas para carregar terra, esterco etc.

Cumprе lembrar que a ambivalência educacional que aparece na narrativa de Aleixo exterioriza um conjunto de ideias geradas em um processo histórico, cultural, social e político

com características elitistas, em uma época ainda muito influenciada por concepções do Estado Novo (1937-1945)⁴⁹ na esfera social.

A escola, então, além de não ser acessível a todas as pessoas, via-se tomada pelo silenciamento dos muitos problemas associados ao poder político. Discussões sobre diversidade, racismo e desigualdades educacionais não eram realizadas, ficando na contramão da finalidade precípua da instituição escolar enquanto processo educacional e de socialização conformado pela democratização do sistema de ensino.

Conforme Ghiraldelli (2001, p.27) demonstra, um dos aspectos a serem considerados sobrevém desde a primeira República (1889 a 1930), quando as poucas instituições escolares conceituadas existentes no país já se destinavam a receber estudantes com características socioeconômicas elevadas. “As elites não só enviavam seus filhos aos colégios particulares como também se utilizavam do Estado para criar uma rede de ensino público para o atendimento de seus filhos”.

A conjuntura descrita configurou as vulnerabilidades do processo de escolarização, revelando as contradições do sistema educativo de ensino que, após findar o período do Estado Novo, em 1945, continuaram predominando; sob essas condições, em 1946, promulgou-se a quinta Constituição Brasileira. Ainda que se pretendesse atender aos princípios de igualdade perante a lei, a estruturação de um sistema político conservador manteve-se caracterizada pelo autoritarismo e por governanças polarizadas com relação ao elitismo na educação.

Aleixo, além de lembrar-se dos castigos aplicados aos alunos da escola onde ele estudava, aponta também a expressão do racismo padecido por um estudante negro, que foi humilhado e agredido na frente dos outros colegas por um funcionário da escola que tinha o costume de passar álcool em suas mãos após ter batido em uma criança negra. De modo estarrecedor, isso nos revela o quanto as formas declaradas ou sutis de discriminação racial e violência estiveram presentes nas trajetórias escolares das crianças negras brasileiras, sob a concepção normativa escolar conservadora e os efeitos estruturais da escolarização em suas infâncias.

Quanto aos aspectos positivos e negativos da instituição escolar que aparecem em sua narrativa, Aleixo nos faz pensar sobre a construção sócio-histórica educativa compreendida por contradições e gravemente marcada por práticas racistas:

⁴⁹ Embora o Estado tenha organizado uma legislação trabalhista para garantir direitos aos trabalhadores brasileiros, ao mesmo tempo, deliberou um ordenamento educacional de forma que as elites pudessem desenvolver plenamente seus estudos e os outros fossem direcionados o mais breve possível ao mundo do trabalho. (GHIRALDELLI, 2001).

Marcou com uma marca não tão positiva um senhor chamado João da Silva, que fiscalizava o nosso trabalho nos canteiros e, depois que a gente terminava a empreitada, que era o eito, como se chamava, ele vinha fiscalizar para ver se nós tínhamos de fato arrancado as tiriricas pela raiz e, quando ele constatava que não, ele mandava que voltássemos, e a gente levava um pontapé no traseiro, mas não era um pontapé que fosse uma coisa violenta evidentemente, não era seguido de espancamentos, com tapas, etc., era um pontapé que ele dava, num misto de brincadeira e castigo. Havia outra pessoa, da qual eu guardo uma recordação muito negativa. O chefe do pavilhão escolar chamado Olivério Rolim morava no pavilhão com a família, como todos os chefes dos outros pavilhões. Esse Olivério Rolim tinha um hábito muito estranho e repugnante. À tarde, quando nós nos reuníamos no refeitório para fazer os deveres da escola, cada um nos seus respectivos níveis, ele também fazia o ajuste de contas com os alunos que tinham praticado alguma falta durante o dia, e ele, com esses alunos, conforme a gravidade, ele espancava com tapas, pontapés e murros na frente de todos. Nós éramos cerca de 80 alunos por pavilhão, no total da escola, 800, como eu disse. Ele, depois de espancar o aluno, o mandava para um corredor, e a criança ficava ajoelhada no milho com os braços abertos e, quando ele espancava algum aluno negro, ele mandava trazer um litro de álcool e lavava as mãos com o álcool, declarando na frente de todos nós o porquê de estar fazendo isso, porque ele tinha batido num negro. Então, você me perguntou sobre lembranças, e eu acabei te relatando lembranças boas, lembranças mais ou menos e lembranças totalmente reprováveis. Eu era bem criança e não tinha a percepção, digamos, não fazia uma análise política dessas atitudes racistas. É evidente que eu não gostava, e os alunos todos não gostavam dessa atitude, mas nós não dispúnhamos de instrumentos de avaliação para avaliar politicamente o significado daquela atitude dele.

Na narrativa de Aleixo, percebe-se que, embora ele não tenha mencionado sofrer agressões físicas, como as relatadas ao final deste tópico de sua entrevista, tais barbaridades produziram marcas em sua subjetividade ao ver as agressões sofridas por outros estudantes.

Na entrevista de Aleixo, também é possível perceber como ele foi ressignificando sua história de vida desde a infância até se tornar adulto, superando os obstáculos encontrados e enfrentando os desafios sem se vitimizar diante das situações desfavoráveis e discriminatórias. A dimensão educacional permitiu-lhe ascender no âmbito intelectual e social, motivando-o a seguir uma trajetória profissional com atuação relevante no quadro social do país.

Em relação ao debate nacional sobre o racismo, este tem estruturado e determinado o conjunto considerável de relações sociais com base em um grave resquício da sociedade escravista do Brasil passado. Diante dessa inadmissível lógica racista, Aleixo pôde compreender que, embora fossem muitos os desafios, valia a eficácia do seu otimismo no combate à estrutura social racista, para enfrentar as desigualdades da sociedade brasileira, conforme narrado por ele ao mencionar as desagradáveis recordações do seu tempo da escola e outros episódios ocorridos em sua história de vida.

4.3.3 A manifestação do racismo na escola, no trabalho e outros espaços sociais

Na narrativa de Aleixo, fica muito visível a importância do trabalho para a sua sobrevivência e a afirmação da sua autonomia. O fato de precisar sustentar-se sozinho já no início de sua adolescência tornou-o independente de forma precoce; ele teve a necessidade de autoproteção e buscou garantir seus direitos como um menino trabalhador na cidade de São Paulo.

É necessário observar que o trabalho infantil retira a infância e a adolescência das crianças e, na maioria das vezes, está vinculado à raça e à classe social menos favorecida economicamente em que se encontram suas famílias. Essa articulação entre classe e raça pode ser percebida na demonstração da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) aplicada pelo IBGE⁵⁰ e divulgada em 2020. A porcentagem de crianças brancas em situação de trabalho infantil era muito menor (32,8%) do que a de crianças negras (66,1%), apontando que tais condições são impeditivas da frequência à escola.

Na narrativa do Dr. Aleixo, transparecem os indícios de que seu avô por parte de mãe era um homem com posses financeiras, porém, sobre o seu pai, ele relata somente que este exerceu a função de delegado de polícia na cidade. Isso nos leva a inferir que tivesse considerada respeitabilidade social e renda salarial em razão da sua ocupação profissional.

Assim, a partir dessas considerações, há indicativos de que a necessidade econômico-financeira familiar pode não ter sido a causa principal que levou Aleixo muito precocemente ao mundo do trabalho no início de sua adolescência, o que resultou em menor tempo dedicado ao desenvolvimento da ludicidade enquanto um direito tão necessário às crianças no decorrer da formação de suas infâncias. A situação de desamparo, em sua totalidade causada pela ausência da proteção parental, é evidenciada por Aleixo ao longo de suas entrevistas.

Como foi dito, a análise da entrevista indica a probabilidade de que as experiências difíceis vendo os colegas submetidos aos castigos, humilhações e violência física na escola, pelos adultos que deveriam ser os responsáveis por cuidar deles e protegê-los, tenham levado Aleixo a perceber mais adiante e ainda muito jovem, as questões do racismo:

Eu só fui ter noção disso já em São Paulo, com 13 anos, quando eu morava numa pensão. Eu pagava a pensão adiantado e, antes de pagar, disse para a senhora da pensão que eu iria me mudar e que não era conveniente eu pagar antecipadamente, pois eu já tinha pagado até o último dia do mês. Uns três ou quatro dias antes de terminar o mês, ela me disse que estava precisando do dinheiro e que eu pagasse e, se caso me mudasse mesmo, ela me devolveria o dinheiro, e eu, criança, sozinho, acreditei nela.

⁵⁰ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29738-trabalho-infantil-cai-em-2019-mas-1-8-milhao-de-criancas-estavam-nessa-situacao>

Eu mudei de pensão, e ela não quis me devolver o dinheiro que eu precisava para pagar a outra pensão. Eu fui cobrar dela umas três ou quatro vezes, e ela me disse: “Saia daqui seu negrinho atrevido! Como você se atreve a vir me cobrar aqui na porta da minha casa? Não te devo nada, suma daqui!” Eu procurei a delegacia mais próxima e relatei ao delegado de plantão o ocorrido. Ele marcou um dia para eu estar lá de volta e naturalmente mandou intimar a mulher. Lembro que, no dia marcado, eu estava na recepção da delegacia com outras pessoas que tinham sido intimadas, e ela, muito bem-vestida, olhava para mim e dizia: “Veja você, esse moleque, esse negrinho, vem me trazer à delegacia, onde é que já se viu isso?” Eu, quieto, evidentemente. Por fim, o policial mandou que nós entrássemos no gabinete do delegado, que perguntou sobre o episódio, e ela começou a dizer que eu era uma criança que vivia sozinha na pensão e que eu tinha que ser internado no Juizado de Menores, como se dizia naquela época, e o delegado de repente interrompeu e disse: “O que eu quero saber é se ele deu ou não deu o dinheiro para a senhora”. Ela confirmou que sim. Quanto deu? Tanto. Ainda bem que ela confessou, e o delegado agendou a data e horário para ela retornar com o dinheiro para ser entregue a mim na frente dele; após isso, nós saímos. No dia aprazado, voltamos lá, e ela me entregou o dinheiro, e o delegado me disse para conferir e ver se estava certo. Ele, então, virou-se para a mulher e falou: “A senhora pode ir embora e não faça mais isso”. Em seguida, disse para eu ficar na sala. Ao ouvir isso, tremi e logo pensei “agora ele vai me mandar para o Juizado de Menores”, que já não tinha boa fama naquela época em São Paulo. Para minha agradável surpresa, ele me cumprimentou, ressaltando que, mesmo eu sendo uma criança, era bem ajuizado, trabalhava, morava na pensão e pagava direitinho as contas. Ele me aconselhou a arrumar um jeito de estudar para melhorar de vida e disse que eu podia ir embora. Eu me esqueci do nome desse homem. É, há pessoas que têm atitudes assim, e a gente nunca deve esquecer o nome, para lembrar com alegria essas pessoas. Esse delegado teve essa atitude comigo, e eu fui embora e levei o meu dinheiro. Isso é a propósito de dizer a você o seguinte: a primeira vez que eu fiz uma ligeira avaliação sobre o fato de eu estar sendo alvo de racismo foi aos 13 anos, com esse episódio da mulher da pensão. É evidente que eu não fiz uma avaliação política, como passei a fazer depois que me tornei um militante do Movimento Negro, das várias manifestações racistas que ocorrem nesse país, eu não fazia a avaliação que faço hoje, foi a primeira vez que me dei conta, que despertei. Era como se dissesse: “epa, eu estou sendo alvo de racismo, estou sendo tratado diferente por ser negro”.

No relato, fica visível a afirmação da autonomia de Aleixo, pois, sendo ainda um menino, ele demonstra a importância de se recorrer à Justiça para solucionar o problema apresentado. Podem-se notar suas legítimas inquietações na condição de um adolescente trabalhador que residia sozinho em São Paulo, ao vivenciar a triste situação de desvinculação dos seus pais e demais familiares.

É interessante observar como foi resolvida a situação conflituosa, referente ao valor em dinheiro que lhe era devido por uma senhora, proprietária da pensão onde Aleixo se hospedou na adolescência. Ele considerou a situação problemática, como algo que poderia ser resolvido pelos princípios e legalidade da lei.

Isso nos leva a perceber a existência de suas representações otimistas diante das dificuldades enfrentadas ao longo de sua vida. É visível que ele opta pela definição das perspectivas positivas da resolução dos problemas, na compreensão da necessária transformação e emancipação do quadro social.

Na sequência, Dr. Aleixo fala das questões raciais e como ele as combateu quando era ainda muito jovem, quais foram as estratégias usadas para anular os efeitos do preconceito e da discriminação racial. Seu relato evidencia a reatualização do racismo que ocorre de forma constante. Na continuação da sua narrativa, ele ressalta a importância do Movimento Negro no processo de construção que faz de si, sempre disposto a estabelecer necessários diálogos, em especial no que diz respeito ao espaço educacional, considerando a garantia do acesso, permanência e sucesso dos negros no cenário atual brasileiro. A seguir, apresento o trecho da sua entrevista que desperta muitas reflexões sobre as considerações feitas:

Eu enfrentei, em especial, algumas dificuldades por ser negro, mas eu exageraria se eu relatasse fatos marcantes e muito significativos. Você sabe que o preconceito se manifesta de várias maneiras em várias intensidades. Eu costumo dizer que o preconceito é sistêmico ou estrutural, como queira. Eu gosto mais da palavra “sistêmico”. Ele é tão sistêmico na sociedade brasileira que se dá nos desvãos das relações sociais. Está presente em todas as relações sociais do Brasil, mas por vezes acontece de forma camuflada. Eu tenho para relatar alguns episódios disfarçados, outros não. Lembro uma vez, quando jovem, ainda menino, nessa fase de adolescência, eu era um exímio datilógrafo. Procurei uma escola de datilografia chamada Rodrigues Alves, ficava na Avenida Domingos de Morais em São Paulo. Eu entrei na escola, perguntei as condições de matrícula, veio uma mulher portuguesa, uma mulher linda, muito bonita, educada e afável. É inesquecível essa mulher, porque ela me tratou de uma forma tão educada, tão digna. Eu expliquei a ela que eu não tinha condições de pagar o curso naquele momento. Fiz um pequeno relato da minha vida para ela, e, após isso, esta senhora decidiu me conceder uma bolsa integral da escola e me advertiu que, se eu faltasse às aulas ou chegasse atrasado, ela cortaria a minha bolsa. Isso, graças a Deus, me obrigou a ser pontual e assíduo. Eu terminei o curso como o primeiro aluno da turma. Eu era um Ás na datilografia com 14 anos de idade. Veja bem, uma mulher branquíssima de olhos azuis, portuguesa, me discriminou positivamente. Após concluir esse curso, fiz um teste na empresa Anderson Clayton, acho que ela não existe mais no Brasil, era uma das grandes fabricantes ao lado da indústria Matarazzo, uma das grandes fabricantes de laticínios e produtos em conservas. Era uma empresa inglesa. Eu fiz a prova de datilografia e fui tão bem que os outros colegas que estavam fazendo a prova comigo falaram: “Uma vaga já é sua, sem dúvida nenhuma”. Eu não tinha apurado para ver a resposta, fui lá, e o rapaz disse para mim, com um sorriso zombeteiro e de escárnio: “O que fez você pensar que um dia você poderia ser empregado aqui nessa empresa? Não, aqui não tem lugar para você”. Então, eu percebi a discriminação.

É necessário retomar a análise das variadas formas que o racismo e o preconceito racial tomam, considerando a importância das atitudes antirracistas para combatê-los – uma reflexão já iniciada por Aleixo, na compreensão de que a cor da pele, precisa revelar-se em um atributo que iguala, e não em algo que diferencia e exclui.

A presença do negro como sujeito em sua totalidade assegurada por uma autonomia cidadã, ainda não se materializou completamente em nossa sociedade visto que, o não reconhe-

cimento da plena cidadania da população negra é ainda uma triste realidade. Apesar disso, continuam as lutas na vida cotidiana para refutar as artimanhas racistas internalizadas no cotidiano brasileiro entre os grupos étnicos de negros e brancos.

A narrativa do Dr. Aleixo evidencia que as experiências de discriminação positiva podem ser realizadas com sucesso, são necessárias e muito bem-vindas, considerando a imensa desigualdade socioeconômica que se apresenta de modo majoritário no grupo populacional de pessoas negras em pleno século XXI em nosso país. Na análise referente ao racismo, chamam atenção as formas como esse mal é capaz de ocorrer de forma exteriorizada – visibilizado abertamente – ou de forma oculta – invisibilizado publicamente, ao permanecer encoberto e agir na base da dissimulação. Trata-se, então, de um fenômeno social manifestado em diferentes formas.

Ribeiro (2019, p. 9) alerta que “o sistema racista está em constante processo de atualização”, sendo gerador de maléficis efeitos que extrapolam as relações interpessoais e se alojam no cotidiano organizacional da sociedade em uma amplitude de espaços, às vezes sobrevivendo em formas não tão percebíveis. Nas observações de Kendi (2020, p. 21), “o único modo de desfazer o racismo é identificá-lo e descrevê-lo consistentemente e, então, derrubá-lo”. O autor assim observa:

[...] o movimento do racismo para o antirracismo é sempre contínuo – ele exige que se compreenda e ignore o racismo baseado em biologia, etnicidade, corpo, cultura, comportamento, cor, espaço e classe. E, além disso, significa estar pronto para lutar nas intersecções do racismo com outras intolerâncias. (KENDI, 2020, p. 21).

Veremos no próximo trecho, uma importante reflexão que o Dr. Aleixo faz ao falar sobre sua atuação no campo judiciário, trazendo elementos desafiadores da ação comprometida dele como um operador do Direito, considerando os fatos ocorridos no cenário distinto do seu trabalho, as experiências relativas à cor/raça, e o seu protagonismo na promoção da igualdade e equidade racial.

Cabe ressaltar que, embora os princípios da igualdade sejam asseverados constitucionalmente na Lei maior brasileira, a Constituição Federal, promulgada em 1988, como garantia dos direitos individuais e coletivos, nossa sociedade se vê ainda marcada por racismo, exclusão e conseqüentemente uma imensa desigualdade. Nesse contexto social, enfatiza-se o papel primordial do Poder Judiciário, de promoção da justiça e defesa dos direitos dos cidadãos, considerando os desafios colocados aos operadores do Direito no equacionamento da problemática do racismo que se articula e se impõe de forma sistêmica, estrutural e institucional no país.

Corroborando a compreensão, trago um importante trabalho de Moreira (2019, p. 18), ao afirmar que “as instituições estatais têm a obrigação constitucional de promover a igualdade de status entre grupos raciais, o que engloba a igualdade de status cultural e a igualdade de status material”. O autor alerta, ao mesmo tempo, para a necessidade de se observar as temeridades dos pressupostos de uma igualdade apenas no âmbito formal das simetrias de tratamento dos direitos humanos. Tal compreensão, leva-nos a refletir sobre a imprescindibilidade do ordenamento jurídico institucionalizado como um dispositivo precípua legalizatório e possibilitador da transformação da sociedade.

Moreira (2019), aponta também a necessidade de implementação de ações viabilizadoras das condições de igualdade racial por meio de novas frentes de combate ao preconceito e à mentalidade discriminatória racista, para desconstruir as suposições criadas de superioridade/inferioridade de um grupo racial sobre outro.

Na dimensão das considerações feitas, ressalta-se a necessidade de coibir a opressão racista pelas vias prioritárias dos poderes constituídos, em especial, a partir das demandas dos poderes jurídico e judiciário. Isso para que a desatenção estatal das questões raciais, que se configura na vulnerabilidade dos processos de discriminação direta ou indireta no núcleo das organizações (racismo institucional), seja terminantemente repudiada.

Como afirma Bento (2022, p. 14), “a grande questão [...] sempre foi o não reconhecimento da herança escravocrata nas instituições e na história do país”. Dessa perspectiva, ainda que se reconheça que houve avanços obtidos, é necessário fazer frente aos determinantes da histórica exclusão da população negra em nosso país. Entender isso, expande os caminhos possibilitadores da desconstrução dessas imagens estereotipadas.

Como observado por (BENTO, 2022), as instituições por vezes podem implicar na destinação desqualificadora da ação racista pelas vias do racismo institucional e estrutural, o que nos traz reflexões a respeito das institucionalidades e dos singulares sujeitos que as acionam. Logo, demandam transformações sociais.

Com relação às questões suscitadas, o trecho da entrevista do Dr. Aleixo é muito significativo:

Na minha ascensão profissional, não senti o racismo propriamente. Por exemplo, quando fiz o concurso para juiz em Cuiabá em 1973, já existia prova oral, e havia 300 candidatos. Quando chegamos para fazer essa prova, no sábado, já estávamos reduzidos a dez candidatos. Talvez dez, não mais que isso, e passaram cinco. Eu fui o primeiro colocado, e naturalmente a Banca que me questionou sabia que eu era negro, e não houve discriminação sobre isso. Aliás, até devo relatar um fato para confirmar que não houve discriminação com relação a mim, porque eu fui nomeado para ser juiz em Cassilândia e viajei acompanhado do meu filho, hoje com 60 anos de idade, na

época, ele tinha 12 anos, para conhecer o meu novo local de trabalho. Nós vimos que as estradas eram precaríssimas, de terra, e não havia recursos médicos. Digo isso porque minha mulher estava passando por situações de saúde muito sérias, eu temi ir morar com ela em Cassilândia e pensei: “Meu Deus, se venho morar com minha mulher nesta cidade, cadê os meios medicinais?” Era uma localidade basicamente constituída de serrarias. Então, eu fui ao tribunal e pedi que tornassem sem efeito a minha nomeação. Na época, eu estava como delegado em Brasília, e o então presidente do Tribunal me falou: “O Sr. faz o seguinte: deixa um requerimento pedindo para tornar sem efeito, e outro solicitando para designá-lo para outra cidade”. Como eu fui o primeiro classificado na aprovação do concurso público para o cargo de juiz de direito, conversei com ele, considerando a possibilidade de escolha da cidade em que eu iria atuar, porém, ele argumentou que não era esse o critério utilizado no Poder Judiciário. Eu encaminhei os dois requerimentos ao Tribunal, que se reuniu e atendeu à minha solicitação de tornar sem efeito a nomeação anterior e novamente me nomeou para outra localidade. Tanto é que eu sou um mês mais novo do que os cinco outros juizes da minha turma. Eu me lembro que o presidente disse assim para mim: “Nós temos muito boas referências a seu respeito e queremos aproveitá-lo como juiz”. Isso me envaidece com uma avaliação dessa natureza? Eu acabei sendo designado como juiz de direito em Rio Brilhante. Tive problemas, mas nada ligado à raça. Eu nunca fui alvo de impedimentos na minha ascensão profissional. Não me recordo, como juiz, de ter tido qualquer empecilho”.

A partir da análise das narrativas de história de vida do Dr. Aleixo ao longo desta tese, é possível compreender que, além de combater as expressões preconceituosas e racistas à sua maneira, por meio de atitudes pacíficas e uma postura serena e firme, sobretudo como um juiz de direito com autoridade e poder para julgar, ele quisesse dizer que nunca permitiu que o racismo o afetasse, em especial, profissionalmente, quando menciona que a discriminação racial não foi por ele propriamente sentida. Na sequência de sua fala, ressalta que as experiências dos negros, em geral, foram e ainda são vivenciadas à luz do enfrentamento da discriminação racial no Brasil: “[...] no país, quando os negros ascendem a posições de destaque, a gente pode lembrar a data e quantos eram, quantos foram, quantos são. Tal é porque isso é exceção que confirma a regra do racismo.”

A sua fala é muito expressiva ao trazer a necessária reflexão sobre a contínua desproporção entre negros e brancos em cargos com renda mais elevada no país, visto que as pessoas negras bem-sucedidas nesse aspecto são exceções na nossa sociedade no contexto privado e mesmo no público. “Tratando-se da participação política, os quadros dos órgãos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário compõem-se exclusivamente de brancos, salvo raras exceções.” (MOORE, 2007, p. 23).

Outra reflexão que se apresenta na fala do Dr. Aleixo refere-se à sua própria condição de sucesso como uma excepcionalidade, presente no meio social brasileiro, evidenciando que precisa ser removida a causa da histórica desigualdade para que seja comum vermos pessoas negras como exemplos de ações de decisivo repúdio ao preconceito racial.

Como dito antes, as atitudes racistas manifestam-se de forma visível em geral, mas ocorrem também de forma encoberta, na intenção de deslocar os seus efeitos contra os negros e o debate dos termos nas suas dimensões política, social e histórica. É possível notar essas distinções que marcam a sociedade brasileira, tomando por base a interpretação de que ela é guiada historicamente por uma intenção estrutural seletiva racista, como indica esta outra fala de Aleixo:

[...] eu fui convidado para ser o Secretário de Segurança. Na época, eu não conhecia nenhum Secretário de Segurança ou Secretário de Estado na história do Brasil que fosse negro, a despeito de conhecer, naquele tempo, um governador negro de Sergipe, que era o João Alves, do PSB.

No Brasil, esse inaceitável aspecto excludente e segregacionista tem se prolongado e se revelado nos tempos atuais como um danoso fenômeno social do racismo, conforme podemos ver em afirmações de Ribeiro (2019, p. 27):

Historicamente, a branquitude desenvolveu métodos de manutenção do que seria politicamente correto em relação à pauta racial e à **reserva de espaço para o “negro único”**, o que é certamente uma de suas estratégias mais clássicas. Argumenta-se da seguinte forma: **“Veja só, não somos racistas, temos o Fulano, que é negro, trabalhando em tal departamento e, inclusive, ele adora trabalhar aqui, não é mesmo, Fulano?”**. E o Fulano, talvez para manter seu emprego, talvez porque aprendeu a reproduzir o discurso da empresa, concorda. **No entanto, pessoas negras não são todas iguais, e Fulano, por melhor que seja, não pode representar todos os negros. Dessa forma, é preciso romper com a estratégia do “negro único”: não basta ter uma pessoa negra para considerar que determinado espaço de poder foi “dedetizado contra o racismo”**. A herança escravista faz com que o mundo do trabalho seja particularmente racista — o que também o torna um dos espaços em que a luta antirracista pode ser mais transformadora. A primeira etapa para isso é sempre questionar o status quo: essa é a melhor maneira de não reproduzir as variadas formas de racismo nos ambientes de trabalho. (RIBEIRO, 2019, p. 27). (Grifos meus).

O combate aos efeitos da discriminação racial, na dimensão da estrutura organizacional brasileira na atualidade é crucial no processo de construção de fundamentos sociais igualitários para transformar a sociedade.

Retomando a análise da narrativa do Dr. Aleixo, observa-se que, não obstante a compreensão dimensionada pelo combate ao preconceito, aos estereótipos racistas, às desigualdades e a todo e qualquer tipo de iniquidade, ele enfatiza que as pessoas negras não requerem ser tratadas com condescendência ou complacência (RIBEIRO, 2019), por causa de suas características físicas; ao contrário, essas pessoas têm, ao longo da história, exigido a igualdade, o tratamento respeitoso e o combate a atitudes discriminatórias e preconceituosas que ainda se fazem presentes no interior do sistema social.

Na análise da narrativa do Dr. Aleixo, destacam-se aspectos direcionados por ele no necessário processo de ressignificação positiva de si, tanto do ponto de vista individual quanto da perspectiva da coletividade para assim, contribuir com a demanda de promoção da igualdade racial e criar condições de alteração do cenário social de desigualdades. É importante ressaltar que essas questões delineadas vêm ao encontro do pensamento de Ribeiro (2019), ao observar que a transformação dos nossos espaços de convívio social e de trabalho é essencial para o processo de desconstrução das desigualdades sociais.

No que se refere à ocorrência do racismo, permeada por sua obliquidade, a narrativa de Aleixo possibilita importante reflexão sobre a incursão do racismo e as ações pensadas para banir as questões racistas do cenário social. Outra vez, não podemos perder de vista as particularidades do racismo, por vezes obscurecidas por uma dada sutileza da cordialidade, entre outras características desse fenômeno presentes nas relações raciais brasileira. (NOGUEIRA,1998).

Vejamos o fato mencionado por Aleixo: [...] *uma senhora loura, esposa de um juiz de direito, chegou para mim e disse: “Você, pegue essas minhas malas e leve lá para dentro. [...] supondo que eu fosse carregador de mala do hotel”*. Essa situação parece indicativa da concepção do racismo que se expressa na dinâmica social cotidiana brasileira e na própria subjetividade dos deslocamentos dos eixos da igualdade e da diferença que é tratada como desigualdade.

Esse sentido é referido por Carneiro (2011, p. 115) ao descrever a visão racista denotada no inconsciente coletivo social branco: “parece só haver um jeito suportável de ser negro: aquele ligado ao fracasso, à vulnerabilidade, ao servilismo, à dependência e à inferioridade introjetada. Negros e negras fortes, altivos e vencedores parecem um insulto para esses brancos”.

A fala do Dr. Aleixo nos faz refletir sobre o processo de subjetivação dos sujeitos negros diante da falta de uma efetiva representatividade das pessoas negras nos ambientes predominantemente frequentados por pessoas brancas. Isso demonstra a presente ideia racializada e preconceituosa ainda aludida no pensamento brasileiro. Muitas vezes, há um único negro em determinados locais de trabalho, e quase sempre, nos serviços menos remunerados. Assim, historicamente se mantem a exclusão dos papéis considerados socialmente mais relevantes no cenário profissional.

Na análise das narrativas, ficam evidenciadas as representações que se constroem sobre o modo como os negros são vistos na sociedade, sublinhado pela ideia de que devem ocupar majoritariamente os lugares de serventia aos brancos, visto que ainda na contemporaneidade é

notória a ausência de pessoas negras nos postos decisórios em nosso país. Entretanto, os discriminados articulam elementos necessários para a eliminação do racismo, demonstrando que podem e têm o direito legítimo de ocupar os mesmos lugares de poder, questionando os domínios hegemônicos nesses espaços.

Subjetivamente, portanto, o racismo é mantido como um forte componente de exclusão, e a presença de pessoas negras em outros ambientes é associada à ocupação de cargos ou carreiras menos valorizadas socialmente. Quando as pessoas negras atuam como sócios ou assumem altos cargos empresariais, causam perplexidade em muitas pessoas brancas, que às vezes demonstram contrariedade e querem retirá-las desses lugares.

Sobre isso, Dr. Aleixo faz a seguinte afirmação, que pode mostrar-se reveladora: “[...] e, de repente, a mulher bate o olhar em mim, eu vi o espanto dela ao perceber que eu era um dos juízes. Só podia ser, pois eu estava ali, jantando com a minha mulher, também negra, embora fosse o único negro, e ela ficou muito incomodada”.

Vê-se que o racismo, longe de estar solucionado ou de representar uma realidade superada, é razão para refletir com muita lucidez e realizar uma urgentíssima ruptura desse trágico fenômeno socialmente construído, compreendendo-se que esses aspectos discutidos contribuirão para ultrapassar a mera constatação de uma grave problemática e, a partir daí, estabelecer o seu enfrentamento, o que possibilitará não apenas combater a estigmatização da população negra, como também banir um dos mais agressivos fatores atuantes no processo de produção e reprodução da desigualdade racial que marca a nossa sociedade.

É importante mencionar que não busco somente escrever a história de vida do Dr. Aleixo, mas compreender como ele se construiu enquanto sujeito protagonista das causas sociais antirracistas no estado de Mato Grosso do Sul e contribuiu de forma significativa para a diminuição da desigualdade. Isso posto, é necessário dizer que o caminho percorrido para a escrita de uma história de vida se mostra muito mais amplo do que o texto desta tese possa apresentar.

A análise da sua exitosa história de vida certamente é inspiradora para que outras novas histórias de vida se realizem, ao transpor as fronteiras das condições socioeconômicas desiguais, refutando a ordem social que se impõe como força excludente. Isso sugere que outros homens e mulheres negros sejam protagonistas de suas histórias de vida e, do mesmo modo, combatam as práticas discriminatórias raciais, contrapondo-se à ordem do discurso hegemônico.

Como se pode perceber nas narrativas analisadas nesta tese, são identificadas as expressivas contribuições demonstradas nas falas do Dr. Aleixo como indicativas não só da visibilidade do protagonismo negro em sua atuação antirracista, mas também da articulação, socialização e organização coletiva de estratégias, asseveradas nas lutas do Movimento Negro sul-mato-grossense. Pode-se notar o compromisso com a retidão, junto ao esforço pessoal em afirmar a dignidade das pessoas negras, na compreensão de que, ao longo de todo o processo histórico, esse segmento populacional muito contribuiu e continua contribuindo em sua coletividade para o desenvolvimento social, cultural, político e artístico do nosso país.

Na contextualização da discussão sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira, concordamos com a afirmação de Munanga (2009, p.188): “o problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente”. A análise das narrativas do Dr. Aleixo indica que essa problemática suscitada precisa ser identificada e discutida em suas díspares formas de manifestação. Além disso, é essencial que haja continuamente práticas individuais e coletivizadas por parte de toda a sociedade brasileira favoráveis ao antirracismo, fazendo que a ambiência social seja de fato igualitária.

Como vimos anteriormente nos relatos do nosso entrevistado, sua história de vida continuamente traz uma visão positiva. Assim sendo, não deixa de questionar e combater as representações negativas que se apresentam no imaginário de nossa sociedade, resultantes de uma cultura racista.

No próximo trecho da entrevista, Aleixo narra o que parece ser uma expressão do preconceito racial sutil, que, embora manifestado de forma não intencional, se revela como tal e nos faz pensar como o processo contraditório e complexo das representações de raça e classe se desdobram na vida social:

Eu fui o primeiro juiz negro do estado, porque, em 1977, com a divisão, eu me tornei juiz de Mato Grosso do Sul, mas não teve casos de racismo. Houve fatos pitorescos, quer que eu relate um? Em 1974, saíram dois ônibus daqui da Rua 26 de Agosto, defronte ao hoje Teatro Aracy Balabanian. Ali era o Fórum Criminal, e nós saímos dali em dois ônibus, juízes e familiares, saímos em direção a Três Lagoas, onde aconteceria um encontro de juízes de todo o estado de Mato Grosso uno. Lá, os ônibus pararam defronte ao hotel, e as malas foram descarregadas, postas na calçada, e eu estava em pé na calçada olhando a cidade, eu não conhecia Três Lagoas. Eu estava ali, olhando, e uma senhora loura, esposa de um juiz de direito, chegou para mim e disse: “Você, pegue essas minhas malas e leve lá para dentro”. Eu falei: “Sim, Sr.^a”, e ela entrou, supondo que eu fosse carregador de mala do hotel. Assim que ela entrou, eu também entrei no hotel e estava aquele burburinho de gente, e ela não percebeu. Eu entrei, subi a escada e fui para o meu apartamento, e deixei as malas dela lá na calçada. Chegou o jantar, nós estávamos no salão, eu estava na mesa com a minha

mulher e outros juízes. Eram mesas que reuniam alguns casais, e, de repente, a mulher bate o olhar em mim, eu vi o espanto dela ao perceber que eu era um dos juízes. Só podia ser, pois eu estava ali, jantando com a minha mulher, também negra, embora fosse o único negro, e ela ficou muito incomodada. Terminamos o encontro, e passaram-se os anos. Em 1978, eu era juiz em Bataguassu, e houve um encontro de juízes em Dourados, com um jantar na casa dessa senhora, cujo marido era juiz em Dourados. Era uma casa muito bonita, com um bonito jardim, onde puseram as mesas. Eu estava jantando numa dessas mesas, e, de repente, a minha mesa ficou vazia, só ficou eu sentado à mesa. As pessoas se levantaram, inclusive a minha mulher, e ficaram conversando com outras pessoas, e essa mulher loura, depois de quatro anos do episódio acontecido, se aproximou da minha mesa, pediu licença, se sentou e disse: “Eu preciso muito conversar com o senhor há muito tempo, e o senhor sabe o porquê”. Eu disse: “Mão”. Me fiz de esquecido, mas na verdade eu sabia. Ela me pediu desculpas por ter falado para eu carregar as suas malas, achando que eu era um funcionário do hotel, na ocasião do encontro em Três Lagoas. Ela disse que queria muito pedir desculpas para mim, então, conversamos, e eu a desculpei. Esse é um fato pitoresco que ocorreu desligado da minha condição de juiz, porque na verdade ela nem sabia que eu era juiz.

Na análise da narrativa do Dr. Aleixo, é necessário considerar as imbricações e as sutilezas que podem perpassar as relações interpessoais. À vista disso, a leitura das entrelinhas do que não é dito abertamente, é uma necessidade que possibilita perceber as representações que regem as diferenças raciais em nosso país, na abrangência dos seus aspectos subjetivos, sociais e históricos. Além disso, traz à tona que a discriminação racial pode revelar-se de forma indireta, sutil, por meio de condutas aparentemente não discriminatórias e até mesmo inconscientes.

Sob essa perspectiva, pode-se observar, ainda, que o discurso social de tolerância das diferenças inibe a demonstração aberta do preconceito racial, porém, não impede a sua manifestação nas formas sutis; de tal modo, pode ser visto como algo que não é real.

Essas injunções, por vezes guardadas de forma inconsciente, denunciam a imagem negativa que a hegemonia branca cria em referência aos negros, intencionando minar sua identidade positiva. Nesse sentido, Bento (2022, p. 74) destaca que “os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando”.

A circunstância narrada pelo Dr. Aleixo, na qual ele foi identificado de imediato como um carregador de malas do hotel, faz emergir as reflexões sobre o preconceito e a discriminação racial. Estes, invariavelmente articulam-se de modo indireto às manifestações declaradas e às hostilidades diretas de menor ocorrência que ocorrem nos espaços sociais mais elitizados, onde as pessoas costumam não ter um discurso visivelmente preconceituoso; porém, por efeito do imaginário de uma cultura racista, em determinadas situações, as expressões do racismo se revelam.

O trecho da entrevista aqui analisado traz muitos subsídios para refletirmos a respeito da forma como o Dr. Aleixo passou por essas experiências, contrapondo-se às implicações do

racismo e subvertendo os imperativos sociais, sob os quais os sujeitos negros ainda são vistos como não aptos a ocuparem os espaços considerados socialmente relevantes. É interessante refletir sobre como o Dr. Aleixo se opôs às nuances de discriminação racial e demais problemas sociais, sobretudo em sua atuação como magistrado, na perspectiva da justiça e de pacificação social. Podemos notar a referência à sua postura conciliatória, de sensatez, integridade e profundo sentimento de justiça, quando ele relata o fato constrangedor da mala, ocorrido no hotel onde estava hospedado. De imediato, Aleixo optou por não discutir o contrassenso ocasionado; entretanto, obviamente, não carregou a mala da esposa de outro juiz, que o identificou como um profissional carregador de bagagens que trabalhava no hotel, sendo que ele também era um juiz de direito.

4.3.4 A aspiração para cursar o ensino superior, graduar-se em Direito e tornar-se Juiz

Para Aleixo, a superação das adversidades, especialmente as econômico-financeiras, esteve na centralidade da sua trajetória educacional. A educação escolar constituiu-se de extraordinária importância na sua formação e para as suas conquistas futuras de oportunidades sociais bem-sucedidas, na protagonização de ações educativas comprometidas com transformação da realidade social da população negra, notadamente a sul-mato-grossense. Aqui é importante trazer as palavras do nosso entrevistado: “[...] *eu fui o primeiro juiz negro de Mato Grosso do Sul, não do Mato Grosso (MT), porque existia um outro juiz negro, o Dr. Benedito, que já era da capital, não me lembro do nome completo dele, um homem muito capaz, honesto e muito digno*”.

No que diz respeito ao ingresso na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), é preciso ressaltar que Aleixo era um jovem trabalhador. Ainda que não dispusesse de muito tempo para dedicar-se aos seus estudos preparatórios para o exame de vestibular, era um estudante dedicado e valia-se do tempo dentro do trem, mesmo ao viajar em pé, para estudar a matéria, previamente escrita por ele em fichas, de modo a facilitar o manuseio e a leitura durante o seu trajeto para o trabalho.

Em seu tempo disponível, Aleixo estudava, consultava as bibliotecas, pegava livros emprestados e aproveitava os finais de semana para continuar estudando. Durante esse período, ele trabalhava, já estava casado, era pai de dois filhos e auxiliava financeiramente a sua mãe, como veremos no próximo trecho da sua entrevista.

Conforme seus relatos, sua formação universitária só poderia ser feita em uma universidade pública, visto que ele não tinha dinheiro. Ao fazer o cursinho particular preparatório para o vestibular, não pôde cursar todo o ano, pois conseguiu empréstimo apenas para o pagamento da metade do curso, valor que posteriormente deveria pagar com elevados juros. Isso demonstra a determinação e disposição para a ampliação de suas potencialidades e autonomia, dada a sua condição de baixa renda, como a de muitos outros jovens negros na estrutura social de nosso país.

Os desafios enfrentados por Aleixo para graduar-se em Direito fazem-nos refletir que, assim como ele, provavelmente outros jovens negros buscaram alternativas para garantir a aquisição dos conhecimentos educacionais:

Eu estava no Rio de Janeiro e lá conheci a minha mulher, Maria da Conceição Ribeiro Paraguassú, e casei-me com ela, há mais de 60 anos. Eu enfrentei condições muito ruins e dificuldades financeiras, agravadas pelo fato de eu ter de atender duas despesas familiares, a despesa da casa da minha mãe, com as minhas duas irmãs, frutos de outra união da minha mãe, e atendia a despesa da minha casa, da minha mulher com os meus dois filhos, ainda muito pequenos. Eu precisava terminar o ginásio, como se chamava naquela época, e fazer o curso científico, assim chamado naquela época, há mais de 50 anos, e depois fazer o preparatório para o vestibular. Eu precisei pedir dinheiro emprestado a 10% de juros, para frequentar o famoso curso preparatório no Rio de Janeiro, chamado Curso Hélio Alonso, que ficava na Rua México, n.º 114, bem defronte da então Embaixada Americana, hoje Consulado Americano no Rio de Janeiro. Eu só podia frequentar esse curso metade do ano, porque eu não tinha dinheiro para pagar o ano todo. Mesmo para pagar a metade, eu pedi dinheiro emprestado. Eu frequentei a partir de 1º de agosto de 1964 e precisei me desdobrar para estudar. Uma das providências que tomei foi estudar muito. Mesmo aos domingos, quando eu não trabalhava, eu estudava o dia todo e, ao mesmo tempo, eu adquiri a mania de resumir toda a matéria em fichinhas que coubessem no meu bolso, porque eu viajava de trem sempre lotado, em pé. Eu morava no subúrbio, em Realengo, e trabalhava e estudava também no curso preparatório no centro da cidade, e as fichinhas eram uma forma de eu estudar, por duas razões. Primeiro, porque eu não tinha dinheiro para comprar livros, eu os consultava na biblioteca, ou livros emprestados, e resumia nas fichas as disciplinas do pré-vestibular de francês, inglês, sociologia, história, latim e português. Por serem pequenas, eu não precisava abrir livro no trem, que era muito apertado, as pessoas sempre muito espremidas umas nas outras. Foi assim que eu me preparei para o ingresso na universidade.

A entrevista de Aleixo propicia muitas reflexões, tendo em vista a incidência das adversidades, os estigmas enfrentados, a presença do trabalho na infância, colocando-o diante de problemas particularmente difíceis para uma criança, e a ausência do papel fundamental da sua família na composição do seu processo educacional. Ao lado dessa trajetória, evidencia-se que ele se contrapôs ao discurso hegemônico, para seguir realizando seus projetos de vida, em especial, no que se refere à educação, ao graduar-se em Direito e ser aprovado em primeiro lugar em um concurso público para o cargo de juiz. Assim sendo, são visíveis os benefícios da sua trajetória educacional para ele e para a sociedade.

Cabe refletir sobre os processos educativos e como as desigualdades educacionais geradas ao longo do contexto sócio-histórico atuam nas esferas institucionais distintas, dentre elas, a educacional, com impacto por vezes cruel sobre vidas em formação. Nesse sentido, vale trazer aqui as palavras de Luz (2016, p.136), ao apresentar uma necessária reflexão acerca das noções racistas reveladas no sistema educativo:

A representação atribuída aos negros na nossa história lhes logrou a imagem de criaturas puramente associadas ao mundo do trabalho e inertes em relação a qualquer outro conhecimento que circulasse no contexto em que estivessem inseridos. Desse modo, a relação desse grupo social com a cultura escrita, desde os primeiros anos da sua difusão no Brasil e mais especificamente no século XIX, foi estabelecida com base na sua “ausência” nos espaços formais e oficiais de instrução.

Na análise da narrativa do Dr. Aleixo, fica evidente a necessidade da presença de profissionais negros e negras nos lugares de saber e de poder, em especial na plena pertinência dos espaços acadêmicos, como possibilitadores de transformação social de longo decurso. No mesmo contexto considerado, percebe-se a importância da representatividade social dos negros como uma forma de banir o racismo e promover a transformação social.

O Dr. Aleixo narra suas lembranças da entrada na universidade pública do Rio de Janeiro na década de 1960, evidenciando as dificuldades e as oportunidades que ele encontrou. São condições sociais desfavoráveis que grande parte da população vivenciou em nosso país, vivendo em uma época em que a marca da exclusão dos alunos negros nas universidades era ainda muito maior que hoje. Aleixo menciona o grande desafio que foi por ele enfrentado para frequentar a universidade e nela permanecer, de maneira a garantir conhecimentos científicos/acadêmicos e a obtenção de seu diploma.

Vejam os a seguir, o significativo trecho de sua entrevista ao narrar o caminho percorrido para ingressar na universidade:

Eu só podia estudar na universidade pública, na Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, hoje federal, e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ. Eram as duas únicas universidades gratuitas do Rio de Janeiro. Gratuitas é força de expressão, na verdade, elas são custeadas por meio dos impostos pagos pela população. Eu logrei aprovação no primeiro vestibular, feito na Nacional do Rio de Janeiro, e então comecei o meu curso de Direito, sempre com a ideia muito presente de um dia tornar-me juiz, a despeito de saber que essa era uma coisa muito difícil. Houve um episódio interessante que eu queria relatar para você. Quando eu fui fazer o vestibular, havia 160 vagas na Nacional; no ano anterior, tinha havido 700 vagas. O João Goulart tinha, por decreto, aumentado o número de vagas, mas veio o movimento militar, estou falando de fim de 1964, o golpe militar é de abril de 64, e eles, então, reduziram as vagas ao número de vagas original, que era de 160, e cancelaram a matrícula dos excedentes a esse número. Então, quando eu prestei o vestibular, eram 160 vagas. Eu morava muito longe, em Realengo, como já disse, e fazia uma viagem de trem suburbano para chegar até o centro da cidade. Era num domingo o vestibular. Quando cheguei na

faculdade para fazer a primeira prova, atrasado em 5 minutos, subi a escadaria da Faculdade Nacional de Direito, situada ali no Campo de Santana, perto da Central do Brasil, onde os trens suburbanos param. Subi as escadarias de forma muito corrida, apressada, com um grupo de outros jovens alunos que iam fazer o vestibular. Quando nós chegamos no topo da escada do terceiro andar, ainda todo mundo ofegante, porque estávamos em cima da hora, encontramos o professor Hélio Gomes, um homem corpulento, estava trajando um terno branco impecável e com um enorme charuto entre os dedos. A imagem é inesquecível, e ele disse assim: “O que vocês estão pensando? Isso agora mudou aqui, não é mais a bagunça que era”. Ele era o novo reitor, nomeado pelos militares, era médico, professor de medicina legal e reitor da Universidade da Faculdade de Direito. Ele disse: “O que vocês estão pensando que isso aqui é? Seus vagabundos! Vocês vão embora daqui! Vocês estão atrasados, e fora daqui! Podem descer as escadas! Eu, no meio dos alunos, não sei por que razão, aquilo de chamar de vagabundo, mexeu com os meus brios, e eu disse: “Professor, o senhor me dá licença, com todo o respeito?” E ele respondeu: “O que é?” Então falei: “O senhor chamou a todos de vagabundos, e eu só queria, antes de descer, vou cumprir a sua ordem, mas quero dizer que sou um homem casado, pai de dois filhos, moro em Realengo, muito longe daqui, fiz uma viagem de trem para chegar aqui e, por isso, com 5 minutos de atraso. Eu só queria dizer ao senhor, respeitadamente, que não sou vagabundo, sou pai de família e trabalhador. Só isso, agora eu vou embora”. Ele falou para mim assim, surpreendentemente: “Olha, gostei da sua resposta, rapaz. Você vai fazer a prova. Pode entrar. Qual é a sua sala?” Eu respondi: “Sala 8”, e ele apontou: “É aquela lá”. E o restante dos alunos disse: “E a gente?” Ele disse: “Desçam as escadas e vão embora”. A sorte acabou me beneficiando, mas fazendo uma injustiça com os demais estudantes, pois, cada um a seu modo, tinha as suas razões para chegar atrasado. Ele mandou todos irem embora, e eu, que ele nunca tinha visto na vida, embora negro, veja bem, a vida nem sempre discrimina a gente para pior. Ele levou em conta não a cor, naturalmente, mas o grau da minha resposta respeitosa, ao mesmo tempo enfatizando que eu não era vagabundo. Eu cheguei à sala, havia uma senhora bem loirinha, pequenininha, e ela disse: “Não, rapaz, você não vai entrar aqui não, já passou da hora”, e o reitor gritou de longe: “Esse moreno aí pode entrar, eu autorizei”. E eu entrei. Era prova de português, o título da redação era “O Ideal na Vida”, e a segunda questão era: “Análise sintaticamente: Esse é aquele que eu disse que venceria”. Só essas duas questões estavam escritas a giz na lousa. Não eram os tempos atuais, de provas de hoje, elaboradas lá no Rio de Janeiro pela CESGRANRIO⁵¹, ou em outros lugares, como a Fundação Carlos Chagas. Era à moda antiga. E eu interpelei o professor que fiscalizava a sala, que era o juiz Horta. Esse juiz de direito, depois de aposentado, tornou-se presidente famoso do Fluminense Futebol Clube. Eu perguntei: “Professor, eu copiei as duas questões, e o resto?” Ele disse: “Meu filho, as questões são somente aquelas. Trate de fazer a prova”. Eu fiz a prova e fui aprovado. Eu entrei na universidade e devo registrar que era uma exceção, uma pessoa morando em Realengo, no subúrbio naquela época, em condições tão precárias nas quais eu vivia, eu não conhecia ninguém que tivesse passado numa universidade federal para quaisquer cursos e, a partir disso, fiz o meu curso com toda a dedicação possível e sempre tendo em vista realizar o meu sonho de me tornar juiz.

A necessidade de vencer os desafios e ampliar o acesso e a permanência dos jovens negros no ensino superior no país naquele período aparece na seguinte fala de Aleixo: “[...] eu entrei na universidade e devo registrar que era uma exceção [...] eu não conhecia ninguém que tivesse passado numa universidade federal para quaisquer cursos”. Esse trecho da entrevista

51 A fundação CESGRANRIO nasceu de uma associação pioneira de 12 instituições universitárias, a qual tornou possível a criação do Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio, em 12 de outubro de 1971. O Centro foi instituído por convênio firmado com o Ministério da Educação e Cultura. Fonte: <https://www.cesgranrio.org.br/>

leva a uma reflexão sobre os limites e possibilidades dos sujeitos no contexto social apontado, no qual ser discriminado positivamente constitui exceções, pois, ainda que se apresentem momentos em que não se é discriminado por ser negro, esta não é a regra, como também foi mencionado por Aleixo. Nesse caso, foi possível ver a manifestação contrária disso; entretanto, na maior parte das vezes, os negros têm se deparado com toda a estereotípiia negativa que se interpõe desfavoravelmente na sociedade.

Quanto à exclusão dos estudantes negros no ensino superior, trago a argumentação de Munanga (2007, p. 7), referindo-se à necessidade de políticas de ações afirmativas estudantis dirigidas para a juventude negra brasileira, em atenção ao “quadro das desigualdades sociais e raciais gritantes, acumuladas ao longo dos anos, entre brancos e negros. Essas desigualdades observam-se em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação”.

Em recente pesquisa, o IBGE⁵² (2018) situou os diversos indicadores de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, dentre os quais, ressalto aqui o panorama do sistema educacional brasileiro. Em todos os níveis de ensino, a desigualdade de acesso, permanência e sucesso dos estudantes ainda se apresenta como uma grave questão a ser considerada e solucionada, ao se observarem os índices percentuais de pessoas brancas e negras.

Com relação à taxa de analfabetismo em pessoas de 15 anos ou mais de idade, 3,9% correspondem aos brancos, e 9,1% aos pretos ou pardos. A população de 25 anos ou mais de idade, com ensino superior completo, é de 24 % para brancos e de 10,1% para pretos ou pardos. Pessoas que não frequentam a escola porque trabalham, estão à procura de trabalho ou encontraram e vão começar a trabalhar em breve correspondem a 38,1 % de brancos e a 61,2% de pretos ou pardos.

De acordo com (GOMES e MARLI,2018), chamam atenção as desigualdades acima apontadas nos índices do IBGE, ao constatar que há ainda muitos obstáculos que inviabilizam a inserção dos alunos negros nas universidades. Como afirma Munanga (2007, p.8), “nos países racistas, as diferenças biológicas fenotípicas se tornam fatores de dominação e exclusão, geradores de desigualdades raciais, fazendo da educação um dos maiores terrenos da exclusão”.

Uma sociedade marcada por profundas desigualdades educacionais e econômicas, como a brasileira, necessita dialogar continuamente e posicionar-se decisivamente contra o racismo,

52 IBGE – Ano: 2018. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/82292>

na compreensão de que a “igualdade precisa materializar-se também através de medidas específicas que considerem as situações particulares de minorias e de membros pertencentes a grupos em desvantagem” (SILVÉRIO, 2007, p. 22).

4.3.5 O juiz de Direito, a importância das referências raciais positivas e o combate ao racismo

A narrativa do Dr. Aleixo traz referências importantes que despertam a reflexão sobre os contrassensos presentes na dimensão das relações sociais, em uma sociedade definida pela diversidade, mas que não se reconhece na incorporação dos aspectos relacionados à população negra. Dessa maneira, a construção do imaginário social brasileiro, herdado de um sistema racista, persiste na reatualização de imagens fortemente contraproducentes desse segmento populacional. O que se observa é que, mesmo sabendo que raça é algo socialmente inventado pelas bases do racismo para negar a existência de uma só natureza humana, os efeitos da recorrência discriminatória e preconceituosa inter-relacionados a posição de classe (distinção socioeconômica) e de construção social de raça subjetivamente estruturada, persistem na sociedade vigente.

A partir desse enfoque, utilizo a pesquisa de Lima (2016, p. 179), ao enfatizar que socialmente, a depreciativa avaliação do negro, perpassa as dimensões de classe⁵³ e raça/cor. Na maioria das vezes, o racismo direcionado aos “negros de classe alta é mais provável de ocorrer em situações nas quais eles apresentam uma ameaça ao *status quo* do grupo dominante, [...] são estereotipados mais positivamente do que aqueles de classe baixa”.

Ao lado desta reflexão crítica, podemos observar o oculto e o aparente da opressão racista nos mais diversos lugares e circunstâncias cotidianas, como evidenciado na análise da narrativa de Aleixo, em que, mesmo com formação educacional, qualificação e titulação acadêmica, a pessoa negra se defronta com atitudes carregadas de racismo em suas diversas formas. Outras vezes, a convivência entre os “diferentes” é assentada tão-somente nas bases da tolerância, e não na vivência usufruída na plenitude do respeito e valorização do outro.

⁵³ “A análise evidenciou que a cor da pele é ainda a categoria social mais relevante e proeminente, e que a classe social baixa pode ser compreendida como um fator potencializador da discriminação racial, à medida que afeta negativamente a avaliação sobre pessoas negras em contextos de julgamento social. Ou seja, as disparidades entre brancos e negros não podem ser explicadas por fatores meramente econômicos, não se reduzindo a diferenças de status social”. Tese (Doutorado). O papel de representações sobre raça e classe social no preconceito e discriminação. (LIMA, 2016, p. 185).

Na discussão da situação referida, cumpre referenciar Munanga (2010), ao discorrer sobre a invisibilização do racismo, que se impõe como uma força impeditiva das demandas da cidadania. O autor desmascara a errônea ideia de que a desigualdade, no conjunto das trajetórias das pessoas negras, seja somente social, e não racial. Com frequência, desconsideram-se por completo as desiguais condições materiais e as oportunidades sociais oferecidas a pessoas brancas e negras. Conforme adverte o autor, tal articulação se encontra diluída

[...] na ambiguidade entre cor e classe social, que é uma das características do racismo brasileiro. Por isso, muita gente no Brasil, entre os mais esclarecidos, estudiosos das áreas das humanidades, políticos da esquerda, jornalistas etc. não se cansam de repetir a frase a discriminação mais importante no Brasil é social. Por mais que essas pessoas tentem conscientemente se libertar do mito de democracia racial, este, ronda sempre em suas cabeças, por causa dessa ambiguidade cor/classe. (MUNANGA, 2010, p. 448).

Como veremos a seguir, na narrativa do Dr. Aleixo fica evidente a importância da conquista de espaços de visibilidade social dos negros no país e, sob essa perspectiva, a necessidade de caminhar em direção à igualdade, desvencilhando-se das armadilhas e artimanhas do racismo que se apresenta na vivência do dia a dia.

O trecho da entrevista sobre suas experiências no contexto profissional como juiz de direito é muito importante para refletir como o preconceito racial sistematicamente apresenta diversas formas de manifestação, e sobre a necessidade de desconstrução do imaginário social racista:

Como juiz, tive fatos assim, irrelevantes, eu diria. Lembro que uma vez, em Dourados, a minha escritã chegou na porta do meu gabinete e disse: “Tem uns advogados de Santa Catarina que querem falar com o senhor”. Eu falei para que ela os mandasse entrar. Ela estava postada na minha porta, que era localizada de um jeito que só permitia a ela que me visse, e os outros estavam encobertos pela parede, e, quando os dois advogados entraram na minha sala, que a escritã apontou, foi indistigável o espanto deles em me ver. A minha sala era bem grande, e eles olhavam como a procurar outra pessoa na sala. A minha mesa era bem defronte à porta, e eu disse para eles: “doutores, podem se sentar, eu sou o juiz com quem vocês querem falar. Vocês estão vendo que não existe nem mesa, nem outra pessoa aqui na sala; a sala é ocupada por uma biblioteca, podem se sentar, por favor”. Eles estranharam, vindo de Santa Catarina, estranharam que ali estivesse um juiz negro. Mas isso é uma coisa tão sutil, que você não tem como repreender as pessoas. Você acha graça, por dentro, da situação, e eles passaram a conversar comigo sobre um processo. De outra feita, em Rio Brillhante, um jovem advogado, também conversando comigo, sobre uma precatória para prender uma manada de gado, ele insistia muito comigo, falando dos artigos, do código e tal, e eu estou ouvindo. Por fim, eu peguei o meu código de processo civil a que ele se referia e perguntei: “Dr., lá em Presidente Venceslau, o código que está em vigor é esse?” Mostrei para ele, era de 1973, o código novo. Ele confirmou, “é, sim”. Então, falei: “pois é, esse é o que vigora aqui também, os artigos que o senhor está mencionando, eu sei de cor”. Até porque eu tinha uma característica de ter uma memória muito boa e decorava artigos do código. Sabia-os de cor naturalmente, sem grande esforço, porque essa é uma característica que eu tinha quando jovem. Eu notei que ele talvez estivesse duvidando da minha capacidade em administrar a justiça. Eu

senti, pelo tom, uma coisa que, numa entrevista, não se consegue reproduzir a atmosfera. Pode-se dizer tão somente o que se sentiu. Disse-lhe: “Sei desses artigos, tanto é que já despachei a precatória no sentido disso que você está falando. Está despachada a precatória”. Era uma precatória que bastava eu dizer “cumpra-se”, mas, pelas circunstâncias da situação, exigiu que eu desse um despacho um pouco mais circunstanciado, pelo simples “cumpra-se, para fazer valer os devidos termos”. É por circunstância que explicar agora desviaria muito da entrevista.

A análise desta narrativa traz reflexões relativas as diferentes formas de ocorrência do preconceito e discriminação contra os negros. A reatualização dessas questões na sociedade atual tem sido constante, variando conforme o seu grau de intensidade, expressado por meio de palavras ou da exclusão dos sujeitos. Nesse sentido, é interessante observar o comportamento social daquelas pessoas, tomando por base as articulações sociais do racismo praticado de modo não declarado abertamente para não ser caracterizado flagrante ação racista.

Dr. Aleixo identifica, nesse trecho da entrevista, os traços dissimulados do racismo interiorizado na nossa sociedade. Embora ele tenha achado até mesmo engraçadas as posturas desconcertantes daquelas pessoas ao saberem que ele era o juiz responsável por resolver a questão tratada, é possível observar que algumas pessoas brancas demonstram dificuldade em aceitar que homens negros possam estar em lugares de poder e exercer profissões de destaque. Na representação imaginária delas, Aleixo estaria no lugar errado, e era para estar ali um homem branco (um juiz branco), ou seja, o racismo, em sua subjetividade, está dizendo que os lugares e os extratos sociais mais elevados devem ser ocupados por pessoas brancas.

Outro aspecto a ser observado refere-se aos sentimentos contraditórios que se revelam ao refletirmos que essas pessoas brancas pudessem ficar constrangidas e receosas, não porque ofenderiam uma pessoa negra, mas porque estariam afrontando um juiz e, por conseguinte, o Poder Judiciário. Com isso, é possível perceber o que está por trás das representações sociais de raça articuladas com a classe e os subterfúgios do racismo para desfocar a centralidade do debate.

Como podemos ver, ao longo da análise das narrativas do Dr. Aleixo, tais comportamentos e visões preconceituosas que ocorrem no procedimento insidioso do racismo são rechaçadas de forma veemente por ele. É importante ressaltar, por mais de mais uma vez, que o seu protagonismo no combate ao racismo; sua presença forte e sempre fundamentada na ética, interpretação e aplicação das leis, refletem-se na sua postura pessoal, profissional e no reconhecimento da responsabilidade social, desempenhada ao longo de sua carreira como um respeitável magistrado com intenso sentimento de justiça social.

Por certo, Aleixo não é o único a colocar-se favorável à superação das expressões contemporâneas do racismo. Porém, é indiscutível o seu protagonismo em torno da construção de

caminhos nos quais possamos encontrar mulheres negras e homens negros participando ativamente nos espaços de poder e decisão em nossa sociedade. Compreende-se, portanto, que é preciso continuar desfazendo as distâncias sociais que naturalizam e justificam as desigualdades raciais, em especial, a partir das medidas do Estado brasileiro, reconhecendo a necessidade de estabelecer políticas públicas de ações afirmativas com especial atenção à questão sociorracial no país.

Por fim, outra reflexão possível nas análises das narrativas do nosso entrevistado oferece pista para o necessário questionamento e refutação da falaciosa ideia revestida de meritocracia, que apresenta as experiências daqueles que venceram por esforços próprios como uma justificativa para afirmar que basta esforçar-se em medida suficiente, que todos obterão o sucesso. Sabe-se que milhões de brasileiros, ainda que se esforcem muito, vivem em situação de empobrecimento, condenados à imobilidade e afastados da ascensão social, notadamente a população negra, no transcorrer de várias gerações.

4.3.6 O Movimento Negro e o protagonismo antirracista

Retomando a análise das narrativas da história de vida do Dr. Aleixo, faz-se necessário pôr em evidência o protagonismo do Movimento Negro como uma organização social antirracista em notório esforço a favor da educação, juntamente com a descolonização⁵⁴ dos conhecimentos educacionais, de modo a desfazer as imagens estereotipadas dos negros no país. Este movimento social, compreendido por pessoas negras, em especial, de forma alguma prescinde da participação das pessoas brancas, que juntamente têm denunciado à opressão do racismo e o sucessivo conjunto das desigualdades sociorraciais.

É de fundamental importância buscar a garantia dos direitos assegurados em lei, a afirmação identitária e o sentido do pertencimento étnico-racial da população negra brasileira. Tal constatação estende-se ao tratamento da questão racial presente no princípio constitucional, que garante “a denúncia do racismo, a sua inserção como um crime inafiançável e imprescritível sujeito a pena de reclusão garantida na Constituição de 1988”. (GOMES, 2017, p.94).

Essas reflexões são basilares do pensamento antirracista emancipatório e democrático, na luta do Movimento Negro ao longo da história do nosso país. Sendo esse Movimento, a

⁵⁴“A decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. Às vezes, o termo descolonização é usado no sentido de decolonialidade.” (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 36).

expressão da organização social de pessoas que combatem o racismo, a desigualdade social/racial e defendem o fortalecimento da identidade étnico-racial dos negros brasileiros e a valorização das heranças culturais de origens africanas.

É necessário lembrar, o contexto histórico do Movimento Negro que passou por perseguições e violentos ataques ao longo de sua trajetória. A propósito dessas lamentáveis situações ocorridas durante a instauração da Ditadura Militar, nas décadas de 1960 e 1970, os autores Wlamyra Albuquerque e Walter Filho (2006, p. 282), assim assinalam:

No Brasil, viviam-se os dias tensos e repressivos da ditadura militar, que fechou o Congresso Nacional, cassou os direitos políticos de parlamentares, banuiu partidos políticos, proibiu organizações operárias, camponesas e estudantis, prendeu, torturou e eliminou militantes de esquerda. A repressão chegaria aos negros e seus aliados. A existência de racismo foi duramente rechaçada pela propaganda do governo, numa tentativa de mostrar que no Brasil reinava a perfeita harmonia racial. (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p. 282).

Contudo, apesar das forças repressoras da Ditadura Militar, o Movimento Negro continuou na luta social para garantir o direito à diferença e o combate às desigualdades, conduzindo expressivas transformações como uma instituição fundamental para o fortalecimento da população negra, valorização das referências e enaltecimento da ancestralidade africana no Brasil, como podemos ver nas palavras dos autores:

Algumas organizações negras tiveram que se transformar em entidades culturais e de lazer. Esse movimento cultural teve impacto importante na formação de grupos de afro-brasileiros cada vez mais preocupados com a cultura e a história dos negros no Brasil e em outros lugares do mundo. (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p. 281).

Esta questão é também respaldada por Alberti e Pereira (2008, p.76), ao observarem a mudança na denominação das organizações sociais no período de conflitos e repressão vivido durante o regime autoritário iniciado com o golpe militar em 1964. Vejamos a seguinte afirmação:

É possível verificar que praticamente todas as entidades se denominam “centros culturais”, “institutos de pesquisa”, “centros de estudo”, “de intercâmbio”, etc. De um lado, essa escolha se deve ao impedimento legal de se registrar uma entidade como sendo “racial”. De outro, ao próprio tipo de atividades que desenvolviam: de leitura, estudos e manifestações culturais – o que era uma estratégia de ação importante naquele momento. (ALBERTI E PEREIRA, 2008, p. 76).

O trecho da entrevista de Aleixo apresentado a seguir é muito significativo para refletir acerca do ativismo político militante do Movimento Negro em nosso país na década de 1980, que estava ainda caracterizada pelo regime de ditadura militar no Brasil, assim como em outros países da América Latina:

Foi em 1985 que eu passei a fazer parte do Movimento Negro. Eu já havia me aposentado como juiz e exercia a função de Secretário de Segurança do Estado. O Movimento Negro incentivou em mim a militância social. Eu me tornei um militante, com grande atraso, aos 47 anos de idade, e a explicação é porque em 1985 é que termina a ditadura militar, e até então a ditadura militar não permitia que houvesse Movimento Negro, nós éramos comparados aos subversivos, ou seja, nós éramos comparados a comunistas.⁵⁵ Eu te conto um fato que ilustra bem isso que eu estou dizendo. Na Universidade Federal de Juiz de Fora, um grupo de jovens negros resolveu, na época da ditadura militar, fazer uma reunião no apartamento de um deles. Esses jovens eram universitários, uma meia dúzia de jovens, e resolveram fazer uma reunião para principiar a articulação do Movimento Negro em Juiz de Fora e discutir algumas estratégias de combate ao racismo. Pois bem, fizeram a reunião e provavelmente havia algum espião no meio deles. Depois de alguns dias, antes da reunião, o general comandante da região chamou o líder e alguns deles ao seu gabinete e disse: “Eu sei que vocês são universitários e combinaram uma reunião no seu apartamento”, e apontou para o aluno, “para tratar da questão racial”. “Não existe racismo no Brasil, tratem de cancelar a reunião e não se metam mais nisso”. Era assim que as coisas eram tratadas. Às vezes, a gente conta isso hoje, e as pessoas duvidam, porque vivemos, mal ou bem, vivemos num regime democrático, e as pessoas acham que isso não acontecia. Aconteciam coisas muito piores na época da ditadura, de modo que não se podia tratar desse tema. Então, foi em 1985 que nasceu o TEZ, que foi o precursor do Movimento Negro em Mato Grosso do Sul, embora já existisse Movimento Negro no Brasil, assim denominado desde 1934, em São Paulo. Eu falo Movimento Negro, assim com essa denominação, porque resistência, nós tínhamos resistência desde quando no Benin, na África, em 1695, o primeiro navio negreiro tenta sair da África, ou sai da África, e alguns negros pulavam no mar, sabendo que seriam devorados por tubarões, porém, preferiam morrer na sua terra natal a sair dela e serem escravizados. Isto aí, já em 1695, demonstrava, quer queiram ou não, um ato de resistência ao escravismo. Não se chamava Movimento Negro, não havia toda uma organização, eram gestos espontâneos e desesperados de resistência.

A narrativa do Dr. Aleixo, traz imprescindíveis reflexões sobre a opressão do regime autoritário em nosso país. Ele menciona o processo de intervenção desse regime nos movimentos sociais organizados e a repressão que desestabilizou o Movimento Negro na década de 1980.

Como podemos ver ao final do trecho, ele comenta sobre a dolorosa travessia atlântica, no passado escravista e faz referência ao histórico da resistência e luta dos povos negros contra os horrores da escravidão, na tentativa de se libertarem. É doloroso pensar que, em meio ao total desespero, havia aqueles que se lançavam ao mar e morriam. O tráfico, realizado pelos escravizadores por séculos, foi muito violento e causou imensurável dor e malefícios para milhões de vidas de pessoas negras.

Transcrevo de Nascimento (2016) a afirmação seguinte, referindo-se aos incontáveis seres humanos escravizados:

É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas, principalmente, consequência da lamentável Circular n.º 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo ministro

⁵⁵ Alberti e Pereira (2008, p. 76) corroboram a fala de Aleixo ao apontarem a cassação de Florestan Fernandes pelo AI-5, na década de 1970, denotado como comunista e subversivo. (ALBERTI; PEREIRA, 2008, p. 76).

das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral. (NASCIMENTO, 2016, p. 45).

Encontramos também em Santos (2013), uma relevante reflexão sobre as injustiças sociais históricas causada aos negros pelo escravismo colonialista, criado como uma forma de desumanizá-los. Após o tardio fim de tão vil período, seguiu-se disseminando o pensamento imaginário racista, que se reflete atualmente nas várias formas de desigualdade racial vivenciadas pela população negra.

Certamente, a esse respeito, é necessário pensar sobre as intenções políticas da época, contidas no decreto do Ministro Rui Barbosa, ao ordenar que fossem queimados todos os documentos referentes ao longo período escravista que se encontrassem no Ministério da Fazenda. Do mesmo modo, é preciso pensar sobre a existência de grande parte dessa documentação que não foi destruída em outros setores públicos e particulares. À vista disso, Santos (2013) alerta para o fato de aquela medida ter servido como justificativa para não se registrar, com base nos indícios e provas documentais, o execrável fato histórico da escravidão dos negros no Brasil. Vale trazer aqui as enfáticas palavras de Santos (2013, p. 95, 96), que nos possibilitam pensar a respeito da ideia suscitada:

Documentos em papel nunca faltaram, como por exemplo no caso de Palmares, sobre o qual se reuniram nos últimos anos mais de sete mil documentos, no Brasil, na África, em Portugal, na Espanha, na Inglaterra, na França, na Holanda e, até mesmo, na Dinamarca. [...] Rui acabou com a pretensão dos senhores indenizelistas por meio da destruição de documentos que comprovassem aquele direito a indenização pretendida. Se haviam pagado impostos alfandegários, registros de compra e venda e taxas correspondentes, poderiam comprovar o seu direito a indenização. [...] Para alguns, é verdade, o decreto de Rui se justificava por uma razão moral: apagar a “mancha negra do cativo que nos envergonhava como nação”. Para esses, o que se esconde não existe. (SANTOS, 2013, p. 95, 96).

Dimensionando esse contexto historicamente racista, é possível perceber que o protagonismo social do Movimento Negro reagiu às excludentes condições sociais em diferentes momentos. Todavia, apesar da complexidade do período político delimitado por forçosos recuos e perdas dos direitos civis, entre outros danos, considera-se que houve importantes conquistas e vitórias diante do contexto político de lutas impulsionadas pelos movimentos sociais organizados, no combate ao racismo e banimento das desigualdades raciais. Assim, o Movimento Negro tem traduzido a resistência dos subalternizados contra a opressão do racismo.

Vê-se, pela análise dos relatos do Dr. Aleixo, que é preciso ser antirracista e que não se pode desistir dessa luta social. Ao contrário, dada a recusa dos estereótipos e do processo de

opressão e exclusão sociorracial, outras ações em apoio à igualdade são possíveis e legitimamente possibilitadoras da transformação social e valorização da diversidade em todos os espaços de nossa sociedade.

É sob essa perspectiva que se evidencia o protagonismo na trajetória pessoal e profissional do Dr. Aleixo em nosso estado. Sua história de vida é cheia de entusiasmo transformador que inspira e se constitui em potencialidades, especialmente para os jovens, que representam a esperança de uma nova geração de lideranças que têm ainda pela frente desafios no trilhar dos caminhos para a implantação de medidas públicas favoráveis à contínua redução dos prejuízos historicamente causados a uma grande parte da população brasileira negra.

As narrativas do Dr. Aleixo trazem à tona a necessidade de acionar as chaves de elevação da escolarização da nossa população, considerando, em específico, a situação socioeconômica desigual que tem recaído sobre os jovens negros em nosso país. Daí a importância de se reconhecer a necessidade de inserção de grupos discriminados nos diversos extratos sociais, por meio do acesso igualitário a oportunidades educacionais e igualmente em outros âmbitos sociais.

Na compreensão da importância do Movimento Negro e do seu protagonismo antirracista é que se pensa sobre a problemática do racismo contra os negros. Ressalta-se que, na histórica organização social ao longo de sua existência, o Movimento Negro tem denunciado as hierarquias sociais criadas com base no racismo e os impactos da desigualdade acumulados sobre grande parte da população negra, que se depara com precárias condições de vida.

Nos relatos do Dr. Aleixo, são notadamente evidenciadas as políticas públicas de educação como elementos vitais no processo de construção de uma sociedade igualitária. Ele se lembra de quando foi Secretário de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, referindo-se com muita estima à questão educacional na comunidade quilombola e ao Instituto Luther King:

Como Secretário de Estado de Educação, eu pontuo duas significativas contribuições: a construção da Escola Zumbi dos Palmares em Furnas do Dionísio⁵⁶, por iniciativa minha, isto faz a diferença. Por isso é que eu sou um daqueles que trabalham e lutam para que a gente tenha negros em posições políticas de mando. Quer dizer, não basta ser negro para estar lá, é preciso ser negro e ter consciência do seu papel. Se eu não

⁵⁶ Furnas do Dionísio, assim é escrito o nome da comunidade quilombola, de acordo com a Certidão de Autorreconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares, conferida pela Lei n.º 7.668 de 1988 e o Decreto n.º 4.887 de 2003, que regulamentam o processo de identificação das comunidades de remanescentes de quilombos em nosso país. Em 1890, o ex-escravizado Dionísio Antônio Vieira, vindo de Minas Gerais, chega ao lugar e funda a comunidade quilombola com sua família, ao iniciar a construção de suas casas. https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ms-comunidade-quilombola-furnas-do-dionisio-lutam-pela-de-sintrusao-de-seu-territorio-ainda-invadido-por-fazendeiros/http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

tivesse consciência, não teria a iniciativa. Veja que a comunidade não veio solicitar a mim, eu tenho satisfação em dizer que eu fui pedir ao dono do terreno que nos cedesse a área, porque o estado só pode construir em terrenos legalizados em nome dele. Eu pedi a permissão, e construímos lá na comunidade. Quando deixei o cargo, o prédio estava construído, com a concepção de ser não só uma escola, mas ser um centro de encontro e de convergência da população ali situada naquele quilombo, aos fins de semana. Ao final da minha gestão naquele período, eu já tinha a verba assegurada para construir uma quadra de basquete cimentada lá no estabelecimento escolar. Outra contribuição da qual me orgulho muito foi a escola hoje existente na Comunidade Tia Eva; essa é uma obra que, em função das normas do ordenamento político, foi inaugurada e credenciada como uma iniciativa de outrem. Vou relatar o que aconteceu. Eu soube que lá, onde está construída a escola, era um terreno de propriedade da Irany Caovilla, que é uma senhora negra, famosa estilista radicada aqui em Campo Grande, conhecidíssima na sociedade campo-grandense. Amigo da Irany, convidei-a para ir comigo até lá, ela gentilmente foi, e eu disse: “Irany, esse terreno aqui é seu, se você o doar para o estado, será construída aqui uma escola.” Ela concordou sem titubeios. Eu conto isso em homenagem à disponibilidade da Irany. Ela determinou somente duas condições: primeiro, que a escola que seria construída levasse o nome do seu saudoso pai. Eu disse, “nada mais justo”; a outra, é que no contrato houvesse uma cláusula garantindo que, caso o estado não construísse a escola, o terreno voltaria para a sua propriedade de pleno direito, pois ela só estava doando para construir a escola, não seria para posto de saúde ou qualquer outra finalidade. Eu disse “isso também será feito”. Assim, providenciei o contrato padrão da Secretaria de Obras do estado e nele acrescentei essas duas cláusulas, de modo que a escola foi construída, e atualmente está lá, com o nome do pai dela. Eu fiz outra cláusula, dizendo que, se o estado não cumprisse o prazo combinado para a realização da obra, o terreno voltaria de pleno direito à propriedade da Irany. Logo, essas providências tomei, e teve início a edificação da escola. É evidente que, na sua inauguração, eu já não respondia como o Secretário de Estado de Educação, e consta o nome de um deputado à época, como o realizador da construção da escola. Entretanto, tenho a felicidade de dizer que ali plantei essa unidade escolar. Fora da Secretaria de Estado de Educação, outra iniciativa educacional que eu tive a alegria de criar, exatamente em fevereiro de 2003, foi o Instituto Luther King, local este não destinado exclusivamente aos estudantes negros, assim como as escolas também não o são. É um Instituto Educacional destinado a estudantes com necessidades especiais, negros, brancos e indígenas, na seguinte proporção: 45% das vagas para negros, 45% para brancos, 5% para pessoas com necessidades especiais e 5% para indígenas. Inicialmente, eram 70 vagas, hoje são 140. Eu não estou mais na presidência desta instituição educacional, porém, sou o presidente de honra do Instituto. De tal modo, eu tive a grata satisfação de fundar um estabelecimento educacional com destinação precípua ao atendimento dos mencionados estudantes.

Sujeito desse contexto, Dr. Aleixo destaca a necessidade de uma efetiva ampliação do acesso da população negra à educação, a fim de atingir maior igualdade. Uma imprescindível via para isso é a implantação de políticas específicas direcionadas a esse segmento populacional, conectadas às demais políticas de maneira geral, tendo em vista a transformação social pela redução das desigualdades raciais em nosso país.

Dentre muitas outras ações realizadas por Dr. Aleixo como Secretário de Estado de Educação, permanecem guardados em suas lembranças alguns consideráveis feitos educacionais que vieram à tona ao narrar sua atuação no cenário político. Em sua narrativa, ao abordar as experiências referentes à educação escolar, demonstra-se a necessidade da atuação do sistema educacional para atender integralmente as crianças nas suas especificidades e na afirmação de

suas identidades. Ele se lembra com emoção da construção da Escola Estadual Zumbi dos Palmares⁵⁷, mencionada no início de sua entrevista, ressaltando sua importância como escola localizada em área rural, em uma comunidade quilombola.

Outra iniciativa que a lembrança que lhe traz é uma ação solicitada por ele ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, para construção da Escola Estadual Antonio Delfino Pereira, para atender os estudantes da Comunidade Negra Tia Eva, no cumprimento do direito à educação integral, em sua função político-social. Isso para que os estudantes da localidade e igualmente das regiões adjacentes usufríssem do preceito constitucional garantido por uma política de gestão de democratização do ensino, ofertado por meio da escolarização formal.

Em referência à unidade escolar citada, é necessário frisar a razão da escolha do nome, que se deu em homenagem ao Sr. Antonio Delfino Pereira, pai da Sra. Irany Pereira Caovilla. Foi ela quem concedeu o terreno para o estado, no governo do Sr. Wilson Barbosa Martins, cujo Secretário de Estado de Educação era o Dr. Aleixo Paraguassú Netto, que fez os encaminhamentos necessários e articulou a construção da escola na comunidade negra de São Benedito (Tia Eva), para atender os estudantes da comunidade e de bairros próximos. A escola foi criada no dia 21 de dezembro de 1998 e inaugurada em 26 de maio de 2000, sob o decreto n.º 9285, publicado no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul.

O Dr. Aleixo, ao lembrar-se da mencionada escola, relatou que o término da construção dessa unidade escolar, ocorreu no final do período da gestão do governo eleito; assim sendo, ele não mais exercia a função como Secretário de Estado de Educação. Desse modo, a questão pontuada é concernente à natureza organizacional do setor público, que, amparado nas disposições legais da sua sistematização política instituída, torna público os nomes dos gestores no exercício dos cargos no momento da inauguração das obras públicas, e não os nomes daqueles que anteriormente empreenderam esforços para construí-las. A escola em questão, aparece oficialmente registrada como uma iniciativa de outro Secretário de Estado de Educação, conforme mencionado no trecho da entrevista.

É oportuno enfatizar que o Dr. Aleixo se manteve atento ao compromisso de atender a realidade social tendo em vista a superação da desigualdade educacional. Os seus relatos, revelam a grande satisfação dele ao ser zeloso com a educação, na oportunidade dos cargos públicos exercidos por ele. Ganha relevância o fato de a unidade escolar estar lá, recebendo crianças,

⁵⁷ A escola localiza-se na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, no município de Jaraguari, distante de Campo Grande (MS) aproximadamente 55 quilômetros. Consta no projeto político pedagógico da escola que suas atividades foram iniciadas no ano de 1996 e que sua fundação foi em 20 de dezembro de 1995, conforme o Decreto n.º 8408, publicado em Diário Oficial.

jovens e adultos e oportunizando, além da função socializadora e educativa, a participação das pessoas como uma forma efetiva de transformação da sociedade. Assim, a escola construída consiste em mais um relevante marco, evidenciando o protagonismo do nosso entrevistado na educação, diante de sua contínua perspectiva de pensar nos desafios e potencialidades da educação escolar.

Retomando a narrativa, Dr. Aleixo menciona outra expressiva realização, consolidada há 19 anos, o Instituto Luther King, idealizado e criado por ele como um importante curso preparatório pré-vestibular gratuito, destinado a receber os estudantes provenientes de escolas públicas que não têm condições de pagar cursinhos particulares. O ingresso desses alunos faz-se por meio de entrevistas individuais e observação da situação de baixa renda.

Como resultado da criação do relevante Instituto, convém destacar que, no trilhar dessa caminhada, centenas dos seus alunos obtiveram aprovação nos vestibulares, ingressaram nas universidades e, após formados, estão atuando em diversas áreas profissionais. Outros continuam ingressando em diferentes cursos superiores, de forma que a referida instituição prossegue na finalidade de contribuir com a inclusão educacional na sociedade.

Mais uma vez, é nítido o protagonismo do Dr. Aleixo na educação de qualidade e inclusiva, que gera possibilidades para a juventude vivenciar novas formações culturais, políticas e socioeconômicas e, por meio dessa potenciação, participar de forma integral da sociedade. O Dr. Aleixo mencionou que, na atualidade, ele é o presidente de honra do Instituto Luther King e ressaltou que este não se destina somente a estudantes negros e indígenas, recebendo também estudantes brancos que sejam de camadas populares menos favorecidas e estudantes com deficiência.

Feitas essas considerações, quero registrar que, em outro momento, retornei à residência do Dr. Aleixo e fui gentilmente recebida com cafezinho e um delicioso bolo, oferecidos por ele e sua esposa. Assim, outra entrevista foi realizada, e ele dispôs-se a mostrar-me algumas fotografias do acervo de sua família que trazem lembranças de acontecimentos importantes da sua vida familiar e profissional.

Ao prosseguir com nossa conversa, ele mencionou que esteve no comando da Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, ao exercer as funções de presidente. Comentou ainda que exerceu diversas outras funções. Ele foi presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento e Defesa dos Direitos do Negro (CEDINE). Atuou como docente do curso de Direito na Universidade Católica Dom Bosco, entre outras conceituadas universidades do nosso estado. Respondeu como Secretário Geral da Associação dos Juízes de Campo Grande. Além disso, exer-

ceu a função de delegado de polícia em Brasília, antes de se tornar juiz. Ademais, foi o Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, desempenhou a função de Secretário de Estado de Educação por duas gestões e foi também candidato a deputado estadual.

Uma observação interessante que aparece em sua fala refere-se à reflexão que ele faz ao dizer que almejava ter realizado muito mais ações em prol da educação, construindo uma escola em cada comunidade quilombola do estado de Mato Grosso do Sul, quando exerceu o cargo de Secretário de Estado de Educação. Entretanto, ele compreende que a política é a “arte do possível” e que, mesmo com as complexidades que lhe são inerentes, é preciso continuar propondo políticas públicas, sem perder de vista as questões sociais ligadas às injustiças e desigualdades que se configuram na contemporaneidade social.

Na sequência de sua narrativa, o Dr. Aleixo mencionou o ativismo do Grupo TEZ – Trabalho e Estudos Zumbi, ressaltando a importância desta instituição em Campo Grande e no estado para contribuir com o fortalecimento do protagonismo das pessoas negras. Ao final da entrevista, ele ressalta que um longo caminho foi percorrido, mas é preciso caminhar ainda mais, diante das condições políticas apresentadas no país. (Período da pandemia de COVID 19) – Um governo federal que não apresentava políticas públicas de atendimento aos grupos socialmente minorizados.

Ao término das análises das narrativas de história de vida do nosso entrevistado, evidenciam-se o compromisso e a atenção prioritária dele de forma inquestionável com a escolarização e a viabilização de políticas educacionais isentas de discriminação de qualquer espécie, tendo em vista contribuir para edificação de uma sociedade que cultive os valores democráticos e igualitários. Essas reflexões, notadamente não esgotam as contribuições oferecidas ao longo de sua história de vida; no entanto, colocam em destaque seu importante papel protagonista na ação de recusar e combater o discurso racista subjetivamente enrustado na estrutura social.

Outra contribuição importante para registrar aqui, refere-se a dedicação dele à discussão para irmanar a igualdade com a diversidade. Em uma de nossas conversas após as entrevistas, ele se lembrou de ter argumentado publicamente em defesa das cotas raciais ao escrever um artigo no jornal *Correio do Estado*⁵⁸ para elucidar a necessidade das ações afirmativas (cotas raciais) nas universidades públicas brasileiras.

A abrangência do seu dinamismo também pôde ser vista em diversas homenagens recebidas, dentre as quais, algumas são aqui notabilizadas. Em 2003, a Assembleia Legislativa de

⁵⁸ “Em defesa das cotas” <https://www.sedep.com.br/artigos/em-defesa-das-cotas/>

Mato Grosso do Sul concedeu ao Dr. Aleixo o *Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense*, por seu ativismo em prol da diversidade e inclusão na sociedade e por sua importante contribuição como magistrado em Mato Grosso do Sul. Em 2019, ele foi homenageado com a premiação da *Comenda de Direitos Humanos*, cujo nome é *Comenda Dom Helder Câmara*⁵⁹, pelo Senado Federal. Em 2022, o Dr. Aleixo recebeu ainda a *Ordem do Mérito de Mato Grosso do Sul*⁶⁰, concedida pelo governo do estado, Reinaldo Azambuja (PSDB), pela relevância dos trabalhos essenciais à preservação dos direitos sociais da população sul-mato-grossense.

Diante do exposto é possível depreender das análises realizadas, que o Dr. Aleixo apresenta uma longa trajetória de engajamento social com a educação e as políticas de promoção da igualdade e equidade racial. Seu protagonismo aparece em cada uma das narrativas apresentadas na presente tese.

Por fim, é oportuno dizer que, a meu ver, não há como alcançar a finalização da análise de uma história de vida, compreendendo-se a natureza dialógica e outras possíveis reflexões e interpretações, próprias da interdiscursividade das narrativas, que serão sempre possibilitadoras de novas reflexões por meio da pesquisa.

⁵⁹ <http://www.amamsul.com.br/site/index.php/11-noticias/1325-juiz-de-ms-recebe-comenda-de-direitos-humanos>

⁶⁰ <https://idest.com.br/variedade/quase-30-personalidades-receberao-ordem-do-merito-de-mato-grosso-do-sul>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para percorrer o caminho dessas considerações, é preciso ter em mente, como ressalta Michel de Certeau, que, “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar” (CERTEAU, 1982, p. 89). Compreendo, com o autor, a proposição desse necessário dimensionamento, da infindável ação de pesquisar, e é nesse sentido que proponho o encerramento da escrita da presente tese, referente a histórias de vida de pessoas negras com protagonismos antirracistas em Mato Grosso do Sul.

A construção desta tese oportunizou reflexões e valiosas descobertas de fatos notáveis da vida dos sujeitos participantes, que concederam entrevistas expressando as memórias de suas histórias de vida e trazendo recordações de momentos tristes, mas também de momentos alegres. É significativo observar que essas singulares histórias de vida se conectam umas às outras e formam pensamentos coletivos, fundamentando o protagonismo, a autonomia e o empoderamento da coletividade negra e articulando em suas lutas as questões sociais na cotidianidade.

Compreende-se que este enfoque interpretativo de investigação oferece um imprescindível procedimento de análise de pesquisa, decorrente do trabalho com a memória, que possibilita a valorização das impressões individuais mediante escuta atenta e análise inspirada nos estudos decoloniais e étnico-raciais. O passado revelado nas memórias dos sujeitos participantes da pesquisa no tempo presente, constatando essa temporalidade cheia de esperança, faz renascer a intensidade da luta antirracista e traduz bem o que Santos e Menezes (2010, p. 15, 16), observam:

Toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. [...]. As relações sociais são sempre culturais (intraculturais ou interculturais) e políticas (representam distribuições desiguais de poder).

No encaminhamento das considerações finais desta pesquisa, não posso deixar de mencionar a importância que a educação escolar proporcionou à minha vida pessoal e profissional, para referendar a interligação com as questões levantadas neste trabalho. Minha caminhada na área educacional iniciou-se ao final da década de 1980, lecionando para as crianças como pro-

fessora alfabetizadora. A partir dessa ação docente, que cumpriu papel importante na configuração da teoria com a prática educativa, as percepções da diversidade étnico-racial no contexto da escola, mesmo com minha experiência ainda muito incipiente, foram ampliadas. Ao olhar para as questões presentes, tão centrais, em especial, para as crianças negras, que por vezes eram ofendidas em razão das suas diferenças fenotípicas, evidencia-se que, embora se afirmasse a pluralidade na sistematização curricular, a diversidade ainda não era efetivamente tematizada no espaço escolar.

No que concerne às análises realizadas nesta pesquisa, observei a recorrência de relatos dos entrevistados referindo-se a manifestações do preconceito e da discriminação racial durante suas infâncias nas décadas de 1940 a 1960, tanto na escola quanto fora dela. Discorrendo sobre a prática socializadora e de humanização do sistema educacional, Gómez (1998, p. 21,22) assim observa:

A função educativa da escola ultrapassa a função reprodutora do processo de socialização, já que se apoia no conhecimento público (a ciência, a filosofia, a cultura, a arte...) para provocar o desenvolvimento do conhecimento privado de cada um dos seus alunos/as. [...] A vinculação iniludível e própria da escola com o conhecimento público exige dela e dos que trabalham nela que identifiquem e desmascarem o caráter reprodutor das influências que a própria instituição exerce sobre todos e cada um dos indivíduos que nela convivem bem como os conteúdos que transmite e as experiências e relações que organiza. [...] A função educativa da escola, portanto, imersa na tensão dialética entre reprodução e mudança, oferece uma contribuição complicada mas específica: utilizar o conhecimento, também social e historicamente construído e condicionado, como ferramenta de análise para compreender, para além das aparências superficiais do status quo real – assumido como natural pela ideologia dominante –, o verdadeiro sentido das influências de socialização e os mecanismos explícitos ou disfarçados que se utilizam para sua interiorização pelas novas gerações.

Em função da questão aqui considerada, ainda que o autor não faça referências diretas às implicações do racismo na escola, há o reconhecimento da influência do discurso dominante desta distinta instituição como componente da sociedade, apresentando a histórica tendência de reproduzir injustiças e desiguais condições sociais. Por outro lado, a escola também mostra a grande capacidade de transformação dessa realidade ao reconhecer que precisa estar à frente das iniciativas propiciadoras dos princípios igualitários das relações humanas por meio da valorização da diversidade étnico-racial e do repúdio às iniquidades racistas que por séculos têm perpassado nosso sistema educacional. Tendo uma dimensão que vai além do ensino de conteúdos formais, a escola constitui-se, fundamentalmente, em um campo para discutir a diversidade étnico-racial e as injustiças sociais, embora a análise do fenômeno do racismo não possa limitar-se à esfera escolar.

Retomando a trajetória de minha profissão na área da educação escolar, convém mencionar que, após alguns anos, deixei a sala de aula para trabalhar na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, lócus onde obtive aprofundamento dos conhecimentos das políticas públicas e dos projetos educacionais em seus múltiplos aspectos. Este contexto educacional aproximou-me ainda mais do Movimento Negro do nosso estado, bem como das comunidades quilombolas, entre outros atores sociais, para participar das discussões e reflexões sobre os processos desdobrados na configuração histórica, cultural e social do país, que ainda não tem conformado políticas públicas efetivas de combate às desigualdades. Essa aproximação muito contribuiu e me motivou a cursar o mestrado em Educação, pesquisando sobre a aplicabilidade da Lei n.º 10.639/03 na escola e a prática educativa dos educadores; à vista disso, também me conduziu ao doutorado em Educação, com a realização desta pesquisa.

A pesquisa identifica que o racismo às vezes se expressa, no imaginativo social, na ideia da naturalidade da branquidão, segundo a qual o branco “naturalmente” tem ocupado posições profissionais superiores às do negro na sociedade. É necessário compreender que as disparidades encontradas nos indicadores socioeconômicos com relação à população negra revelam não mais que a ausência de oportunidades e de acesso, e não a falta de capacidade e competência.

No que concerne aos resultados das análises dos relatos dos entrevistados, evidencia-se que o campo da manifestação do racismo permanece como um lugar de luta social, ao examinarmos com atenção as percepções e atitudes com relação a pessoas negras na contemporaneidade e nos mais diversos lugares sociais. É a dominação racista impactando a vida profissional dos negros (HOOKS, 2019). É o racismo impregnado no inconsciente e apresentado no ambiente do trabalho, onde, muitas vezes, a manifestação do preconceito e da discriminação assume a forma dissimulada. Isto significa que há um estranhamento por parte dos trabalhadores brancos, que, mesmo trabalhando juntos, questionam sobre este lugar de acesso e inadmissivelmente constroem colegas negros.

Sobre as pessoas negras que alcançam ascensão social, mesmo a partir da escolarização, sempre paira o espanto, a surpresa e o risco de suspeição. A desconfiança quanto à sua capacidade intelectual e profissional para estar ali, exercendo aquele cargo com relevância socialmente reconhecida, é sempre levantada, e na maioria das vezes há uma única pessoa negra ocupando determinado lugar. Nesse sentido, é relevante refletir com Kilomba (2017, p. 5), compreendendo que “o branco de hoje não é mais o responsável pela escravidão, mas ele tem a responsabilidade de equilibrar a sociedade em que vive. Ninguém escapa do passado”.

De acordo com Gomes (2020, p. 243), atuar “com a categoria raça ressignificada política e conceitualmente implica um processo de decolonização do conhecimento e dos sujeitos que

o produzem”. Isso nos leva a perceber a necessidade de focar em atitudes que contribuam de forma terminante para a recusa do racismo, sem incorrer em desculpas ou justificativas meramente associadas ao sistema da estrutura social.

Walsh (2009) alerta que a colonialidade do poder é uma perspectiva capaz de se reconfigurar constantemente na regulação da reprodução das desigualdades. Por outro lado, a decolonialidade não é uma perspectiva fixa, pronta e finalizada; ela parte sempre das margens, das fronteiras, dos destituídos de poder no contexto das lutas sociais – e ela é tarefa de todos. Ao ser questionada – “Você não acha que nós todos fomos criados numa cultura racista e todos fomos ensinados a ser racistas, queiramos ou não?” –, hooks (2019, p. 53,54) respondeu:

Todas as pessoas brancas (e todas as outras nessa sociedade) têm a escolha de serem ativamente antirracistas 24 horas por dia se assim desejarem, e nenhum de nós somos vítimas passivas da socialização. Elaborando esse ponto, comentei como estava exausta da maneira como as pessoas brancas querem desviar a atenção de sua responsabilidade pela mudança antirracista ao fazer parecer que todo mundo foi socializado para ser racista contra a sua vontade. **Meu medo é que isso se torne outra desculpa frequente para o racismo, uma que procura apagar a responsabilidade e a necessidade de tomar uma atitude que poderia realmente empoderar.** (Grifo meu)

Como foi possível perceber nos relatos sobre a evidenciação do racismo nas histórias de vida dos pesquisados, faz-se necessária a promoção de reflexões coletivas sobre esta visão social racista, que de forma subjetiva e objetiva tem impactado desumanamente as relações sociais. A discussão da identidade racial branca, detentora de hegemonia e investida de superioridade, precisa ser questionada em sua construção histórica e sociocultural, alicerçada nas bases da colonialidade do poder que naturaliza as hierarquias raciais. (COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2020).

Nas análises realizadas nesta tese, foi possível perceber a resistência e a luta social nas histórias de vida dos sujeitos pesquisados. Eles dedicaram esforços pessoais e profissionais, no decorrer de suas vidas, para impedir que as novas gerações de pessoas negras sejam inseridas nas desigualdades sociais e econômicas, apresentadas a partir da estrutura social racista.

Nas narrativas dos participantes da pesquisa, de forma significativa e surpreendente, ficam evidenciadas as influências recebidas por eles em seus processos de socialização e reflexão das questões raciais no meio familiar e, visivelmente, na militância deles no Movimento Negro. É certo que esse processo gera conhecimentos que fortalecem os ideais de inclusão social e de democracia possibilitadores da materialização de uma agenda política que consiga ver o que está em questão, para que o nosso país deixe de ser um dos mais desiguais do mundo.

Com seus olhares críticos, exigiram do Estado e da sociedade maior compromisso com a questão racial, a superação das desigualdades geradas e seu enfrentamento por meio das estruturas sociopolíticas e econômicas de nosso país.

Os resultados da análise das narrativas evidenciaram os protagonismos dos sujeitos participantes da pesquisa, na compreensão de que as conquistas e vitórias alcançadas não foram somente individuais, mas de toda a coletividade negra do estado que participa de forma direta ou indireta do Movimento Negro, repudiando o racismo, o preconceito, a discriminação racial e as desigualdades. A análise das narrativas dos participantes da pesquisa, mostra que o Movimento Negro traz a visibilização da história africana e da positividade da negritude brasileira, considerando que as histórias de vida pesquisadas são inspiradoras para todas as pessoas e de maneira especial, para as pessoas negras, compreendendo que “a memória sustenta um espírito de resistência” (HOOKS, 2019, p. 335). Segundo a autora,

Nós afirmamos os laços do passado, os vínculos do presente, quando reaprendemos nossa história, nutrimos a sensibilidade compartilhada que tem sido retida no presente, ligando esses gestos à luta de resistência, a um movimento de libertação que busque erradicar a dominação e transformar a sociedade.

A propósito dessa questão, observa-se a necessidade de articulação de ações estruturais político-econômicas com vistas a superar as desigualdades entre negros e brancos. Há também outro ponto importante: trata-se da replicação das iniciativas e experiências demonstrativas da ampliação da autonomia e do protagonismo negro no estado, como um aspecto motivador no processo de transformação social.

A análise das narrativas dos participantes da pesquisa, evidenciou que eles encontraram relevantes significados nas suas trajetórias educacionais. Por meio da luta e resistência, obtiveram êxito e sucesso em suas vidas pessoais e profissionais. Transpareceu, em suas vozes, a inequívoca dimensão politizada e coletiva da negritude, ao lado de seus protagonismos antirracistas, com ações favoráveis ao desenvolvimento educacional, sobretudo, de estudantes negros no reconhecimento da importância da conquista desses espaços, objetivando constituir vias de informação e conhecimento para a promoção social da coletividade negra.

A partir da análise das histórias de vida dos participantes, visualiza-se a firmeza do pensamento crítico e denunciatório do racismo e igualmente a reafirmação das ideias de inclusão social.

Reiterando o que foi dito na presente tese, compreendo que a ação de pesquisar não se encerra, portanto, estará sempre em continuidade, diante da possibilidade de novos olhares voltados para as vivências das pessoas negras. Assim, a questão fundamental é a luta protagonizada por sujeitos negros que possibilitaram a escrita desta tese, com entusiasmo e esperança.

Para bem elucidar os sentimentos por mim vivenciados, recorro às afirmações de Dalpiaz (2018, p. 189,190):

E esses sujeitos entrevistados [...] enquanto eles falavam, fui aprendendo não somente a “fazer” entrevistas, mas aprendendo com suas histórias aquilo que a escola não deu conta de me ensinar e que, talvez, não conseguiu ou ainda tenha dificuldades para ensinar aos seus alunos, que é aprender a viver fora dela. Aprender a viver na interculturalidade. Aprender a viver nas diferenças, a diminuir as desigualdades e aprender que a criatividade é o exercício da liberdade. Nós, a maioria, não aprendemos ainda. Nem fora, nem dentro da escola. Sorte que a aprendizagem é infinita, assim como as pesquisas também são. (DALPIAZ, 2018, p. 189,190).

Por essa perspectiva de análise de histórias de vida situa-se a finalização da escrita do presente trabalho, ressaltando que somos todos iguais e ao mesmo tempo diferentes, todos nós somos únicos e especiais em nossas singularidades. Assim sendo, é necessário que nossa geração assuma urgentemente a responsabilidade de ser antirracista, visando a erradicação das desigualdades históricas e contemporâneas. Tal proposição, possibilitará a reconstrução social da igualdade e equidade racial.

De acordo com Santos e Meneses (2010, p. 19), o caráter traumático e devastador da experiência colonial é assim exposto: “o colonialismo, para além de todas as denominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu a supressão de muitas formas de saber”.

Analisando as narrativas dos participantes da pesquisa, é possível concluir que a sociedade brasileira ainda não incorporou a compreensão da necessidade de uma educação para as relações étnico-raciais, pautada na perspectiva do respeito, reconhecimento e valorização do outro.

Vemos, assim, que é um grande desafio para os educadores tratar dessas questões em sala de aula, assim como é, para profissionais de outras áreas, refletir sobre os preconceitos e estereótipos ainda tão presentes em inúmeras circunstâncias do cotidiano das pessoas. Deve-se reconhecer que o sistema de estratificação não é definido somente pelos dispositivos econômicos de classe, sendo também combinado com os dispositivos racistas, embasados em preconceito, estereotipagem e estigmatização da cor da população negra – cor que é vista negativamente e denotada como algo para diferenciar e inferiorizar, e não um atributo para igualar.

Pela análise das narrativas dos participantes da pesquisa, é possível inferir que há ainda a necessidade de ampliação das reflexões acerca da discriminação e desigualdades raciais no país. Aponta-se a indispensabilidade de se dar prosseguimento à pesquisa de história de vida, considerando a importância das representatividades a partir da pesquisa de história oral de vida.

É fundamental entender que o desafio proposto é promover a cultura de uma concretizada inclusão, ainda ausente na sociedade. A representatividade negra precisa ser incorporada de modo decisivo na dinâmica social e educativa. Como ressaltado pela atriz e produtora executiva afro-americana Viola Davis (2022),⁶¹ nós temos a necessidade de ver as manifestações físicas dos nossos sonhos em pessoas que se pareçam conosco. Isso significa compreender que a representatividade possibilita incluir outras pessoas, porém, por si só, não representa a inclusão. Estar incluído vai além de apenas ocupar um lugar; é preciso que mais pessoas negras ocupem outros lugares e sejam protagonistas nos espaços de poder.

As análises desta pesquisa das histórias de vida com protagonismos antirracistas permitiram identificar as dimensões protagonistas individuais e coletivizadas dos sujeitos participantes. Mais ainda, nos levam a compreender os processos pelos quais passaram essa mulher e esses homens (Raimunda, João e Aleixo) para conseguirem vencer as dificuldades financeiras e a discriminação racial que incidem sobre a população negra brasileira, associadas ao passado de escravização de seus (nossos) ancestrais.

A análise das narrativas identifica a perspectiva de posituação da vida, nas falas de todos os entrevistados, não como uma alternativa de contradizer as dificuldades por eles enfrentadas no decorrer de suas vivências, mas como forma de superar as adversidades e infortúnios do passado, ensejando esperanças de que as novas gerações protagonizem ações em benefício da justiça social e da erradicação do racismo. Como se percebe na análise dessas histórias de vida, as três pessoas negras protagonistas, foram construindo os seus caminhos a partir de suas experiências em proveito da aquisição formal de conhecimentos educacionais, de ascensão profissional e de transformação das relações raciais desiguais, por meio de suas vozes, que se interconectam em torno dos mesmos objetivos e de suas iniciativas protagonizadas de modo individual e coletivo nos movimentos sociais.

Outro aspecto referido na narrativa da Dra. Raimunda que merece reflexão é o desvelar da tripla situação discriminatória vivenciada por ela. Como mulher negra, teve de ultrapassar os bloqueios triplicados pelas relações sociais de desigualdade de raça, classe e gênero, para

⁶¹ Mundo Negro, 2022. <https://mundonegro.inf.br/author/arthur-anthunes/> “Viola Davis fala sobre representatividade: “Você precisa ver uma manifestação física do seu sonho.”

conseguir alcançar a posição profissional como assistente social, professora do ensino superior e advogada. É possível perceber em suas memórias que ela percorreu esta trajetória com a singularidade de suas ideias, questionando os resquícios do patriarcado e da heteronormatividade, na medida em que fazia escolhas que, de algum modo, subvertiam as hierarquias de gênero na nossa sociedade.

Compreende-se, sob a ótica das análises apresentadas nesta tese, a confirmação da sua questão central enunciada no início, em razão da evidencição do empenho dos sujeitos participantes da pesquisa, ao longo de suas histórias de vida, para os mesmos objetivos de terminante recusa e de contínuo combate ao racismo. Igualmente, entende-se que buscaram romper com o silenciamento a eles imposto pelo passado de escravização dos negros e disseminado por meio do colonialismo, do racismo, da discriminação, do preconceito e da desigualdade de classes.

Esta pesquisa visibiliza as potencialidades protagonistas desses sujeitos para adensar a luta atual em situações nas quais se desconstroem as estereotípias e os preconceitos mediante suas iniciativas pessoais, dado o contexto social de exclusão, injustiça e desigualdade socioculturais e históricas em nosso país. Evidencia-se que, no campo imaginativo, permanecem os lugares de luta, em que agressões traumáticas da escravização e do racismo se manifestam socialmente; portanto, essas questões podem ser dirimidas pelo fortalecimento da memória coletiva como um caminho promissor para um futuro antirracista.

Embora a tematização da corporeidade negra não tenha sido abordada neste trabalho, vislumbra-se, nas narrativas, um cenário restritivo na constituição da mulher negra como sujeito em sua projeção pública de produção de conhecimento, empoderamento e cidadania. Os processos de racialização desumanizam os sujeitos negros, tornando-os invisíveis, o que se reflete, particularmente, na vida das mulheres negras. Gomes (2019, p. 130,131) faz questionamentos sobre esse processo de modo muito expressivo, com estas palavras:

A cor, o corpo, o cabelo, a ancestralidade e a cultura negras, ao se colocarem afirmativamente em qualquer espaço no Brasil e no mundo, fazem-se notar, ocupam lugar e relembram, queiramos ou não, a dívida histórica da humanidade para com a população negra na África e nas Américas. [...] Esse tenso e complexo processo envolve o corpo negro e os sujeitos que o portam. Ora rejeitado, ora exaltado de forma exótica e erótica, o corpo negro e a corporeidade negra foram forjados em processos de regulação e emancipação. Na regulação, temos o racismo; na emancipação, temos os processos de resistência e libertação. (GOMES, 2019 p. 130,131)

Permanece ainda a necessidade de pesquisar os muitos questionamentos referentes à desvalorização dos corpos negros, tendo em vista a construção de novos caminhos, rumo à descolonização da imaginação social brasileira.

Visando o desfazer da problemática conjuntura social racista é que, as potencialidades protagonistas dos sujeitos propositalmente têm gerado novas percepções e atitudes com relação à diversidade humana, inspirando a escuta de mais vozes e novas histórias de vida com protagonismos antirracistas, na compreensão de que muitas outras pessoas possam tomar posse da consolidação de tais afirmações em nossa sociedade.

Dessa perspectiva, evidencia-se a necessidade da continuidade de pesquisas de história oral de vida, pois é preciso dar visibilidade às histórias de vida pondo em destaque os protagonismos antirracistas das pessoas negras, com a finalidade de ampliar esse caminho, sustentado pela força da ancestralidade negra e a histórica luta social antirracista no Brasil, considerando que na reconstrução dessas memórias, sobretudo, se reconstrói a representatividade positiva da negritude brasileira e valoriza-se a sua notável contribuição social.

Para encerrar esta tese, recorro a Munanga e Gomes (2006, p. 199), que nos fazem as seguintes perguntas: “Quantos homens negros e mulheres negras colaboraram para a construção do nosso país? Quantos resistiram às desigualdades e discriminação e lutaram por uma sociedade justa e igualitária?”. Estes autores corroboram a relevância das iniciativas para combater as desigualdades e assegurar a participação social dos sujeitos, ilustrando e enaltecendo homens negros e mulheres negras, personalidades reconhecidas nacional e internacionalmente por seus protagonismos em situações individualizadas ou coletivizadas.

Desse modo, afirma-se que o nosso país é repleto de protagonismos antirracistas, possibilitando que as histórias de vida narradas e analisadas nesta pesquisa, ecoem além dos espaços nos quais se encontram colocadas. Igualmente, permite evidenciar a necessidade de visibilizar muitos outros protagonistas negros brasileiros que incessantemente têm lutado para superar a histórica desigualdade social/racial; portanto, tem fundamental importância o enaltecimento e o fortalecimento das referências positivas dos negros em uma sociedade que almeja ser antirracista e igualitária.

A partir das análises feitas, depreende-se que este trabalho de pesquisa oferece importante contribuição para a desconstrução do pensamento colonialista e eurocêntrico, que se concentra no imaginário social e reproduz a exclusão das diferenças. Torna evidente que não é só dos negros, mas de todas as pessoas, o compromisso de reconhecer o que acontece no presente para desconstruir os estigmas do passado – um passo essencial em direção a uma sociedade fundamentada no desfazimento da mentalidade preconceituosa e do silenciamento/invisibilização negra, que ainda prevalecem no quadro social brasileiro.

Finalizo ressaltando que a tese anunciada, se confirmou na presente pesquisa das histórias de vida dos sujeitos negros protagonistas da luta antirracista, por meio da análise apoiada

nas teorias decoloniais e nos estudos étnico-raciais. Nos resultados obtidos, os protagonismos dos sujeitos no estado e os engajamentos sociais por eles assumidos foram evidenciados. De tal modo, reafirmam a valorização da ancestralidade africana; a elevação da autoestima da população negra brasileira e a relevante contribuição dos negros para a transformação social, política e econômica do país.

REFERÊNCIAS

- ABDIAS Nascimento. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021.
- ABRAMO, Laís. Desigualdades Raciais: Eixo estruturante da matriz da desigualdade social na América Latina. In: **Cadernos Igualdade Racial** [livro eletrônico] / Nilma Lino Gomes e Cristina Teodoro (orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 37– 42.
- ABRAMOWICZ, Anete.; OLIVEIRA Fabiana de. **A escola e a construção da identidade na diversidade**. In: ABRAMOWICZ, Anete.; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção.; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê, 2006. p. 20-40.
- _____, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. **As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil**: alguns aportes. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: CEERT, 2011.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). 2019. 152p.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araujo. **Possibilidades das fontes orais**: um exemplo de pesquisa. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 73-98, dez. 2008.
- ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Avelar Adriana. **Onde estão os (as) juízes (as) negros (as) no Brasil? Recorte racial na magistratura brasileira**: perspectivas sociais e políticas. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.
- ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a autoestima da criança negra. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 3ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – 2005. p. 117-123.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Tradução Vera Ribeiro, Revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARAUJO, Débora Cristina de. DIAS Lucimar Rosa. **Vozes de Crianças Pretas em Pesquisas e na Literatura: esperar é o verbo**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 44, n.º 2, 2019.

ARAUJO, Debora Oyayomi. **Literatura infantil e ancestralidade africana: o que nos contam as crianças?** In: Momento: diálogos em educação, vol. 28, n.º 1, p. 109-126, jan./abr. 2019.

ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. A pedagogia multicultural popular e o sistema escolar. In: Nilma Lino Gomes. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais.** 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 111-130.

ASSIS, Rosangela Bion de. 1968-A848t. **Transparente demais.** Florianópolis: Letra, 2007.

BACKES, José Licínio. **A articulação entre estudos culturais e psicologia social como perspectiva teórica para analisar as relações raciais:** entrevista com Rosa Cabecinhas. **EDUR. Educação em Revista.** Belo Horizonte, vol. 35, p. 01-13, 2019.

BAPTISTA, Maria Azinalda Neves. **Violência doméstica:** as contribuições da terapia familiar como uma possibilidade de tratamento. In: Violência doméstica contra a criança e o adolescente. Lygia Maria Pereira da Silva. Recife: EDUPE, 2002. p. 181- 238.

BARBOSA, S. Muryatan. **A razão africana:** Breve história do pensamento africano contemporâneo. São Paulo: Todavia, 2020.

BATISTA, Jamile Carla. FORTUNATO, Poliana. O Candomblé na luta antirracista. In: **Cultura e religiões na contemporaneidade** [Livro eletrônico]. Neves da Silva / Fabio Lanza (organizadores). Londrina: UEL, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. Experiências de aprendizagem na Educação Infantil. In: **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** Coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012. p. 29-51.

CARONE, Iray; BENTO, M. A. S. In: **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (organizadoras). Petrópolis, RJ. Vozes, 2016.

BERNARDINO, Joaze. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: Joaze Bernardino; Daniela Galdino (orgs.). **Levando a raça a sério:** ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 15-38.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. (Trad.) Belo Horizonte: UFMG, 3ª reimpressão, 2005.

BORGES, Edson, MEDEIROS, Carlos Alberto, D'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo, Atelier Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial** [recurso eletrônico]: Lei n.º 12.228, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecendo o Feminismo. In: GARCIA, Januário. (Concepção, organização e fotografia) **25 Anos 1980 - 2005. Movimento Negro no Brasil**. 2. Ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Uma fala de Sueli Carneiro**. Blog da Companhia das Letras. 2020. Disponível em: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Uma-fala-de-Sueli-Carneiro>. Acesso em: 12/07/2022.

CARNEIRO, Edison. Antologia do negro brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

CASHMORE, Ellis, BANTON, Michael et al. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CAVALLEIRO, E. S. **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2007.

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Souza. **Cabelos Crespos em movimento (s)**: Infância e Relações Étnico-Raciais. 2020. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, C. S. da. Educação para as relações étnico-raciais e o ensino de literatura. In: Santos, Â. M. dos; SILVA, J. B. da. (Orgs.). **Educação com diálogos com a diversidade**. Cuiabá: KCM Editora, 2010. p. 13-18.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Romão, Jeruse (Org.). **História do negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Nós, afrodescendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: Romão, Jeruse (Org.). **História do negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

DALPIAZ, Altemir Luiz. **“Eu estava no biotipo revistável”**: a construção de identidades docentes em Mato Grosso do Sul no período da redemocratização do Brasil. Tese (Doutorado). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. 2018.

DAMASCENO, M. A.; NEGREIROS, F. **Professores, Fracasso e Sucesso Escolar: Um Estudo no Contexto Educacional Brasileiro**. Revista de Psicologia da IMED. Passo Fundo, vol. 10, n.º 1, p. 73-89, ago. 2018.

DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Summus, 2000.

DAVIS, Viola. In: Mundo Negro, 2022. Arthur Anthunes: **“Viola Davis fala sobre representatividade**: “Você precisa ver uma manifestação física do seu sonho” Disponível em: < <https://mundonegro.inf.br/author/arthur-anthunes/> > Acesso em: 15 de novembro de 2022.

DAYRELL, Juarez. [et al.], organizadores. **Família, escola e juventude**: olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

DIAS, L. R.; JANUÁRIO, E.; PEREIRA, N. S.; OLIVEIRA, W. T. F.; TRIPODI, Z. F. Estudo n.º VII: **Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância**. Núcleo Ciência Pela Infância. (2021).

DOURADO Luiz Fernandes. Sistema Nacional de Educação, federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica. *Educação & Sociedade*, vol. 34, núm. 124, julho-setembro, 2013, p. 761-785, Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil

DUVIGNAUD, Jean. A memória coletiva. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Nova tradução: Beatriz Sidou. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.

E.E. Professora Flavina Maria da Silva. **Biografia de Flavina Maria da Silva – Patronesse da escola**. Campo Grande, ed. avulsa, 2014.

FANON, Frantz, **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAZZI, Rita Cássia de. **Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte**: Cotidiano do trabalho e judicialização das relações familiares. In: **DILEMAS**, vol. 8, n.º 3, jul/ago/set. 2015. p. 559-595.

_____. **O drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERNANDES, José Antonio. **O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira brasileira** (1938 a 1967). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica. São Paulo, 2019.

FERREIRA, Ben-Hur. **Combatendo as desigualdades**. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações. Brasília: Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999.

FERREIRA, Kátia Maria Maia. Violência Doméstica/Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes – Nossa realidade. In: **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Lygia Maria Pereira da Silva. Recife: EDUPE, 2002. p. 19 - 43.

FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt. **Tempos de escola**: memórias. (Org.). São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. Cortez: Autores Associados, São Paulo, 1989.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. Juiz de Fora: **Revista Teoria e Cultura**, vol. 2, n.º 1 e 2, jan /dez 2008.

FORPEDER/MS. Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Mato Grosso do Sul. **Implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08. 2008**. Disponível em: <http://forumetnicoracial-ms.blogspot.com/> > <https://silo.tips/download/forum-permanente-de-educacao-e-diversidade-etnico-racial-de-mato-grosso-do-sul-re> Acesso em 09 de julho de 2022.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. 1921 – 1997. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Notas de Ana Maria Araújo Freire. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar.** São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GAMBOA, Sílvio Ancízar Sánchez. **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GARCIA, Januario. **25 anos 1980-2005: Movimento Negro no Brasil.** 2ª ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

GERALDI, João Wanderley. **A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética.** In: Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin. Maria Tereza Freitas, Solange Jobim e Souza, Sonia Kramer (orgs.). 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2007. p. 39-56.

GHIRALDELLI, Junior Paulo. **História da Educação.** 2ª ed. ver. (Coleção magistério – Serie formação do professor) São Paulo: Cortez, 2001.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea JF. **Desigualdades raciais em saúde e pandemia da Covid-19.** Rio de Janeiro: Trabalho, Educação e Saúde, vol. 18, n.º 3, 2020.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. **IBGE mostra as cores da desigualdade.** Agência de Notícias IBGE. Revista Retratos. N.º 11, p. 15-25, maio 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em: 25 julho 2022.

GOMES, Nilma Lino e RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Dossiê Resistência Democrática: A Questão Racial e a Constituição Federal de 1988.** In: Educ. Soc., Campinas, vol. 39, n.º. 145, out-dez, 2018. p. 928-945

_____. **Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica.** In: ABRAMOWICZ, Anete.; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção.; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação como prática da diferença.** Campinas: Armazém do Ipê, 2006. p. 20-40.

_____. **Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões.** In: **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 1ª reimp.

_____. **Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação.** In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

_____. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. (Organizadores). **De-colonialidade e pensamento afro diaspórico**. 2ª ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 223-246.

_____. **O Movimento Negro educador: saberes constituídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. Raça e educação infantil: a procura de justiça. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, vol.17, n.º 3, jul./set. 2019. p. 1015-1044.

_____. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 97-109.

_____. A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática. **História, memória e política: Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo**. N.º 17, ano 12, 2019. p. 124-142.

GÓMEZ, A. I. Pérez. As funções sociais da escola: da reprodução a reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: **Compreender e transformar o ensino**. J. Gimeno Sacristán e A. I. Pérez Gómez. 4ª ed. ArtMed, 1998, p. 13-26.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.

HALBWACHS, Maurice. 1877- 1945. **A memória coletiva**. Maurice Halbwachs. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Edições Vértice Editora Revista dos Tribunais -São Paulo, SP. 1990.

HALBWACHS, Maurice. 1877- 1945. **A memória coletiva**. Maurice Halbwachs. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARRES, M. M. **História oral: algumas questões básicas**. Anos 90, [S. l.], vol. 15, n.º 28, 2009, p. 99–112

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo – Políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: características gerais dos domicílios e dos moradores 2018**. Disponível

em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf>. Acesso em: 25 julho 2022.

JOUTARD, Philippe. 2000 - Os desafios a história oral do século XXI. In: **História oral: desafios para o século XXI.** / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

JOVINO, Ione Silva. Crianças negras nas imagens, imagens de crianças negras: infância e raça na iconografia do século XIX. In: FERREIRA, A. J. (org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas** [online]. Ponta Grossa: UEPG, 2014, p. 37-64.

KI-ZERBO, Joseph. (Editor) **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.** – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010.

_____, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Hollenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

KILOMBA, Grada.1968 – **Memórias da plantação -** Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

_____, Grada. **O Brasil ainda é extremamente colonial.** Entrevista concedida a Eron Rezende. **Portal A Tarde.** Publicado por Eron Rezende, p. 1-16, 09 jan. 2017.

KENDI, Ibraim X. **Como ser antirracista.** Ibraim X. Kendi; (trad.) Edite Siegert. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

KOSSOY, Boris. **Origens e expansão da fotografia no Brasil – século XIX.** Rio de Janeiro, Funarte, 3ª edição – 2002.

LAMEIRÃO, Luiza. Ninguém é tão grande que não possa aprender nem tão pequeno que não possa ensinar. In: MEIRELLES, Renata. (Org.) **Território do Brincar: diálogo com escolas.** São Paulo: Instituto Alana, 2015. p. 76-81.

LAZARIN, Monique Roecker, ABRAMOWICZ, Anete. **Crianças em busca de refúgio: Reflexões sobre as solicitações infantis de refúgio ao Brasil até 2016.** Zero-a-seis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 23, n.º 43, p. 674- 702, jan. /jun. 2021. P674 – 702, 2021.

LIMA, Tiago Jesse Souza de. **O papel de representações sobre raça e classe social no preconceito e discriminação.** Tese (Doutorado). João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 2016.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004.

_____, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira.** São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

LUZ, Itacir Marques. Sobre arranjos coletivos e práticas educativas negras no século XIX: o caso da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco. In: **A história da educação dos negros no Brasil**. Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). Niterói: EdUFF, 2016. p.117-140

M' BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações - Tomo 1** (português) Salvador: EDUFBA / São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado, Ramón Grosfoguel. (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afro diaspórico**. 2ª edição, 3ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2020 p. 27- 53.

MANDELA, Nelson Rolihlahla. **Um longo caminho para a liberdade**/Autobiografia de Nelson Mandela. Lisboa: Planeta Manuscrito, 2012.

MARTINS, Leda Maria. A Oralitura da Memória. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares. (Org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed, 1ª reimp, 2006. p. 61-86.

MARTINS, Maria Aparecida Camarano. **Vivências de Infâncias: crianças de ontem e de hoje em situação de acolhimento institucional (in) visibilizadas no contexto de educação escolar**. Tese (Doutorado). Brasília: UnB, 2020.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., e SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas a pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19 / Editora FIOCRUZ, 2021.

MBEMBE, Achille. **As formas africanas de auto inscrição. Estud. Afro-asiát.** [Online], vol. 23, n.º1, pp.171-209. ISSN 0101-546X. 2001.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na lei e na raça: Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

_____, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2017.

MOREIRA, Adilson José. **Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 5ª ed. 2007.

MOURA, Abdalaziz de. **Aprofundamento do conceito de protagonismo usado pelo Serta**. In: **Protagonismo a Potência de Ação da Comunidade Escolar**. (Orgs.) Antonio Lovato, Carolina Prestes Yirula e Raquel Franzim. 1ª edição. São Paulo: Ashoka / Alana, 2017, p. 22 – 31.

MOURA, Zilda Alves de. **Cativos nas terras dos pantanais**: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. Passo Fundo: UPF, 2008.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – 2005.

_____. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Jairo Queiroz Pacheco, Maria Nilza da Silva (orgs.) – Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

_____. Fundamentos antropológicos e histórico-jurídico das políticas de universalização e de diversidade nos sistemas educacionais do mundo contemporâneo. In: **Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban**. Valter Roberto Silvério, Sabrina Moehlecke. (Orgs.) São Carlos: EdUFSCAR, 2009. p. 171, 193.

_____. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. In: **Epistemologias do Sul**. Boaventura de Souza Santos, Maria Paula Menezes. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004.

_____; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global Editora, 2006.

_____. MUNANGA, Kabengele. **O mundo e a diversidade: questões em debate**. Estudos Avançados, v. 36, n. 105, p. 117-129, 2022.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914 – 2011. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021).

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O Movimento Social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: **Cultura em movimento** [recurso eletrônico]: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 102-196.

_____. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. 1917-1996. Preconceito de marca: As relações raciais em Itapetininga. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro.** São Paulo: Perspectiva, 2021.

OBAMA, Michelle. **Minha História.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

OECD. **Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018.** Edição ilustrada. Editora OECD, 2018.172 p.

OLIVEIRA Machado, Myleide Meneses, MACIEL, Josemar de Campos. **Territorialidade e biografia: ao redor de Tia Eva. Fronteiras: Revista de História,** vol. 19, n.º 33, janeiro-junho, 2017. p. 147-169. Universidade Federal da Grande Dourados.

OLIVEIRA, Fabiana de ABRAMOWICZ, Anete. **Políticas Públicas e Direitos das Crianças: uma reflexão a partir da perspectiva étnico-racial. Revista Zero-a-seis.** Revista Eletrônica editada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação na Pequena Infância. Vol.19, n.º 36, p. 290-307, jul/dez 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013. 1ª reimp.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. (Transcrição e Tradução: Monique Augras) Edição: Dora Rocha. **Estudos históricos – Teoria e História** Rio de Janeiro: vol. 5. n.º 10, julho (p. 200-2012). 1992.

QUIJANO, Aníbal. A Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas.** Compilado por Edgardo Lander. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. P. 260-278.

_____. **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. P. 107 – 130.

_____. **Cuestiones y horizontes: de la dependência histórico-estructural a la colonialidade/descolonialidade del poder.** Buenos Aires: CLACSO, Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

QUINTANA, Mario. **Poesia Completa.** Org. Tânia Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

RAMOS, Arthur. Linha de Umbanda. In: **Antologia do negro brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país.** (Compilador Edson Carneiro). Rio de Janeiro: Agir, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIESCO, Clovis Garcia Donizeth. **O Combinado Agro Urbano de Arraias-Goiás (1962-1964):** uma utopia no coração do Brasil. Dissertação (mestrado). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2018.

RODRIGUES, João Jorge Santos. **25 anos 1980-2005: Movimento Negro no Brasil.** Conceção, organização e fotografia: Januario Garcia. 2ª ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

ROMÃO, Jeruze. O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva no educando negro. In: Cavalleiro, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação:** repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 161-178.

SAILLANT, Francine. Reconhecimento e reparações: O exemplo do movimento negro no Brasil. In: MATTOS, Hebe. (Org.) **História oral e comunidade:** Reparações e culturas negras. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 17-48.

SAM-LA ROSE, Jacob. Poesia. In: KILOMBA, Grada. **Plantation Memories:** Episodes of Everyday Racism, Munster: Unrast Verlag, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra**, n.º 54, p.197 – 215. Junho de 1999.

_____, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Boaventura de Souza, MENEZES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-27.

_____, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul:** Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses. [et al.]. – 1ª Ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 297 – 335.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. **Fiéis descendentes:** redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses. 2010, 477 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS/DAN/UnB - Brasília, 2010.

SANTOS, Hélio. Perspectivas do Movimento Negro brasileiro. In: GARCIA, Januario. (Conceção, organização e fotografia). **25 anos 1980-2005: Movimento Negro no Brasil.** 2ª ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo** [recurso eletrônico]. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

SANTOS, Simone Ferreira Soares dos. **Trajetórias, lutas e resistências de professoras e professores universitários/as negros/as militantes no grupo TEZ:** processos formativos decoloniais. 226 p. Tese (Doutorado). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2021.

SOUZA, Renan Fagundes de, JOVINO, Ione da Silva. Literatura infantil e juvenil com personagens negras: uma abordagem afro centrada. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**. V.30. n.º 62. Junho, 2021. P. 89-102.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONÇALVES, M. M. Racismo na Família e a Construção da Negritude: Embates e Limites entre a Degradação e a Positivização na Constituição do Sujeito. **ODEERE**, [S. l.], v. 2, n.º 4, p. 61-83, 2017.

_____. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SILVA, Maria de Lourdes. **Práticas Sociais e Processos Educativos: a liderança da mulher negra em Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. In: Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC (23 a 26 de agosto de 2010). p. 1 – 9.

_____. Maria de Lourdes. Enfrentamento ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente. São Carlos: UFSCAR, 241 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 3ª ed. 2001. p. 152-153.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: Munanga, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-34.

SILVA, Cláudia Neves da.; LANZA, Fabio. Caderno de textos didáticos para o ensino religioso: temas e diversidades religiosas1. In: Cultura e religiões na contemporaneidade [Livro eletrônico]. Neves da Silva / Fabio Lanza (organizadores). Londrina: UEL, 2013.

SILVA, Wilker Solidade da; MARQUES Eugenia Portela de Siqueira. In: Reunião Científica Regional da ANPED. **Descolonizando o ensino: reflexões sobre a prática docente a partir das leis 10.639/03 e 11.645/08**. UFPR – Curitiba/Paraná, 2016. P. 01-17.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Jairo Queiroz Pacheco, Maria Nilza da Silva (orgs.) Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: Editora da UFGD, 2014.

VALENTIM, R. M. Inter/multiculturalidade na articulação com as vozes negras. In: **Aprendendo a pesquisar no campo da educação: diferentes sujeitos pesquisando a diferença**. (Org.). José Licínio Backes. 1. Ed. Campo Grande, MS: Editora Vez e Voz, 2020.

_____ ; BACKES, J, L. A discriminação racial no espaço da sala de aula e o papel central do educador para a sua discussão. *In: Políticas públicas educacionais: novos contextos e diferentes desafios para educação no Brasil.* (Org.). Eugenia Portela de Siqueira Marques 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.

_____ ; RODRIGUES, M. L. O discurso das mulheres e os desafios dos novos tempos. *In: Linguagem e questões afrodescendentes.* (Org.). Marlon Leal Rodrigues e Antônio Carlos Santana de Souza. 1. Ed. Campo Grande, MS: UEMS, 2010.

VIDAL Eloisa Maia, VIEIRA Lerche Sofia. Política educacional, gestão e aprendizagem: estudos e pesquisas1. Fortaleza, 2017.

WALLIN, Claudia. **Um país sem excelências e mordomias.** Claudia Varejão Wallin. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In: Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.* Vera Maria Candau (org.). Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

ANEXO1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado para ser participante do Projeto de pesquisa de doutorado em educação provisoriamente intitulado, “PROTAGONISTAS SOCIAIS DO ANTIRRA-CISMO NO MATO GROSSO DO SUL: O PASSADO E O PRESENTE DE INSPIRADORAS HISTÓRIAS DE VIDA”, de responsabilidade da pesquisadora Rute Martins Valentim, RG n.º _____, doutoranda da Universidade Católica Dom Bosco, UCDB.

No caso de aceitar fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Considerando a realização da referida tese, consente, de modo livre e esclarecido, contribuir com a presente pesquisa na condição de participante da pesquisa, sabendo que:

- A participação em todos os momentos e fases da pesquisa é voluntária e não implica quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro. Em havendo despesas operacionais, em nenhuma hipótese poderão recair sobre o participante da pesquisa;

- É garantida a liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou sanção, podendo participar de outras pesquisas futuras;

- Os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos;

- O participante terá acesso ao resultado do estudo de forma integral pois, será disponibilizado na página do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB):

Por fim, por se tratar de uma pesquisa de **História de Vida**, autoriza que seu nome completo apareça na tese, bem como, em eventuais artigos e capítulos de livros a serem publicados.

Nome do participante, RG n.º _____ declara ter sido informado e concorda em ser participante do Projeto de pesquisa acima descrito.

Campo Grande -MS _____/_____/_____

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do participante da pesquisa

ANEXO 2 – FOTOGRAFIAS E RECORTES DE REPORTAGENS

Figura 15 João e sua esposa



Fonte: Arquivo pessoal de João

Figura 16 Fotografia de Raimunda ao lado de sua colega no Congresso do Serviço Social da Saúde



Fonte: Arquivo pessoal de Raimunda

Figura 17- Fotografia da Dra. Raimunda (Comemoração dos seus 84 anos)



Fonte: Arquivo pessoal da Dr^a Raimunda

Figura 18 Fotografia do Dr. Aleixo



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo

Figura 19 Fotografia Dr. Aleixo (Inauguração da Escola Estadual Zumbi dos Palmares em Furnas do Dionísio - Jaraguari/MS)



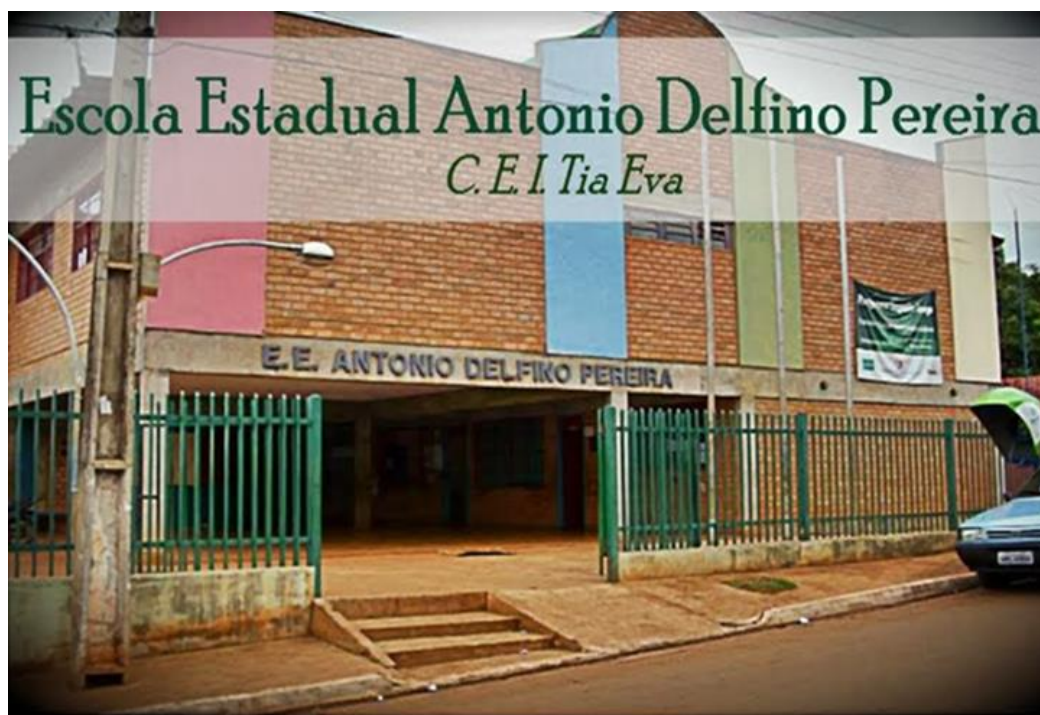
Fonte: Arquivo pessoal Dr. Aleixo

Figura 20 Fotografia Dr^a Raimunda e Dr. Aleixo (Comemoração aniversário do Instituto Luther King)



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo

Figura 21 Fotografia da E. E Antonio Delfino Pereira



Fonte: Arquivo da escola - site: <http://eetiaeva.blogspot.com/p/historia-e-localizacao.html>.

Figura 22 Fotografia Dr. Aleixo (Mural do Instituto Luther King) Obra do artista plástico Sullivan Oliveira 2021



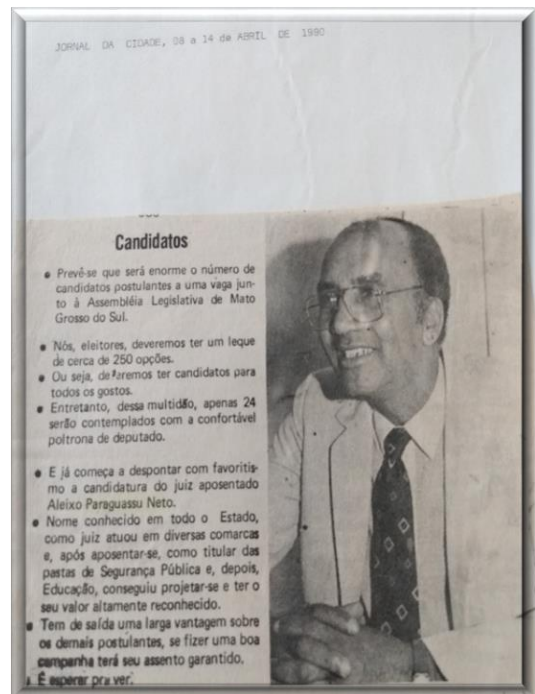
Fonte: Arquivo pessoal Dr. Aleixo

Figura 23 Reportagens: participação do Dr. Aleixo em ações de promoção da educação e igualdade racial



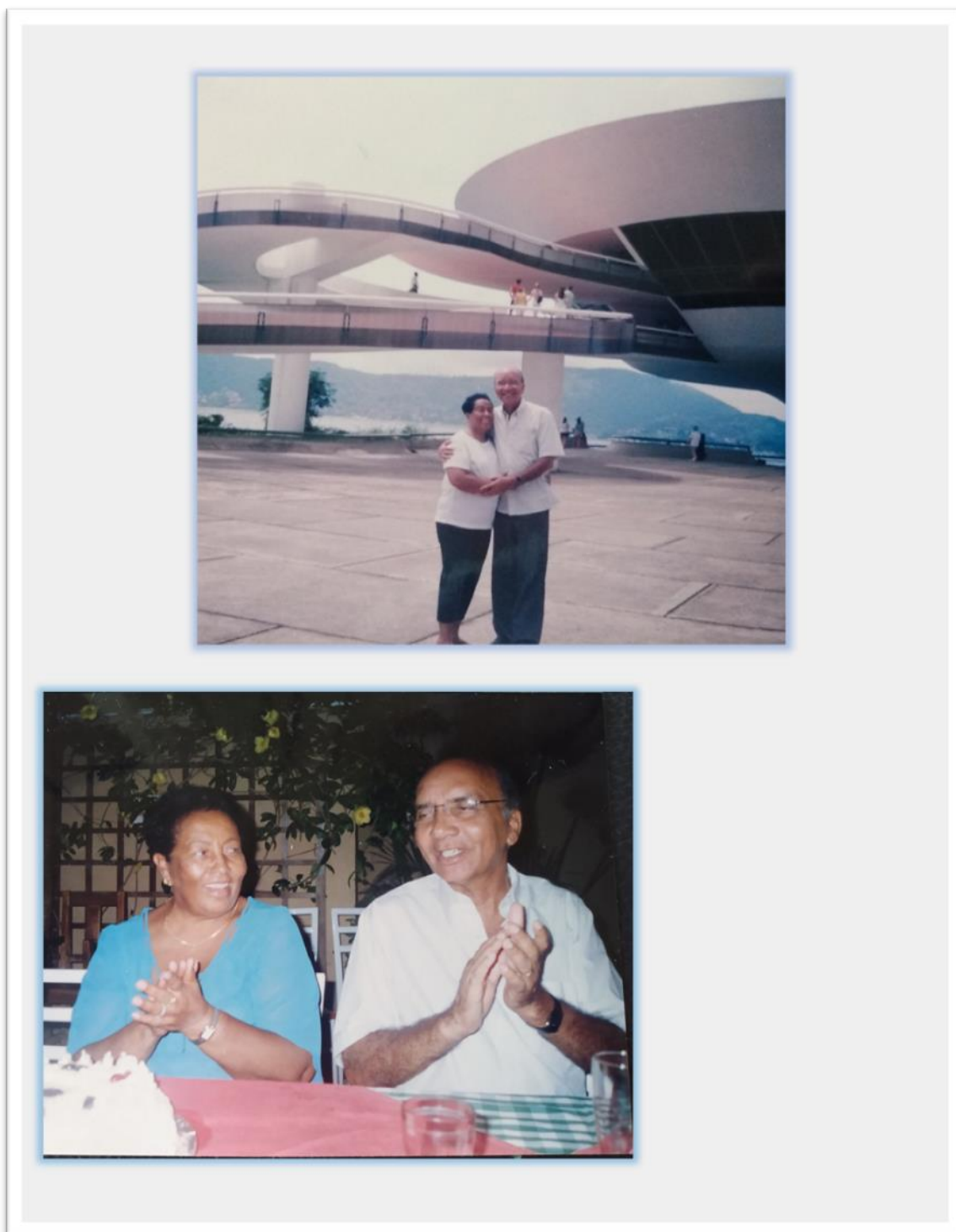
Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo

Figura 24 Reportagens: atuação profissional em políticas públicas no MS



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo

Figura 25 Dr. Aleixo e sua esposa Sra. Maria



Fonte: Arquivo pessoal do Dr. Aleixo